

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO – PPGEFB  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO ENTRE 1948 A  
1981: A ESCOLA MULTISSERIADA**

**Carla Cattelan**

Francisco Beltrão - PR  
2014

**CARLA CATTELAN**

**EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO ENTRE 1948 A  
1981: A ESCOLA MULTISSERIADA**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – nível de Mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientador: **Profº Drº André Paulo Castanha**

Francisco Beltrão - PR  
2014

Catálogo na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Cattelan, Carla

C368e Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada. / Carla Cattelan. – Francisco Beltrão, 2014.  
249 f.

Orientador(a): Profº Drº André Paulo Castanha.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, 2014.

1. Educação rural. 2. Escolas rurais – Francisco Beltrão - Paraná.  
I. Castanha, André Paulo. II. Título.

CDD 20. ed. – 370.19346

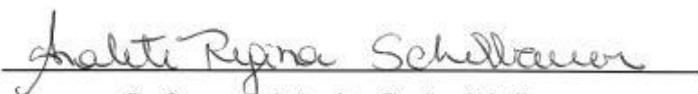
## FOLHA DE APROVAÇÃO

CARLA CATTELAN

**Título do Trabalho: Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: A Escola Multisseriada**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Nível de Mestrado, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestra em Educação a autora.

### COMISSÃO EXAMINADORA



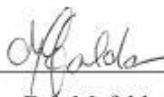
Professora Dr.<sup>a</sup> Anaete Regina Schelbauer

Membro Efetivo (UEM – Universidade Estadual de Maringá)



Professor Dr. Carlos Antônio Bonamigo

Membro Efetivo (UNIPAR – Campus de Francisco Beltrão)



Professora Dr.<sup>a</sup> Mafalda Nesi Francischett

Membro Efetivo (UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão)



Professor Dr. André Paulo Castanha

Orientador (UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão)

Francisco Beltrão, 24 de julho de 2014.

*Dedico a minha família, Gilberto, Noeli, Renata e João  
Paulo.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial ao meu orientador, professor Dr. André Paulo Castanha que não mediu esforços para a concretização deste trabalho. Sua orientação foi fundamental para este processo e seu exemplo de orientador e de pessoa, foram significativos nesse momento de formação.

Aos meus pais: Gilberto e Noeli Cattelan que me educaram e me mostraram o valor do estudo. Por sempre estarem ao meu lado e acreditaram em mim. Mãe! Valeu a pena suas lágrimas, quando me via ir para a escola sozinha com apenas cinco (5) anos de idade.

Ao meu noivo João Paulo Danieli, pela caminhada conjunta de Mestrado, pelo apoio, discussão, contribuições no trabalho e principalmente pela compreensão nos momentos de angústia.

A minha irmã Renata Cattelan e meu cunhado Cleberson Vieira, pelo apoio e ajuda neste momento de minha vida.

Agradeço ao corpo Docente do Programa de Mestrado, que contribuiu no aperfeiçoamento do trabalho por meio das disciplinas ministradas. Em especial a professora Mafalda que muito colaborou para um melhor resultado da pesquisa.

A todos os professores e sujeitos históricos que contribuíram por meio de relatos orais, documentos, fotos entre outros, para aprimoramento da pesquisa.

Agradeço às Secretárias de Educação e de Cultura do Município de Francisco Beltrão pela disponibilidade dos materiais para o Estudo.

Ao historiador Ivo Pegoraro pelas contribuições prestadas e pelos esclarecimentos quanto a história da região, bem como a disponibilidade de materiais para a pesquisa.

A professora Cecília Ghedini pelas conversas e troca de materiais sobre Educação Rural.

Agradeço aos meus colegas de Mestrado pela força e parceria nestes dois anos. Em especial a Rosane Berté e Anilton Reis, amigos que levarei para a vida.

A disponibilidade da banca na leitura e contribuições: a professora Dr. Analete Regina Schelbauer da Universidade Estadual de Maringá – UEM, pesquisadora e conhecedora

da educação rural, que muito auxiliou no encaminhamento da pesquisa mediante suas sugestões. Ao professor Dr. Carlos Antônio Bonamigo da Universidade Paranaense – UNIPAR, historiador regional e pesquisador renomado, que apontou questões primordiais para o delinear da pesquisa. A professora Dr. Mafalda Nesi, que por meio de orientações, discussões deu total suporte para que a pesquisa de fato se delineasse, seu exemplo quero levar para prática enquanto professora.

Ao meu amigo Thyago Ghelere pelo auxílio com as imagens pelo suporte em todos os momentos desse processo.

A Secretária da Coordenação do Mestrado, Zelinda pelo seu excelente trabalho e ajuda nas mais adversas situações.

Aos familiares e amigos que de modo geral contribuíram com mensagens positivas, vibrações e orações durante esta caminhada.

E a todos que de uma forma ou de outra contribuíram.

Muito Obrigada!

*O povo de Francisco Beltrão contraiu com os primeiros professores que lecionaram em seu território, uma dívida de gratidão e reconhecimento pelo muito que fizeram, nas condições mais adversas, em prol da alfabetização dos seus filhos (MARTINS, 1986, p.196).*

Carla Cattelan. **Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada**. Francisco Beltrão-PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2014. Dissertação, n. 249 páginas (Mestrado em Educação).

### **Resumo**

Esta pesquisa teve como objeto de estudo as escolas rurais multisseriadas, construídas e implementadas entre os anos de 1948 e 1981 no município de Francisco Beltrão. A partir deste objeto levanto a seguinte problemática: Como as escolas rurais multisseriadas se estabeleceram e se mantiveram primeiramente em Vila Marrecas, e posteriormente em Francisco Beltrão, entre os anos de 1948 e 1981? O objetivo da pesquisa constituiu, em analisar a construção histórica educacional que permitiu a estruturação das escolas rurais multisseriadas, compreendendo os desafios enfrentados nas questões pedagógicas e administrativas articuladas aos aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais que alicerçaram esse processo. O objeto foi delimitado como início, o ano 1948, por ser o ano, no qual se tem registros, da construção da primeira escola, financiada e mantida pela Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), órgão federal. E por ser o ano de instalação da sede definitiva da CANGO em Vila Marrecas – Francisco Beltrão. O recorte final foi o ano de 1981, pela emissão do decreto nº 365 do executivo, pelo qual foi ratificado os atos de criação dos estabelecimentos escolares na zona rural, criados até então e que estavam em atividade. O intuito foi resgatar as formas históricas da educação rural, as escolas constituídas nas comunidades, estabelecendo relação com a política educacional e com as transformações na vida do campo, tendo como suporte o materialismo histórico dialético, para compreender o processo histórico das escolas rurais multisseriadas, utilizo a análise de fontes documentais, depoimentos orais, fotos, matérias de jornais e revistas e bibliografias sobre a região. A análise resultante deste estudo destacou o interesse do órgão federativo quanto a efetivação da educação primária rural e o atendimento a demanda populacional existente, entre as décadas de 1940 e 1950. Com a elevação a município, Francisco Beltrão, a partir de 1952, este incorporou juntamente com o auxílio das comunidades a construção e mantimento das escolas rurais, o que contribuiu significativamente para instrução de praticamente todas as crianças da zona rural.

**Palavras-Chave:** Escolas Rurais Multisseriadas, Francisco Beltrão, Educação primária rural, CANGO.

Carla Cattelan. **Rural education in the Francisco Beltrão City between 1948 and 1981: the multigrade school.** Francisco Beltrão-PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2014. Dissertação, n. 249 páginas (Mestrado em Educação).

## ABSTRAT

This research had as study object the multigrade rural schools which were built and implemented between the years 1948 and 1981 in Francisco Beltrão city. From this object I raise the following issues: How multigrade rural schools were established and held first in Vila Marrecas, and later in Francisco Beltrão, between the years 1948 and 1981? The objective has consisted in analyzing de educational historical construction that allowed the structuring of multigrade rural schools, including the challenges in the pedagogical and administrative issues articulated to social, economic, political, historical and cultural aspects that underpinned this process. The aim was delimited as beginning the year 1948 to be the year in which it has records of construction of first school, funded and sustained by the National Agricultural Colony General Osório (CANGO), a federal agency. And for being the year of installation of the seat of CANGO in Vila Marrecas – Francisco Beltrão. The final cut was the year 1981, by the issuance of Executive Decree n°365, through which was ratified by the creation acts of schools in the rural zone, created so far and that were active. The intention was to rescue the historical forms of rural education, the established schools in the communities, creating a relation with the educational policy and with de changes of country life, supported by the dialectical historical materialism, to understand the historical process of multigrade rural school, I use the analysis of documentary sources, oral testimonials, photographs, newspaper clippings, journals and bibliographies about the region. The resulting analysis of this study highlighted the interest of the federal agency as the effectiveness of rural primary education and the service to existing population demand between 1940 and 1950. With the rise to municipality, Francisco Beltrão, from 1952, it incorporated together with the aid of communities, the construction and grocery of rural schools, which contributed significantly to education of all children of rural zone.

**Key-Words:** Multigrade Rural Schools , Francisco Beltrão , rural primary education , CANGO

## LISTAS DE FOTOGRAFIAS

<b>FOTOGRAFIA Nº 01:</b> Sede da CANGO – 1950 .....	46
<b>FOTOGRAFIA Nº 02:</b> Armazém da CANGO localizado na Sede da Colônia – 1953 .....	47
<b>FOTOGRAFIA Nº 03:</b> Ponte Coberta sobre o Rio Marrecas – 1947 .....	50
<b>FOTOGRAFIA Nº 04:</b> Primeira Escola da CANGO – atual .....	64
<b>FOTOGRAFIA Nº 05:</b> Professora Alba Paz da Silva .....	66
<b>FOTOGRAFIA Nº 06:</b> Professora Italina Zancan Scotti .....	70
<b>FOTOGRAFIA Nº 07:</b> Interior da Escola General Osório – aula professora Italina Zancan Scotti – 17 de maio de 1948 .....	71
<b>FOTOGRAFIA Nº 08:</b> Professora Irene Freitas e Professora Italina Zancan Scotti – década de 1980 .....	72
<b>FOTOGRAFIA Nº 09:</b> Interior da Escola da CANGO – década de 1950 .....	86
<b>FOTOGRAFIA Nº 10:</b> Castelo da Floresta – CANGO (1955) .....	91
<b>FOTOGRAFIA Nº 11:</b> Rancho de propriedade de Luiz Antônio Faedo, adquirido de Sebastião Muller.....	95
<b>FOTOGRAFIA Nº 12:</b> O povoado de Vila Marrecas – 1951.....	96
<b>FOTOGRAFIA Nº 13:</b> Grupo Escolar mantido pelo Estado no Município em 1952 .....	120
<b>FOTOGRAFIA Nº 14:</b> “Escola Padrão “A””: construída nas Sedes das regiões Municipais, contendo apenas a sala de aula .....	126
<b>FOTOGRAFIA Nº 15:</b> “Escola Padrão “B””: construída em regiões distantes dos núcleos populacionais, dispendo de moradia anexa para o professor .....	127
<b>FOTOGRAFIA Nº 16:</b> Escola Municipal de Água Branca – 1954 (Ambiente interno) .....	128
<b>FOTOGRAFIA Nº 17:</b> Escola Rural Multisseriada da comunidade Linha Liston, construída em 1963 (desativada) .....	161
<b>FOTOGRAFIA Nº 18:</b> Professores entrevistados.....	175

<b>FOTOGRAFIA Nº 19:</b> Formação de professores Municipais – 1964 .....	179
<b>FOTOGRAFIA Nº 20:</b> Formação Pedagógica Municipal Logos II – 1978 .....	186
<b>FOTOGRAFIA Nº 21:</b> Primeira Turma e Normalistas formadas 1962 .....	189
<b>FOTOGRAFIA Nº 22:</b> Alunos fazendo educação física no potreiro – 1975 .....	199
<b>FOTOGRAFIA Nº 23:</b> Luiz Bedin na plantação de pinheiros – feito de 40 anos atrás .....	201
<b>FOTOGRAFIA Nº 24:</b> Abertura da 1º Feira das Escolas do município de Francisco Beltrão, 1977. Luiz Bedin com o Prefeito João Arruda cortando a faixa .....	201
<b>FOTOGRAFIA Nº 25:</b> Escola Carlos Chagas Km 11 – alunos de 1ª a 4ª serie (1975) .....	208
<b>FOTOGRAFIA Nº 25:</b> Festa Escolar com candidata a Rainha. Escola Linha Liston – 1970 .....	210
<b>FOTOGRAFIA Nº 26:</b> Escola Barra Bonita – Jacutinga (década de 1950) .....	221
<b>FOTOGRAFIA Nº 27:</b> Reunião com as mães dos alunos – 1976 .....	223

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO Nº 01:</b> Professores da CANGO exonerados em 1957 .....	58
<b>QUADRO Nº 02:</b> Dados dos habitantes cadastrados pela CANGO em 1948 .....	63
<b>QUADRO Nº 03:</b> Características dos primeiros alunos matriculados nas escolas da CANGO – 1948 .....	76
<b>QUADRO Nº 04:</b> Dados educacionais do aluno cadastrado pela CANGO – 1948 .....	79
<b>QUADRO Nº 05:</b> Dias dos exames nas escolas da CANGO – 1950 .....	81
<b>QUADRO Nº 06:</b> Escolas construídas pela CANGO até 1957 .....	83
<b>QUADRO Nº 07:</b> Assistência escolar prestada pela CANGO – 1956 .....	85
<b>QUADRO Nº 08:</b> Matrículas escolares para o ano de 1956 .....	86
<b>QUADRO Nº 09:</b> Inspectores municipais por distritos em 1952 .....	101
<b>QUADRO Nº 10:</b> Número de Escolas e seus Mantenedores entre 1950 e 1960 .....	117
<b>QUADRO Nº 11:</b> Relação dos primeiros professores efetivos contratados pelo município 1953 .....	121
<b>QUADRO Nº 12:</b> Professores municipais a espera de nomeação pelo Estado em 1959 .....	133
<b>QUADRO Nº 13:</b> Lotes titulados na região pelo GETSOP até 1974 .....	142
<b>QUADRO Nº 14:</b> População do Sudoeste do Paraná .....	146
<b>QUADRO Nº 15:</b> População Município de Francisco Beltrão .....	147
<b>QUADRO Nº 16:</b> Relação das Escolas construídas no período de 1965 a 1968 .....	159
<b>QUADRO Nº 17:</b> Atas Escolares Finais, por turma, 1968 .....	162
<b>QUADRO Nº 18:</b> Número de Escolas em Francisco Beltrão – 1969 .....	164
<b>QUADRO Nº 19:</b> Escolas rurais no Município de Francisco Beltrão, por períodos: 1952 e 1981 .....	168
<b>QUADRO Nº 20:</b> Nome, ano de criação e localização das escolas rurais de Francisco Beltrão em atividade até 1981 .....	169
<b>QUADRO Nº 21:</b> Professores Entrevistados .....	173

<b>QUADRO Nº 22:</b> Logos II - Conteúdos estudados em módulos de ensino no curso de Formação de Professores (1978) .....	184
<b>QUADRO Nº 23:</b> Currículo Escola Normal Regional Estadual 1959 – 1962 .....	189
<b>QUADRO Nº 24:</b> Currículo Escola Normal Colegial – 1968 .....	190
<b>QUADRO Nº 25:</b> Formadas da Escola Normal Colegial Regina Mundi – 1968 .....	191
<b>QUADRO Nº 26:</b> Ensino primário, Programa para os grupos e casas escolares e casas isoladas .....	193
<b>QUADRO Nº 27:</b> Disciplinas constantes no currículo das escolas primárias de Francisco Beltrão - 1975 a 1978 .....	197
<b>QUADRO Nº 28:</b> Dados sobre a escola primária no Paraná em 1968 .....	219
<b>QUADRO Nº 29:</b> Quantidade de alunos matriculados na CANGO e no município: 1951 – 1986 .....	219

## LISTA DE DOCUMENTOS

<b>DOCUMENTO Nº 01:</b> Folha de vencimento de professores da Colônia – 1956 .....	60
<b>DOCUMENTO Nº 02:</b> Lista de famílias e quantidade de alunos em idade escolar – 1949 .....	68
<b>DOCUMENTO Nº 03:</b> Ficha escolar da primeira aluna cadastrada pela CANGO – 1948 (frente e verso) .....	75
<b>DOCUMENTO Nº 04:</b> Escolas construídas pela CANGO até 1951 .....	82
<b>DOCUMENTO Nº 05:</b> Resumo mensal da Escola número “1” da CANGO (1951) .....	87
<b>DOCUMENTO Nº 06:</b> Classificação dos melhores alunos do Instituto Nossa Senhora da Glória – 1956 .....	89
<b>DOCUMENTO Nº 07:</b> Relação de materiais para construção da Escola Municipal do Rio Ligação .....	124
<b>DOCUMENTO Nº 08:</b> Situação Escolar Municipal – 1968 .....	159
<b>DOCUMENTO Nº 09:</b> Boletim Escolar de 1972 .....	167
<b>DOCUMENTO Nº 10:</b> Nomes das professoras normalistas – 1959/1962 .....	188
<b>DOCUMENTO Nº 11:</b> Boletim Escolar de 1970 .....	196
<b>DOCUMENTO Nº 12:</b> Parte interna do Boletim Escolar de 1972 .....	197
<b>DOCUMENTO Nº 13:</b> Boletim Escolar de 1975 .....	198
<b>DOCUMENTO Nº 14:</b> Guia para solicitação de materiais para a CANGO de 1956, da escola nº 27 .....	203
<b>DOCUMENTO Nº 15:</b> Capa da Cartilha do Povo – 1949 .....	204
<b>DOCUMENTO Nº 16:</b> Exercícios da Cartilha do Povo .....	205
<b>DOCUMENTO Nº 17:</b> Exercícios da Cartilha Caminho Suave – 1960 .....	207
<b>DOCUMENTO Nº 18:</b> Exame realizado em escola da CANGO no ano de 1952 .....	212
<b>DOCUMENTO Nº 19:</b> Exame Final – História .....	213
<b>DOCUMENTO Nº 20:</b> Lista de crianças para abertura de uma escola rural encaminhada para a CANGO – 1950 .....	217

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO N° 01:</b> População da Colônia 1947 – 1956 .....	62
<b>GRÁFICO N° 02:</b> Escolas construídas e mantidas pela CANGO – 1948 – 1957 .....	92
<b>GRÁFICO N° 03:</b> População urbana, rural e total, no Paraná: 1950 – 1990 .....	145
<b>GRÁFICO N° 04:</b> Gráfico de crescimento geométrico da população total, urbana e rural, por década, no Paraná: 1950 – 1990 .....	153

## LISTA DE SIGLAS

- ACARPA:** Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
- APM:** Associação de Pais e Mestres
- ASSESOAR:** Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
- CAND:** Colônia Agrícola Nacional de Dourados
- CANG:** Colônia Agrícola Nacional de Goiás
- CANGO:** Colônia Agrícola Nacional General Osório
- CEFSPRG:** Companhia de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande
- CETEPAR:** Centro de Seleção Treinamento Aperfeiçoamento de Pessoal do Paraná
- CIBRAZEM:** Companhia Brasileira de Armazenamento
- CITLA:** Clevelândia Industrial Territorial Ltda
- CPC:** Centros populares de cultura
- DE:** Departamento de Educação
- DNPV:** Divisão Nacional de Pontes e Viação
- DSU:** Departamento de Ensino Supletivo
- ECAs:** Escolas Comunitárias de Agricultores
- EFR:** Escolas Familiares Rurais
- EFSPRG:** Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul
- EMATER:** Empresa Paranaense de Assistência Técnico e Extensão Rural
- FENAFE:** Festa Nacional do Feijão
- FMI:** Fundo Monetário Internacional
- FUNDEPAR:** Fundação de Desenvolvimento Educacional do Paraná
- GETSOP:** Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
- HAPRONT:** Projeto de Habilitação de Professores Não Titulados
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBEP:** Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas
- INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INIC:** Instituto Nacional de Imigração e Colonização

**IPARDES:** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social

**LDB:** Lei de Diretrizes e Bases

**MEB:** Movimento Educação de Base

**MEC:** Ministério de Educação e Cultura

**PAMP:** Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário

**PSD:** Partido Socialista Democrata

**MEC:** Ministério da Educação e Cultura

**PR:** Paraná

**RG:** Rio Grande do Sul

**SC:** Santa Catarina

**SEC:** Secretária de Educação e Cultura

**SNCR:** Sistema Nacional de Crédito Rural

**PTB:** Partido Trabalhista Brasileiro

**UDN:** União Democrática Nacional

**UNIOESTE:** Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO I: A INSTALAÇÃO DA CANGO E A CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS: 1948 – 1957 .....</b>	<b>31</b>
1.1 A ocupação dos Sudoeste do Paraná, anterior a década de 1940, e o ideário educacional nacional.....	32
1.2 A CANGO e os benefícios aos posseiros (1943 – 1957) .....	44
1.3 As escolas construídas pela CANGO e seus professores (1948 – 1957) .....	62
<b>CAPÍTULO II: FRANCISCO BELTRÃO: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, A LUTA PELA TERRA E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO RURAL: 1952 – 1960 .....</b>	<b>93</b>
2.1 Do povoado de Vila Marrecas ao município de Francisco Beltrão .....	94
2.2 A instalação da CITLA e os conflitos com a CANGO: 1951 a 1957 .....	102
2.3 A Revolta dos Posseiros de 1957 .....	112
2.4 A Construção das primeiras escolas rurais pela administração municipal de 1952 a 1960 .....	117
<b>CAPÍTULO III: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS IMPACTOS A EDUCAÇÃO RURAL: 1960 – 1980 .....</b>	<b>137</b>
3.1 A função do GETSOP na regulamentação fundiária .....	138
3.2 A Dinâmica populacional no Município de Francisco Beltrão: 1940 – 1980 .....	144
3.3 Processo de “Modernização da Agricultura” e exôdo rural no Município de Francisco Beltrão .....	147
3.4 A legislação educacional primária da década de 1960 a 1981, e a organização da educação no município de Francisco Beltrão .....	154
3.5 O Decreto nº 365 de 1981 e a regulamentação das escolas rurais de Francisco Beltrão .....	168
<b>CAPÍTULO IV: POR DENTRO DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL MULTISSERIADAS NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO: 1948 – 1981 .....</b>	<b>172</b>

4.1 Contratação e Formação dos professores .....	176
4.2 Escola Normal Regional Estadual (1959) e Escola Normal Colegial Regina Mundi (1966) .....	187
4.3 Currículos e Conteúdos .....	192
4.4 Materiais Didáticos e Metodologia .....	202
4.5 Avaliação .....	211
4.6 Matrícula Escolar .....	216
4.7 A Família e a Disciplina em sala .....	220
4.8 Merenda Escolar, limpeza e organização da escola .....	224
<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>228</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>234</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>247</b>

## INTRODUÇÃO

A história do Sudoeste do Paraná, em especial de Francisco Beltrão foi construída por lutas, resistências e conquistas da classe trabalhadora do campo. Esse fato torna instigante a análise da constituição das escolas rurais multisseriadas no município, entre os anos de 1948 a 1981.

O ano de 1948 marcou a fixação da sede da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), na pequena Vila Marrecas. Assim como, a abertura de turmas primárias multisseriadas e a construção das primeiras escolas na região, mantidas pela CANGO, órgão ligado ao Governo Federal.

Em 1981, apresento o auge das escolas multisseriadas rurais isoladas, com construções próprias em praticamente todas as comunidades do interior do município. A grande maioria das crianças do campo teve acesso ao ensino primário. Naquele ano, foi expedido o decreto municipal nº 365, o qual regulamentou os registros de 92 (noventa e duas) escolas, construídas desde 1952.

A escolha do objeto de pesquisa “escolas rurais multisseriadas” tem haver com minha trajetória de vida. Minha avó materna chegou a Francisco Beltrão no final da década de 1940, instalando moradia na Linha Soares (atualmente comunidade do distrito de Nova Concórdia). Meus avós paternos chegaram em 1952, instalaram uma serraria, onde está a atual rodoviária. Eles vieram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Desde pequena, ouvia histórias sobre a colonização, as dificuldades, a CANGO, Marrecas, a emancipação do município em 1952, a Revolta dos Colonos de 1957, o GETSOP e a luta pela terra.

Meus pais assentaram moradia em Vila Guanabara, comunidade do Distrito de Nova Concórdia. Com cinco anos de idade iniciei a pré-escola, em Nova Concórdia (Distrito). Meus pais não excitaram em fazer a matrícula, pois recordam que eu apresentava grande interesse pelos livros e cadernos. Não tinha educação infantil na escola multisseriada rural da comunidade, por isso, percorria vinte quilômetros, de transporte escolar público, até Nova Concórdia, na Escola Nossa Senhora de Fátima. Eu era uma das primeiras a entrar no transporte e percorria todas as comunidades.

Na Escola Nossa Senhora de Fátima, cursei a pré-escola com aproximadamente vinte e cinco crianças da mesma faixa etária. A educadora Salete Sartor organizava as atividades e ministrava o ensino. Ela me alfabetizou logo nos primeiros meses de estudo. O ano letivo foi de muito sacrifício, saía de casa um pouco antes do meio dia, só

retornava ao entardecer, por volta das dezoito horas. Quando chovia o ônibus não fazia seu trajeto normal, então várias vezes tive que caminhar muitos quilômetros para chegar em casa.

No ano seguinte, estudei na escola rural multisseriada, perto da minha casa (Escola Rural Duarte da Costa), foi nesta que cursei a 1ª série, com a professora Lourdes de Lara, a qual lecionava às quatro séries iniciais do ensino fundamental, na mesma sala. Ela ensinou as primeiras noções de produção textual e as operações matemáticas básicas.

Ao iniciar a terceira série, fui transferida, junto com os colegas das demais turmas, para Nova Concórdia, e a escola deixou de funcionar na comunidade. Os pais se revoltaram, porém seus pedidos não foram atendidos. O transporte escolar oferecido pelo município passava em todas as comunidades circunvizinhas e levava os estudantes à escola do Distrito. Por isso, concluí as séries iniciais na Escola Nossa Senhora de Fátima e as séries finais do fundamental, na mesma estrutura, no Colégio Arnaldo Faivro Busato.

Na época havia luta de pais, comunidade e principalmente da diretora Noely Thomé para implantação do ensino médio. A busca foi incansável e positiva. Em 2001, tivemos a aprovação do pedido, assim não foi preciso se deslocar à cidade para concluir a educação básica. Fui da primeira turma do ensino médio de Nova Concórdia e me formei em 2005.

No dia da formatura recebi o resultado positivo do vestibular para o curso de Pedagogia da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná). Em vista disso, passei a morar na cidade para estudar. Comecei a lecionar na Educação Infantil com dezessete anos, como professora regente em uma escola particular. Concluí Pedagogia em 2009. Devido ao incentivo de alguns movimentos sociais e instigada pelas leituras da graduação, realizei especialização em Filosofia e Sociologia (primeira turma da região, composta em sua maioria por padres e seminaristas).

No final do ano 2011, terminei a especialização. Logo, motivada pela abertura do Mestrado em Educação em Francisco Beltrão, construí o projeto de pesquisa a partir da minha história e experiência. Inicialmente o projeto partia da década de 1940 e teria sua finalidade em 1997, quando de fato ocorreu o processo de nuclearização das escolas rurais no município. Como o tema estava amplo, decidi junto ao orientador, a fazer um recorte temporal até 1981. A pesquisa me possibilitou o estudo com fontes primárias ainda não analisadas pelos pesquisadores. A emoção a cada documento encontrado, as entrevistas, os fatos que se ligam em um passado não tão distante, as perspectivas dos

professores e suas experiências, o sorriso ao ver um documento por ele assinado, gerou muita satisfação.

A experiência me fez assimilar na prática, que somos produto de um passado que permanece vivo. Um fato que merece destaque, foi quando, em meio a uma entrevista, com a professora Alba Paz Silva, ela citou o nome da minha vó materna, afirmando que em 1949, minha vó havia acolhido-a, em sua casa para lecionar na escola rural próxima, mantida pela CANGO.

O objeto de investigação dessa dissertação consiste no processo de constituição das escolas rurais primárias multisseriadas de Francisco Beltrão, entre 1948 e 1981. Analiso-o de forma dialética, articulada ao contexto histórico, ao movimento social nacional, estadual e local, a fim de reconstituir a história das referidas escolas nos aspectos pedagógico, estrutural e organizacional. Para tanto, procuro aproximação aos elementos constitutivos, das leis que regiam o sistema educacional em cada período histórico, trazendo aspectos legais em contradição as especificidades do meio rural beltronense.

A problematização parte de questões específicas, as quais se complementam: de que forma as escolas rurais multisseriadas foram constituídas no município de Francisco Beltrão e como se mantiveram até o início da década de 1980? Que órgão construiu e manteve as primeiras escolas primárias rurais no município? Como era a organização estrutural e pedagógica das escolas? Quais práticas pedagógicas e orientações educacionais eram proporcionadas aos professores que lecionaram nestas escolas? Como era organizado o currículo, as atividades avaliativas, e o material didático?

Mediante tais questões, procuro entender e “recriar” as condições educacionais vividas em cada período histórico, através da seguinte metodologia: a) Investigação em fontes primárias<sup>1</sup>, leis, decretos, documentos, resoluções, dados geográficos e

---

<sup>1</sup> As fontes primárias foram levantadas de forma como, “garimpar”. Na Secretaria de Educação de Francisco Beltrão não existe documentos anteriores a 1966, devido a um incêndio ocorrido na prefeitura do qual foi perdido basicamente todas as leis, documentos e registros produzidos até então. O Museu Histórico de Francisco Beltrão ainda não estava organizado quando iniciei a pesquisa e muitos documentos chegaram posteriormente em condições degradáveis. As fotos e registros históricos que haviam sido digitalizados foram excluídos pela administração anterior, um descaso com a história do município. A alternativa foi levantar documentos junto aos professores entrevistados, no Jornal de Beltrão, Jornal Tribuna do Sudoeste e garimpar no Museu Histórico. Segundo Castanha, “na atualidade, não há discórdia entre os historiadores de que as fontes ou documentos são os componentes indispensáveis para a sistematização do conhecimento histórico” (2013a, p. 29). O autor, ainda, destacou que “o uso da legislação não pode ocorrer de forma mecânica, a lei pela lei, sem (ou só) estabelecer ligações entre o poder político hegemônico, sem fazer as devidas conexões entre a legislação educacional e o projeto político social ou a própria prática social, sem considerar as reações (incorporações/resistências) da sociedade ou setores diretamente afetados pelas medidas legais etc. [...] toda lei é uma síntese de múltiplas determinações (2013b, p. 97). Segundo Castanha, “As fontes não falam por si, como afirmam os positivistas, mas são, de fato, os vestígios, as testemunhas que manifestam

populacionais, exames finais, boletins escolares, atas escolares, documentos de ordem geral da escola, resumos mensais, bancas de exames, certificado de formação pedagógica, fotografias<sup>2</sup>, jornais e revistas<sup>3</sup> da época dentre outros; b) Levantamento bibliográfico<sup>4</sup> (trabalhos, artigos, periódicos, livros e obras clássicas); c) Entrevistas<sup>5</sup> com ex. professores, alunos, diretores e pessoas da comunidade, que perpassaram os acontecimentos históricos.

Ao levantar as informações e os dados sobre o tema abordado, o objetivo seguinte foi interpretar historicamente a construção educacional rural das escolas multisseriadas de Francisco Beltrão, no período de 1948 a 1981. Os materiais foram

as ações do homem no tempo, por isso respondem como podem por um número limitado de fatos” (2013a, p. 29). As fontes não falam por si, “[...] mas respondem a uma gama de perguntas a serem formuladas procurando obter possíveis respostas presentes nas fontes, os que a torna desta forma, a peça fundamental na operação historiográfica” (ALVES E GUARNIERI, 2007, p. 05).

<sup>2</sup> Neste texto foram utilizadas várias fotografias para expressar as condições e atividades escolares elencadas: das escolas rurais primárias entre os anos 1948 – 1981, dos professores que lecionaram no período, da mobília e estrutura do prédio escolar, de alunos, de pais, de atividades recreativas e componentes curriculares, de cursos de formação de professores, festividades escolares, feiras escolares dentre outras. Estas fotografias foram interpretadas e não servem meramente de conteúdo ilustrativo. Loizos (2002) enfatiza a utilidade das fotografias para potencializar a pesquisa. O autor pontuou o uso da fotografia para elucidar questões pertinentes à mudança de paisagem, ambiente, estruturas etc. de forma comparativa. Também destacou que as “aplicações históricas de fotografias podem ser recomendadas também por outras razões. Vários tipos de investigações de história oral podem ser facilitados se o pesquisador vai a uma entrevista preparado de antemão com algumas fotografias relevantes” (p. 143). Também o emprego da fotografia histórica, implica “[...] fazer uma leitura para se conseguir uma informação cultural/histórica implícita” (LOIZOS, 2002, p. 143).

<sup>3</sup> Os jornais utilizados foram: Tribuna do Sudoeste, de 1968 e 1969 e o Jornal de Beltrão, que trouxeram notícias sobre Francisco Beltrão e região no período. Revistas como: Beltrão Ontem e Hoje e a CAMBOTA, Revista destinada ao agricultor rural, a partir de 1973. As fontes jornalísticas foram de suma importância “para se fazer análise dos discursos e procurar desnudar o jogo de interesses que regem a sociedade e que ela, a imprensa, de modo velado, seguidamente procura atender” (ALVES E GUARNIERI, 2007, p. 09).

<sup>4</sup> Ao fazer levantamento bibliográfico sobre estudos educacionais da região, não foram encontrados estudos, trabalho ou pesquisa que abordem o estudo dentro do recorte definido. Assim procurei levantar autores da história regional a fim de problematizar e contribuir na elucidação e significação das fontes primárias que tinha em mãos. Os autores trabalhados foram: Gomes (1987), Lazier (1997), Martins (1986), Wachowicz (1987) em relação à contextualização histórica regional. Para a questão da compreensão da escola rural primária visto no panorama nacional e estadual utilizei: Calazans (1993), Bezerra e Damasceno (2004), Leite (1999), Maia (1982), Romanelli (2012) dentre outros.

<sup>5</sup> As entrevistas foram feitas com pioneiros e professores primários rurais do município de Francisco Beltrão. Os professores primários foram em número de 10 (dez). A seleção foi feita a partir dos períodos, respeitando sempre os momentos históricos de cada época – primeiramente para entender o funcionamento das primeiras escolas rurais construídas pela CANGO, entrevistei professores que trabalharam para este órgão federativo; Para compreender as questões educacionais no município, a partir de 1952, entrevistei professores que foram contratados neste período, para evidenciar a educação desenvolvida na década de 1950. A fim de elucidar a educação “pós revolta dos posseiros em 1957”, e a mudança da estrutura agrária na região, entrevistei outra gama de professores, que lecionaram no período. As entrevistas somente se esgotaram a medida que “[...] temas comuns começaram a aparecer, e progressivamente sente-se uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno. A certa altura, o pesquisador se dá conta que não aparecerão novas surpresas ou percepções” (GASKELL, 2002, p. 70). Ainda, “a entrevista pode desempenhar um papel vital para o trabalho científico se combinada com outros métodos de coleta de dados” (JÚNIOR E JÚNIOR, 2011, p. 241). Ainda os autores advertem que, as entrevistas por si só não garantem a fidelidade dos dados e informações contidas, elas devem ser utilizadas em conjunto com demais documentos, bibliografias etc., para que possam atingir a veracidade mais próxima.

devidamente selecionados e postos em análise, a fim de evidenciar esta construção histórica.

O fundamento teórico utilizado se constituiu do método investigativo proposto por Karl Marx, no Materialismo Histórico-dialético. A análise dos dados, a partir dos determinantes históricos, buscou cooptar a totalidade do progresso educativo, articulado aos fatos. Para tanto, foram considerados na análise, as categorias de contradição e mediação.

A totalidade não busca apenas uma compreensão particular do real, mas sim uma visão que é capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos e coordená-los com sínteses explicativas cada vez mais amplas. A contradição é a qualidade dialética da totalidade. Ela é movimento e está sempre em processo de transformação. “Ela é o momento conceitual explicativo mais amplo, uma vez que reflete o movimento conceitual mais originário do real” (CURY, 1985, p. 37 - 38). Pela categoria da mediação articulei a totalidade e a contradição, a fim de compreender o processo histórico como síntese de múltiplas determinações.

Marx na obra *Contribuição à Crítica da Economia Política* enfatiza que, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes, na produção social da própria vida. A totalidade destas relações de produção é que forma a estrutura econômica da sociedade. Sendo assim, o seu ser social é que determina sua consciência. (2008, p. 30).

Para Netto, o Método não é um conjunto de regras formais para tratar de um objeto, e nem é procedimentos e técnicas para coletar dados. Segundo o autor, “O Método implica, pois, para Marx uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (2011, p. 52 - 53).

O investigar da história traz à tona, que o homem só faz história a partir de suas necessidades fundamentais, e que para entender este processo é necessário analisar a totalidade dos fatores, que se relacionam dialeticamente e ao mesmo tempo contraditoriamente no campo histórico. Somente assim é possível entender os fins que levaram a educação em cada momento histórico, entendê-la dentro das necessidades sociais de cada período, e articular com a política educacional formulada para defendê-la.

Para pesquisar a história educacional de determinado lugar, é fundamental entender os fatores sociais, econômico, culturais, religiosos, históricos dentre outros,

que possibilitaram o desenvolvimento da educação, juntamente com o desenvolvimento da região.

A pesquisa parte do período de colonização da região do Sudoeste do Paraná, feita pelos caboclos e índios, com seus costumes e sua cultura, trabalhando a terra com técnicas próprias de produção e cultivo. Nesse período não havia prática de educação formal desenvolvida.

Em 1938, o presidente Getúlio Vargas, intensificou a política de ocupação de espaços vazios, conhecida como “Marcha para o Oeste”, a fim de colonizar o interior do Brasil. Como suporte para a colonização e base de apoio para esta política criou as *Colônias* e os *Territórios Federais*. No Paraná, criou-se a CANGO, em 1943, pelo decreto nº 12.417. Ela se instalou primeiramente em Pato Branco e, posteriormente na pequena Vila Marrecas. Segundo os relatórios, a CANGO fornecia lotes de terras gratuitos aos migrantes, além de sementes e ferramentas para o trabalho na agricultura. A CANGO foi responsável pela criação das primeiras escolas.

Foi a partir da criação e instalação da CANGO em Vila Marrecas, que os olhares se voltaram à educação dos posseiros, migrantes sulistas e de várias regiões do país. Em 1948 (na demarcação efetiva de sua sede) a CANGO criou sua primeira escola, e no dia 3 de maio foi ministrada a primeira aula oficial.

As escolas foram mantidas pela Colônia até meados de 1957, a partir de então, a manutenção ficou sob responsabilidade do município de Francisco Beltrão, bem como o quadro de professores. Segundo os relatórios e documentos levantados, a Colônia construiu e manteve, até 1957, 27 (vinte sete) escolas rurais primárias, distribuídas por toda a extensão da mesma.

Com um “sistema” próprio de organização educacional, foi estabelecida a demanda de crianças em idade escolar, em cada localidade. Eram nomeados professores, acompanhados pedagogicamente, forneciam-se materiais didáticos, de expediente e alimentícios. Os estudantes recebiam atendimento médico e odontológico. Por meio de resumos mensais, administrava-se o andamento das matrículas e frequências. . A forma de avaliação era por meio de “exames finais”.

A Vila Marrecas crescia em termos de população paralelamente ao avanço da CANGO. Em 1952, a vila se desmembrou de Clevelândia, passou a pertencer ao município de Francisco Beltrão. No mesmo ano houve a primeira eleição para prefeito municipal, e já como proposta política de campanha, o candidato a prefeito “prometeu” e cumpriu a ampliação do ensino primário mantido pelo município. Como apontou Martins (1986) uma das suas primeiras ações foi, juntamente com a comunidade,

construir algumas escolas primárias rurais. Como o município ainda não tinha arrecadação suficiente para investimento nesta área, os posseiros construíam as escolas, forneceram mão de obra e materiais para a construção. Escolhiam a pessoa com maior instrução na comunidade para lecionar, ficando a cargo do município, o pagamento do corpo docente.

Segundo as leis analisadas, a partir de 1961, o instrumento legal que norteava o ensino primário nacional era a Lei nº 4.024, LDB de 1961, embasada nos princípios de liberdade e solidariedade, sendo a educação um direito de todos. Quanto à organização dos sistemas de ensino, estes remetiam a responsabilidade à união e aos municípios. Foi mediante a LDB de 1961, que o Paraná organiza o ensino primário, estabelecendo em 1962, o “Regimento Estadual de Planejamento das Atividades Educacionais” e em 1964, pela lei nº 4.978, criou o Sistema Estadual de Ensino. Em 1971, pela Lei nº 5.692, que instituiu o 1º grau de 8 anos, porém esta ampliação não chegou a zona rural até meados da década de 1980.

Em 1981, o prefeito de Francisco Beltrão, João Batista de Arruda, considerou relevante, reorganizar os registros escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme recomendava o Conselho Estadual de Educação. Pelo decreto nº 365/81 “Ratificou”, a criação dos estabelecimentos escolares e suas respectivas denominações pelo decreto nº 365 de 1981, compreendendo as escolas rurais criadas entre 1952 e 1978.

A compreensão histórica é fundamental, para conhecer, de fato, os instrumentos legitimados/legitimadores da educação, que foram cristalizados e naturalizados historicamente dentro do sistema educacional. A fim de entendermos de que forma se concretizou e para que fins está sendo direcionada. Segundo Cury:

A educação se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social. A educação é, então, uma atividade humana partícipe da totalidade da organização social. Essa relação exige que se considere como historicamente determinada por um modo de produção dominante, em nosso caso, o capitalista (1985, p. 13).

A interpretação da realidade requer do pesquisador o cuidado de voltar o olhar à história, investigar e levantar dados que dêem sustentação ao real e operem dentro da dialética, afim de compreender a totalidade educacional desenvolvida, a partir da criação das primeiras escolas, mediante as contradições provenientes de cada momento histórico.

Com o intuito de entender o processo de constituição e organização da escola rural, organizo o texto em quatro capítulos. O primeiro está intitulado: “A instalação da CANGO e a construção das escolas: 1948 – 1957”, remete a uma abordagem sobre o processo de colonização intensiva e extensiva, a partir da década de 1930, no Sudoeste do Paraná, bem como, a organização da CANGO e o início da construção e manutenção das escolas rurais multisseriadas, a partir de 1948. Esta reconstrução educacional se deu a partir da análise das fontes da época, relatos orais e bibliografias sobre estudos regionais.

O segundo capítulo está intitulado: “Francisco Beltrão: emancipação política, a luta pela terra e os impactos na educação rural: 1952 – 1960”, no qual analisa a organização e povoamento da Vila Marrecas e o processo de emancipação do município de Francisco Beltrão, no ano de 1952. A partir da emancipação o município assumiu o compromisso com as escolas rurais, edificando e dando suporte a sua manutenção e ampliação. Neste período, a CANGO, órgão da União, continuava na manutenção de suas escolas e contratação dos professores. A região contava com a construção e manutenção das escolas por três instâncias: Federal, Estadual e Municipal. No capítulo, trato ainda, dos impasses ocorridos com as companhias imobiliárias, que se instalaram na região a partir do ano de 1951, principalmente a CITLA, ocasionando o movimento conhecido como “Revolta dos posseiros de 1957”. Para tanto, utilizo de fontes primárias, relatos orais e referências bibliográficas regionais, de forma a compreender este processo educacional de Francisco Beltrão.

No terceiro capítulo, “O processo de “modernização” da agricultura e os impactos a educação rural: 1960 – 1980”, analiso o processo de regularização fundiária a partir da criação do Grupo Executivo de Terras do Paraná (GETSOP). Apresento dados sobre o crescimento populacional e o processo de modernização da agricultura, explícito como as transformações no campo afetaram a educação rural.

No quarto capítulo, “Por dentro das escolas primárias rurais multisseriadas do município de Francisco Beltrão: 1948 – 1981,” trago as experiências dos professores que lecionaram no período de 1948 a 1980. Discute-se a formação pedagógica, os conteúdos abordados, as orientações por parte da Secretaria Municipal de Educação, a relação família e escola, a disciplina dos estudantes, o trabalho com as disciplinas, o planejamento escolar, toda a organização estrutural e pedagógica das escolas rurais multisseriadas no período. Neste texto, valorizo os relatos orais, bem como fotos e documentos dos acervos pessoais dos professores entrevistados e do Memorial Histórico de Francisco Beltrão.

Enfim, a pesquisa resgata as formas históricas da educação rural, estabelecendo relação com a política educacional e com as transformações na vida do campo. A partir disso, é possível comparar com a educação que temos hoje, para não cairmos nas mesmices, possibilitando que a educação seja instrumento de força transformação social e cultural.

## CAPITULO I

### A INSTALAÇÃO DA CANGO E A CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS: 1948 - 1957

[...] Em 1945, quando dava aula no galpão do meu pai [...] tinha duas arvorezinhas onde nós pendurávamos o quadro [...] serramos a madeira [...] e pintamos, com aquela tinta “danúbio” (preta) de pintar calçado. Dai pintava e as crianças ajudavam [...]. Aqui no centro veio um padeiro que trouxe giz [...] antes do giz era o carvão, daí tinha que deixar a tábua branca (SILVA, 2014<sup>6</sup>).

A fim de compreender historicamente a construção das escolas rurais multisseriadas no município de Francisco Beltrão, reporto neste capítulo, os acontecimentos históricos marcados neste município ainda enquanto Vila Marrecas, pertencente a Clevelândia, que tinha seu território compreendido por diversas vilas em fase de estruturação. O objetivo deste trabalho é descrever o estudo a partir da instalação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório<sup>7</sup>), em 1948.

Para tanto, é imprescindível partir da análise do processo de construção educacional feito pela Colônia na região, no final da década de 1940. Faz-se necessário articular elementos políticos, econômicos, sociais e culturais, que permearam o período. Desta forma, o capítulo está estruturado em tópicos que visam reconstruir o processo educacional, articulado ao contexto histórico.

O texto está organizado em três partes. A primeira remete ao período anterior à instalação da CANGO, a ocupação das terras antes da década de 1940, quando as mesmas estavam habitadas por índios e caboclos, cuja base da produção agrícola era de subsistência, com criação de porcos e a extração de erva-mate. A ocupação da terra ocorria pelo “direito a posse”. Na época, a educação rural se expandia em âmbito nacional, porém não há registros de escolas construídas na região, naquele período.

Na segunda parte, aborda-se a criação da CANGO em 1943, a instalação definitiva em Marrecas, no ano de 1948. Foi a partir desta data, que a CANGO teve seu papel fundamental quanto aos benefícios prestados aos posseiros, no desenvolvimento da Colônia, na organização do trabalho e produção, na assistência a saúde e a educação, na construção de casas e abertura de estradas, dentre outras.

---

<sup>6</sup> Manuscritos reproduzidos em caderno, dia 10 de fevereiro de 2014.

<sup>7</sup> Utilizo CANGO e Colônia para designar as atividades desse órgão até 1954, e INIC, Núcleo e Colônia para as atividades posteriores a 1954.

Na última parte do capítulo, analiso e descrevo a organização das primeiras turmas primárias rurais, em escolas multisseriadas e isoladas, feitas pela CANGO, a partir de 1948 até 1957, na Colônia e no Município. As escolas primárias tiveram papel fundamental na educação elementar dos filhos e filhas dos posseiros, naquele período.

### **1.1 A ocupação do Sudoeste do Paraná anterior de 1940, e o ideário educacional nacional.**

O processo histórico de ocupação das terras do Sudoeste do Paraná se deu, conforme apontou Gomes (1987), pela ocupação primeira de índios e caboclos, com seus modos de produção, criação de animais e seus costumes culturais. A partir da década de 1940, a ocupação se intensificou pela migração de sulistas e de outros estados do Brasil. Segundo Wachowicz,

Desta forma, de 1900 1920, a população do sudoeste passou de 3.000 habitantes para 6.000. A procedência deste aumento populacional assim pode ser resumida: a) peões e agregados das fazendas de Palmas e Clevelândia que á procura de espaço para sobreviver, embrenharam-se para o oeste; b) peões, agregados e agricultores da região de Guarapuava e Campos Gerais paranaenses, a procura de terras para subsistência; c) foragidos da justiça do Paraná, Sta Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes, que transformaram o sudoeste em verdadeiro couro de fugitivos da lei; d) posseiros refugiados da região do Contestado, expulsos das terras da *Brazil Railway Co*<sup>8</sup>; e) argentinos e paraguaios que penetravam na região à procura de erva mate; f) crescimento vegetativo da região (1987, p. 58).

Os caboclos<sup>9</sup> que aqui viviam até a década de 1940, tinham como principal atividade, a criação de suínos e a erva-mate. Para a criação de suínos não se utilizava chiqueiros, eles eram soltos na mata, em área brevemente preparada. Os suínos comiam

---

<sup>8</sup> Empresa ferroviária Americana criada no século XX, controlava cerca de 47% das ferrovias brasileiras. Em 1917 a companhia e suas subsidiárias entram em regime de concordata ficando sob controle do Estado brasileiro. “Na segunda década do século XX, o Estado do Paraná muito a contragosto, foi obrigado por forças de compromisso contratuais da União a pagar em terras a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, que ligava Sengés, na fronteira com São Paulo a Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Essa ferrovia era administrada pela *Brazil Railway Co.*, de capital predominantemente norte americano. As terras devolutas, pela constituição republicana, passaram ao domínio dos respectivos Estados. Quando os americanos requereram essas terras, o Paraná foi obrigado a desfazer-se de imensas extensões de terras devolutas e titulá-las em pagamento aos construtores da ferrovia” (WACHOWICZ, 1987).

<sup>9</sup> O caboclo é caracterizado pela mestiçagem entre índios e brancos. No Sudoeste do Paraná o caboclo foi retratado como uma pessoa simples, que vivia no mato e o trabalhava para sua subsistência, comprava somente o necessário e o que não era possível produzir. Suas terras eram adquiridas geralmente pela “posse” e suas moradias construídas de forma simples (WACHOWICZ, 1987).

o que encontravam (pinhões, frutas silvestres, vegetação dentre outros). A noite eram fechados em mangueiras, o que distinguia os animais era uma marca<sup>10</sup> feita pelo seu dono.

Os suínos criados pelos caboclos eram tropeados<sup>11</sup> e vendidos ao mercado. Eram apanhados na *saфра* pelos *safristas*<sup>12</sup> e devidamente medidos<sup>13</sup>. “Aos poucos as tropeadas começaram a ficar restritas, até onde o caminhão conseguia chegar” (WACHOWICZ, 1987, p. 80-81).

A existência deste primitivo sistema de criação de porcos no sudoeste foi responsável em grande parte pela acentuada desmatização que inicialmente sofreu a região. Quando os migrantes sulistas começaram a chegar na região encontraram já várias extensões desmatadas (WACHOWICZ, 1987, p. 75-76).

Os índios e caboclos encontravam e realizavam nestas terras suas principais atividades e o sustento de suas famílias.

Para os fazendeiros, o caboclo sertanejo continuava sendo responsabilizado pela estagnação dessa sociedade. Os caboclos que haviam penetrado nas regiões de mata como posseiros preocupavam-se em colher alguma quantidade de mate nos ervais nativos, a qual lhes fornecia algum dinheiro para adquirirem os produtos indispensáveis como armas, sal e algum vestuário. O resto do ano, passavam a *sugaro chimarrão e cantar o Quero Maná*. O feijão e o milho por eles plantados eram estritamente para suas necessidades pessoais. Derrubavam e queimavam o mato e depois com o *senço* (extremidade superior da foice quebrada, servido de pá) em punho,

<sup>10</sup> Geralmente os donos faziam cortes de diferentes formatos nas orelhas dos suínos, para que se distinguíssem ao anoitecer e para prendê-los na mangueira, pois poderiam se misturar na mata, com suínos de outros criadores (WACHOWICZ, 1987).

<sup>11</sup> “Para *tropear* os porcos a *pezito* até o mercado comprador, o *safrista* previdente treinava os animais, por uma ou duas semanas. Reunia seus porcos e com o auxílio de três ou quatro peões faziam um percurso de cerca de dois quilômetros e voltava. Repetia esse serviço por várias vezes. Outros treinavam os suínos fazendo voltas na mangueira, até que fossem considerados preparados para a tropeada” (WACHOWICZ, 1987, p. 78). WACHOWICZ descreve que, quando começava a tropeada, os safristas não davam comida para os animais no dia anterior e pela manhã abriam a mangueira e jogavam milho no caminho a ser percorrido. Os porcos não poderiam ser muito gordos, por que não aguentariam a caminhada, e pela mesma razão não poderiam ser muito magros. O ideal era o porco ter de 50 a 60 cm de altura. “Na frente ia um rapaz tocador com uma bolsa de milho a tiracolo jogando alguns grãos no carreiro e chamando: buti, buti, buti...” (1987, p. 79).

<sup>12</sup> Os safristas saíam pelas picadas à procura dos caboclos para comprar suínos para sua safra. O safrista era o criador de suínos, geralmente um posseiro da região. Contratava alguns caboclos para organizar sua safra, derrubavam 10, 20, 50 alqueires de mato, depois de seco colocavam fogo e plantavam milho, quando o milho estava ficando maduro soltavam os porcos na safra. Engordavam e cresciam, o suficiente soltos no mato. A safra de porcos era anual (WACHOWICZ, 1987, p. 75).

<sup>13</sup> “Na saída do mangueirão, era feito um buraco. Neste local eram fixadas duas estacas, uma de cada lado. Media-se nas estacas a altura desejada do comprador (safrista), geralmente de 50 cm. O travessão entre as duas estacas era a vara, barbante ou arame. Se o porco ao passar não alcançava com o seu dorso a vareta colocada a 50 cm de altura, era refugado e colocado de lado. Este animal não servia, ficava para a próxima oportunidade, ou então era adquirido por um menor preço” (WACHOWICZ, 1987, p. 75).

cestos de milho ou feijão a tiracolo, plantavam no solo e cobriam com os pés, processo agrícola dos mais rudimentares (WACHOWICZ, 1987, p. 56-57).

Conforme destaca Wachowicz (1987), nas décadas de 1930 e 1940, os caboclos começaram a vender suas “*posses*”<sup>14</sup> de terras, aos colonos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por duas razões básicas: : a primeira era devido ao pleno conhecimento que sem escritura a posse era instável e insegura; o segundo, diz respeito a impossibilidade de convivência entre o sistema de criação de suínos soltos na plantação de milho, com a agricultura intensiva praticada pelos colonos sulistas. Mediante as circunstâncias, ou se adaptavam ao novo sistema, ou vendiam suas posses e iam residir em locais menos povoados, a fim de continuar suas práticas de trabalho de acordo com o mencionado.

Nesse período, por meio dos relatos orais dos professores, foi perceptível um “choque” cultural e econômico sofrido entre caboclos e sulistas, devido à diversidade de ações agrícolas. O sistema era diferente, porém, as atividades permaneceram inalteradas. Continuou a exploração da erva-mate e a criação de suínos, apenas se introduziu novos métodos para estas atividades.

Quanto à educação, ainda na República Velha (1889-1930), ela se estabeleceu como alavanca para o progresso, criando certa utopia, proveniente dos discursos de democratização da sociedade e instrução para todos. Como pontua Leite,

Mesmo a República – sob inspiração positivista/cientificista – não procurou desenvolver uma política educacional destinada a escolarização rural, sofrendo esta a ação desinteressada das lideranças brasileiras. [...] de modo que a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos de 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo (1999, p. 28).

Mediante estas circunstâncias, surgiu o “ruralismo pedagógico”<sup>15</sup>, que pretendia uma escola integrada às condições de cada região, e como objetivo maior a fixação do homem ao campo.

<sup>14</sup> Como as terras estavam em jurisdição, à ocupação das terras na região se deu pela posse. “O colono quando vinha *para tirar uma posse* tinha dois pensamentos condicionantes: a) o terreno a ser *tirado* precisava ter boas águas. Terra sem riacho era desprezada; b) a posse de preferência não devia ter extensos pinheirais. Preferiam terrenos de mato branco, que não tinham pinheiros. Queriam trabalhar na terra e o pinheiro atrapalhava” (WACHOWICZ, 1987, p. 70).

<sup>15</sup> Segundo Bof “O ruralismo pedagógico tinha assim como discurso basicamente realizar a fixação do homem à terra através da escola que seria responsável pela mudança no pensamento do habitante rural, fazendo-o observar os seus valores culturais e ao mesmo tempo integrá-los a um sistema produtivo

Concomitantemente explodia a ideologia do colonialismo que, ao defender as virtudes do campo e da vida campesina, mascarava sua preocupação maior: esvaziamento populacional das áreas rurais enfraquecimento social e político do patriarcalismo [...]. Mas o ruralismo contou também com o apoio de alguns segmentos das elites urbanas, que viam na fixação do homem no campo uma maneira de evitar a explosão de problemas sociais nos centros citadinos (LEITE, 1999, p. 29).

O ruralismo pedagógico surgiu utopicamente como uma alternativa de educação, que evidenciasse a cultura rural, porém junto a isso, veio ideologicamente, a fixação do homem ao campo para a produção agrícola, em função do desenvolvimento do mercado. Como assinala Leite,

O ruralismo no ensino permaneceu até a década de 1930, uma vez que a escolaridade mantinha-se vinculada a tradição colonial e distanciada das exigências econômicas do momento. Somente após os primeiros sintomas de transformação mais profunda no modelo econômico agroexportador é que a escolaridade, de maneira geral, tomara posições mais arrojadas. Tal fenômeno ocorreu a partir de dois aspectos: primeiramente, as tendências escolanovistas e progressistas em educação lançadas pelos “Pioneiros da Educação Nova”: em segundo lugar, as novas tendências sociais e políticas oriundas das reivindicações urbanizantes, iniciadas na década de 20 (1999, p. 29).

Para Calazans (1993) os projetos especiais e setoriais para a educação rural neste período, apontaram algumas iniciativas, surgindo amparados e custeados pelo Ministério da Agricultura, do governo de Getúlio Vargas. Dentre eles, a criação de Colônias<sup>16</sup> e Núcleos Coloniais<sup>17</sup> como organismo de fomento ao cooperativismo e ao crédito agrícola.

Getúlio Vargas a partir de 1930, mediante a ação política de “Marcha para o Oeste”<sup>18</sup> incentivou o processo de ocupação demográfica em todo o Brasil, adentrando ao interior com intuito de diminuir a população do centro-sul do Brasil. Por detrás disso, existiram interesses políticos, não somente ligados a ocupação territorial da referente

---

moderno. Assim, a tarefa da escola seria suprir no educando essa falta de cultura, para que ele pudesse se integrar no processo produtivo no campo” (2006, p. 22).

<sup>16</sup> Pela Lei nº 488 de 1948 e Diário Oficial da União de 1945, em todo o Brasil, na década de 1940, foram criadas 7 (sete) “Grandes” Colônias, nos estados: Paraná, Amazonas, Goiás, Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso do Sul.

<sup>17</sup> Segundo Maschio “do ano de 1853 até 1917, foram criados em todo o Paraná 17 Núcleos Coloniais que abrigaram imigrantes italianos” (2012, p. 19).

<sup>18</sup> “A “Marcha para o Oeste” continuaria mais orientada para os grandes espaços geográficos e demográficos [...] a chegada na região em grande quantidade, de migrantes gaúchos e catarinenses, já previstas pelo Estado Novo, haveria de se concretizar nas décadas de 50 e 60. A década de 50 foi a época do grande *boom* migratório sulista, para a região sudoeste e oeste do Paraná” (WACHOWICZ, 1987, p. 124).

área, mas intenções providas ao deslocamento de mão-de-obra para o trabalho da terra e posteriormente movimentação do mercado, provido das matérias agrícolas.

Como assinala Konder (2005), o mercado capitalista está em constante expansão e tende desta forma, ocupar os espaços para proporcionar lucro. Nessa competição, os empresários mais poderosos conquistam territórios em detrimento aos menores, mais fracos, que perdem autonomia e respaldo, sendo assim sacrificados. O intuito do Governo Vargas, na época, não era apenas em termos de expansão territorial e de distribuição de “terras a todos”, ele também almejava a expansão do capital. A “Marcha para o Oeste” foi à maneira encontrada para ocupar estes espaços e explorar as matérias primas como: a terra fértil e os recursos naturais intactos.

Para efetivar a política de exploração, o presidente criou Colônias e Territórios. No Paraná, criou-se o Território Federal do Iguazu e a CANGO. Tais políticas difundiram na população Getúlio Vargas, como o “pai dos pobres”, porém, a ocupação extensiva das terras não passava de política ideológica de desenvolvimento econômico e aumento do capital mercantil. .

Conforme destaca Maia (1982) foi a partir destas ações do Governo Vargas, a partir de 1930, que o debate sobre a educação rural se intensificou, trazendo como compromisso a expansão do ensino, na tentativa de promover a fixação do homem ao campo. Segundo Maia,

O movimento ruralista que envolve políticos e educadores é muito mais que uma tomada de consciência sobre os problemas da educação rural. O que realmente o define é sua face político-ideológica que permanece oculta pela questão educacional. Comprometido com a manutenção do “*status quo*”, contribui para uma percepção viesada da contradição cidade-campo como algo “natural”, concorrendo conseqüentemente para sua perpetuação. Ao que parece, a grande “missão” do professor rural a de demonstrar as “excelências” da vida no campo, convencendo o homem a permanecer marginalizado dos benefícios da civilização urbana (1982, p. 28).

A escolarização rural na “Era Vargas” se centrou na visão liberal do processo produtivo e econômico, sendo a preocupação maior com a instalação de parques industriais. Assim, a escolarização urbana ganhou relevância e passou a fazer parte nesse ideário, enquanto a escola rural permaneceu inalterada, naturalizando a contradição entre rural e urbano, de forma a ampliar a dicotomia entre cidade e campo. A educação ficou voltada para a permanência do homem no campo, mais como mecanismos de produção e acomodação, que de formação. Sobre esta questão Maia destacou,

Em 1937 cria-se a Sociedade Brasileira de Educação Rural com o objetivo de expansão do ensino e preservação da arte e folclore rurais. O sentido de contenção que orienta as iniciativas no ensino rural se mantém, mas, agora, coloca-se explicitamente o papel da educação como canal de difusão ideológica. Era preciso alfabetizar, mas sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo (1982, p. 28).

Romanelli (2012) pontuou que, com o estabelecimento do Estado Novo, as lutas em torno dos problemas educacionais entraram numa espécie de hibernação. Com a Constituição de 1937, omitiu-se o dever do Estado quanto à educação e limitou a sua ação. Conforme o artigo 129 da Constituição,

A infância e a juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (BRASIL, Constituição de 1937).

Quanto a esta mudança na legislação: “aquilo que na Constituição de 1934 era um dever do Estado passa, na Constituição de 1937, a uma ação meramente supletiva” (ROMANELLI, 2012, p. 157).

Somente em 1942, foi que se decidiu pela intervenção do Governo Central em apoio financeiro aos Estados. Esta medida foi concretizada com a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário. Segundo Leite, em 1942,

[...] a escolarização rural foi reforçada durante o VIII Congresso Brasileiro de Educação, que enfatizou as tendências nacionalistas - burguesas do Estado Novo. Embora partindo de premissas básicas, como o elevado número de analfabetos residentes na zona rural, a redução da produção agrícola em função da escassez da mão-de-obra provocada por movimentos migratórios internos e necessidade de uma uniformidade sócio-cultural da Nação [...] (1999, p. 31).

Como descreveu Leite (1999), o Congresso de Educação foi indiretamente um porta-voz para a “nova oligarquia”, que estava no poder. Com discurso essencialmente conservador nacionalista, nada definiu no Congresso, apenas sabiam que a educação rural era essencial à manutenção do poder hegemônico oligárquico.

Conforme Romanelli (2012) em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, no mandato do Presidente Getúlio Vargas, iniciaram as reformas em alguns ramos do ensino. O governo preferia encaminhá-las de maneira parcial, ao invés de

integral. As reformas, nem todas feitas sob o governo do Estado Novo, foram chamadas de *Leis Orgânicas do Ensino* abrangendo os ramos do ensino primário e médio. Foram decretadas entre os anos de 1942 e 1946.

Tomo para análise, dentro do objeto da pesquisa, as Leis Orgânicas do Ensino Primário, do Normal e do Agrícola, para entender a organização do ensino rural da época, permeado pela legislação vigente.

O Decreto-Lei nº 8.529, de janeiro de 1946, traçou diretrizes para o Ensino Primário. Foi promulgado após a queda de Getúlio Vargas, mas seguiu a perspectiva de centralização difundida pelo Estado Novo. Segundo o artigo 1º do decreto, as finalidades do Ensino Primário eram:

- a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandecam, dentro de elevado espírito de naturalidade humana;
- b) oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade;
- c) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho.

Art. 2º O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

- a) o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos;
- b) o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.529 de 1946).

O Decreto-Lei ainda contemplou a estrutura das disciplinas e conteúdos ministrados em cada curso primário, seja ele: elementar, complementar ou supletivo. Para o elementar, os conteúdos eram:

Art. 7º. O curso primário elementar, com quatro anos de estudos, compreenderá:

- I. Leitura e linguagem oral e escrita.
- II. Iniciação matemática.
- III. Geografia e história do Brasil.
- IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho.
- V. Desenho e trabalhos manuais.
- VI. Canto orfeônico.
- VII. Educação física (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.529 de 1946).

No que se referia ao calendário escolar, o Decreto-Lei, previa:

Art. 14. O ano escolar será, de dez meses, dividido em dois períodos letivos, entre os quais se intercalarão vinte dias de férias. De um para

outro ano escolar haverá, dois meses de férias.  
 Art. 15. A duração dos períodos letivos e dos de férias, será, fixado segundo as conveniências regionais, indicadas pelo clima, e, zonas rurais, atendidos, quanto possível, os períodos de fainas agrícolas (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.529 de 1946).

Conforme previa o Decreto-Lei, as escolas poderiam ser,

Art. 27. Os estabelecimentos de ensino primário serão caracterizados por designações especiais, segundo ministrem um ou mais cursos, e sejam mantidos pelos poderes públicos ou por particulares.

Art. 28. Serão assim designados os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos:

I. Escola isolada (E.I.), quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente.

II. Escolas reunidas (E.R.), quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores.

III. Grupo escolar (G.E.), quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes.

IV. Escola supletiva (E.S.), quando ministre ensino supletivo, qualquer que seja o número de turmas de alunos e de professores (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.529 de 1946).

Quanto às escolas isoladas, o Decreto-Lei previu a constituição de classes multisseriadas, compreendendo quatro turmas primárias (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>) para um professor. Ainda no artigo 29, previu-se que as escolas isoladas apenas ministrassem o curso primário.

As escolas isoladas, as reunidas e os grupos escolares foram construídos em diversas regiões do Brasil. As isoladas foram construídas, sobretudo, em áreas de difícil acesso, no interior do Brasil.

No Sudoeste em 1948, a CANGO foi a pioneira na construção das escolas. Construiu e efetivou um grupo escolar na Vila Marrecas e escolas isoladas na zona rural, este assunto será discutido no item 1.3, deste capítulo.

O Governo sancionou em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, nº 9.613, como ensino complementar primário e secundário, destinado ao meio rural. Estabeleceu as bases de organização e regimento do ensino agrícola, até o segundo grau, destinando-se a preparação profissional dos trabalhadores da agricultura.

A finalidade da Lei era promover à preparação técnica e formação humana dos trabalhadores rurais, adequando a mão de obra. Cujos objetivos eram:

1º formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalho agrícola; 2º dar à trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a

eficiência e a produtividade; 3º aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícola diplomados (BRASIL, art. 3, Decreto-Lei nº 9.613 de 1946).

O Ensino Agrícola ministrado em dois ciclos desdobrava-se em cursos destinados a cada ciclo, seguindo a dinâmica de formação, continuação e aperfeiçoamento (art. 7).

O primeiro ciclo compreendeu o Curso de Iniciação e de Mestria Agrícola. O primeiro com duração de dois anos apresentava o objetivo de preparar o profissional para execução do trabalho operário agrícola qualificado. O segundo, destinava-se a preparação profissional ao trabalhador de mestre agrícola, também organizado em dois anos.

O segundo ciclo do Ensino Agrícola foi composto por duas modalidades formativas, os Cursos Técnicos e os Pedagógicos. O primeiro com duração de três anos, consistia no ensino técnico para funções de caráter especial na agricultura, com estudos sobre: agricultura, horticultura, zootecnia, práticas veterinárias, indústrias agrícolas, laticínios, mecânica agrícola. Os Cursos Agrícolas Pedagógicos destinavam-se a formação de docentes para o ensino de disciplinas destinadas ao ensino agrícola, ou para o trabalho administrativo. As formações específicas ofertadas, com duração de dois anos, denominavam-se: magistério de economia rural doméstica, didática do ensino agrícola e administração do ensino agrícola.

Os estabelecimentos para o ensino agrícola compreendiam 3 (três) modalidades: as Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas e Escolas Agro Técnicas. Utilizava-se o estudo e análise apenas do que se referia ao ensino primário, que era a Iniciação Agrícola articulada ao ensino primário convencional.

As disciplinas da Iniciação Agrícola eram de duas ordens, conforme artigo 16 da lei,

a) Disciplinas de cultura geral e b) disciplinas de cultura técnica. Sendo os alunos de qualquer dos cursos de formação obrigados a prática educativa de educação física e canto orfeônico (BRASIL, Decreto-lei nº 9.613 de 1946).

Quanto aos trabalhos escolares, estes constituíam de lições, exercícios e exames, nas modalidades: admissão e suficiência (nota de 0 a 10).

O artigo 26 estabeleceu os requisitos para o ingresso no Curso de Iniciação Agrícola,

- a) Ter doze anos completos;
- b) Ter recebido educação primária conveniente;
- c) Possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados;
- d) Ser aprovado em exame vestibular (BRASIL, Decreto-Lei nº 9.613, 1946).

Este Decreto-Lei contribuiu para análise da educação rural primária a partir da visão da época estudada, destinada, sobretudo a valorização do homem do campo e a sua permanência para o desenvolvimento do trabalho agrícola.

A CANGO (1948) tinha o ideário de fortalecimento da estrutura econômica agrícola. Mediante tal intenção, doou sementes, ferramentas agrícolas e ensinava os colonos a prepararem as terras para produção própria. Talvez, fosse um motivo para a construção das escolas rurais, a instrução representava ideologicamente um fortalecimento do campo. Porém, não se tem registro, nem documentação, de escolas mantidas na região, com esta formação específica como apresentado no Decreto-Lei sobre o Ensino Agrícola.

Ainda em 1946, foi sancionado o Decreto-Lei nº 8.530, a Lei Orgânica do Ensino Normal, normatizando a formação dos professores. No artigo 1º, pontuou as finalidades deste ramo de ensino:

1. Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.530 de 1946).

O curso normal segundo o Decreto-Lei seria ministrado em dois ciclos, o primeiro de regentes primários, em quatro anos, e o segundo o de formação de professores primários, em três anos. O ensino normal compreendeu cursos de especialização para professores e habilitação para administradores escolares do grau primário.

Quanto aos tipos de estabelecimentos, deixou claro no artigo 4º, “Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação” (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.530 de 1946). Especificou nos incisos a característica de cada um dos estabelecimentos.

- § 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.  
§ 2º Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de

segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.  
 § 3º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário.

§ 4º Os estabelecimentos de ensino normal não poderão adotar outra denominação senão as indicadas no artigo anterior, na conformidade dos cursos que ministrarem (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.530 de 1946).

Pelos dados levantados<sup>19</sup>, em Francisco Beltrão a Escola Normal Regional Estadual, teve sua fundação em 1959, formando a primeira turma em 1962, como “Regente de Ensino”, com 13 (treze) alunas. A Escola Normal Regional Regina Mundi (Colegial), fundada em 1965, formou a primeira turma em 1968, com habilitação para “Professor Primário”. Contudo, na década de 1950, as escolas normais já vinham se desenvolvendo na região Sudoeste do Paraná<sup>20</sup>, para suprir a demanda profissional educacional existente, principalmente nas escolas rurais, onde os professores em sua maioria eram leigos.

O Decreto-Lei, no artigo 47º, pontuou que todos os estabelecimentos de ensino normal, deveriam manter escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino, mantendo ainda, pelo menos duas escolas isoladas.

No mesmo ano da promulgação das Leis Orgânicas de Ensino, 1946, a Constituição Federal garantiu que, a União e o Estado passariam a subsidiar os gastos com a educação. A Constituição assegurou o direito dos indivíduos ao ensino primário. Sendo que, seus diferentes ramos seriam de responsabilidade dos poderes públicos e de livre iniciativa a particulares, respeitando as leis que o regulavam. Desta forma, definiu-se os princípios organizacionais da educação, da seguinte forma:

- I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;
- II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial anterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
- III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

<sup>19</sup> Os documentos analisados foram cedidos pela professora normalista Ana Gracik, e serão abordados com maior profundidade no capítulo IV.

<sup>20</sup> Escolas normais na região Sudoeste: Escola Normal Colegial Estadual “São José” (Capanema); Escola Normal Colegial Estadual “Professor Ciro Silva” (Santo Antônio do Sudoeste); Escola Normal Colegial Particular “Candido de O. Macedo Neto” (Realeza); Escola Normal Colegial Estadual “Xavier da Silva” (Pato Branco); Escola Normal Colegial Estadual “Madre M. dos Apóstolos” (Clevelândia); Escola Normal Colegial Estadual “Puríssimo Coração de Maria” (Palmas) e Escola Normal Colegial Estadual “Regina Mundi” (Francisco Beltrão) (FUNDEPAR, 1969, p. 86).

IV - as empresas indústrias e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra (BRASIL, Constituição de 1946).

Além dessa organização, competia a União aplicar 10%, dos recursos financeiros, anualmente a manutenção do ensino. Já os Municípios, Estados e o Distrito Federal, nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos.

As Leis Orgânicas de 1946 e a própria Constituição, estabeleceram as normas gerais para a modalidade de ensino estudada, a primária. Por meio delas, foi possível comparar e analisar, mediante as discussões da época a forma de organização do ensino primário rural, que pouco tempo depois, foi instituído pela CANGO na região e pelo Município de Francisco Beltrão. Mesmo que, as escolas estivessem a serviço de ideologias governamentais, a União, o Estado e os municípios passaram a ter compromisso com a educação na região.

Na década de 1940, a educação encontrava-se estagnada no interior do Brasil, sobretudo nos estados e municípios em desenvolvimento. A instrução era vista pelos interioranos como modismo. Estudar era luxo. O acesso era permitido apenas à alta elite e as escolas eram desconhecidas no meio rural.

No interior do Sudoeste do Paraná, as escolas eram raras e as políticas governamentais não chegavam até aqui. A necessidade latente dos humildes migrantes ainda era a de sanar as necessidades básicas de alimentação e acomodação das famílias. Todavia, mediante o processo de ocupação territorial, atraídos pelas condições de vidas propícias da região, muitos migrantes se aventuraram nessas terras, a procura de um lugar para construir sua morada.

A partir da instalação da CANGO, as escolas isoladas foram construídas e mantidas por este órgão. Os professores contratados, a organização pedagógica e a estrutural das escolas foram acompanhados pela Colônia. Paralelo ao desenvolvimento da CANGO se estruturava a pequena Vila Marrecas, ganhando forças para se tornar município independente de Clevelândia, em 1952.

## 1.2 A CANGO e os benefícios aos posseiros (1943 – 1957)

As discussões a respeito da organização dos Núcleos Coloniais foram fixadas com o Decreto-Lei nº 2.009, de 09 de fevereiro de 1940, sendo estes definidos como uma reunião de lotes medidos e demarcados, criados pela União, Estados, Municípios e por empresas particulares, a fim de acolher agricultores, em pequenas propriedades rurais.

O Decreto-Lei ainda previu, no artigo 7º, que os Núcleos Coloniais, além de residências para o pessoal técnico, administrativo e para os trabalhadores, estes tinham, campos de demonstração destinados a cultura própria da região, pequenas oficinas de trabalho com ferro e madeira, serviço médico e farmacêutico, cooperativas de venda, consumo, crédito e escolas para o ensino rural, de acordo com programas advindos da Superintendência do Ensino Agrícola.

A partir do Decreto-Lei de 1940, em 1941, retomam discussões a respeito da criação de Colônias Agrícolas Nacionais<sup>21</sup>, dispondo a organização das mesmas, por meio do Decreto-Lei nº 3.059, que delineou por intermédio do Ministério da Agricultura, a fundação e instalação de “grandes” Colônias Agrícolas Nacionais, das quais teriam o objetivo de fixar e receber proprietários rurais e assentá-los em lotes gratuitos, disponibilizados pela Colônia.

O Decreto-Lei, ainda estabeleceu que as despesas quanto à fundação, instalação, manutenção das Colônias e das vias de acesso, seriam custeados pela União, dentro dos créditos para este fim. As Colônias seriam criadas por decretos únicos, e sua instalação deveria ser por meio de um plano de colonização, vistos, clima, recursos hídricos, reservas florestais dentre outros.

As Colônias deveriam respeitar a metragem dos lotes a serem doados, que poderiam variar entre 20 a 50 hectares, também uma reserva florestal em cada lote, não inferior a 25% de sua área total. Dever-se-ia manter reservas naturais típicas da região em torno da Colônia, preservando a fauna e a flora. Ainda, os colonos necessitariam ser

---

<sup>21</sup> O Decreto – Lei nº 2.009, de 09 de fevereiro de 1940, organizou os núcleos coloniais, e o Decreto-Lei nº 3.059, dispôs sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais, além da criação de núcleos coloniais, a união criou “grandes Colônias Agrícolas Nacionais” – as quais seriam destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres, aqueles que revelassem aptidões para os trabalhos agrícolas (art. 1º). Conforme a Lei nº 488 de 15 de novembro de 1948, e o Diário Oficial da União de 1945, as colônias criadas no Brasil e seus respectivos administradores, foram: Colônia Agrícola Nacional do Amazonas (Feri Orstni de Lacerda), Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Jorge Coutinho Aguirre), Colônia Agrícola Nacional de General Osório (Eduardo Virmond Suplicy), Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Bernardo Salão Carvalho de Araújo), Colônia Agrícola Nacional do Pará (sem nome), Colônia Agrícola Nacional do Maranhão (sem nome) e Colônia Agrícola Nacional do Piauí (José Augusto de Oliveira Gusmão) (p. 55).

unidos em cooperativas de produção, venda e consumo, bem como a gratuidade do lote e de uma casa típica da regional para a família. O Decreto-lei garantiu aos posseiros, o material agrícola por meio do empréstimo livre de impostos e taxas sobre o lote.

A partir dos Decretos-Leis, sete “Grandes Colônias Agrícolas” foram criadas na década de 1940, no Brasil. Em 1943, pelo Decreto 12.417, o Ministério da Agricultura criou a CANGO, no Estado do Paraná, mais especificamente no Sudoeste do Estado, instalando-se provisoriamente a Vila de Pato Branco e posteriormente (1948) construindo sua sede definitiva em Vila Marrecas, atual Francisco Beltrão. O Decreto estabeleceu:

Fica criada a Colônia Agrícola Nacional "General Osório", no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros da fronteira, na região Barracão - Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura (BRASIL, Decreto nº 12.417 de 1943).

Para demarcar o seu território, os agentes da CANGO abriram “picadas”. Seus administradores optaram por estabelecer a sede definitiva em Vila Marrecas, ao lado do rio de mesmo nome, que no ano de 1948, comportava diversas famílias de posseiros. A CANGO construiu sua sede e seus “pavilhões”<sup>22</sup> no lado esquerdo do Rio Marrecas.

Conforme descreveu Martins<sup>23</sup> (1986), na margem esquerda do Rio Marrecas, ergueu-se o pavilhão da CANGO, onde funcionavam escritórios, instalações médicas, enfermarias, hospedarias, refeitório, oficina mecânica e sala de telecomunicação. Ao redor, construíram-se residências destinadas aos servidores federais.

---

<sup>22</sup> Os pavilhões construídos foram doados a 2ª Companhia de Infantaria, hoje 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada do Exército Brasileiro, assim que, a CANGO foi extinta, por volta de 1957. A casa do administrador foi doada a prefeitura municipal de Francisco Beltrão, do qual o retirou do seu local de origem, na sede da CANGO, e o transferiu para no Parque de Exposições Jaime Canet Junior onde abriga o Museu do Colonizador.

<sup>23</sup> Rubens da Silva Martins foi o 2º prefeito de Francisco Beltrão, exercendo seu mandato entre 1953 a 1956. “Nasceu em Curitiba, Paraná, em 27-08-1920. cursou o primário na Capital paranaense e o secundário em São Paulo, onde residiu de 1930 a 1940. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná. Cursos de extensão universitária: Ginecologia, Obstetrícia, Cirurgia, Perícia Médica, Medicina Higiene e Segurança do Trabalho. [...] nos anos 40 trabalhou na Prefeitura Municipal de Curitiba, onde exerceu a Chefia da Divisão Pessoal. Em Francisco Beltrão, foi sócio fundador da Associação Rural do Município; Sócio Fundador do Esporte Clube Marrecas [...] médico da Colônia Agrícola General Osório; Diretor proprietário do Hospital Santo Antônio; 2º prefeito do Município, cujo mandato exerceu de 1953 a 1956; Delegado de polícia nos dias que precederam o “Levante dos Posseiros” em 1957” (MARTINS, 1986, p. 483). Cabe salientar que Martins escreveu seu livro, a partir de suas experiências pessoais como sujeito político, inserido no partido PSD, apoiando as iniciativas do Governador Moisés Lupion e a CITLA. Sendo assim, algumas de suas falas revelam interesses políticos e concepções ideológicas da época. Ao longo do texto procurei apontar sua visão sobre a história e questioná-las, a partir de fontes primárias, relatos orais e outras bibliografias disponíveis.

A fotografia nº 01 mostra os pavilhões da CANGO, dos quais identificavam a sede da Colônia.

**Fotografia nº 01: Sede da CANGO – 1950**



**Fonte:** Francisco Beltrão, 2012, p. 36, fotografia nº 34.

Segundo Martins (1986), tudo que se fazia em Marrecas era em função da CANGO, ou ela. . A Colônia assegurou o acesso aos povoados e as regiões circunvizinhas remuneraram os trabalhadores das estradas, construiu casas escolares, contratou professores e empreitou serviços diversos, estimulando o comércio e encorajando a iniciativa privada. Disponibilizou alojamento aos migrantes, que esperavam serem assentados. Conforme indicado no site oficial da Prefeitura de Francisco Beltrão:

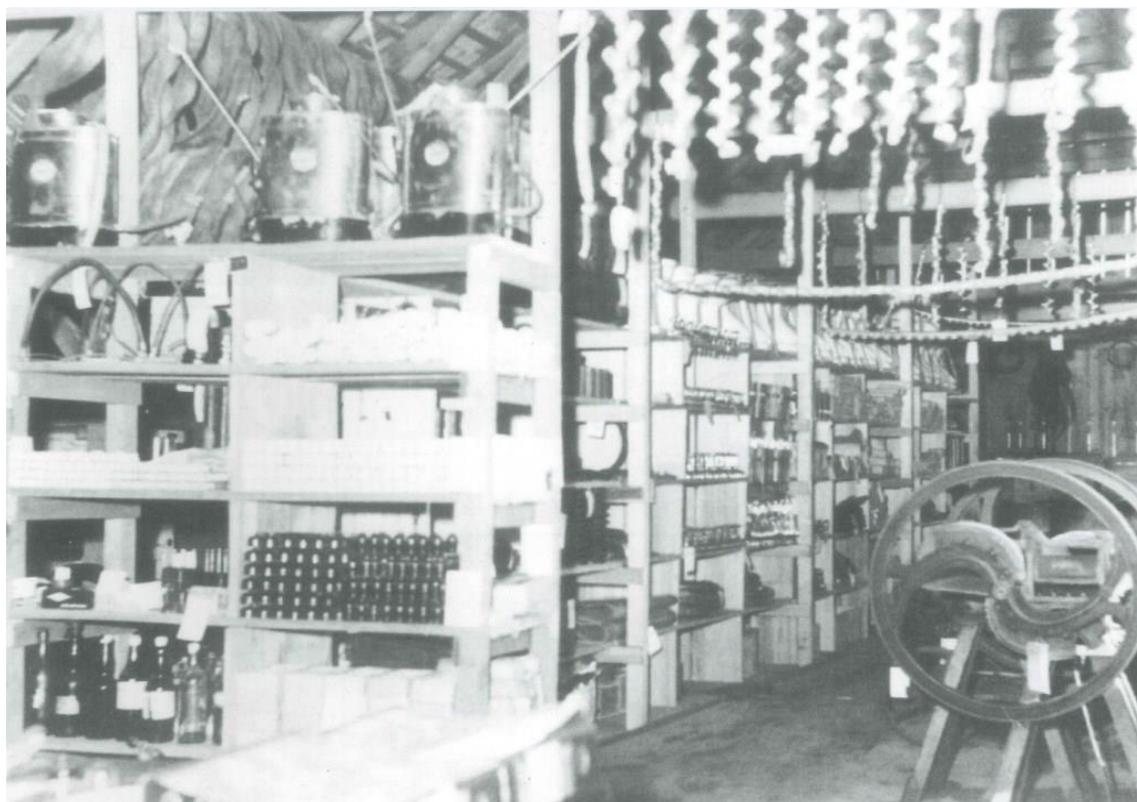
A meta da Cango era se instalar- no meio da Colônia Missões, que começava no Marrecas, mas resolveu construir seus barracões provisoriamente às margens do rio, e acabou ficando em definitivo. Com a Cango, que assentava famílias de agricultores dando-lhes terra, ferramentas, sementes, orientação técnica, educação e assistência médica, a Vila Marrecas recebeu médico, dentista, professores, topógrafos, agrônomos, mecânicos, carpinteiros, marceneiros, o que

muito contribuiu para o desenvolvimento do lugar. O distrito de Francisco Beltrão existia desde 1940, mas localizava-se no interior do futuro município de Renascença (BELTRÃO, 2012).

Como a CANGO oferecia lotes de terras gratuitos, casas, material para trabalhar a terra e sementes para o plantio. Muitos migrantes foram atraídos por estes benefícios e pela fertilidade do solo, bem como pelas riquezas naturais aqui existentes, sem contar as fontes de água, que banhavam o município. O clima era propício para produção de alimentos. A vegetação consistia basicamente de araucárias, um dos aspectos marcantes da paisagem natural do município e, que devido à intensa exploração madeireira da época, já se encontrava em processo de extinção.

No artigo 9º, do Decreto nº 3.059, quanto a organização da Colônia, garantiu a reunião dos colonos em cooperativas de produção, venda e consumo. Foi assim que a Colônia aqui criada se delineou. As pequenas comunidades rurais foram se disseminando. Surgiram pequenos centros comerciais, onde os colonos compravam produtos industrializados e vendiam suas produções. A fotografia a seguir, apresenta o Armazém da CANGO.

**Fotografia nº 02: Armazém da CANGO localizado na sede da Colônia – 1953**



**Fonte:** Francisco Beltrão, 2012, p. 42, fotografia nº 49.

No armazém eram comercializados produtos essenciais, com preços acessíveis aos colonos. Também era utilizada a troca de produtos. Observam-se no armazém: ferramentas agrícolas, couro, engarrafados, cordas, dentre outros produtos. Há registros da troca de sementes crioulas para o plantio e/ou para o consumo, como: feijão, trigo, arroz, milho e outros.

Nos primeiros anos de atuação da CANGO, os colonos produziam, conforme apontou Gomes (1987), quase que exclusivamente para subsistência. Todavia, por meio das condições criadas pela Colônia à produção de alimentos, ela se expandiu.

Estas características de início do processo de assentamento e produção agrícola delineado pela CANGO remeteram as afirmações de Marx e Engels. Segundo esses autores:

Somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história\*, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”\*\*<sup>24</sup>. Mas, para viver é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas a mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material (1979, p. 39).

Estas afirmações evidenciam que o espaço deve ser compreendido, enquanto este conjunto de circunstâncias e interesses agem entre si, e é este movimento que nos possibilita compreender a sociedade como um todo, sem ignorar as especificidades. A sociedade está sempre em movimento, e é mediante isso, que o homem faz história. Para Santos,

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração de conteúdos. O espaço, por conseguinte é isso: um conjunto de forma de conteúdos cada qual fração da sociedade em movimento, as formas, tem um papel na realização social. Enquanto totalidade, a sociedade é um conjunto de possibilidades (1988, p.14).

A CANGO construiu estradas para ligar a sede da Colônia ao Núcleo de Santa Rosa e as regiões do Tuna, do Rio Cotegipe e Jacutinga. Uma picada no mato foi aberta,

---

<sup>24</sup> Marx se refere, conforme nota de rodapé no texto original as: “*Condições geológicas, hidrográficas etc. Os corpos humanos. Necessidades, trabalho*” (MARX E ENGELS, 1979, p. 39.).

que mais tarde se denominou “Estrada do Picadão”, com acesso ao que é hoje a cidade de Ampére, Capanema e a faixa da Fronteira com a Argentina. Segundo Martins,

Adiante do pavilhão da CANGO, estendia-se a perder de vista, a imensa reserva florestal, que, aos poucos, cederia lugar as lavouras de trigo, feijão, milho e mandioca. As queimadas se faziam aqui e ali, indiscriminadamente, consumindo, às vezes, árvores seculares que os colonos não se davam ao trabalho de abater (1986, p. 3).

Pelo relato de Martins foi possível imaginar, como eram as características do povoado.

O povoado de Marrecas, instalado à margem direita do rio do mesmo nome, já dispunha, em princípios de 1949, de um loteamento urbano, devidamente demarcado, mas apenas uma rua central fora aberta, a atual Avenida Júlio Assis Cavalheiro, ligando a “estrada federal” à sede da CANGO. A transposição do Rio Marrecas era feita pela única ponte existente na localidade, coberta com tabuinhas e construída também pela Colônia (MARTINS, 1986, p. 2).

Segundo Martins (1986), na ponte se identificava o destino do migrante, que adentrava a Colônia, conduzia-os a sede da CANGO, para o devido cadastro. No ofício nº 19 de 20 de junho de 1951<sup>25</sup>, encaminhado ao Senhor Agrônomo Maurício Samways, o administrador da CANGO Eduardo Virmond Suplicy<sup>26</sup> apresentou informações sobre a Colônia até então. Destacou que existiam na Colônia, cerca de 35 (trinta e cinco) colonos, localizados em lotes medidos e demarcados definitivamente, e os que apenas ocupavam lotes eram 1.810, em um total de 1.845 povoadores fixados na Colônia. Os lotes recebidos variavam entre 25 a 50 ha<sup>27</sup>. A população não se reduzia a esta quantidade mencionada, existiam os que adentravam clandestinamente, devido ao não cadastramento na CANGO, por isso não se sabe ao certo onde estavam fixados.

<sup>25</sup> A Lei está na íntegra no livro: *Entre Jagunços e Posseiros* (MARTINS, 1986, p. 45-47).

<sup>26</sup> Eduardo Virmond Suplicy foi o primeiro administrados da Colônia Agrícola Nacional General Osório, onde se manteve até 26/06/50 quando foi exonerado por motivos políticos. Retornou a Chefia da Colônia em 19-03-1951, permanecendo até 22/11/1954. Faleceu em 15/01/1955 em Curitiba. Suplicy “nasceu na fazenda Roseira, município da Lapa, em 18-11-1897; cursou o primário em sua cidade natal e o secundário no Liceu Paranaense, em Curitiba; formou-se em agronomia em 1922, pela Escola Luiz de Queiroz, na cidade paulista de Piracicaba; em 1924, constituiu uma firma denominada Machado & Suplicy que participou da construção da Estrada de Ferro de Guarapuava, a qual foi dissolvida em 1930 em decorrência da Revolução de outubro; nos anos de 1930 e 1934 desenvolveu atividade comercial em Curitiba [...]; em 1935 exerceu a função de Assistente de Serviço Técnico do Café” (MARTINS, 1986, p. 56-57).

<sup>27</sup> Segundo o Decreto de 1941, nº 3.059, a área do lote poderia variar entre 20 a 50 hectares, dependendo dos recursos hídricos e da topografia do terreno.

O Trânsito na Colônia era controlado, sendo a ponte o único acesso. Esta ficava interdita nos dias de chuva para os veículos automotores e os caminhões contendo móveis e utensílios, que só adentravam a Colônia quando comprovado seu destino.

A CANGO construiu a ponte coberta sobre o Rio Marrecas, que ligava a Vila Marrecas a Colônia. A fotografia a seguir retrata como era a primeira ponte construída sobre o Rio Marrecas (1947), na Avenida Júlio Assis Cavalheiro. A placa posta se lê: “Ministério da agricultura/D.N.P.V (Divisão Nacional de Pontes e Viação) divisão e Colonização/CANGO”.

**Fotografia nº 03: Ponte coberta sobre o Rio Marrecas – 1947**



**Fonte:** Francisco Beltrão, 2012, p. 37, fotografia.

No ofício, Suplicy ainda, pontuou a distribuição dos colonos na Colônia. Conforme informado, os colonos estavam distribuídos entre as áreas banhadas pelos rios Capanema, Ampére, Cotegipe, Santa Rosa, Herval, Rio 14, Jaracatiá, Tunas, Marrecas e Pedreira. Também enfatizou que os colonos respeitavam os pinheiros existentes em seus lotes, retiravam somente o necessário para a construção de

benfeitorias pessoais. No artigo 4º, do Decreto-Lei de 1941, que dispõem sobre a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, definiu:

§2º Tratando-se de regiões de florestas naturais, em cada lote será mantida uma reserva florestal não inferior a 25% da sua área total.

§3º Sempre que possível será mantida uma grande reserva florestal típica da região, em torno da Colônia.

§4º Na elaboração do plano de colonização, serão respeitadas as belezas naturais da região, bem como cuidar-se-á da proteção à sua fauna e flora (BRASIL, Decreto-Lei nº 3.059 de 1941).

Conforme Martins (1986) a maioria dos homens e mulheres, que vieram à região, nos primórdios do seu desbravamento e colonização, não o fizeram pelo bem do Paraná ou do Brasil, mas sim, porque foram movidos, como o caso dos antigos bandeirantes, pela ambição e perspectiva de enriquecimento fácil, frente a uma extensa região, fértil e inexplorada, considerada “terra de ninguém”. Porém, no decorrer dos anos, outro sentimento os envolveria, o “apego à querência”, o orgulho pelas obras e construções realizadas e os interesses comunitários. Segundo Lazier,

Sabe-se que o desenvolvimento social e econômico de uma região está intimamente ligado, principalmente ao clima, vegetação e fertilidade do solo. Ocorreu a grande migração interna em demanda da região, entre outros motivos, em virtude das condições ecológicas existentes (1998, p. 19).

A Senhora Davida Martini Cattelan<sup>28</sup>, que veio com sua família de Joaçaba (SC), no ano de 1954, em busca de melhores condições de vida, evidencia as condições da população daquela época:

Vimos de Joaçaba, pensando em encontrar melhores condições de vida em Francisco Beltrão. Lembro como se fosse hoje, do “mato” que compramos para o corte, porque viemos como sócio da serraria que existia no lote que agora é a rodoviária, eram enormes araucárias e diferentes tipos de árvores nativas da região, que após plainadas serviriam para a construção de casas no Município. Morávamos próximo ao rio Lonquiador, que era bem mais cheio e com água limpa. Depois acabamos vendendo a casa e o lote que tínhamos na cidade e compramos um pedaço de terra aqui no interior, compramos vacas, galinhas, porcos e começamos a viver da agricultura, as “piazada” estudavam na escola que ficava a 50 metros da nossa casa (CATTELAN, 2012).

---

<sup>28</sup> Davida Martini Cattelan, pioneira do município de Francisco Beltrão e sócia/proprietária de uma das serrarias da época. Concedeu a entrevista a mim, no dia 13 de Novembro de 2012.

Por meio do relato, percebe-se que os fatores de maior impacto na colonização foram a abundância dos recursos naturais, como a araucária, a extração da erva-mate e as condições de vida encontradas. Com o apoio da CANGO, os posseiros e colonizadores destas terras construíram suas moradas e constituíram suas famílias. A partir do contato com a natureza e dos instrumentos criados a partir dela, o homem modificou o ambiente, mas também foi modificado por ele.

O homem a partir da natureza produziu os instrumentos adequados a sua necessidade, produzindo assim a vida material. O ambiente foi modificado pela força do trabalho humano, as árvores aos poucos foram cortadas, a terra capinada e casas construídas.

Como aponta Gomes (1987), embora os colonos produzissem as mesmas mercadorias que os caboclos, como o milho e os suínos, produziram de uma forma diferente, utilizando outras técnicas.

O primeiro momento do processo intensivo de ocupação do Sudoeste, quando a CANGO inicia a colonização, era marcado por uma divisão do trabalho assentadas nas necessidades da família, onde o abastecimento do que se consumia era produzido internamente. Comprava-se no mercado apenas os produtos de consumo manufaturados e os instrumentos de trabalho (GOMES, 1987, p. 22).

As contribuições da CANGO nesse período foram excelentes à população. Superou a visão política ideológica, advinda do Estado Novo em prol do desenvolvimento industrial e econômico camuflado, em benefício ao Governo. Mas, de certa forma, desempenhou e efetivou, nessas terras, o que seria selado posteriormente pelo grupo GETSOP, a reforma agrária, a doação gratuita de terras devolutas aos colonos, que não tinham interesses econômicos específicos. Mas, que queriam garantir o sustento e condições de vida digna a suas famílias.

Segundo Gomes (1987), a CANGO teve importância decisiva na colonização do Sudoeste do Paraná. Sua importância vai além do papel desempenhado na ocupação da região e na economia por ela estruturada. Sua atuação foi fundamental na luta pela terra junto aos colonos, em confronto aos interesses das companhias imobiliárias, que se instalavam na região.

Pela Lei nº 2.163, de 05 de janeiro de 1954, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), ficando este sob a jurisdição do Ministério da Agricultura. No artigo 4º, estabeleceu as finalidades do Instituto,

- a) Assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais imigrantes de uma, para outra região;
- b) Orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes;
- c) Traçar e executar, direta ou indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso aos nacionais da pequena propriedade agrícola (BRASIL, Decreto-Lei nº 2.163 de 1954).

O artigo 7º, deixou claro que seriam transferidos ao patrimônio do Instituto, todos os imóveis e outros direitos que, pertencentes a União, encontravam-se sob a administração da Divisão de Terras, Colonização do Ministério da Agricultura, do Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Ainda na Lei, artigo 14, foram extintos: o Conselho de Imigração e Colonização, o Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. As funções destes, foram desempenhadas pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Martins (1986)<sup>29</sup> pontuou que, ao se incorporar no INIC em 1954, a CANGO tomou outro viés no que se refere ao trabalho realizado na Colônia, trazendo reais prejuízos aos rurícolas instalados em sua área de Jurisdição.

Para exemplificar o que foi dito sobre o INIC, Martins (1986) reproduz na íntegra o pronunciamento feito por ele em uma rádio local em 1955, como representante do Diretório do PSD no município, falou sobre as mudanças administrativas instituídas na CANGO, que foi transformada em Núcleo Colonial General Osório. Retratou a transformação ocorrida com a Colônia e confrontou o atendimento prestado aos colonos nas duas fases da Colônia. Ao tratar da CANGO, expressou:

[...] floresceu em nosso Município e nos Municípios vizinhos de Capanema e Santo Antônio, com a única e exclusiva finalidade de fixar o homem à terra, proporcionando-lhe meios para dela retirar os recursos necessários a sua subsistência, amparando-o nos momentos difíceis do desbravamento das matas, auxiliando-o, quando enfermo, e incentivando-o com promessas de um título de propriedade, cuja entrega ser-lhe-ia feita no decorrer de cinco anos, ocasião que a Colônia deveria estar emancipada. [...] Isto ocorreu em 1948, época em que ingressar na Colônia General Osório, significava: 20 alqueires inteiramente de graça, salvo a selagem do requerimento da terra; assistência médica e farmacêutica gratuita; transporte para os enfermos; escolas primárias; sementes selecionadas para a valorização do produto na lavoura, maquinária adequada ao seu beneficiamento e transporte gratuito do mesmo aos mercados mais próximos (MARTINS, 1986, p. 317- 318).

<sup>29</sup> “Naquele ano, a Administração do Núcleo Colonial General Osório fazia oposição declarada ao Governo do Estado e ao Executivo Municipal por mim representado [...]” (MARTINS, 1986, p. 341).

Segundo ele, “como tudo que é bom acaba logo” (1986, p. 318) a CANGO deu lugar ao Núcleo Colonial do Instituto de Imigração e Colonização, batizado de General Osório. A nova condição administrativa apresentou uma situação bem diferente para os colonos residentes e para os que adentravam na região.

Ingressar no “Núcleo” importava receber apenas 8,10 ou 12 alqueires, que devem ser pagos ao “INIC”. Ao colono já fixado, a mais de 6 anos pelas administrações anteriores, negou-se o direito à terra, reduzindo-se o lote, que ele abrira na mata virgem e que valorizara com seu próprio suor, à metade ou apenas a uma terça parte. Suprimiu-se o fornecimento de medicamentos; o transporte para os enfermos foi negado, embora disponha o Núcleo de dois jeeps e de uma caminhoneta, adquirida exclusivamente para esse fim; as ferramentas passaram a ser vendidas; tudo o que faz é a peso de ouro [...]. Não se trata mais de amparar e de valorizar o seu trabalho; não se cuida mais de zelar pela saúde do homem do campo e de proteger sua família contra as enfermidades. [...] Transformou-se a próspera Colônia General em um estabelecimento comercial [...] (1986, p. 318-319).

A situação da Colônia mudou muito após ser administrada pelo INIC, que não mais recebia dinheiro do Governo Federal para manter a Colônia, e esta precisava “andar com suas próprias pernas”. Começou a exploração dos colonos pelo Núcleo, dos quais eram obrigados a assinarem promissórias em branco no intuito de legalizar as terras. Porém, estas promissórias eram, [...] Sem valor declarado, sem data de vencimento, sem declaração de beneficiários e sem timbre da Repartição, sob ameaça de expulsão dos lotes em que estavam localizados. Aos que ousassem tornar pública esta irregularidade administrativa do Núcleo, o administrador substituto ordenou a demolição das casas dos colonos (MARTINS, 1986, p. 319).

Gomes (1987), porém pontuou que a Colônia teve sim dois momentos: O primeiro, como Colônia Agrícola, em que as terras eram doadas aos colonos. E o segundo, quando foi transformada em Núcleo Colonial, e se determinou que a terra poderia ser vendida<sup>30</sup>, mediante suas análises a partir dos relatórios do Núcleo enviados ao INIC, concluiu que as terras nunca foram vendidas, porque a legitimidade delas

---

<sup>30</sup> No capítulo V, do Decreto nº 35.519 de 1954, que aprova o regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização estabeleceu: “art. 45º O INIC não fará concessões gratuitas de terra de seu patrimônio, mas estabelecerá base mordicas para o preço de alienação, que deverá ser amortizado dentro do prazo máximo de vinte anos, previstas penalidades para os atrasos eventuais”. Com exceto, somente as concessões justificadas, a entidades oficiais e particulares, para fins de construção, de: hospitais, praças de esporte, igrejas e escolas. Ainda, pelo Decreto, a concessão de lotes, seria dada para as pessoas que realmente quisessem exercer a atividade de agricultor e criador.

ainda estavam em juízo. Nesta afirmativa, Wachowicz (1987) pontuou que as terras nunca chegaram a serem vendidas, tanto pela Colônia como pelo Núcleo.

No mesmo discurso proferido na rádio, sobre o INIC, Martins tratou, o que o Núcleo fez com os pinheiros que se encontravam na área de extensão,

Passaram a ser derrubados, invadindo a Administração os lotes cercados, principalmente dos colonos que tinham tido a “ousadia” de protestar contra as famosas promissórias em branco. A madeira bruta passou a ser vendida em União da Vitória e a ser transportada para a Capital da República (1986, p. 320).

Mediante análise do discurso apresentado por Martins, como representante do Diretório municipal do PSD, foi possível situá-lo com discurso próprio de caráter eleitoreiro, com intuito de mostrar aos colonos, que estas circunstâncias poderiam ser revertidas se tivessem um novo candidato que olhasse para o povo. A fim de eleger para Governador do Paraná em 1956, Moisés Lupion e para presidente Juscelino Kubistchek, ambos do PSD.

Jahir de Freitas levanta algumas questões sobre o Núcleo, em pronunciamento no dia 27 de setembro de 1954, transmitido ao presidente nacional do INIC, sobre a situação da Colônia na região<sup>31</sup>. Jahir de Freitas como assistente da Administração da Colônia começa seu discurso apontando que, diversos colonos e funcionários, vieram até ele reclamar e expor a situação em que se encontravam. As denúncias feitas pelos colonos e funcionários foram constatadas por Jahir de Freitas, que motivado por estas inquietações resolveu escrever ao Presidente do INIC, para que fossem tomadas as devidas sanções.

Jahir de Freitas citou algumas irregularidades numerando-as: 1- O Sr. Administrador obriga os colonos a assinarem notas promissórias em branco, sem citar nome do beneficiário, data nem importância; 2- Usa irregularmente das fichas de Assentamento e Registro dos colonos, fazendo desaparecer os direitos concedidos aos mesmos; 3- vendeu ferramentas agrícolas aos colonos, quando a orientação era ofertá-las gratuitamente, a título de empréstimo; 4- Faz da estrada de rodagem dentro da colônia de domínio particular, cobrando multa aos veículos que trafegam pela área, e o dinheiro não se reverte ao “Cofre Público”; 5- Ameaça de demissão de funcionários e expulsão de colonos que votarem no candidato do PSD; 6- Age agressivamente com revólver a punho com os colonos.

---

<sup>31</sup> Discurso apresentado na íntegra por Martins (1986, p. 320).

Jahir de Freitas comunicou ainda, que havia um movimento de protesto dentro da Colônia e no Município de Francisco Beltrão, contra os atos da Colônia e que tais protestos poderiam ferir o nome da Alta Administração do INIC. Mediante todos os acontecimentos na cidade e na Colônia, as escolas primárias também sofreram com estes desacertos.

Conforme pronunciamento do Diretório Municipal do Partido Social Democrata (PSD) em uma emissora local, o administrador do INIC,

[...] em recente portaria publicada nesta Emissora, o Sr. Administrador do Núcleo Colonial General Osório, exonerou todos os professores do referido Núcleo, em número de 27, fazendo menção da inclusão dos mesmos no quadro de extranumerários da Prefeitura Municipal, em virtude de convênio firmado com a mesma (MARTINS, 1986, p. 323-325).

O PSD se posicionou contra a medida adotada pela Colônia, ao suprimir um dos últimos benefícios públicos ainda disponibilizados aos colonos e mantidos desde a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO)<sup>32</sup>. As críticas as ações do administrador prosseguiram,

Como um bicho papão insaciável, a Administração do Núcleo que já cancelara a distribuição gratuita de medicamentos, o fornecimento de materiais agrícolas e todas as vantagens obtidas pelo colono, após a criação da CANGO, priva-o agora de escolas, sob alegação de que a ela não compete a instrução do povo (MARTINS, 1986, p. 323).

O diretório do PSD se mostrou indignado com o fechamento das escolas e a exoneração dos professores pelo Núcleo. Solicitou esclarecimentos quanto ao convênio, que iria ser firmado entre o município e o Núcleo, avaliando a proposta. Conforme transcrito por Martins a proposta era:

1- A Administração do Núcleo General Osório cederia à Prefeitura Municipal, todos os prédios que dispõe, obrigando-se a construção de outros.

---

<sup>32</sup> Segundo o Decreto-Lei nº 3.059 de 1941, que dispõe sobre a criação de Colônias, esta estabeleceu no artigo 8, sobre a educação, “serão mantidas ainda escolas primárias para alfabetização de todas as crianças em idade escolar”. No artigo 8, apontou outra modalidade: “Na sede da Colônia será fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos instrução rural adequada [...]”. Ainda no que se refere a programas educacionais o INIC, em seu regulamento determinou: “Desenvolver programas educacionais visando a integração dos alienígenas\* (esta palavra era usada no que se referia aos imigrantes) na comunidade brasileira, facilitando-lhes a compreensão das leis, estrutura política e administrativa, costumes, bem como o aprendizado da língua portuguesa, e ainda orientando-os nos processos de naturalização” (BRASIL, art. 3º, Decreto nº 35.519 de 1954).

- 2- Permitiria à Prefeitura, a cobrança, na área administrativa do Núcleo, das taxas escolares, recém criadas, à razão de 200 cruzeiros anuais por colono.
- 3- A Prefeitura nomearia todos os professores demitidos pelo Núcleo (1986, p. 324).

Enquanto a prefeitura analisava esta proposta feita pelo administrador do Núcleo, este exonerou os professores, garantindo-lhes que seriam aproveitados no quadro de professores municipais. Quanto ao estudo feito pela Prefeitura sobre a proposta do Núcleo para assumir as escolas, estes resultou do seguinte parecer:

- 1- O Núcleo General Osório dispõe apenas de sete casas escolares no Município de Francisco Beltrão, precariamente construídas, cobertas com tabuinhas e a doação das mesmas carece de autorização superior e a aceitação implica no pronunciamento da Câmara de Vereadores do Município.
- 2- Não pode a prefeitura cobrar taxas aos colonos residentes no Núcleo Colonial General Osório, de acordo com a Lei Federal vigente.
- 3- Com o recente reajustamento de vencimentos de pessoal, a transferência dos professores do Núcleo à Prefeitura, acarretaria um dispêndio anua de 745 mil cruzeiros, o que excede de muito a verba total de que dispõe o Município para atender às despesas decorrentes do ensino primário (1986, p. 325).

O acordo beneficiava somente a Administração do Núcleo, que entregaria a Prefeitura algumas casas escolares isoladas primárias, cujo custo não atingiria 200 mil cruzeiros. Frente ao impasse, o Diretório do partido iria recorrer a Alta Administração Federal,

[...] fazendo um apelo para que os professores do Núcleo não sejam desamparados e que as escolas continuem a funcionar, a fim de que os colonos possam contar, ao menos, com esta assistência por parte do Núcleo, já que os demais benefícios públicos lhe foram negados (MARTINS, 1986, p. 325).

Conforme aponta Martins (1986) um Inquérito Administrativo foi instaurado para averiguar as denúncias e irregularidades praticadas no Núcleo pelo Administrador, porém o inquérito não passou de uma farsa. Ao final de 1957, permaneciam mantidas pelo Núcleo apenas 7 (sete) escolas.

Para confrontar as informações do discurso apresentado por Martins (1986), utilizo a portaria número 06 de 1957, do Núcleo Colonial, que estabeleceu a exoneração de 26 professores do referido núcleo, como “medida de contenção de despesas” e comunicou aos mesmos, que em conformidade com convênio existente com o

Executivo Municipal, os professores mencionados foram admitidos pelo prefeito, a fim de prestar serviços ao município.

Para entender melhor a situação de exoneração e passagem das escolas e professores federais (Núcleo Colonial) para municipais, o professor Felix Padilha<sup>33</sup> (item 15 do quadro nº 01) um dos exonerados no período, descreveu em entrevista,

[...] ah! Foi simples, porque foi só passar da CANGO pro Município. Criou-se o Departamento de Ensino, a prefeitura não era secretaria, então eu lembro bem da minha secretária na época, diretora do departamento de educação, era a Amália Marafon [...], lá de vez em quando, uma vez cada três, quatro meses ou mais, ela visitava as escolas do interior. Então quando chegava a Amália Marafon, nossa era uma deusa que chegava, daí preparava os alunos, olha o respeito, era mais ainda sabe. E ela gostava muito disso, que a gente preparava os alunos que eram muito humildes e tinha aquele dom do respeito, porque eles aprendiam em casa, meio na marra com os pais, mas aprendiam (PADILHA, 2013).

O nome dos 26 (vinte seis) professores exonerados pelo Núcleo Colonial, em 1957, está reproduzido no quadro a seguir.

**Quadro nº 01: Professores da CANGO exonerados em 1957**

Nº	Professor/professora
01	Olga Batista
02	Maria Basso Delani
03	Terezinha Castro Ferreira
04	Stela Barreto Olm
05	Ana Algeria Paraná de Barros
06	Lidia Lopatiuck
07	Maria Bonin Faquinelô
08	Felisberto Silveira
09	Tereza Zales kiZilli
10	Ana Bonin Toigo
11	Erides Amalia Tiecher
12	Delma Graciosa Tiecher
13	Olmira Maria Tiecher
14	Julia Cheis Da Silveira
15	Felix Padilha
16	Palotino Honorato Teixeira
17	Clotilde Tolomioti
18	Cecilia Jecthl
19	Romano Krone
20	Ilvan Olm
21	Otacílio Agostinho Ferreira
22	Luiz Domingos Folador
23	Sebastião de Quadros

<sup>33</sup> Em entrevista concedida a mim, no dia 19 de novembro de 2013.

24	Adulia Maria Wurtzel
25	Maria de Lurdes Jasson
26	Gregorio Helman

**Fonte:** Portaria nº 06 de 04 de janeiro de 1957.

Frente aos documentos e o relato oral dos professores exonerados, fica evidente que há uma contradição/confusão no discurso destacado pelo partido do PSD. Então analiso: Se existiam 27 (vinte e sete) professores<sup>34</sup>, destes, 26 (vinte seis) são mencionados no Ofício nº 06 designados acima, e mais uma professora que aparece no documento 01 e que não foi exonerada. Estes eram responsáveis por 27 (vinte e sete) escolas multisseriadas devidamente organizadas e mantidas pelo Núcleo (aparecem nomeadas e organizadas no quadro nº 06) e não por apenas 7 (sete) escolas como descrito no discurso do representante do partido.

Os professores estavam recebendo seus vencimentos conforme mostra a folha de pagamento do Núcleo de 14 de abril de 1956, documento nº 01. Sendo 27 (vinte sete) professores recebendo o devido salário pago pelo Núcleo Colonial, e assinado pelo administrador.

Mediante as questões apresentadas, o acordo entre o Núcleo Colonial e a administração municipal existiu, porém pelos relatos e documentos a desordem e o desentendimento foram menores do que o discurso que o PSD indicava, pois os tramites de aproveitamento do corpo docente na educação municipal aconteceram de forma legal.

O documento a seguir representa a Folha de Pagamento do Núcleo, de 14 de abril de 1956, onde foi possível observar os 27 (vinte sete) professores que estavam efetivos na Colônia<sup>35</sup>, destes 27 (vinte sete) professores somente a professora Irene Oliveira de Freitas, que não foi exonerada mediante o Portaria nº 06 (quadro nº 01).

Por meio do documento, é perceptível o valor pago ao corpo docente, o equivalente a Cr\$ 1.220,00 (um mil duzentos e vinte cruzeiros), sendo o valor de Cr\$ 14.640,00 (quatorze mil seiscentos e quarenta cruzeiros) anuais. A data de admissão também é visível, mediante o documento, sendo que o professor Felisberto Silveira é o professor mais “antigo” do quadro, contratado pela Colônia, com data admissional de 07 de novembro de 1949.

<sup>34</sup> A professora Irene Oliveira de Freitas aparece no quadro de funcionários do Núcleo, exercendo a função de professora, porém esta não foi exonerada juntamente com os demais professores do quadro nº 1. Os motivos/justificativas sobre o “porquê” esta não foi exonerada não foram levantados.

<sup>35</sup> Ao comparar os nomes dos professores do quadro nº 01 e do documento nº 01, dois nomes de professores não são compatíveis a lista do quadro 01, talvez houve erro de digitação dos referidos nomes ou estes foram demitidos anteriormente e novos foram contratados em menos de 10 (dez) meses.

## Documento nº 01: Folha de vencimentos professores da Colônia – 1956

NOMES	FUNÇÃO	SALARIO MENSAL	SALARIO ANUAL	DATA DE ADMISSÃO
		63.200,00	746.400,00	
Transporte .....		1.350,00	16.200,00	1- 1-56
Clemente Machado dos Santos	Vigia	1.320,00	15.840,00	1- 1-56
Paulino Colasso de Oliveira	Trabalhador	1.220,00	14.640,00	1- 9-50
Irene Oliveira de Freitas	Professora	1.220,00	14.640,00	1- 7-50
Olga Batista	"	1.220,00	14.640,00	1- 8-50
Ana Alseria Faras de Barros	"	1.220,00	14.640,00	16- 9-50
Julia Cheir da Silveira	"	1.220,00	14.640,00	1- 3-52
Jacy Teresa Giraldeello Quirubini	"	1.220,00	14.640,00	1- 3-52
Terezinha de Jesus Castro Ferrreira	"	1.220,00	14.640,00	1- 3-52
Maria Basso Palani	"	1.220,00	14.640,00	1- 3-52
Tereza Zaleski	"	1.220,00	14.640,00	1- 3-52
Clotilde Tolomitti Claudio	"	1.220,00	14.640,00	1-3-52
Adulla Maria Pultzel	"	1.220,00	14.640,00	15- 3-52
Sibila Barreto Ota	"	1.220,00	14.640,00	24- 9-52
Lidia Lopatiuki	"	1.220,00	14.640,00	1- 3-53
Ana Bonin Toigo	"	1.220,00	14.640,00	1- 3-53
Nery Viana Pachego	"	1.220,00	14.640,00	7-11-49
Felisberto Silveira	"	1.220,00	14.640,00	1- 4-52
Romano Krone	"	1.220,00	14.640,00	1- 8-52
Gregorio Junkes	"	1.220,00	14.640,00	1- 4-53
Palotinho Honorato Moreira	"	1.220,00	14.640,00	1- 2-54
Felix Padilha	"	1.220,00	14.640,00	1- 3-54
Sebastião de Quadros	"	1.220,00	14.640,00	1- 3-55
Maria Bonin Pachinallo	"	1.220,00	14.640,00	2- 5-55
Ilyan Oim	"	1.220,00	14.640,00	1- 1-56
Bridos Amelia Tiecher	"	1.220,00	14.640,00	1- 1-56
Maria de Lourdes Janeschen	"	1.220,00	14.640,00	1- 1-56
Olmira Maria Tiecher	"	1.220,00	14.640,00	1- 1-56
Gregorio Helmann	"	1.220,00	14.640,00	1- 1-56
Luiz Domingos Polador	"	1.220,00	14.640,00	

Fonte: Vencimentos da Colônia, 31 de dezembro de 1956.

Os professores “recentes” contratados pelo Núcleo eram 7 (sete), com data de 01 de janeiro de 1956. Observo, mediante as folhas de pagamento dos anos anteriores, que houve uma rotatividade grande de professores contratados pelo Núcleo, desde a primeira lista disponível em 1951, documento nº 04.

Estas medidas de contenção de despesas do Núcleo foram feitas pelo fato da Colônia ter cumprido sua função primordial, que era o assentamento dos colonos migrantes. Nessa época se iniciava uma mudança estrutural social, onde acontecia o inverso da época em que a Colônia aqui se instalou, muitos colonos passaram a vender suas terras em busca de melhores condições de vida na cidade, esta questão será trabalhada no 3º capítulo.

O Núcleo Colonial não conseguiu se auto sustentar, pois não dispunha mais dos benefícios iniciais que a CANGO recebia. A manutenção das escolas primárias, sobretudo, as que se localizavam na zona rural, ainda era um dos segmentos garantidos

pelo Núcleo. As mudanças e as questões administrativas levaram a Colônia a extinção, em 1957.

Segundo o Decreto nº 3.059 de 1941, sobre a emancipação das Colônias para se tornarem municípios:

Art. 26º A emancipação da colônia será declarada pelo Governo, mediante decreto executivo, quando houver sido expedido a todos os concessionários de lotes os títulos definitivos de propriedade, ou antes, se conveniente.

Art. 27º Emancipada a colônia, o Governo cederá à cooperativa organizada pelos colonos, as instalações, máquinas agrícolas, animais de trabalho e reprodutores nela existentes [...].

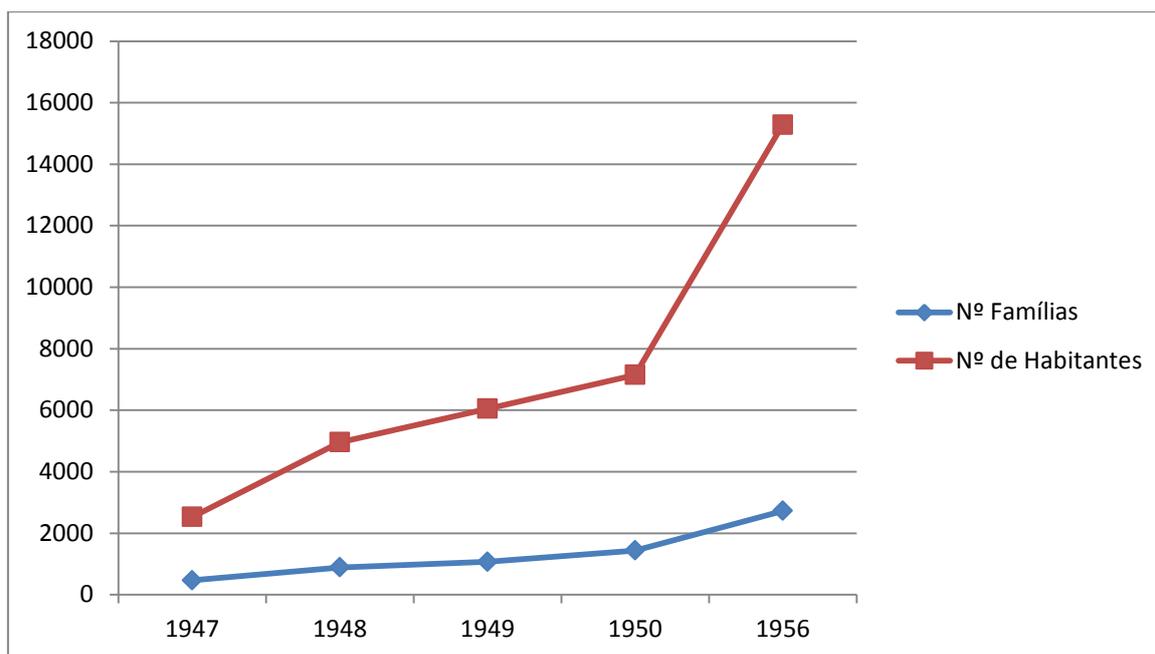
Art. 29 Os edifícios existentes na sede das colônias emancipadas poderão ser transferidos para os Estados e Municípios, mediante prévio acordo com o Governo da União, ou vendidos em concorrência pública (BRASIL, Decreto nº 3.059 de 1941).

Segundo Martins (1986) a Colônia deveria se emancipar em 5 (cinco) anos, cujo o título das propriedades seriam entregues aos posseiros<sup>36</sup>. Em 1952, Vila Marrecas se desmembrou de Clevelândia, tornando-se Município de Francisco Beltrão, a área da Colônia estava questionada na justiça pela CITLA, a Colônia Agrícola Nacional General Osório, não teve sua emancipação efetivada, e nem os títulos de terra entregues. Os títulos só foram legalmente dados aos posseiros a partir de 1962, quando o Governo Federal criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), para terminar o que a Colônia havia começado.

No ano de 1947, segundo relatórios da CANGO e reproduzidos por Martins (1986), a Colônia havia cadastrado cerca de 467 famílias, sendo 2.529 habitantes na área rural. No ano de 1948, a CANGO possuía 886 famílias, destas, 4.956 habitantes. Já em 1949, o número de famílias cadastradas subiu para 1.068, em um total de 6.045 habitantes. No início da década de 1950 o número de famílias era de 1.440 e eram em 7.147 o número de habitantes, fora os que adentravam clandestinamente a Colônia e ainda não tinham sido cadastrados. Até o ano de 1956, a Colônia havia cadastrado 2.725 famílias, sendo 15.284 habitantes, e aproximadamente 26.000 aguardavam cadastramento. Para perceber a densidade demográfica e aumento da população na Colônia, estabeleço o seguinte gráfico.

---

<sup>36</sup> Segundo Gomes (1987) foi fundada, pelo Decreto nº 382 de 07 de maio de 1918, a Colônia Bom Retiro, que deu origem a Pato Branco. Esta tinha como finalidade alocar colonos vindos da região do Contestado. Esta Colônia foi emancipada tornando-se Distrito e posteriormente Município de Pato Branco.

**Gráfico nº 01: População da Colônia 1947 – 1956**

**Fonte:** A partir de Dados Populacionais, Martins, 1986, p. 44.

O número de migrantes que adentraram a Colônia cresceu a cada ano, sejam eles cadastrados ou aqueles que adentravam clandestinamente e se instalavam em regiões mais distantes da sede do órgão. Cabe ressaltar que mesmo a Colônia se desenvolvendo paralela a Vila Marrecas, depois cidade de Francisco Beltrão, esta não influenciava diretamente na forma organizativa e administrativa da mesma. Os dados acima pontuados, são referentes as famílias cadastradas na Colônia, conforme os relatórios disponíveis.

### **1.3 As escolas construídas pela CANGO e seus professores (1948 – 1957)**

Com a onda migratória populacional interna em todo país, a partir da década de 1940, a CANGO registrou o aumento significativo de migrantes, vindos especialmente da região Sul, com uma população mista de famílias, (adultos, idosos, jovens e crianças). O cadastramento das famílias era feito na entrada da Colônia junto ao cadastramento dos filhos destes colonos em idade escolar. Alguns haviam iniciado os estudos nas cidades de origem. Assim, surgiu a necessidade da construção de escolas para atender aos filhos e filhas dos posseiros, para que tivessem o básico da educação, sobretudo a alfabetização. .

O quadro a seguir discrimina a população oficialmente reconhecida pela CANGO até 1948, estas adentravam a Colônia e eram devidamente cadastrados (cabe aqui ressaltar que os dados não contemplam os colonos que adentravam a Colônia clandestinamente). O total de população era de 4.956 pessoas. Dentre elas foi possível perceber dados sobre a instrução.

**Quadro nº 02: Dados dos habitantes cadastrados pela CANGO em 1948**

ORIGEM	QUANTIDADE %	INSTRUÇÃO	QUANTIDADE
Cabeças de Família	886 (17,87%)	Sabiam ler e escrever	1.245 (25,12%)
Dependentes	4.070 (82,12%)	Analfabetos	3.711 (74,87%)
Total	4.956		

**Fonte:** MARTINS, 1986, p. 55.

Somente  $\frac{1}{4}$  da população era alfabetizada ou teve algum tipo de contato com a escola. A grande maioria permanecia sem escolaridade. Certamente, estes dados justificam a construção de escolas, pela Colônia, neste período.

A escolarização da população era muito baixa, embora vivessem um período em que era obrigatória a educação primária. Porém, levando em conta a precariedade das condições educacionais rurais, as quais não eram garantidas efetivamente pelas estâncias governamental, então, é possível admitir que, 25% da população alfabetizada em uma região interiorana e estritamente agrícola, era um dado a ser valorizado.

Lazier pontuou sobre esta questão afirmando, que:

Verificando o cadastro da CANGO pode-se concluir que o grau de alfabetização da população era regular. Dos 4.956 cadastrados em 1948, 1.245 eram alfabetizados. Eram analfabetos, portanto, 75% do total da população, incluindo as crianças. Em 1956, dos 15.284 cadastrados, eram alfabetizadas 4.585 pessoas. O número de analfabetos eram de 10.699, 70% do total. Convém esclarecer que dos 15.284 habitantes, 7.299 estavam em idade escolar (1998, p. 40).

Com a população em ritmo de crescimento entre o final da década de 1940 e início da de 1950, a CANGO passou a cadastrar as crianças em idade escolar e a construir escolas primárias, garantidas no que Decreto-Lei nº 3.059 de 1941, que seriam mantidas na Colônia escolas primárias, para todas as crianças em idade escolar.

A fotografia a seguir, representa a primeira escola que a CANGO construiu, à chamada “Escola General Osório”, que se localizava próxima a sua sede, em frente aos pavilhões.

**Fotografia nº 04: Primeira escola da CANGO – atual**

Fonte: Carla Cattelan, 2013.

Uma casa, que foi construída em 1947, e que somente em 1948 se transformou na primeira escola. A primeira casa escolar sofreu algumas modificações estruturais durante o tempo, de pintura, muro e acabamentos, porém, encontra-se preservada atualmente no bairro da CANGO<sup>37</sup>, como mostrou a fotografia.

Com os alunos devidamente cadastrados, a CANGO contratou a primeira professora para ministrar as aulas na casa escolar. A primeira aula, que se tem registro nessa casa escolar, foi ministrada pela professora Italina Zancan Scotti<sup>38</sup>, no dia 3 de maio de 1948. A Professora Italina Zancan Scotti, lecionou por alguns anos na Colônia.

---

<sup>37</sup> O bairro recebeu este nome em homenagem a Colônia que mantinha sua sede neste lugar. A primeira escola esta preservada em frente às instalações do Quartel do Exército, na rua Bela Vista nº 147 e serve de moradia para uma família. A placa apresenta o símbolo da repartição do exército, com a seguinte inscrição: “AQUI NASCEU BELTRÃO! Esta casa foi construída em 1947 e sediou a primeira escola da cidade. Primeira aula: 03 de maio de 1948. Professora: Italina Zancan”.

<sup>38</sup> Lecionou na CANGO e posteriormente contratada pelo Estado, hoje aposentada.

A história apresenta a professora Italina como primeira professora do município, porém a professora Alba Paz da Silva<sup>39</sup> retratou em entrevista e manuscritos, que anteriormente a instalação dessa escola, feita pela CANGO, já instruíra uma turma de alunos desde 1945, no Rio Tunas (atual comunidade do Menino Jesus).

Por meio dos relatos orais e da documentação encontrada, procuro reconstituir a trajetória da professora Alba, na época indicada. Ela se mostrou insatisfeita por não ser reconhecida como a primeira professora do município.

A professora Alba, que nasceu em 1929, em Palmas (PR), retratou o processo de sua formação:

[...] época de muitas dificuldades para o estudo, mais ainda para mulheres. Meu pai camponês, cheio de esperança e aventura, encontrou um casal, o velho já com 60 anos tinha sido professor. [...] colocou em seu galpão para lecionar seus filhos, que eram três em ponto de aula<sup>40</sup>. Em três anos, o professor ensinou dezoito alunos. [...] no final fomos ao colégio fazer uma prova da 4ª série, este era nosso diploma. [...] com isso ensinava meus primos na casa do meu tio (SILVA, 2014).

Após o término dos seus estudos (4ª série), seu pai certo dia, foi em uma reunião [...] *sobre a colonização, que ficava nas tais fazendas missões, muito longe. Seu nome era Marrecas* (SILVA, 2014)<sup>42</sup>. Conforme destacou a professora Alba, seu pai alugou sua casa e partiu com a mudança para Vila Marrecas, chegando por volta de 1941. Comprando a posse de terra de moradores da região, na localidade denominada Barra do Tunas.

A professora Alba Paz da Silva, não era professora contratada pelo poder público, a comunidade se reuniu e a designou para instruir seus filhos. A fotografia a seguir retrata a professora Alba Paz da Silva, atualmente.

<sup>39</sup> Entrevista concedida a mim no dia 03 de dezembro de 2013 e manuscritos do dia 18 de fevereiro de 2014.

<sup>40</sup> Se referindo a idade escolar. Os três filhos eram dois meninos e ela.

<sup>41</sup> Utilizo o itálico para marcar as falas dos professores, destacando no texto as experiências vividas estabelecendo diálogo entre pesquisador, entrevistados, documentos e a história.

<sup>42</sup> Gomes reproduziu uma entrevista de Walter Pecóits, do qual acrescentou: “Na época de criação das colônias agrícolas intensa propaganda era feita nos programas sertanejos das rádios, de grande penetração no meio rural. No caso da CANGO, mais do que este programa, a notícia era espalhada de “boca em boca” pelos que vinham para a região e voltavam para buscar a família. Além disso, os reservistas do Rio Grande do Sul, quando davam baixa do quartel, recebiam junto com seus certificados, um boletim: “procure a CANGO no Estado do Paraná, onde o governo lhe dá terra, lhe dá assistência médica, lhe dá sementes, etc” (1987, p. 19).

**Fotografia nº 05: Professora Alba Paz da Silva**

**Fonte:** Carla Cattelan, 2013.

Segundo ela, no ano de 1945, com 16 anos de idade, começou a lecionar. Como era uma das únicas que tinha formação primária na comunidade, as demais famílias se organizaram para que ensinasse aos seus filhos [...] *eu tinha alunos com 7 (sete) aninhos e outros de até 16 (dezesesseis) anos. Os pais queriam que eles aprendessem pelo menos assinar o nome (SILVA, 2013).*

A sala de aula foi improvisada no galpão de seu pai. Quanto a organização do local e os materiais a comunidade ajudou [...] *um levava uma tábua para fazer o banco... O quadro negro foi feito... Tinha muito pinheiro, o meu pai serrou no meio com aquele serrote de dois cabos. Pegamos a madeira e pintamos com aquela tinta de pintar calçados “danúbio” (preta) (SILVA, 2013).* Acrescentou que o galpão era de chão batido e ali foram organizados os bancos escolares em meio às ferramentas e utensílios que seu pai guardava. Ainda lembrou que [...] *quando tinha sol eu dava aula lá fora. Quando chovia íamos para dentro do galpão maior (SILVA, 2013).*

A comunidade ajudava a professora Alba, retribuindo/pagando de certa forma seu trabalho com as crianças, [...] *a comunidade me pagava: com peixes, porco, batata doce, mandioca [...]* (SILVA, 2013).

Para explicar os conteúdos ensinados, a professora Alba mencionou que, quanto [...] *as explicações, fizemos um livro de ABC, depois eu ia juntando as letrinhas para formar as palavrinhas. Fizemos um livro das vogais e as juntava (A + E) juntando (AE) [...]* Ninguém me ajudava, eu ensinava o que tinha aprendido. Depois a piizada era inteligente foram aprendendo e depois me ajudando (SILVA, 2013).

A professora Alba, conforme relatos lecionou dessa maneira no interior do município, em classe multisseriada organizada por ela, entre 1945 e 1949. Ela contou que, muitos migrantes chegavam e se instalavam todos os dias na comunidade, e assim sua turma de crianças para a alfabetização só aumentava.

[...] a primeira turma que chegou foram os de Santa Catarina – *os barriga verde* – o trator ia na frente até no Rio Pinheiro – o tratorista era o Antônio Cantelmo. O trator abriu até a porta da casa do meu pai. Aí foram ver o que tinha naquele galpão lá, táva eu lá com a piazadinha. Mas o que tem aí? Disse o seu Jahir de Freitas. – É aula? – aqui é aula sim. Respondi. – Mas como pode isso? Meu pai e mais uns 2 (dois) começaram a chegar (SILVA, 2013).

Conforme relato da professora Alba, após este encontro, Jahir de Freitas propôs que se construísse uma escola e fosse mantida pela CANGO. Para isso, a professora precisou listar quantos alunos frequentavam a aula, para que a CANGO a nomeasse e passasse a ajudar na educação.

O documento nº 02, apresenta a lista feita pela professora Alba, com o nome do responsável da família (no caso o pai) e a quantidade de filhos em idade escolar. Na lista ela levantou, 42 alunos em idade escolar, e que a partir deste ato passariam a tutela da CANGO.

O documento contém a assinatura de duas pessoas. A professora Alba observou que, seu pai precisou assinar juntamente com seu nome, na parte inferior da lista, para que ela de fato assumisse como professora, porque na época era menor de idade, tinha 20 anos<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> De acordo com a Lei nº 3071 de 01 de janeiro de 1916, Art. 9º “Aos 21 (vinte e um) anos completos acaba a menoridade, ficando habilitado o indivíduo para todos os atos da vida civil” (BRASIL, Lei nº 3071, 1916). A mudança da maioridade para 18 anos aconteceu somente em 2003, com a Lei nº 10.406, art. 5º “a menoridade cessa aos 18 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil” (BRASIL, Lei nº 10.406, 2003).

## Documento nº 02: Lista de famílias e quantidade de alunos em idade escolar – 1949

Relatório da criação para a escola

Nome	Cidade	seus filhos para escola				
João						5
João	Maria S.	"	"	"	"	4
Antonio	Pray.	"	"	"	"	3
Adão	Felício	"	"	"	"	1
Evencio	Vaiz P.	"	"	"	"	2
Oscar	de Lara	"	"	"	"	6
João	Vargas	"	"	"	"	3
Leocides	Dias	"	"	"	"	3
Presencio	Laurenço	"	"	"	"	1
João	Milla	"	"	"	"	1
Albina	do Carmo de Lima	"	"	"	"	2
Adão	Quarte	"	"	"	"	2
João	Milla	"	"	"	"	1
Elias	Pretler	"	"	"	"	2
Paulo		"	"	"	"	2
Gardino		"	"	"	"	4

Alba Paz da Silva  
João Maria da Silva

Fonte: Acervo Memorial Histórico de Francisco Beltrão.

A professora Alba foi nomeada em 1949 e começou a lecionar contratada e mantida pela Colônia. [...] eles já tinham nomeado a Italina, lá onde tinham chegado, na sede da CANGO. Mas eu já dava aula a 3 (três) ou 4 (quatro) anos antes [...] (SILVA, 2013). Mais tarde em 1950, a professora Alba foi transferida para a Linha Soares (do distrito de Nova Concórdia), a qual se hospedou na casa de Julia Ferreira

Godinho<sup>44</sup>, convivendo com a família por 2 (dois) anos e lecionando na escola lá construída.

A professora Italina, foi considerada a primeira professora do município, por ser a primeira contratada pela Colônia. Em entrevista<sup>45</sup>, contou sua história enquanto pessoa e profissional. Natural do Rio Grande do Sul, município de Nova Prata, a Professora Italina veio a Vila Marrecas com 21 anos, acompanhada de seus pais e irmãos. Coursou as primeiras séries do ensino fundamental ainda no Rio Grande do Sul e lá já assumiu turmas para lecionar. Como a família veio migrada em busca de melhores condições de vida, a professora Italina veio com intuito de lecionar, com emprego certo em Renascença, Vila próxima a Marrecas.

A CANGO cadastrava os filhos dos posseiros em idade escolar a fim de construir casas escolares, com classes multisseriadas atendendo crianças de 1º ao 4º ano. Eduardo Virmond Suplicy, administrador da CANGO naquele período, procurava uma professora para lecionar nessa turma, como a professora Italina tinha experiência, vista a docência no Rio Grande do Sul, esta passou a lecionar na primeira classe.

A professora Italina contou que: *[...] quando, queriam ter aula eles (os alunos) levavam a cadeira lá (na sede da CANGO) e a gente sentava embaixo das árvores [...] depois sim com o tempo, foram que, ajeitaram uma casa [...] (SCOTTI, 2013)*. Como a CANGO não tinha ainda pronta a “casa escolar”, professora Italina convidava os alunos e quem quisesse participar das aulas, a pegarem suas cadeiras e se acomodar a sombra de uma árvore. A professora Italina ministrou aula, anteriormente a instalação da classe, na casa escolar.

A professora relatou que a Administração da CANGO ajudava no que podia, eram abertos, sempre davam “uma mão” para no andamento das aulas. Quanto a sua prática pedagógica salientou: *[...] só falava, escrever de que jeito? Que não tinha quadro nem nada [...]*. A professora Italina ainda destacou: *Eu já tinha prática, porque eu dava aula lá também, no Rio Grande, em Nova Prata [...] e eu gostava de dar aula. Então na realidade a gente gosta e pronto [...]* (SCOTTI, 2013).

A fotografia a seguir retrata a professora Italina, com 87 anos de idade, em sua casa, no atual Bairro Jardim Seminário.

---

<sup>44</sup> Em meio a entrevista não pude conter a emoção ao saber que a professora Alba Paz da Silva foi acolhida na casa da minha vó, Julia Ferreira Godinho, na Linha Soares, para lecionar na escola que a própria comunidade havia construído (1949).

<sup>45</sup> Entrevista concedida a mim, no dia 10 de junho de 2013.

**Fotografia nº 06: Professora Italina Zancan Scotti**



**Fonte:** Carla Cattelan, 2013.

Quanto aos alunos destacou: *Vinham de todo tipo, e a gente dava aula. Tal aula para quem podia<sup>46</sup> mais, quem não podia aula mais fraquinha [...] (SCOTTI, 2013).* Esta afirmação exemplifica a classe primária multisseriada, que comportava alunos de diferentes idades e o processo de ensino/aprendizado diferente para cada.

Quando perguntei o que ensinava, respondeu que ensinava “parelho”, de tudo um pouco, e acrescentou: [...] *mais, principalmente matemática e português (SCOTTI, 2013).* Foi possível observar pela narrativa e pela análise dos “Exames Finais” da década de 1950, das escolas da CANGO, dos quais, já se evidenciava a cobrança do Português e da Matemática em relação a outras disciplinas.

Frente as dificuldades encontradas pelos filhos dos colonos no período de início da Colônia, a professora Italina informou que quanto ao lanche [...] *eles traziam de casa, um pedaço de pão, um pãozinho, o que podia. Muitas vezes eu pedia ou traziam*

---

<sup>46</sup> Ao retratar o “podia” Italina remete-se a diferenciar os estágios de desenvolvimento de cada aluno, que se apresentava na classe multisseriada em que lecionava. Além desta diferenciação, haviam alunos que já frequentaram uma escola anteriormente.

*por conta. Então quem às vezes não tinha em casa, os outros davam, repartiam [...] (SCOTTI, 2013).*

No início de 1948, quando a CANGO se instalou em Vila Marrecas, Italina era a única professora contratada, como ela bem destacou, a CANGO, posteriormente construiu novas escolas e abriu outras classes primárias, [...] *depois começou a entrar outras professoras (SCOTTI, 2013).*

Na fotografia a seguir é possível observar como era o interior da sala de aula da primeira escola construída pela CANGO (1948).

**Fotografia nº 07: Interior da Escola General Osório – aula professora Italina Zancan Scotti – 17 de maio de 1948**



**Fonte:** Francisco Beltrão, 2012, p. 70, fotografia nº 101.

As escolas multisseriadas rurais comportavam sempre uma quantidade grande de alunos, e o professor era o responsável por organizar estas turmas de maneira, com que, as explicações fossem vistas por todos os interessados. Assim, conforme os relatos dos professores optavam sempre por dividir as turmas em filas e agrupá-las, assim poderiam manter ordem na sala e organizar os conteúdos. As explicações eram feitas, primeiro a uma turma, enquanto esta respondia os exercícios equivalentes, as explicações eram dadas para outra turma e assim por diante.

Segundo Gomes em 1948, conforme indicado em relatórios, a Colônia construiu “[...] duas escolas: uma em Marrecas, com 79 alunos, e outra no KM 4 da estrada Sta.

Rosa Marrecas” (1987, p. 20). As escolas foram crescendo rapidamente e a CANGO auxiliando neste processo educacional.

Com o passar dos anos, e a oferta/procura pela educação aumentando, devido ao intenso processo migratório, a CANGO solicitava um levantamento, que era feito pela comunidade, das crianças em idade escolar, conforme o documento nº 02 feito pela professora Alba. Segundo a documentação disponível e análise destes levantamentos, a comunidade ainda indicava o lugar para a construção da escola e um professor, geralmente da comunidade.

A fotografia a seguir mostra a professora Italina Zancan Scotti (à direita) e a professora Irene de Freitas (à esquerda), em frente à casa que sediou a primeira escola da CANGO.

**Fotografia nº 08: Professora Irene Freitas e Professora Italina Zancan Scotti –  
Década de 1980**



**Fonte:** Francisco Beltrão, 2012, p. 71, fotografia nº 105.

Muitas escolas foram construídas no final da década de 1940 e no início da década de 1950, pela CANGO. Para atender a demanda educacional existente nas comunidades interioranas. Muitos professores foram contratados nesse período, indicados geralmente pelos moradores da comunidade, de acordo com o grau de

instrução. Porém, teve professores que eram indicados pela CANGO, provenientes da zona urbana da cidade, foi o caso da professora Irene de Freitas, esposa do seu Jahir de Freitas, já mencionado no texto.

O professor Felix Padilha teve sua primeira experiência educativa paralela à experiência da professora Italina, pois este, em 1948 veio morar na pequena Vila Marrecas, especificamente na casa da professora Italina. [...] *eu comecei fazendo experiência com a Italina Zancan, porque eu morava na casa dela e ela dava aula na mesma casa, era uma escola pertinho da CANGO. E eu estudava com a dona Irene, falecida, ela era esposa do falecido Jahir de Freitas* (PADILHA, 2013).

Depois de algum tempo, o professor Felix foi admitido como docente da Colônia. Como retratou, foi no ano de 1950 que foi contratado, iria completar 16 (dezesseis) anos de idade. Começou lecionando no Rio Guarapuava, a região do Pio X, do qual se manteve lá por 16 (dezesseis) anos.

Como a professora Italina destacou, as escolas foram aos poucos construídas, mas onde houvesse um lugar, mesmo em casas particulares ou igrejas, lá se encontravam professores dispostos a lecionar para um grupo de alunos das comunidades circunvizinhas. A professora Italina acrescentou que [...] *tinha criança que às vezes não conseguia vir, pelo tempo, horário ruim, ou não tinham com quem ir. Mas sempre aproveitavam de um jeito ou de outro as explicações recebidas* (SCOTTI, 2013).

Quanto à localização destas primeiras escolas construídas pela Colônia, o professor Felix pontuou,

Tinha esta escola do Rio Pedreiro, da Ana Mercedes, tinha uma escola no KM 30, uma escola no Jacutinga, tinha uma escola logo ali na entrada, que não lembro o nome da professora, que muitos a colocaram como primeira professora [...] ela era do antigo Picadão, ela atravessava a estrada e subia, passava, atravessava o aeroporto e ia lá em baixo perto do Santa Rosa. [...] me parece que em Nova Concórdia e na Linha Piracema tinha uma também (PADILHA, 2013).

Como as escolas eram poucas e distribuídas na Colônia, às crianças tinham que percorrer extensos caminhos até a escola. Porém, havia dias que elas não conseguiam se deslocar por inúmeros motivos, como os citados pela professora Italina. O tempo, nos dias de chuva e as precárias condições das estradas impediam o deslocamento; assim como o horário, pois as aulas, nem sempre eram de acordo com a rotina cotidiana das crianças e os afazeres nas propriedades, o que acabava impedindo os pais de matricularem seus filhos. Outro fator de dificuldade ocorria quando as crianças não tinham vizinhos ou irmãos, que as pudessem acompanhar no longo percurso até as

escolas. Muitas vezes o extenso caminho, a preocupação dos pais e a solidão desolavam as crianças, que se sentiam desmotivadas em percorrer o caminho sozinhas.

O professor Felix destacou que a CANGO construía escolas em lugares onde se encontravam o maior número de crianças, atendendo ao pedido da comunidade que se reunia e indicava a construção, geralmente no centro da região, para o melhor acesso. A comunidade vinha até a CANGO [...] e dizia: - *lá cabe uma escola. Fizemos um levantamento, tem tantos alunos, daí eles faziam tudo isso* (PADILHA, 2013).

O professor enfatizou a participação da comunidade na construção das escolas e também na moradia para o professor. Segundo ele, a CANGO disponibilizava madeiras em suas serrarias, a comunidade buscava a madeira e construía as escolas. [...] *a CANGO só pagava o salário dos professores e dava a madeira para a escola* (PADILHA, 2013). O professor descreveu que,

[...] pra ter uma ideia, eu ajudei a cobrir a escola, era coberta de tabuinha, eu subia lá em cima e ajudava a cobrir a escola, pra aprontá-la pra eu começar dar aula, atendendo matrícula [...]. Naquela época eu tive até 59 alunos numa escola multisseriadas, e eu dava aula da primeira a quarta série [...] o material que se usava na época era o giz, o quadro negro e uma régua para medir as coisas, com os alunos [...] (PADILHA, 2013).

A professora Italina lembrou que, com o tempo, até os “idosos” (se refere aos colonos que já haviam passado da idade escolar e que não eram alfabetizados) recebiam instrução escolar, o básico da alfabetização em cursos próprios. Porém, quando percebiam que já conseguiam ler e escrever, muitos desistiam, mas alguns “tomavam o gosto” pelo estudo e prosseguiam. A professora mencionou o papel da Colônia e dos pais, sobre as aulas e educação dos filhos:

Eles faziam o que podiam, por que sabiam que era difícil a aula assim sem tanta orientação, sem material, sem quase nada. E tinha crianças que não sabiam nada, um que outro já tinha estudado antes, então ficava mais difícil ainda, uns bem sabido, outros menos. Mas graças a Deus foi indo, até que consegui o que queria, ensinar (SCOTTI, 2013).

Para identificar as crianças em idade escolar, a CANGO, da mesma forma que credenciava os posseiros que adentravam a Colônia<sup>47</sup>, passou a credenciar os filhos dos posseiros, que se encontravam em idade escolar, em fichas devidamente numeradas.

---

<sup>47</sup> Segundo Gomes em entrevista a Walter Pecóits: “Nesta colônia agrícola, o agricultor... chegava, recebia a terra, a casa, ferramentas agrícolas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Tudo de

**Documento nº 03: Ficha escolar da primeira aluna cadastrada pela CANGO (1948) –  
(frente e verso)**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO Colônia Agrícola Nacional " General Ozório "		Ficha nº 1
Dentes completos <del>sim</del> <u>Não</u>	Nome do aluno <u>Adir Julia Pimentel</u>	
Quais os que faltam <u>canino inf. esquerdo</u>	Nacionalidade <u>brasileira</u>	
Dentes cariados <u>-</u>	Naturalidade <u>Campo do Meio - R.G. Sul</u>	
Quais <u>-</u>	Residência <u>Colônia</u>	
Faz higiene bucal	Idade <u>10 anos</u>	
Qual o grau de adiantamento do aluno	Data do nascimento <u>ignora</u> <span style="float:right">1938</span>	
Já frequentou escola <u>não</u>	Altura <u>1,27</u>	
Quando <u>-</u>	Peso <u>27,800</u>	
Qual <u>-</u>	Côr <u>branca</u>	
Quando safu	Cabelo <u>castanho liso</u>	
Quando ingressou neste Grupo <u>3/5/48</u>	Olhos <u>castanhos</u>	
Que série frequenta	Nariz <u>achatado</u>	
Quando safu	Rosto <u>alongado</u>	
Sua conduta	Boca <u>normal</u>	
Capacidade de apreensão	Formação Craneana <u>mesocéfalo</u>	
<u>Durante o período de frequência das aulas</u>	Sinais particulares	
Recebeu assistência médico-dentária	Saúde <u>bca</u>	
Recebeu material escolar <u>sim</u>	Sofreu doenças infecto-contagiosas <u>não</u>	
Qual <u>caderno, lapis, cartilha e taboáda</u>	Qual	
	Foi vacinado <u>sim em 1947</u>	
	Contra <u>variola, tifo-paratifo em 1/6/48</u>	
Nome do pai <u>João Julio Pimentel</u>	Nome da mãe <u>Maria Correia Batista</u>	
Nacionalidade <u>brasileira</u>	Nacionalidade <u>brasileira</u>	
Naturalidade <u>Campo do Meio - Rio G. Sul</u>	Naturalidade <u>Passo Fundo-R.G.Sul</u>	
Observações:		
Marrecas, _____ de _____ de 19 _____		

**Fonte:** Acervo Memorial Histórico de Francisco Beltrão.

graça... uma média de 10 a 20 alqueires por agricultor... mediam a gleba e, conforme o colono vinha chegando, eles o colocavam na terra que escolhera e aceitara receber" (1987, p. 18). Para que estes serviços fossem efetivados o colono deveria ser cadastrado pela Colônia, dispondo assim de todos os benefícios por esta prestados.

A ficha destacada é do primeiro aluno credenciado na CANGO, em 3 de maio de 1948, mostrando os dados questionados pelo Colônia ao ingresso do aluno. A avaliação dentária e quanto à saúde, eram feitas pelo dentista e médico da Colônia.

A CANGO, mediante análise das fichas de cadastramento escolar, fazia uma descrição minuciosa do aluno ao ingressar no processo educativo. Como expresso na ficha (nº 1, documento nº 3), eram colhidas informações sobre a saúde bucal, vacinação, doenças, controle de peso e altura, características corporais e assistência escolar. Isso porque, durante o período que estava na Colônia, a criança recebia toda a assistência a saúde, bem como, toda a sua família<sup>48</sup>.

Conforme relatos dos professores, foi possível perceber algumas questões organizacionais da Colônia quanto a construção das escolas e a organização educacional. Ao analisar as fichas de nº 1 a nº 79 (Documento nº 03), salvas aleatoriamente<sup>49</sup>, pude perceber que a origem dos alunos, bem como das famílias eram de cidades localizadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A faixa etária que ingressavam nas escolas da Colônia era entre 7 (sete) e 16 (dezesesseis) anos.

Muitas foram às condições dadas pela CANGO no período ativo, não só em Francisco Beltrão, mas em toda a área de abrangência da Colônia.

O quadro a seguir exemplifica, segundo as fichas analisadas, os dados levantados de cada aluno credenciado pela CANGO.

**Quadro nº 03: Características dos primeiros alunos matriculados nas escolas da CANGO – 1948**

Nº	Aluno (a)	Cor	Cabelos	Olhos	Dentes	Vacinas	Saúde
01	<b>Adir Julia Pimental</b>	Branca	Castanho liso	Castanhos	Falta: canino inf. esquerdo	Contra: varíola e tifo-paratifo	Boa
02	<b>Antônio Derval Araujo</b>	Branca	Castanho escuro liso	Castanhos	Completo	Contra: tifo-paratifo	Sarampo, parotidite epidêmica
03	<b>Arminda Julia Pimental</b>	Branca	Castanho liso	Castanhos	Completo	Contra: varíola e tifo-paratifo	Sarampo
13	<b>Leonardo Alves da Silva</b>	Morena	Castanho	Castanhos	Completo	Contra: varíola e tifo-	Coqueluche

<sup>48</sup> Rubens da Silva Martins prestou serviços, como médico, a CANGO em meados de sua instalação. Este relatou em seu livro (1986) que suas atividades na Colônia consistiam em: fazer inspeção as famílias a serem localizadas na Colônia e assistência médica, ambulatorial, hospitalar e domiciliar aos colonos cadastrados e respectivos dependentes.

<sup>49</sup> Foram analisadas 35 (trinta e cinco) fichas, sendo que somente estas estavam disponíveis na Secretaria de Cultura. São elas por nº: 1, 2, 3, 13, 14, 19, 20, 22, 23, 24, 29, 31, 33, 34, 36, 37, 41, 42, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 70, 63, 68, 69, 70, 74, 75 e 79.

						paratifo	
14	<b>Luciana Tomacheski</b>	Branca	Loiro liso	Esverdeados	Falta: caninos inferiores	Contra: tifo-paratifo	Sarampo
19	<b>Salustiano Lima dos Santos</b>	Morena	Pretos	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Coqueluche e sarampo
20	<b>Sebastião Fernandes da Silva</b>	Morena	Preto	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Coqueluche e sarampo
22	<b>Teofilo da Silva</b>	Branco	Castanho	Esverdeados	Completos	Contra: tifo-paratifo	Sarampo, coqueluche e varíola
23	<b>Arina Neves Oliveira</b>	Branca	Castanho	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Coqueluche
24	<b>Arêo Neves Oliveira</b>	Branca	Castanho liso	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Coqueluche
29	<b>Wando Thomacheski</b>	Branca	Loiro liso	Esverdeados	Completos	Contra: tifo-paratifo	Sarampo
31	<b>Antônio Pires</b>	Parda	Preto liso	Castanhos	Falta: canino inf. Direito	Contra: varíola e tifo-paratifo	Boa
33	<b>Ana Tereza de Melo Thimoteo</b>	Branca	Castanho	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Sarampo
34	<b>Antônio Artidor Vieira</b>	Branco	Castanho	Castanhos	.....	Contra: tifo-paratifo	Boa
36	<b>Benedita Alves da Silva</b>	Morena	Preto	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Coqueluche
37	<b>Bonifácio Rodrigues Ferreira</b>	Branca	Castanho liso	.....	Completos	Contra: tifo-paratifo	Coqueluche
41	<b>Damazio Gonçalves Filho</b>	Clara	Castanho	Castanhos	Falta: molar superior	Contra: varíola e tifo-paratifo	Coqueluche e sarampo
42	<b>Domina Carneiro</b>	Morena	Preto	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Sarampo e coqueluche
47	<b>Jeronimo Vieira</b>	Branca	Castanho	Castanhos	Em substituição	Contra: tifo-paratifo	Sarampo, coqueluche e varíola
48	<b>José Cordeiro dos Santos</b>	Branca	Castanho liso	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Sarampo e varíola
50	<b>João Isabel</b>	Branco	Preto liso	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-	Sarampo, coqueluche e varíola

						paratifo	
53	<b>João Freitas</b>	Morena	Pretos	Castanhos	Completos		Coqueluche
54	<b>Jovina Alves da Silva</b>	Morena	Pretos	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Coqueluche
55	<b>Luiz de Almeida Lara</b>	Branca	Castanho	Castanhos	Completos	Contra: tifo-paratifo	Sarampo
59	<b>Otávio Germano Raldi</b>	Branco	Castanho liso	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Sarampo
60	<b>Otília Baches</b>	Branca	Castanho	Castanhos	Completos	Contra: tifo-paratifo	Coqueluche
61	<b>Rufino Arruda Gonçalves</b>	Clara	Castanho	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Sarampo e coqueluche
62	<b>Tereza Raldi</b>	Branca	Castanho liso	Castanhos	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Sarampo e Coqueluche
63	<b>Silvina Arruda Gonçalves</b>	Clara	Loiro	.....	Completos	Contra: varíola e tifo-paratifo	Sarampo e coqueluche
68	<b>Pedro Chiruk</b>	Branco	Loiro	Esverdeados	Falta: grandes molares	Contra: Varíola	Sarampo
69	<b>Silvio Silveira</b>	Branco	Castanho	Castanhos	Completos	Não foi	coqueluche
70	<b>Resineles Silveira</b>	Branca	Castanho	Castanhos	Completos	Não foi	Coqueluche e sarampo
74	<b>Darcy Honing</b>	Branco	Loiro	Azuis	Completos	Não foi	Catapora
75	<b>Asvaldina Rodrigues de Campos</b>	Branca	Castanho	Castanhos	Completos	Contra: varíola	Coqueluche
79	<b>Begair Carneiro Lobo</b>	.....	.....	.....	.....	.....	.....

**Fonte:** Fichas Cadastrais, Acervo Memorial Histórico de Francisco Beltrão, 2014.

Mediante o quadro apresentado anteriormente, como panorama geral dos primeiros alunos credenciados pela CANGO, foi possível perceber as características gerais das crianças da época. A maioria delas eram morenas e apresentavam cabelos e olhos castanhos. Muitas crianças tinham contraído algum tipo de doença infecto contagiosa na infância, principalmente coqueluche, sarampo e varíola. Possivelmente todas receberam vacinas da Colônia, contra varíola e tifo-paratifo. Quanto a dentição, apresentavam dentes completos, em exceção de alguns.

Ainda segundo as fichas analisadas, foi possível estabelecer o seguinte quadro quanto ao ingresso nas escolas da CANGO e ao processo educacional.

**Quadro nº 04: Dados educacionais do aluno cadastrado pela CANGO - 1948**

Nº	Aluno (a)	Natural	Idade	Cadastro	Escola	Assistência	Residência
01	<b>Adir Julia Pimental</b>	RG	10 anos	03/05/1948	Não	cartilha e tabuada	Colônia
02	<b>Antônio Derval Araujo</b>	PR	12 anos	03/05/1948	Sim (1945) Rincão Torcido	Caderno, lápis, cartilha e tabuada	Colônia
03	<b>Arminda Julia Pimental</b>	SC	12 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Colônia
13	<b>Leonardo Alves da Silva</b>	RG	16 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Marrecas
14	<b>Luciana Tomacheski</b>	PR	10 anos	03/05/1948	(1947) Esc. Isolada Est.	.....	Colônia
19	<b>Salustiano Lima dos Santos</b>	RG	11 anos	03/05/1948	(1946) Esc. Munic.	Cartilha e tabuada	Colônia
20	<b>Sebastião Fernandes da Silva</b>	PR	11 anos	03/05/1948	(1947) Partic.	Cartilha e tabuada	Marrecas
22	<b>Teofilo da Silva</b>	RG	11 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Colônia
23	<b>Arina Neves Oliveira</b>	SC	6 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Colônia
24	<b>Arêo Neves Oliveira</b>	SC	9 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Colônia
29	<b>Wando Thomacheski</b>	PR	8 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Colônia
31	<b>Antônio Pires</b>	SC	12 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Colônia
33	<b>Ana Tereza de Melo Thimoteo</b>	PR	9 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Colônia
34	<b>Antônio Artidor Vieira</b>	RG	9 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Marrecas
36	<b>Benedita Alves da Silva</b>	RG	12 anos	04/05/1948	.....	Cartilha e tabuada	Colônia
37	<b>Bonifácio Rodrigues Ferreira</b>	RG	10 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Marrecas
41	<b>Damazio Gonçalves Filho</b>	RG	10 anos	04/05/1948	(1947) Partic.	Cartilha e tabuada	Marrecas
42	<b>Domina Carneiro</b>	PR	12 anos	03/05/1948	Sim	Cartilha e tabuada	Marrecas
47	<b>Jeronimo Vieira</b>	RG	8 anos	11/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Marrecas
48	<b>José Cordeiro dos Santos</b>	PR	14 anos	31/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Marrecas
50	<b>João Isabel</b>	PR	13 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Colônia
53	<b>João Freitas</b>	PR	9 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Marrecas
54	<b>Jovina Alves da Silva</b>	RG	14 anos	04/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Colônia

55	<b>Luiz de Almeida Lara</b>	RG	8 anos	03/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Colônia
59	<b>Otávio Germano Raldi</b>	RG	9 anos	31/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Marrecas
60	<b>Otília Baches</b>	SC	13 anos	.....	Não	Cartilha e tabuada	Marrecas
61	<b>Rufino Arruda Gonçalves</b>	PR	12 anos	03/05/1948	(1947) Partic.	Cartilha e tabuada	Marrecas
62	<b>Tereza Raldi</b>	RG	13 anos	31/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Marrecas
63	<b>Silvina Arruda Gonçalves</b>	SP	9 anos	05/05/1948	Não	Cartilha e tabuada	Marrecas
68	<b>Pedro Chiruk</b>	PR	10 anos	06/08/1948	(1947)	.....	Colônia
69	<b>Silvio Silveira</b>	RG	7 anos	.....	.....	.....	Marrecas
70	<b>Resineles Silveira</b>	RG	10 anos	.....	.....	.....	Marrecas
74	<b>Darcy Honing</b>	PR	7 anos	07/08/1948	Não	.....	Marrecas
75	<b>Asvaldina Rodrigues de Campos</b>	PR	5 anos	.....	.....	.....	Marrecas
79	<b>Begair Carneiro Lobo</b>	PR	10 anos	18/06/1948	Não	Livro de leitura, cadernos, lápis, borracha, tinteiro, caneta e pena	Marrecas

**Fonte:** Fichas Cadastrais, Acervo Memorial Histórico de Francisco Beltrão.

Segundo o quadro apresentado, a maioria das crianças não tinha frequentado uma escola, salvo alguns, que vinham de cidades que tinham estruturado o ensino primário. A CANGO disponibilizava materiais às crianças, tais como: caderno, lápis, cartilha e tabuada, no ato de cadastro dos alunos.

As crianças que frequentavam as escolas da CANGO, não eram provenientes somente da Colônia, mas da pequena Vila Marrecas que se estruturava no lado oposto do rio Marrecas (lado direito). Ao analisar este processo, e conforme afirmação de Martins (1986, p. 20), a CANGO construiu uma escola na Vila Marrecas, em 1948. Visto que na época não existia escola na região, nem mantida pelo Estado e nem pelo município de Clevelândia, do qual a Vila Marrecas fazia parte. Isso nos leva a pensar, que a CANGO assumiu bem mais que o compromisso com a Colônia, pois ofereceu às crianças da Vila Marrecas a oportunidade da instrução e, isso facilitou mais tarde, enquanto município de Francisco Beltrão, a estruturar as suas próprias escolas primárias.

Devido ao intenso processo migratório do período, novas escolas foram construídas. Conforme o Ofício nº 99, de 27 de novembro de 1950, da administração da CANGO ao Senhor Vicente Campos, designando-o como representante da Administração, a pedido da Senhora diretora de ensino, para fazer parte da banca examinadora nas escolas. Mediante este documento foi possível identificar as 13 (treze) escolas em funcionamento, recebendo os respectivos nomes:

**Quadro nº 05: Dias dos exames nas escolas da CANGO 1950**

ESCOLA	DATA DO EXAME
Grupo Escolar “General Osório”, <sup>50</sup>	28-29 de novembro
Escola Isolada “Santa Rosa”	30 de dezembro
Escola Isolada “nº 1”	1-2 de dezembro
Escola Isolada “nº 2”	5- 6 de dezembro
Escola Isolada “nº 3”	7 de dezembro
Escola Isolada “São João”	3 de dezembro
Escola Isolada “Rio 14”	8 de dezembro
Escola Isolada “Santa Julia”	9 de dezembro
Escola Isolada “Km – 12”	10 de dezembro
Escola Isolada “Rio Pedreiras”	12 de dezembro
Escola Isolada “Jacutinga”	13 de dezembro
Escola Isolada “Dona Ana”	14 de dezembro
Escola Isolada “Rio Tunas”	15 de dezembro

**Fonte:** Ofício nº 99, 1950.

Observo que os dias para exames eram marcados pelo Diretor (a) de Ensino, e este acompanhava os exames ou designava outro membro para este processo. O professor não tinha autonomia quanto à avaliação. Conforme relatos, dos professores entrevistados, não sabiam o que vinha dentro dos envelopes, pois as avaliações vinham prontas da Direção de Ensino. Conforme as escolas rurais primárias foram aumentando, optou-se por fazer a troca de professores para a aplicação dos exames finais.

Para aprofundar a discussão em relação às escolas multisseriadas rurais construídas pela CANGO no período, utilizo o Relatório de 15 de janeiro de 1951, sobre Ensino Primário, o qual destacou a construção e manutenção de 15 (quinze) escolas multisseriadas, os quais atendiam alunos de 1º ao 4º ano na zona rural. As escolas

<sup>50</sup> Conforme orçamento feito pelo administrador da Colônia, os custos para a construção do Grupo Escolar foram: 1) preparo do terreno – Cr\$ 300,00; 2) cimento de angico- Cr\$ 300,00; 3) barrotes (pinho) - Cr\$ 834,00; 4) pé-direito (pinho) - Cr\$ 336,00; 5) caibros - Cr\$ 340,00; 6) Ripas (pinho) - Cr\$ 212,00; 7) Mata- Juntas - Cr\$ 562,00; 8) Beneficiamento do assoalho - Cr\$ 180,00; 9) taboas (pinho) - Cr\$ 4.306,00; 10) Janelas 7 (2 vidros conforme planta) - Cr\$ 1.470,00; 11) portas 4 - Cr\$ 800,00; 12) tabuinhas 4.500 (à 300,00) - Cr\$ 1.350,00; 13) pregos e fechaduras - Cr\$ 1.127,00; 14) Foça sanitária - Cr\$ 300,00; 15) mão de obra 56 m<sup>2</sup> á 70,00 o m<sup>2</sup> - Cr\$ 3.920,00. Em um total de Cr\$ 16.337,00. Em nota o administrador Glauco Olinger, pontuou que, deve-se acrescentar no orçamento Cr\$13,00 o km, para despesas com o transporte (NÚCLEO COLONIAL GENERAL OSÓRIO S/N).

aparecem denominadas por números que as caracterizavam, conforme mostra o documento a seguir.

**Documento nº 04: Escolas construídas pela CANGO até 1951**

MINISTERIO DA AGRICULTURA

Departamento Nacional de Produção Vegetal

Divisão de Terras e Colonização

COLONIA AGRICOLA NACIONAL "GAL. OSÓRIO"

IIIIII ENSINO PRIMARIO IIIIII		
Escolas	Professores	Nº de Alunos
Numero "1"	Italina Zancan	31
Numero "2"	Nercy Viana	18
Numero "3"	Irene de Freitas	15
Numero "4"	Jupira Mattos	28
Numero "5"	Alba Paz da Silva	33
Numero "6"	Olga Batista Calomeno	35
Numero "7"	Maria Paz de Lucca	25
Numero "8"	Libera Fiorelli	32
Numero "9"	José Rodrigues Fernandes	27
Numero "10"	José Maria Leita	30
Numero "11"	Julia Scheiss	30
Numero "12"	Ana Algéria Paraná de Barros	28
Numero "13"	Polcius Schinitz	27
Numero "14"	Felisberto Silveira	32
"Gal. Osório"	Zenilda de Castro	70
	Aux. Maria de Jesus Antunes	
Total de matrículas		461
Porcentagem média de frequência		95%

Rio Barréas, 15 de Janeiro de 1951.

Fonte: Relatório Ministério da Agricultura, CANGO, 15/01/1951.

A partir do quadro nº 05 (1950) e do documento nº 04 (1951), foi possível perceber o crescimento das escolas construídas pela CANGO, sua localização, seus professores e também a quantidade de alunos atendidos em cada estabelecimento de ensino. Foi possível observar, que em 1950 (Ofício de nº 99) existiam apenas 13 (treze) escolas, já no próximo relatório sobre o Ensino Primário (documento nº 04), houve a construção de mais 2 (duas) escolas, chegando ao total de 15 (quinze) para o ano de 1951, construídas e mantidas pela Colônia. Em menos de quatro anos de instalação já havia construído 15 (quinze) escolas distribuídas em toda a extensão da Colônia.

A partir dos documentos levantados, organizei o quadro a seguir, que mostra o número de 27 (vinte sete) escolas construídas pela CANGO até o ano de 1957. No quadro é possível observar o nome dos professores e a localização das respectivas escolas. As informações de algumas escolas não foram possíveis pela falta de documentação que comprove o seu destino.

**Quadro nº 06: Escolas construídas pela CANGO até 1957<sup>51</sup>**

<b>ESCOLA</b>	<b>LOCAL</b>	<b>PROFESSOR</b>
Escola número “01”	Na sede	Irene Oliveira de Freitas
Escola número “02”	Km 4	Olga Batista
Escola número “03”	-----	Maria Basso Delani
Escola número “04”	Grupo Escolar*	Terezinha de Jesus Castro Ferreira
Escola número “05”	Grupo Escolar*	Sibila Barreto Olm
Escola número “06”	Costa do Rio Santa Rosa	Ana Alzéria Paraná de Barros
Escola número “07”	-----	-----
Escola número “08”	-----	-----
Escola número “09”	Rio Pedreiro	Felisberto Silveira
Escola número “10”	Rio Herval	Teresa Zaleski Zilli
Escola número “11”	Encruzilhada do 14	Ana Bonin
Escola número “12”	Km 20	Erides Amalin Tiecher
Escola número “13”	Divisor (Zona Jaracatiá)	Julia Cheis da Silveira
Escola número “15”	Rio Guarapuava	Felix Padilha
Escola número “16”	Sede do Km 14	Palotino Honorato Teixeira
Escola número “17”	-----	-----
Escola número “18”	Jacutinga	Gregório Junkes
Escola número “19”	Cerrinho km 27 do Picadão	Clotilde Tolomioti Clau

<sup>51</sup> Os dados obtidos foram possíveis, mediante análise das Guias Escolares nº: 46, 58, 62, 63, 64, 65, 73,75, 76, 80, 82, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 103, 104, 108, 113, 130 e 179.

Escola número “20”	Km	Ilvan Olm
Escola número “21”	-----	-----
Escola número “22”	Rocantilado	Terezinha Paganin Colla
Escola número “23”	-----	-----
Escola número “24”	Cotegipe	Adulia Maria Wustzel
Escola número “25”	Zona de Barra Grande	Maria de Lourdes Janason
Escola número “26”	Km 38	Olmira Maria Tiecher
Escola número “27”	Nova Esperança (Lontra)	Gregorio Helmann

**Fonte:** Guias Escolares, 1956.

\*Possivelmente as escolas foram reunidas e passaram a ser Grupo Escolar. Talvez as outras que não foram identificadas no quadro pudessem compor o Grupo Escolar.

Devido a solicitação do Governo Federal, as Colônias precisariam informar sobre o andamento da mesma, nas diversas áreas. Quanto a organização geral das escolas mantidas pela Colônia foi respondido, pelo Administrador com base nos dados educacionais do período, um “Questionário” contendo 25 (vinte cinco) perguntas (Anexo I, nº 1). Conforme as respostas do questionário, o administrador organizou uma amostra da situação do Núcleo General Osório em 1956: os horários das aulas nas escolas iniciavam as 8 horas da manhã e tinham seu término as 12 horas; haviam 27 professores em exercício mantendo 1.010 alunos menores de 14 anos; as matérias lecionadas nas escolas eram: Aritmética, História, Geografia e Português, sendo que todas ensinadas na língua portuguesa; as escolas recebiam impressos: jornais, revistas, livros folhetos e livros escolares; promovendo sempre que possível conferências nas escolas; dentre os assuntos que despertam maior interesse nos alunos são os relacionados com a área agrícola; quanto as atividades recreativas estas são caracterizadas pelo esporte. O administrador ainda destacou no questionário que os materiais didáticos e pedagógicos são suficientes, bem como o aproveitamento dos alunos. A média de frequência por escola era de 29 (vinte nove) alunos.

No questionário ainda respondeu, que não havia uma organização específica que promovesse a relação entre pais e mestres. Quanto aos imigrantes estes não recebiam material em sua língua, nem havia uma ligação de correspondência ou visitação periódica entre os imigrantes e as representações diplomáticas dos Governos de seus países de origem (sediadas no Brasil), e também não havia iniciativa do Núcleo para estimular os imigrantes a se dedicarem as atividades recreativas brasileiras, a fim de desraigar dos hábitos trazidos dos países de origem.

No mesmo questionário, aparecem algumas sugestões para melhorar a educação no Núcleo, dentre elas destacou.

É de grande utilidade a criação do cargo de Assistência Social, neste Núcleo Colonial, o qual se incumbirá de promover em moldes mais eficientes a parte educacional e de higiene, pois é humanamente impossível o Administrador tratar de tais assuntos, pois apesar de trabalharmos das 7 as 7, não nos sobra tempo para tanto, mesmo assim, a parte educacional deste Núcleo Colonial é mantida sob rigorosa fiscalização, daí, obtermos resultados satisfatórios no final dos períodos letivos. Também fazemos o que podemos na parte de higiene e saúde das crianças, assim e, que, fazemos a inspeção dentária anualmente, combatemos o bócio e quando o Departamento de Saúde nos fornece vacinas, promovemos a vacinação anti-variólica, anti-tífica e anti-difeterica. É obrigatório o festejo de todas as datas cívicas, ficando a cargo dos professores, fazer uma palestra alusiva ao fato. Aguardamos autorização para adquirirmos um aparelho de projeção, a fim de projetar filmes educativos semanalmente nas sub-sedes e distritos (NÚCLEO COLONIAL GENERAL OSÓRIO, 1956).

Para complementar o apontado anteriormente destaco o relatório de “Assistência Escolar” do primeiro trimestre de 1956, do Núcleo Colonial. Este, descreve os materiais distribuídos gratuitamente às 27 (vinte e sete) escolas, sendo eles:

**Quadro nº 07: Assistência escolar prestada pela CANGO – 1956**

<b>Material</b>	<b>Quantidade</b>
Cadernos de caligrafia	47
Cadernos Linguagem	200
Cadernos de aritmética	200
Lápis	400
Cartilha	135
Livros	385
Giz	15 caixas
Tinta	1 litro
Borrachas	167
Tabuadas	145
Penas	200
Canetas	100
Réguas	82
Livro matrícula	03
Livro de chamada	02

**Fonte:** Assistência Escolar: Boletim do primeiro trimestre de 1956.

Fica evidente, pelo quadro anterior, que a Colônia disponibilizava o material às escolas, de acordo com as necessidades locais. Esta prática foi destacada nos relatos orais dos professores que lecionaram naquele período (Prof.<sup>a</sup> Alba, Italina e Prof. Felix).

O mesmo relatório de “Assistência Escolar” trouxe a movimentação de matrículas no período, conforme o quadro abaixo:

**Quadro nº 08: Matrículas Escolares para o ano de 1956**

	<b>Sexo feminino</b>	<b>Sexo masculino</b>
Matriculados durante o trimestre	618	496
Frequência do trimestre	518	346
Total de alunos	1.114	

**Fonte:** Assistência Escolar: Boletim do primeiro trimestre de 1956.

A divisão por gênero, marca maior aproveitamento e participação do sexo feminino no total de matrículas das referidas escolas multisseriadas. Talvez o fator, que permitia a menor frequência do sexo masculino as aulas fosse a ajuda aos pais nos trabalhos agrícolas.

A fotografia a seguir, destaca a organização interna da sala de aula, de uma possível escola da CANGO.

**Fotografia nº 09: Interior da escola da CANGO – Década de 1950**



**Fonte:** Acervo do Jornal de Beltrão.

A casa construída em madeira abrigava diversos móveis, dentre eles: as carteiras escolares e espaço para depositar os materiais; os quadros de ensino utilizados pelo

professor, possivelmente, construídos com três tábuas unidas horizontalmente e sustentado por um pedestal também confeccionado em madeira.

Conforme o professor Félix relatou, quanto a mobília da escola,

[...] era a CANGO que dava, eles davam a madeira. Tinha uma serraria da CANGO, aqui no Santa Rosa, no KM 8 ali em baixo tinha uma serraria e daí a comunidade que levava pra lá e faziam as carteiras, daí essas sim eram plainadas, eram um “carteirão” grande pra quatro lugares, tudo de madeira emendado a parte de cima com o acento, tudo emendadinho<sup>52</sup> [...] (PADILHA, 2013).

A cobrança quanto ao ensino era rígida e os professores tinham que discriminar a Colônia. O documento a seguir, retrata como era esse registro.

**Documento nº 05: Resumo Mensal da Escola número “1” da CANGO (1951)**

Resumo mensal junho de 51	
Alunos matriculados	25
Matriculados durante o mês	1
Eliminados	1
Alunos restantes	24
Dias letivos	26
Total dos comparecimentos	384
Total das faltas	248
Frequência média	14
Porcentagem frequência	60%
Falta da professora	-

A professora Italina Kanan Scotti

**Fonte:** Acervo Museu Histórico de Francisco Beltrão.

<sup>52</sup> As carteiras em madeira, conjugando acento e mesa, prevaleceram até a década de 1990 nas escolas multisseriadas rurais, porém passaram a serem confeccionadas com apenas um lugar.

O Resumo Mensal enviado pela professora Italiana, em 1951, a Colônia, bem como a fala dos professores que lecionaram nas escolas construídas por este órgão, sugerem o pensar sobre, o controle da Colônia exercido às escolas primárias. Os resumos eram uma forma simples de o professor sintetizar: a frequência na escola; os dias letivos trabalhados; faltas e comparecimentos dos alunos; os alunos matriculados e os que saíram da escola durante o mês. Outros resumos analisados ainda apresentavam a descrição de alunos por gênero, à carga horária do professor e o turno que lecionava, bem como o número de alunos matriculados no mês e os que continuavam no próximo.

Os dados quantitativos presentes nos resumos enviados a Colônia, permitiam estes, além do processo educativo, controlar: a distribuição dos materiais segundo os alunos presentes, a oferta de merenda escolar, a demanda existente na comunidade e o crescimento das famílias. Conforme apontou o professor Felix,

[...] como era a época de muita seriedade, a gente cumpria exatamente com as normas, nossa era lindo de ver. [...] a gente trazia no final do ano, trazia todo o movimento mensal, aliás era por mês. Do mês a gente trazia o movimento da escola, quantos alunos tem, quantas faltas tiveram, quantas presenças, tinha que trazer, chamava-se o boletim. E junto também vinha o boletim da merenda [...] (PADILHA, 2013).

O controle organizacional mediante “Resumos Mensais” possibilita aproximar ao “Registro Escolar” feito pelos professores atuais, significantes para a prática docente e organização da escola.

Conforme matéria da revista “Beltrão Ontem e Hoje” (1980) a CANGO e as Irmãs Escolares de Nossa Senhora trabalharam juntas pela educação nos primórdios do município de Francisco Beltrão. Segundo a reportagem em 1952,

As Irmãs Escolares de Nossa Senhora compraram um terreno de Luiz Antônio Faedo, no local onde mais tarde seria construído o Instituto Nossa Senhora da Glória, local alto e de visão panorâmica privilegiada, quase no centro da cidade. Elas precisavam de ajuda para a construção, por isso procuraram a CANGO. Na época o administrador era Glauco Olinger, que concordou em participar com o terreno, madeira, pregos, todo o material, ficando a cargo das irmãs apenas a mão de obra. E em troca os alunos da Colônia Agrícola deviam ter ensino gratuito (REVISTA BELTRÃO ONTEM E HOJE, 1980).

Ficou evidente, pela passagem na revista, que a CANGO e as irmãs, fizeram “troca de favores”. Para visualizar estas informações e discutir a relação apresentada no período reproduzo o documento a seguir:

**Documento nº 06: Classificação dos Melhores alunos do Instituto Nossa Senhora da Glória – 1956**

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
NÚCLEO COLÔNIAL «GENERAL OSÓRIO»

CLASSIFICAÇÃO DOS MELHORES ALUNOS DO INSTITUTO  
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DURANTE O ANO DE 1.956

---

5º ANO

1º lugar - Terezinha Zenchet.....9,7  
2º lugar - Sueli de Ross.....9,5  
3º lugar - Lourdes Bonamico.....8,5

---

4º ANO - MASCULINO

1º lugar - Franquelin José Bierend.....8,8  
2º lugar - Francisco José Jechtl.....8,7  
3º lugar - Osvaldo Manfroi.....8,5

4º ANO - FEMININO

1º lugar - Marta Matias.....9,6  
2º lugar - Terezinha Manfroi.....9,1  
3º lugar - Jurema Bonamico.....8,9

---

3º ANO - MASCULINO

1º lugar - Valter Dirani Pazolin.....8,3  
2º lugar - Ari Busetti.....8,2

3º ANO - FEMININO

1º lugar - Lourdes Salvador.....8  
2º lugar - Zelir Bigaton.....8  
3º lugar - Domingas Agostini.....7,5

---

2º ANO - MASCULINO

1º lugar - Francisco Albino Mateus de Oliveira.....8,8  
2º lugar - Casemiro Bednarski.....8,5  
3º lugar - Raimundo Zanini.....8,2

2º ANO - FEMININO

1º lugar - Edith Coloniesi.....9  
2º lugar - Zilma Martins.....8,7  
3º lugar - Carmen Terezinha Marcondes.....8,6  
Cilene Aparecida de Liz.....8,6  
Maria Dorivaldina Maia.....8,6

---

FICARAM EM 1º LUGAR NOS TRABALHOS MANUAIS

5º Ano - Sueli de Ross  
4º Ano - Marli Marmentini  
3º Ano - Lourdes Salvador  
2º Ano - Melânia Triska  
1º Ano - Marilda Conceição Sass

---

Fonte: Acervo Memorial Histórico de Francisco Beltrão.

O documento nº 05 remete a pensar sobre a relação entre o Núcleo Colonial – General Osório e o Instituto Nossa Senhora da Glória, na década de 1950, quanto ao atendimento educacional disponibilizado, não só as crianças da zona urbana, mas as crianças localizadas na zona rural dentro do limite da Colônia. Que foi frisado

anteriormente pela revista “Beltrão Ontem e Hoje” (1980). Esse documento apresenta um *ranking* classificatório do ensino primário de 1956, dos melhores alunos do Instituto Nossa Senhora da Glória por série. O detalhe é que o documento possui o símbolo da repartição da Colônia, seguindo o modelo de relatório encaminhado ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, apresentando os resultados do Núcleo.

Mediante entrevista com Casimiro Bedenarski<sup>53</sup>, aluno elencado no 2º ano masculino, obtendo o 2º lugar na classificação, contou como foi seu processo escolar nesse Instituto:

[...] Veja só, eu estudei em colégio de “freira” sempre, era uma coisa inédita, porque meu pai tinha uma preocupação [...], embora ele fosse analfabeto, ele tinha uma preocupação de dar ensino por filhos. Uma coisa que criticavam muito meu pai por isso, porque o pai investia alto, porque morava no sítio, lá na Volta Grande do Marrecas. Ele era safrista [...], era a única fonte dele de obter dinheiro de fora (BEDENARSKI, 2014).

Apesar das grandes dificuldades encontradas pelos posseiros, Casimiro relembrou que seu pai sempre se dedicou, para que os filhos estudassem, as meninas foram para o internato e os meninos foram para a casa da avó, para se dedicar a instrução elementar.

[...] E aí como naquele tempo, em 1953, veio Colégio Nossa Senhora da Glória aqui pra Francisco Beltrão, eles tinham o internamento só pra menina, daí colocou minhas duas irmãs, a mais velha, e uma mais nova que eu. [...] e eu e o meu irmão ficamos na casa da minha avó, em 1953, que era ali em Nova Seção, ali, logo adiante do parque [...] nós morávamos com a vó para ir estudar no Colégio das Irmãs. Tinha uma turma de meninos, não interno, interno era só para as meninas. [...] as meninas moravam lá [...] nós estudávamos lá e depois voltávamos para casa, isso foi em 1953. Em 1954, o pai arrumou internato pra meninos em Jangada do Sul [...] no Colégio São José, em 1954, ficamos internos lá. Em 1956, as irmãs abriram internato pra meninos aqui, eu e meu irmão ficamos em internato [...] aqui que conclui o 2º ano (BEDENARSKI, 2014).

O senhor Casimiro, quando questionado sobre alguma relação da Colônia com as irmãs, este pontuou, que “as irmãs não tinham nenhum relacionamento com a CANGO” (BEDENARSKI, 2014).

A revista enfatizou que no terreno doado pela CANGO, surgiu o “Castelo da Floresta”, uma construção gigantesca para as proporções do lugar. Foi erguido no meio do mato, ao pé do atual “Morro do Calvário”, o prédio era visto de longe, até 1983,

<sup>53</sup> Entrevista concedida a mim, no dia 08 de abril de 2014.

quando a ASSESOAR (Associação de Estudos e Orientação de Assistência Rural), atual proprietária, desmanchou para construir de alvenaria. A fotografia a seguir retrata a proporção do lugar.

**Fotografia nº 10: Castelo da Floresta – CANGO – (1955)**



**Fonte:** Acervo Memorial Histórico de Francisco Beltrão.

A CANGO como promotora e difusora do ensino primário na região, sobretudo na Colônia, organizou o ensino de acordo com as condições da época e a disponibilizou aos colonos. Difundiu o ensino no meio rural, por meio das escolas multisseriadas e o ensino unidocentes.

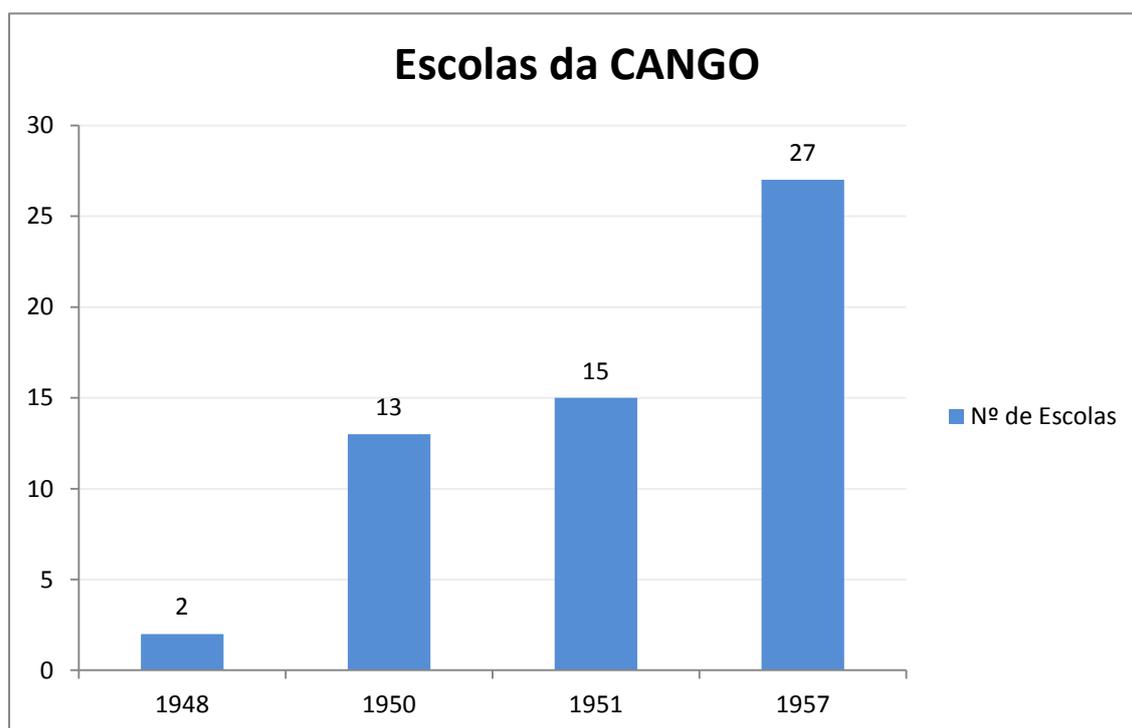
Foi possível perceber, mediante a documentação analisada e as entrevistas efetuadas com professores que lecionaram nas escolas da Colônia (Prof.<sup>a</sup> Italina, Prof.<sup>o</sup> Felix e Prof.<sup>a</sup> Alba), que a CANGO, construiu e manteve escolas nas comunidades que existiam demanda educacional, onde os posseiros estavam assentados e organizados nos lotes doados pela Colônia. A demanda educacional existente, era devido ao fluxo populacional na zona rural, ocasionado pelo intenso processo migratório.

A Colônia não supria toda a demanda educacional existente, e este fator foi retratado no relatório da Colônia, onde o administrador fez a seguinte observação:

Em vista de falta de verba, só podemos instalar 27 escolas, com uma matrícula de 1.114 alunos, ficando cerca de 1.500 alunos em idade escolar sem serem matriculados, não contando com as sedes municipais e suas proximidades (NÚCLEO COLONIAL GENERAL OSÓRIO, 1956).

Para melhor visualização do processo de construção educacional efetuado pela CANGO, organizo o gráfico a seguir, que mostra o crescimento das escolas de 1948 a 1957.

**Gráfico nº 02: Escolas construídas e mantidas pela CANGO – 1948 – 1957**



**Fonte:** Base na documentação da CANGO. Carla Cattelan, 2013.

Ficou evidente que a CANGO se empenhou para disponibilizar o acesso escolar, aos filhos dos posseiros que aqui se encontravam. A construção das escolas rurais e a manutenção das mesmas, em toda a Colônia, representou um avanço para a região, pois naquele período o interior do Paraná e principalmente a região do Sudoeste, ainda dispunha de pouquíssimos locais para a escolarização das crianças, e os poucos que contavam, as condições eram precárias. Mesmo com as dificuldades e limitações a CANGO possibilitou oportunidades de educação para os filhos dos colonos, mesmo que a falta de professores qualificados, e as dificuldades encontradas em termos de organização escolar dificultassem o processo.

## CAPITULO II

### FRANCISCO BELTRÃO: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, A LUTA PELA TERRA E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO RURAL: 1952 – 1960

Mal clareava o dia, Marrecas se punha a pulsar em ritmo crescente, no bater cadenciado dos machados e dos martelos que anunciavam o surgimento de novas construções, prenúncio de sua breve transformação em cidade adulta. A orquestração do progresso, se compunha o alarido das tirivas e das baitacas que em revoada de protesto, numa atmosfera poluída pelo fumo das queimadas, teimam em permanecer em seu habitat e não cedê-lo aqueles que, em nome do progresso, o estavam destruindo. [...] assim era Marrecas em março de 1949 [...] (MARTINS, 1986, p. 13).

Este capítulo analisa historicamente a emancipação política de Francisco Beltrão, as mudanças ocorridas no campo da educação, sob influência do campo social, econômico, político, religioso e cultural, que marcaram o cenário nacional e local. O intuito é analisar a construção educacional primária na área rural, não mais mantida, somente, pela CANGO, mas também pelo Estado e pelo município.

O capítulo foi dividido em quatro pontos. O primeiro traz o desenvolvimento de Vila Marrecas e sua promoção a Município de Francisco Beltrão, em 1952. O segundo resgata a instalação das companhias imobiliárias na região, a partir de 1951, e os conflitos estabelecidos com a CANGO. Discuto de que forma a CITLA se instalou nestas terras, articulada com interesses próprios do capital, que ideologicamente foram camuflados em projetos de desenvolvimento da região.

O terceiro ponto contextualiza a Revolta dos Posseiros em 1957, que teve por finalidade a defesa da posse de terra. Destaco as atrocidades que as companhias cometeram às famílias posseiras, que negavam o pagamento dos referidos lotes, pois haviam ganhado gratuitamente da Colônia.

O Quarto ponto resgata a construção e manutenção, pela administração municipal, das primeiras escolas primárias rurais. Cabe salientar, que no Município de Francisco Beltrão, a partir de 1952, as escolas primárias eram mantidas por três instâncias: as da CANGO a nível Federal; as mantidas pelo Estado e as construídas pela comunidade e o município.

Posto este objeto, analiso a construção das escolas rurais multisseriadas feitas pela CANGO, Estado e município<sup>54</sup>, bem como, as dificuldades encontradas para seleção dos professores, a construção das escolas, a formação profissional aliado a luta pela terra na região, e as ações desenvolvidas pelos administradores do município a fim de, que, a educação tivesse a extensão a todos os filhos dos agricultores em idade escolar.

## 2.1 Do povoado de Vila Marrecas ao Município de Francisco Beltrão

As picadas foram abertas e assim chegaram os migrantes a Vila Marrecas<sup>55</sup> os primeiros posseiros, conforme destaca Martins, foram: Paulo Cantelmo, José Siqueira D’Azevedo, Luiz Antônio Faedo, Francisco Comunelo, Júlio Assis Cavalheiro e entre outros que praticavam o chamado “direito a posse”. Júlio Assis Cavalheiro e Luiz Antônio Faedo aos poucos foram se tornando “donos” do povoado, por efetivarem a compra da parte das terras que estavam em posse de outros desbravadores mencionados acima. Segundo Martins, Júlio Assis Cavalheiro, em 1949, “mandou elaborar a planta da futura cidade” (1986, p. 27).

A professora Alba relatou que em 1945, viu diversas “caravanas” de migrantes vindas, principalmente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, se instalarem na região.

[...] chegou a primeira turma que eu me lembro, nossa casa ficava lá na baixada, no Menino Jesus. O papai fez um barracão, usava serrar madeira com aqueles serrotes de dois lados. Fez uma casinha melhor pra mãe e fez um barracão de madeira lascada. Chegou aqui foram os de Santa Catarina – os “barriga verde” [...] na outra semana veio uma turma do Rio Grande, com cavalos e carroças, o dia inteirinho. As família vinham inteiras com a mudança, era bonito de ver. Traziam

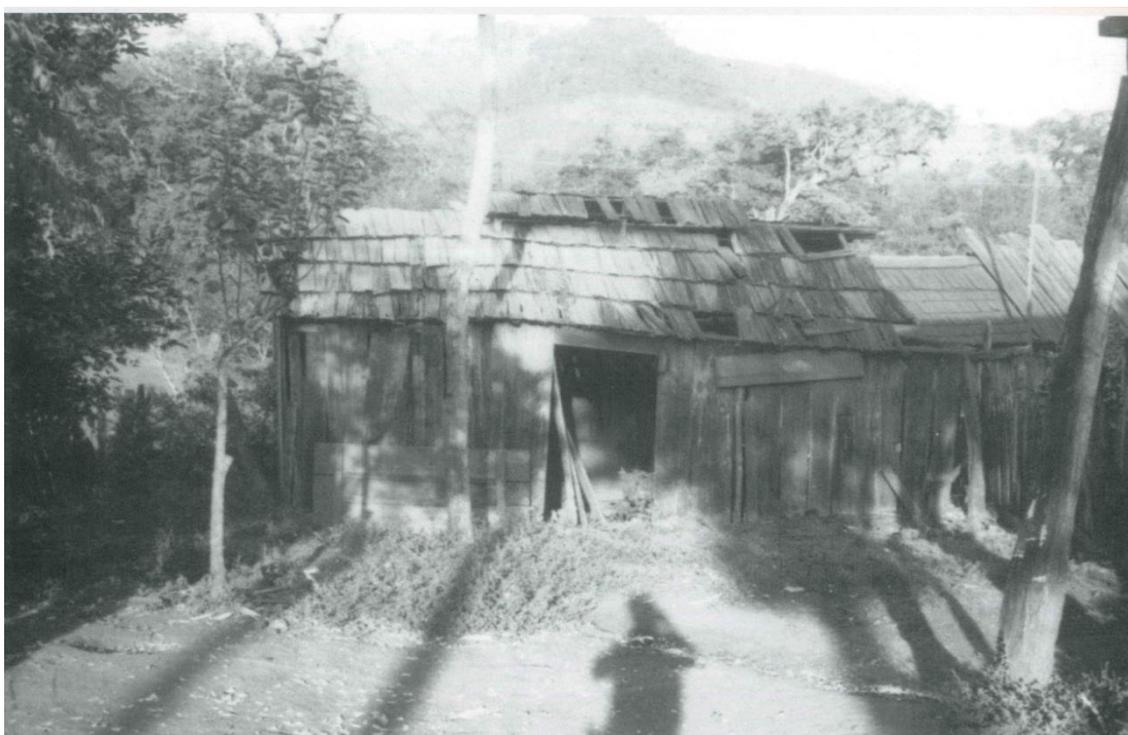
<sup>54</sup> Para entender a construção das escolas rurais dentro desses anos (1952-1960), friso ainda o papel da CANGO, como mantenedora das escolas rurais primárias até o final de 1956. O município a partir de 1952, com a emancipação, passou juntamente com a ajuda das comunidades a construir demais escolas onde ainda a CANGO não havia construído e que possuía demanda. Quanto ao Estado, este construiu “Grupos Escolares” para o atendimento mais localizado nos centros urbanos.

<sup>55</sup> Marrecas era uma pequena Vila, localizada no interior do município de Clevelândia. Clevelândia é um dos municípios mais antigos do Paraná. A freguesia de Bela Vista de Palmas, foi elevada a categoria de município em 1892, e em 1909 teve seu nome alterado para Clevelândia. Em 1950, tinha 53.977 pessoas (segundo o recenseamento do IBGE). Em 1951 devido à estagnação e improdutividade, deste mesmo município, alcançou baixo índice populacional, ao que foi constatado mediante ao Tribunal Regional Eleitoral, nas primeiras eleições realizadas nos municípios desmembrados. Francisco Beltrão em 1951, contava com 2.798 eleitores; Pato Branco com 2.746; Capanema com 75; Barracão 166 e Santo Antônio com 6.783 eleitores (MARTINS, 1986, p. 139).

vacas, cachorros, cavalos, galinhas... Aqueles foram lá pra Nova Concórdia, perto do Cabeceira do Rio do Mato (SILVA, 2013).

Aos poucos os migrantes iam se acomodando na cidade e adentrando o mato à procura de terras. As poucas casas que existiam no município ainda em 1949, como retratou Martins (1986), eram construções rústicas, feitas de tábuas lascadas, cobertas de tabuinha de pinho e chão batido. As telhas e madeiras beneficiadas bem como, as vidraças eram artigos de luxo, incompatíveis com os recursos dos moradores desta região. A fotografia a seguir mostra as características habitacionais citadas anteriormente por Martins (1986).

**Fotografia n° 11: Rancho de propriedade de Luiz Antônio Faedo, adquirido de Sebastião Muller.**



**Fonte:** Francisco Beltrão, 2012, p. 21, fotografia n° 10.

A fotografia retrata uma das primeiras habitações construídas em Vila Marrecas, ainda em 1948. A construção humilde caracterizou a presença do homem no lugar, modificando o ambiente e assentando sua morada.

Na medida em que as terras foram ocupadas pelos colonizadores vindos de diversas regiões, sobretudo dos estados do sul do Brasil, o povoado foi crescendo e tomando características de município. “A avenida central dividiria o loteamento em

duas partes, pertencendo uma a Luiz Antônio Faedo e a outra, do lado em que ficava a capela, mais tarde Igreja Matriz, a Júlio Assis Cavalheiro” (MARTINS, 1986, p. 2)<sup>56</sup>.

A fotografia a seguir, ilustra como o povoado de Marrecas estava organizado em 1951. Já eram visíveis as quadras, com ruas abertas e muitas casas construída. A principal rua, hoje Avenida Júlio Assis Cavalheiro, pode ser observada, já com o maior número de residências a sua volta. A Vila foi crescendo e o homem por meio de seu trabalho modificou o ambiente ao seu redor, construiu casas e produziu no solo fértil, o sustento.

### Fotografia nº 12: O povoado de Vila Marrecas – 1951



**Fonte:** Francisco Beltrão, 2012, p. 187, fotografia nº 314.

A partir de 1950, o aparente clima de harmonia que predominava no município, foi substituído pelos interesses conflitantes, suscitados pela supervalorização das terras e a instalação das companhias imobiliárias. Segundo Martins, teve,

---

<sup>56</sup> Júlio Assis Cavalheiro doou vários lotes para a construção da Igreja Matriz e do Hospital. Luiz Antônio Faedo, doou lotes para a construção da praça Eduardo Virmond Suplicy e do Cemitério Municipal. Martins destacou, “As transações imobiliárias assim se processavam tranquilamente até fins de 1950. Desavenças surgidas posteriormente entre confrontantes, quanto a demarcação de suas posses, eram, na maioria das vezes, arbitradas por mim na prefeitura, após ouvir os litigantes e proceder à vitória das áreas em conflito” (1986, p. 27).

[...] início às primeiras invasões premeditadas de colônias organizadas e produtivas, a grilagem, a picaretagem, as fiscalizações de legitimidade duvidosa, o protecionismo político, as petições aos poderes públicos, as ações judiciais, os embargos, os recursos, a ingerência policial, o suborno de autoridades, os pronunciamentos tendenciosos, os protestos de homens de boa fé, enfim, a confusão generalizada que aos poucos tornaria insuportável o convívio entre posseiros e pretensos proprietários das terras (1986, p. 32).

Em junho de 1951, chegou a Vila Marrecas o fiscal da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Público Nacional José Copertino de Almeida Goes, manifestando-se a favor do Senhor Zulmiro Ruaro ligado a Companhia de Pinho e Terra. Tal posição colocou em alvoroço os posseiros de toda a região, que encaminharam a Presidência da República, em setembro do mesmo ano, seu “grito de protesto” e apelo por ser definido o problema relacionado à legibilidade das terras da região (MARTINS, 1986, p. 32).

A carta de apelo, enviada à Presidência, datada de 3 de setembro de 1951<sup>57</sup>, tinha por finalidade, mostrar ao presidente, que a região Sudoeste do Paraná e Vila Marrecas já estavam colonizadas, os posseiros organizados e as terras divididas, ocupadas pelo direito de posse. O ponto 5 (cinco) da referida carta, destacou que,

Vila Marrecas é constituída por 350 casas residenciais, hospital, igreja, escola, farmácia, contando com 25 casas comerciais, 2 oficinas mecânica, 2 ferrarias, 5 marcenarias, 2 moinhos, 2 alfaiates, 2 matadouros, 3 hotéis e uma fábrica de refrigerantes, sendo a sua população de aproximadamente, 2.000 almas (MARTINS, 1986, p. 33).

Os colonos afirmavam, no item 6 (seis) da carta, que nenhuma benfeitoria foi feita e nenhum auxílio prestado a Marrecas, nem pelo Estado do Paraná e nem pelo município de Clevelândia, somente a abertura da estrada da CANGO e uma escola pública primária, que o Governo Federal havia mandado construir (Escola construída pela CANGO em Vila Marrecas)<sup>58</sup>. Até o arruamento e nivelamento das vias públicas seus habitantes o tinham feito.

Nos itens 7 (sete) e 8 (oito) questionam a posse da área intitulada “Gleba Missões”, cujo direito de posse era discutido entre CITLA e a Superintendência das

---

<sup>57</sup> Reproduzida na íntegra no livro de Martins, 1986, p. 32 – 34.

<sup>58</sup> Mediante análise da documentação disponível, foi possível observar que: a CANGO tinha o compromisso de instalar, doar lotes e suprir as necessidades básicas das famílias que adentravam a Colônia. A ponte fazia a ligação entre a Vila Marrecas e a Colônia. A vila se desenvolvia paralelamente a Colônia, mantida pelo município de Clevelândia. Cabe ressaltar que os problemas enfrentados com as companhias foram de interesse de todos os habitantes, não somente dos que se instalaram na Colônia.

Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. Solicitaram ao presidente que encontrasse solução urgente ao litígio, e chamasse a atenção do representante Sr. José Copertino de Almeida Goes para exerceras funções a ele designadas. Clamaram que, quem recebesse as terras, em sub-júdice, não fossem obrigados a se retirar; pediram que uma mensagem presidencial fosse transmitida aos posseiros da região, quanto a maneira justa adotada, para que boatos não afetassem o progresso da região (MARTINS, 1986, p. 33).

No mesmo dia foi eleita uma Comissão Permanente<sup>59</sup>, que tinha por finalidade a defesa dos direitos dos posseiros no litígio existente sobre as terras. A comissão deveria proceder:

- 1) Contato direto com as autoridades governamentais, afim de obterem informações precisas com respeito ao assunto em apreço.
- 2) Defesa das pessoas que foram prejudicadas por medidas injustas postas em prática pelos representantes, ou proprietários ou membros de Firms ou Companhias que reivindicarem as citadas terras, bem como pelas autoridades constituídas.
- 3) Entendimento com os legítimos proprietários da gleba, afim de harmonizar os interesses dos mesmos com os dos atuais posseiros.
- 4) A comissão ora organizada poderá designar sub-comissões, afim de promover entendimentos com quem julgar necessário, obedecendo estas instruções com quem, digo da Comissão Central.
- 5) A Comissão em causa será presidida pelo Sr. Dr. Rubens da Silva Martins, e terá sede no edifício do Sr. Theodoro Zanatta, nesta Vila de Rio Marrecas, e as informações serão prestadas aos signatários do presente, mediante afixação de boletins informativos no referido local (MARTINS, 1986, p. 35).

Os moradores da Vila e os posseiros se organizaram e planejaram ação de luta pelo espaço habitado, em defesa da comunidade. Ao analisar os documentos disponibilizados do arquivo pessoal de Martins, publicados em seu livro, percebi que a Comissão Permanente atribuiu compromissos as indicações, para que estes defendessem os interesses da população.

Naquele período, o Governador do Estado do Paraná era o Senhor Moisés Willie Lupion de Troya, eleito em 1947 com mandato até 1951, o qual tinha interesse direto nas terras da região. Essa mobilização dos colonos em torno de luta pela legalização das terras acabou por favorecer a emancipação política de vários municípios. Pela Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951, criou-se os municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Capanema, Barracão e Santo Antônio na região Sudoeste do Paraná.

---

<sup>59</sup> O documento da Constituição da Comissão Permanente, encontra-se na íntegra no livro: “*Entre Jagunços e Posseiros*” de MARTINS, 1986, p. 34 – 35.

Em 14 de novembro de 1951, no mandato de Bento Munhoz da Rocha Neto, foi decretada e sancionada no palácio do Governo de Curitiba a Lei n° 790, que dividiu e instalou as novas unidades administrativas dentro do quinquênio de 1952 a 1956. A pequena Vila de Marrecas passou a se chamar município de Francisco Beltrão, em homenagem ao engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão, o qual se destacou na vida administrativa do Paraná. Somente dia 9 de novembro de 1952 ocorreu a primeira eleição municipal e como consta no artigo 2º, da Lei n° 790, Francisco Beltrão somente se tornou Município na data de posse do primeiro prefeito<sup>60</sup>.

Ricieri Cella, com base na apuração do pleito feita pelo Juízo eleitoral da comarca de Clevelândia, foi diplomado e empossado Prefeito Municipal de Francisco Beltrão [...]. Em nove de fevereiro de 1953, o Egrégio Tribunal Eleitoral do Estado do Paraná comunicou ao MM. Juiz Presidente da Junta apuradora em Clevelândia, ter procedido a revisão do resultado do pleito de 9 de novembro de 1952, em Francisco Beltrão a qual levou aquela corte a “proclamar eleito Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, o candidato Rubens da Silva Martins, registrado sob legenda “Aliança da Vitória” e invalidar, conseqüentemente, o diploma expedido ao candidato Ricieri Cella (MARTINS, 1986, p. 172).

Após o ato de posse do prefeito, no dia 14 de dezembro de 1952, Vila Marrecas elevou-se a categoria de município. Conforme consta no Diário Oficial do Estado do Paraná, n° 217, de 27 de Novembro de 1951, os limites do município de Francisco Beltrão foram os seguintes:

- 1- Com o Município de Guaranizaçu: Começa na foz do rio Cotegipe no Rio Iguazu, sobe por este até a foz do rio Guarani.
- 2- Com o Município de Laranjeiras do Sul: Começa na foz do rio Guarani no Rio Iguazu, sobe por este até a foz do Rio Chopim.
- 3- Com o Município de Mangueirinha: Começa no rio Iguazu na foz do rio Chopim, sobe por este até a foz do Arroio Divisor.
- 4- Com o Município de Pato Branco: Começa no rio Chopim na foz do Arroio Divisor, sobe por este até sua cabeceira, daí alcança o divisor de águas do rio Cotegipe e Verê, segue esta cumiada no sentido sul até desbocar a cabeceira de um afluente da margem esquerda do rio Verê, aí passa a cabeceira e desce pelo afluente até o rio Verê, sobe por este até a foz do próximo afluente da margem direita e por este último ate sua cabeceira mais próxima da foz do rio marrecas, no rio Santana a qual alcança em linha reta; daí, sobe o rio Santana e depois o rio marmeleiro ate o cruzamento com a nova estrada São João Barracão.
- 5- Com o Município de Clevelândia: Começa no cruzamento da nova estrada São João-Barracão com o rio Marmeleiro, sobe por este e

<sup>60</sup> O prefeito Ricieri Cella tomou posse, mas após uma recontagem de votos feita pelo TRE, no próximo ano foi dado como Prefeito Rubens da Silva Martins com 749 votos contra 697 de Ricieri Cella (MARTINS, 1986, p.172).

depois pelo arroio Faxinal até sua cabeceira, de onde, em reta alcança o marco na divisa inter-estadual Paraná – Santa Catarina, no lugar denominado Faxinal do campo Erê.

6- Com o Estado de Santa Catarina: Começa no marco no lugar denominado Faxinal do Campo Erê em frente a cabeceira do arroio Faxinal na divisa inter-estadual Paraná – Santa Catarina, e segue por esta no sentido oeste até se defrontar a intersecção da cumiada da serra do Capanema com a citada divisa.

7- Com o Município de Barracão: Começa na divisa Paraná – Santa Catarina na intersecção da cumiada da serra do Capanema, segue pela cumiada desta Serra até defrontar a cabeceira do arroio Ligação, de onde, em reta alcança esta cabeceira e desce pelo arroio da Ligação até a foz do arroio São Bento.

8- Com o Município de Santo Antônio: Começa na foz do arroio São Bento no arroio Ligação, desce por este e depois pelo rio Cotegipe até a foz do Ribeirão do Jacu.

9- Com o município de Capanema: Começa na foz do Ribeirão do Jacu no rio Cotegipe, desce por este até sua foz no rio Iguaçu.

(PARANÁ, Diário Oficial do Estado nº 217, 1951).

O mapa a seguir apresenta as devidas demarcações do município recém-criado.

**MAPA nº 01: Francisco Beltrão pós desmembrar de Clevelândia (1952)**



Fonte: MACHADO, 2013, p. 96.

Francisco Beltrão fazia divisa com 1 (um) estado: Santa Catarina e 8 (oito) municípios: Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Pato Branco, Clevelândia, Barracão, Santo Antônio e Capanema. As divisas territoriais respeitavam basicamente os limites hidrográficos.

Devido a extensão territorial do município, os administradores precisaram organizá-lo para melhor administrar. Desta forma, foi aprovada em 16 de setembro de 1953 de 1953, pela Câmara dos Vereadores a Lei nº14<sup>61</sup> que estabeleceu a divisão administrativa do Município da seguinte forma:

Art. 1º Fica o Município dividido em dez (10) Regiões Administrativas, com sede nas localidades seguintes: Jacutinga, Alto Verê, Baixo Verê, Marmeleiro, Jaracatiá, Barra Grande, Tatetos, Bela Vista, Rio do Mato e Rio Quatorze (1953).

Para melhorar a organização municipal, devido ao extenso território, Francisco Beltrão foi dividido em zonas administrativas e foram nomeadas Inspetores Municipais, que deveriam fiscalizar as posturas constantes do Código Municipal, auxiliando o Executivo no lançamento dos impostos e taxas. Eles não recebiam salário, mas ser inspetor garantia certo status social naquela época. Os primeiros inspetores municipais (1952) foram:

**Quadro nº 09: Inspetores municipais por distritos em 1952.**

<b>NOME DO INSPETOR</b>	<b>DISTRITO</b>
João Silvino (Dámasio)	Geral
Telmo Otavio Muller	Marmeleiro
Vitório Pezente	Nova Concórdia
José Leandro Lopes	Rio Quatorze
Luiz Francisco Paggi	Baixo Verê
Vitório Penso	Jaracatiá (Enéas Marques)
Gregorio Junkes	Jacutinga
Joao Antônio Mayer	Vista Alegre
Arthur Alves de Camargo	Rio do Mato
Henrique Engracio Noetzold e Antônio Gregori Filho	Barra Grande
José Palma de Lima	Alto Verê

**Fonte:** MARTINS, 1986, Dedicatória s/p.

<sup>61</sup> A Lei esta na íntegra no livro: “Entre Jagunços e Possesiros” (MARTINS, 1986, p. 189).

Em 31 de março de 1953, o prefeito de Francisco Beltrão, no intuito de se afastar definitivamente de Clevelândia, baixou o decreto nº 12<sup>62</sup>, com a seguinte justificativa:

Considerando que a criação do município de Francisco Beltrão, transfere ao mesmo, obrigações contraídas pela administração de Clevelândia; Considerando necessário uma revisão no quadro de pessoas que prestavam serviços, remunerados ou não, à Municipalidade, bem como o arrolamento e o controle de obras que por ventura tenham sido autorizadas pelo citado Município (MARTINS, 1986, p. 200).

Pelo mesmo decreto exonerou os funcionários contratados por Clevelândia e determinou que nenhuma obra em andamento, requisitada por Clevelândia, seria paga ou recebida sem passar pela avaliação do executivo municipal. Clevelândia ainda tornava a exercer forças administrativas no município recém criado. Porém, Francisco Beltrão se tornou independente administrativamente de Clevelândia após a ação desse Decreto.

## **2.2 A instalação da CITLA e os conflitos com a CANGO: 1951 – 1957**

Para compreender a atuação da CITLA no Sudoeste do Paraná e especialmente no município de Francisco Beltrão, retorno ao início do século XX. Segundo Lazier,

A história começou com José Rupp, em Santa Catarina. O cidadão José Rupp obteve, no início do século, do governo catarinense, autorização para extrair erva-mate e madeira no planalto catarinense. Acontece, porém, que a mesma Cia. de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande recebeu do governo catarinense, em função de estradas de ferro a serem construídas, a área de terra onde José Rupp estava trabalhando (1998, p. 47).

O conflito sobre a posse das terras foi à justiça. Depois de vários anos, ela deu ganho de causa a José Rupp em 1945, pois sua autorização de extração da madeira era anterior a da CEFSPRG. Isso motivou Rupp a mover uma ação contra a CEFSPRG pelos prejuízos causados. Em 1945 a ação foi julgada e José Rupp ganhou a referida briga e teve o direito a indenização, lutou para o pagamento, mas este não aconteceu. A CEFSPRG tinha se incorporado ao Patrimônio Nacional. A luta de José Rupp pela indenização correspondia a Cr\$ 4.720.000,00 (quatro milhões e setecentos e vinte mil

---

<sup>62</sup> Lei está publicada na Íntegra no livro “Entre Jagunços e Posseiros” (MARTINS, 1986, p. 200).

cruzeiros), porém naquele momento caberia a União fazer o pagamento da referida indenização (LAZIER, 1998, p. 48).

Em 26 de junho de 1950, José Rupp vendeu seu crédito de indenização à CITLA, que a partir daquele momento passaria ser a titular no recebimento do valor da indenização, que seria paga pelo Poder Público. Segundo Gomes:

Antes da cessão de seus direitos à CITLA, José Rupp tinha tentado várias vezes obter, em terras, do Governo Federal, de forma amigável, o pagamento da indenização, tendo todas as suas propostas sido indeferidas, seja pela Superintendência, seja pelo Ministério da Fazenda e até pelo próprio Presidente da República (1987, p. 35).

A partir da entrada da CITLA na disputa pelas terras do Sudoeste, como destacou Lazier, aconteceu um “milagre”, o que era até então ilegal, se tornou legal, o que era indeferido passou a ser deferido.

A entrada da Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA) na transação comercial das terras do Sudoeste do Paraná efetuou-se em 26 de julho de 1950. Nesta data José Rupp cedeu seu crédito a CITLA. A partir, portanto, de 26 de julho de 1950, o Poder Público deveria pagar a indenização não mais a José Rupp, e sim a CITLA (LAZIER, 1998, p. 48).

Conforme Lazier (1998), no dia 17 de novembro de 1950, a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, acertou o acordo sobre a indenização. No acordo, tituló à CITLA: a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim. Cabe ressaltar que anteriormente foi negado o pedido de acordo feito por José Rupp, do qual pedia somente a Gleba Missões. Todas as portas foram abertas à CITLA, o que não aconteceu anteriormente com José Rupp.

Consta que o Governador do Paraná, Moises Lupion, era um dos sócios da CITLA. O partido político que governava o Paraná era o mesmo que governava o Brasil, o PSD. O escândalo do acordo foi cognominado “A maior bandalheira da república” (LAZIER, 1998, p. 49).

Lazier (1998) acrescentou que no fim dos anos de 1940 houve eleições para Presidência e para o Governo, os trâmites “legais” das terras precisavam ser acertados, Eurico Gaspar Dutra (PSD) Presidente da República (1946-1951), e Moises Lupion (PSD) era o governador do Paraná e sócio da CITLA, o que facilitou o processo de ilegabilidade da posse das referidas terras, no Sudoeste do Paraná. O autor caracterizou

o ato de acordo entre CITLA e Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como um ato ilegal e imoral. A ideia de fraude já sido defendida em discurso pronunciado, na câmara do Senado, pelo Senador do Paraná Othon Mader (UDN) em dezembro de 1957,

Segundo uma estimativa feita pelo “Grupo Lupion”, nas terras que se apossou fraudulentamente, e que tem a área de cento e noventa e oito mil (198.000) alqueires – cerca de quatro vezes o Distrito Federal – a quantidade de pinheiros ali existentes é de dez milhões (10.000.000). Na mencionada base de preço, as terras valem Cr\$ 1.584.000.000,00 e os pinhais Cr\$ 2.000.000.000,00. Portanto o valor daquele patrimônio é de Cr\$ 3.584.000.000,00 (três bilhões quinhentos e oitenta e quatro milhões de cruzeiros). [...] Este patrimônio que é constituído das Glebas “Missões” e “Chopim”, foi transferido da União para a Citla<sup>63</sup>, por escrituras fraudulentas e já anulada, pela ínfima quantia de Cr\$ 8.600.000,00 [...]. O preço pago pela Citla (Grupo Lupion) foi de 0,2% do valor das glebas. A lesão sofrida pela União foi enorme. Tão grande foi, que já não é uma lesão, mas um roubo (MADER, 1958, p. 32).

Em 1951, Antônio Vieira de Melo, Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, encaminhou ao Tribunal de Contas da União a referida titulação das terras a CITLA. O Tribunal de Contas da União analisou o processo e recusou o pedido de registrar as escrituras das terras à CITLA, por identificar que não houve previa autorização do Senado Federal (LAZIER, 1998, p. 50). Segundo o mesmo autor:

Posteriormente, os Ministérios da fazenda e da Agricultura, atendendo a determinação do Presidente da República no processo nº 79228, solicitaram da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e do Ministério Público Federal medidas judiciais em defesa dos interesses da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), já em funcionamento na Gleba missões (1998, p. 51).

Como foi visto no tópico anterior, a partir de 1951, a população começou a se organizar em defesa dos direitos e da posse da terra, mediante a Constituição de uma Comissão Permanente, que objetivava a defesa dos direitos dos colonos e o contato com os responsáveis para garantia da defesa na posse da terra, contrapondo-se as ações desenvolvidas pela CITLA.

O movimento de organização do povo intitulado como Comissão Permanente, não era composta somente por colonos, mas por industriais, comerciantes, profissionais

---

<sup>63</sup> A sigla CITLA esta escrita em letras minúscula no original.

liberais, ocupantes de terras do povoado e os que se mantinham na região. Mediante isso foi possível pensar em uma luta conjunta entre o urbano e o rural pela garantia do direito à posse da terra e o de usufruir, dentro das condições legais, do uso da terra e de suas riquezas. Fica claro que, a CITLA além de prejudicar os colonos interioranos, afetava de modo geral todo o território sudoestino.

A Comissão Permanente não foi organizada por um determinado partido político. Os partidos com maior abrangência na região tinham seus representantes na Comissão, inclusive do mesmo partido do Governador do Estado, que protegia seus interesses e comandava a CITLA. A Comissão Permanente não foi organizada com viés político partidário, mas como interesse coletivo.

A partir da instalação da CITLA em 1951, na região Sudoeste, suas ações entraram em conflito com o projeto da CANGO. Com seus atos “ilícitos, imorais e exploratórios”, os trabalhos realizados pela Colônia foram comprometidos. A CITLA exigia a retirada da CANGO das terras, que supostamente as pertencia. Mesmo com o processo de pagamento da dívida correndo na justiça, a CITLA tentou se apropriar das terras (GOMES, 1987, p. 40).

Conforme destacou Gomes,

[...] quem mais diretamente foi atingida em suas atividades, nessa primeira fase, foi a CANGO. Os problemas criados pela CITLA foram tantos que, a partir de 1951, a CANGO teve suas atividades praticamente paralisadas. De um lado, as verbas orçamentárias tornaram-se cada vez mais reduzidas e, de outro, embora tivesse a posse efetiva das terras, a CITLA não deixou de contestar essa posse usando todos os meios a seu alcance: cartas, ofícios e medidas judiciais, inclusive contra a pessoa do administrador da CANGO, na época, Glauco Olinger (1987, p. 40).

Segundo Gomes, a CITLA fez à CANGO uma proposta de doação de 20 mil alqueires de terra para instalação da Colônia. A união reagiu, consultou a escritura e titulação das terras pertencentes à CITLA. Logo, constatou que a mesma agiu de “má fé”, ao propor doação de terras cujo título estava contestado.

A proposta de acerto da CITLA com a CANGO, em 1951, não foi a única tentativa dessa companhia de se apossar das terras que a CANGO colonizava. Em 1953, depois da União já haver ganho a reintegração da posse dos imóveis Missões e Chopim, que lhes havia sido tirados por ocasião da escritura de dação em pagamento a favor da CITLA, esta voltou a praticar *atos violentos e ilegais*, entre os quais pode-se destacar: a) ordens a terceiros para ocuparem lotes coloniais situados na Gleba Missões; b) medidas judiciais e extrajudiciais por iniciativa de seu sócio e representante legal; c)

anúncios de vendas de lotes situados no imóvel Missões; d) ação cominatória contra o administrador da CANGO, em exercício (GOMES, 1987, p. 40).

Gomes destacou que a CANGO levou ao conhecimento dos poderes constituídos os problemas da região e, principalmente os problemas enfrentados com a CITLA, pois,

Todos estes atos, junto com outros praticados diretamente contra os colonos, não só perturbavam a administração do órgão como impediam seu pleno funcionamento, intranquilizavam os agricultores já localizados na terra e as pessoas que residiam na sede da Vila Marrecas. Isto porque a CITLA não disputava apenas os lotes rurais, mas também os urbanos. [...] Na realidade, a disputa CITLA X CANGO, nesse primeiro momento, era decorrente do confronto entre dois projetos de colonização distintos (1987, p. 43).

Ao diferenciar os dois projetos, o da CITLA e o da CANGO, Gomes (1987) pontua os objetivos de cada um referente à colonização. A CANGO foi criada no intuito de ocupar as terras devolutas do Estado com colonos vindos das regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Distribuía lotes aos colonos que variavam entre 24 e 50 hectares, com ênfase na produção agrícola para a subsistência. A Colônia ofereceu ferramentas e sementes necessárias ao trabalho com a terra. Também oferecia assistência médica, odontológica e escolar. Já a CITLA, tinha como objetivo principal a implantação de indústria de celulose na região.

O assentamento dos colonos era secundário e, quando efetivado, só poderiam ser assentados em Mato Branco, onde os pinheiros eram escassos. Em levantamentos feitos na região,

[...] constatou-se que havia na época mais de três milhões de pinheiros adultos industrializáveis, várias quedas d'água passíveis de serem aproveitadas, um número significativo de pés de erva-mate de exploração imediata, milhões de pés de madeira de lei, principalmente cedro e peroba e milhares de toneladas de nó de pinho, matéria prima para a indústria de plástico (GOMES, 1987, p. 43).

A mesma autora observou que vários projetos foram elaborados pela CITLA, a fim de explorar os recursos naturais existentes, dentre eles: a construção de uma usina hidrelétrica, industrialização da erva-mate, aproveitamento dos nós de pinho, instalação de uma indústria de celulose e abertura de vias de penetração na região.

Para Gomes (1987), o projeto da indústria de celulose usaria como matéria prima o pinheiro. A produção anual deveria ser de 24.000 toneladas, consumindo

100.000 pinheiros por ano, a reserva de matéria prima seria equivalente para manter a indústria por 30 anos. No projeto objetivavam o reflorestamento anual da área consumida. A indústria não chegou a ser instalada.

Havia dicotomia entre a CANGO e a CITLA. Enquanto a CANGO doava os lotes de terra aos colonos e dava condições para se estabelecerem e produzirem; a CITLA apenas tinha a intenção de gerar lucro, com a venda dos lotes de terra e exploração das matérias primas da região.

A CANGO na fase inicial de colonização fez o papel primordial de ajudar aos colonos migrantes, possibilitou a muitos a conquista da terra e do seu espaço na cidade, que aqui se construía. A CITLA estava a serviço do capital, inserida no processo de desenvolvimento industrial, que assolava o Brasil naquele período. Estava em busca do lucro fácil e rápido. Naquele contexto, destaco o papel do Estado do Paraná, na manutenção dos propósitos da CITLA, já que estava diretamente ligado aos seus interesses, ao invés de preservar os direitos dos colonos.

Conforme assinala Lazier (1998), a CITLA atuou na região, de forma a prejudicar o trabalho da CANGO, no que se refere ao cadastramento de posseiros e as doações de terras. O trabalho da CANGO foi reduzido na Colônia, tanto que em 1953 recebeu do Diretor de Terras e Colonização a recomendação de suspender a colonização na região.

Sabedores da ilegalidade de sua ação, os homens da CITLA tinham pressa. Queriam arrecadar a maior quantidade possível de dinheiro no menor tempo. Para isso implantaram o terror. Empregavam bandidos, jagunços para forçar os posseiros a lhes entregar o dinheiro. Cometeram muitas irregularidades, criando um clima de instabilidade social (LAZIER, 1998, p. 54).

Conforme indicou Martins (1986), a partir de 1951, a CITLA contava com a ajuda da Companhia Comercial Agrícola do Paraná, e usava de meios coercitivos para persuadir os colonos, convencendo-os da veracidade da titulação das terras à CITLA. O autor sugere que Júlio Assis Cavalheiro (administrador da CITLA), foi um homem iludido com os propósitos da companhia, a qual acreditou fielmente que a empresa era, de fato, dona das terras. Deslumbrado por este propósito sentiu-se na função de “orientar” os colonos a desistirem do confronto. Conforme Martins:

As duas colonizadoras instaladas em Francisco Beltrão encaravam a situação e procediam de maneira diversa. A Comercial Agrícola Paraná recorria às ameaças e à intimidação dos posseiros para forçá-

los aos acertos de sua conveniência; a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda., lançava mão de métodos suasórios brandos, mais convincentes e formulava melhores propostas, transmitidas por um homem de alta credibilidade, cuja palavra empenhada dispensava a assinatura de contratos formais e o aval de terceiros. Esse homem, Júlio Assis Cavalheiro, convencido de que as terras da região pertenciam, sem dúvida alguma, à CITLA, como diziam as escrituras registradas nos cartórios, aceitou, em fins de 1953, a incumbência de chefiar seus escritórios no Município [...] <sup>64</sup> (1986, p. 347-348).

Os colonos desprovidos de dinheiro para comprar a própria terra, eram perseguidos e mortos. Os “jagunços”, como eram chamados, ameaçavam a família dos posseiros. Alguns pressionados, decidiram abandonar a região e se aventurar em outros locais com medo dos bandidos.

Lazier salientou que, a CITLA começou atuar em faixa de fronteira, o que não era permitido, pois toda transição imobiliária na referida área deveria ter o parecer do Conselho de Segurança Nacional. O autor continuou,

As pessoas e as entidades prejudicadas com a atuação da CITLA começaram a encaminhar denúncias e reclamações ao Conselho de Segurança Nacional. A situação agravou-se tanto que o Conselho de Segurança discutiu o assunto em uma de suas reuniões e aprovou importante documento sobre o Sudoeste do Paraná. O referido documento foi encaminhado ao Senado, no dia 4 de abril de 1956, pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1998, p. 56).

Conforme destacou Lazier (1998), o documento mostrava a ilegitimidade do título de propriedade da CITLA, pois não teve autorização do Senado nem do Conselho de Segurança Nacional, para atuação na referida área de terra. Não estava autorizado seu funcionamento, pela Comissão Especial de faixa de Fronteira e nem registrada no Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

O Conselho de Segurança Nacional sugeriu algumas medidas para garantir a ordem e a tranquilidade na faixa da fronteira, dentre elas o deslocamento do exército para a área, próximo a Santo Antônio. Já, a CITLA e outras companhias, com o apoio do Governo do Estado e com o uso de “seus jagunços acobertados pelo poder público estadual, encarregado de arrancar dinheiro dos posseiros, utilizando todas as formas de arbitrariedades” (LAZIER, 1998, p. 56).

Há consenso entre os autores Lazier (1998) e Gomes (1987), quanto ao envolvimento da CITLA com o Grupo Lupion e o Governador do Estado. Enquanto

---

<sup>64</sup> Entrevista feita por Martins (1986) a Júlio Assis Cavalheiro p. 349.

Martins (1986) entendeu que o Governador não tinha envolvimento com a CITLA, nem com as atrocidades cometidas na região.

Conforme Lazier (1998), o Governo estava desesperado, pois devia repor ao Banco do Estado do Paraná elevada quantia em dinheiro. A CITLA, como parte do Grupo Lupion, aproveitou para usufruir o que pôde na venda dos lotes de terras e assinaturas de promissórias em branco, dos colonos que aqui residiam.

O Estado estava ciente da atuação da CITLA, mediante ao abuso do poder e a detenção do poder repressivo da polícia, do qual ao invés de punir os jagunços que cometiam atrocidades com os colonos, lhes davam cobertura.

Gomes (1987) enfatizou que a primeira vitória concreta da CITLA sobre a CANGO, foi em 1953, quando um ofício enviado pelo Diretor da Divisão de Terras da Colonização suspendeu a entrada de novos posseiros no local. A paralisação da Colônia e de suas atividades em 1953, fortaleceu a atuação da CITLA nesta região.

A CITLA, que tinha seu escritório na sede do município, controlava a entrada dos colonos. Com a paralisação da colonização pela CANGO, determinada em 1953 pela Divisão de Terras e Colonização, os colonos continuaram se instalando espontaneamente no interior das glebas. A CITLA, sentindo-se fortalecida com a determinação do DTC, tentou impedir que isso ocorresse e, no ano de 1954, colocou uma tranca na entrada da ponte (GOMES, 1987, p. 47).

Os moradores se organizaram em comissões para enfrentar a situação. Foram a Curitiba pedir ao Governador providências quanto ao posicionamento da CITLA. Bento Munhoz da Rocha Neto determinou que o coronel da polícia de Pato Branco fosse até Francisco Beltrão e retirasse a tranca da ponte. Após isso, a CITLA se manteve pacífica até meados de 1956, quando Moisés Lupion, novamente assumiu o Governo do Estado, em seu segundo mandato. Com apoio do governador, a CITLA retomou sua atuação na região, juntamente com a Companhia Imobiliária Apucarana Ltda. e a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda, introduzindo novos métodos de coerção sobre os colonos (GOMES, 1987, p. 46).

A CITLA que se encontrava estagnada por ações do Governo de Munhoz da Rocha, com a reeleição de Moisés Lupion, retomou seu trabalho na região. Conforme destacou Gomes (1987), a CITLA retomou seu trabalho de maneira estritamente ofensiva e isso só se deu mediante ao primeiro ato do Governo, Moisés Lupion, assim

que reassumiu o cargo, revogou a ordem emitida pelo Governo anterior, a qual proibia o recolhimento das Sisas<sup>65</sup>.

Conforme Gomes, a ligação entre Moysés Lupion, a CITLA e outras companhias imobiliárias era visível. Muitas foram as interferências feitas pelo Governo a favor da Companhia, dentre elas: a participação na transação legal da escritura, que foi dada em pagamento da indenização (1950), a criação de um cartório na Comarca de Clevelândia, que revogou a portaria que impedia o recolhimento das Sisas (1956).  
Segunda a autora,

Quanto a ligação de Lupion com as companhias Comercial e Apucarana, duas são as versões. Uma, a mais divulgada, afirma que, por ocasião de sua segunda campanha eleitoral, o Sr. Moysés Lupion assumiu dividas significativas com João Simões, diretor do Banco do Estado do Paraná e com Jorge Amin Maia, na época prefeito de Apucarana. Como pagamento das dividas, ao primeiro coube as terras comercializadas pela Comercial Agrícola e ao segundo, as comercializada pela Apucarana (GOMES, 1987, p. 49).

Já, a segunda versão enfatizava que o grupo Lupion, por querer participar do Projeto Celulose, assumiu no estrangeiro, principalmente na França, dívidas exorbitantes. Como não tinham dinheiro para o pagamento, foram obrigados a entregar parte das terras às duas companhias. Sem poder afirmar qual das versões está mais próxima da verdade, Gomes enfatizou que ambas tem ligações direta com o grupo Lupion.

É interessante notar que, com a entrada das duas companhias na região, há uma redivisão da área de atuação: a CITLA fica quase exclusivamente com a sede em Francisco Beltrão; a Comercial, com grande parte do interior de Francisco Beltrão e com as áreas do Verê e Dois Vizinhos; e a Apucarana, com áreas nos municípios de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, região de fronteira com a Argentina. A entrada destas duas companhias inicia uma nova fase na historia da luta pela terra na região, onde a especulação imobiliária passa a comandar o processo de expropriação e espoliação violenta de que são vítimas os posseiros ali instalados (GOMES, 1987, p. 50).

Gomes ainda destacou a forma com que as companhias realizavam a venda das terras. Como naquele tempo o rádio era o único meio de comunicação de massa, foram feitas campanhas por meio das emissoras da região, no intuito de convidar os colonos a comparecerem no escritório da CITLA, para regularizar sua situação, assinando contratos de compra e venda das terras. As companhias tentaram facilitar a forma de

---

<sup>65</sup> Imposto que incidia sobre as transmissões de títulos de propriedades de terras e bens imobiliários.

pagamento, parcelando ou recebendo em produtos agrícolas e animais. No primeiro momento, os colonos queriam pagar as suas terras e se tornarem proprietários efetivos, porém, eles sabiam que a legalidade do título de propriedade da CITLA estava em questão.

A CANGO, naquele momento desempenhava papel primordial na orientação e esclarecimento dos colonos, quanto à situação legal das terras. O senador do Estado do Paraná Othon Mader (UDN), conforme destacado por Gomes (1987), em 1957 mandou uma carta de esclarecimento, explicando os motivos pelos quais os colonos não deveriam assinar quaisquer documentos emitidos pelas Companhias, pois a CITLA nada possuía por direito e, assim nada poderia vender. As lideranças locais também desempenhavam seu papel na orientação do povo. Porém, as emissoras de rádio não definiam uma posição, demonstravam imparcialidade, porém, as vezes assumiam posições nítidas a favor da CITLA.

Para Gomes, a CITLA usou de todos os meios para provar, a documentação legal das terras. O uso do suborno e da “compra” de pessoas e instituições eram comuns em seus atos. A compra e venda das terras eram registradas em cartório, porém estas documentações não foram efetuadas junto aos colonos, mas sim, com moradores da área urbana e grandes grupos econômicos. A autora continua,

Contando com o apoio significativo do governo estadual, diretamente ou através das instituições administrativas relacionadas com a Justiça e Segurança, as companhias passaram a intimar os colonos, tentando forçá-los a assinar compromisso de compra e venda das terras que ocupavam. Como a maioria dos colonos não concordasse, o uso da violência física – espancamentos, saques, mortes – tornou-se a forma mais comum de pressão, com o intuito ou de fazer o colono assinar o contrato, ou expulsá-lo da terra, junto com sua família, para que a mesma pudesse ser comercializada (1987, p. 54).

No intuito de efetivar este processo, a CITLA passou a usar de outros elementos, conforme aponta Gomes, até então não conhecidos na região: o “jagunço”. Os jagunços desempenhavam a função de corretores, assalariados e executavam ordens das companhias, a fim de obter o maior lucro possível no menor tempo, em vista da situação política favorável. Os preços pelas terras eram exorbitantes e nem sempre o colono tinha condições para a compra, “a monetarização exigida pelo processo de especulação da terra extrapolava as condições da economia regional” (1987, p. 55).

Mader (1958), em separatas de discursos pronunciados no Senado Federal, sobre a Rebelião Agrária no Sudoeste do Paraná, descreveu a função e a procedência dos jagunços.

Muitos destes criminosos profissionais [...] eram recrutados pelas companhias colonizadoras na própria região do sudoeste paranaense; outros eram mandados buscar da Argentina e do Paraguai e ainda uma parte vinha do norte do Estado do Paraná, onde esta profissão está muito desenvolvida e propicia bons lucros aos que empreitam a morte, o despejo pela violência, promovem o desintrusamento a mão armada ou infundem o terror como meio de afugentar os ocupantes de terras pretendidas pelos latifundiários. [...] mandavam vir do Norte do Paraná os mais afamados “desintrusadores” e os mais terríveis bandidos para serem utilizados no sudoeste do Estado. Esses elementos especializados eram contratados por preços altos, pois quanto mais ferozes, mais caros. [...] á sua disposição estavam as armas que exigissem, desde o revólver à metralhadora, como ao seu dispor tinham “jeeps” preparados para o “serviço” de matar, assaltar, surrar e o que mais precisasse fazer, com bons capangas e respectivo motorista (MADER, 1958, p. 32).

Os jagunços passaram a obrigar os colonos a se dirigirem ao escritório da CITLA e acertar o valor do seu lote. Como os colonos não tinham dinheiro para pagar os altos preços estipulados pela CITLA, estes assinavam promissórias em branco, a fim de não perder suas terras e protegerem suas famílias das agressões físicas. Os colonos estavam desprotegidos quanto ao policiamento, abandonados pelo Estado, sua única alternativa foi revidar contra esta forma de poder, organizando-se para a defesa das terras.

Há convergência entre os autores: Lazier (1998), Gomes (1987) e Wachowicz (1987), quanto a luta pela terra e a expulsão das companhias como um movimento organizado pelos colonos, sem cunho político partidário, propriamente pela defesa de seus direitos.

### **2.3 A Revolta dos Possesiros de 1957**

Com o descaso do poder repressivo do Estado, os colonos decidiram “agir por suas próprias mãos”. Gomes (1987), a partir de em entrevista com Walter Pecoits<sup>66</sup>,

---

<sup>66</sup> “Walter Alberto Pecoits, gaúcho, médico de profissão, instalou-se em outubro de 1952 na nascente cidade de Francisco Beltrão, onde construiu hospital e exerceu a medicina [...]. Quando na década de 50 os colonos do Sudoeste do Paraná, já cultivando com afinco e dedicação as terras que haviam adquirido, estavam em risco de serem desalojados de suas glebas por uma colonizadora grileira [...]. Walter Pecoits

destacou que o primeiro confronto entre jagunços e colonos aconteceu em 2 de agosto de 1957, no distrito do Verê. Naquela ocasião um grupo de colonos armados se deslocou até o escritório da companhia. Em frente à multidão, encontrava-se um colono, conhecido como Alemão, enrolado a uma bandeira do Brasil, com propósito pacífico. Foi assim que este morreu, com balas vindas dos jagunços.

A autora ainda pontuou que, as companhias aumentaram a violência contra os colonos. A polícia tentava desarmar os colonos e que, por várias vezes estes foram espancados pela mesma.

Segundo Gomes (1987), o Supremo Tribunal Federal prosseguiu com ação de anulação da CITLA, desta forma se intensificou a pressão para que os colonos pagassem pelas terras. A CANGO orientada e divulgava a todos os prefeitos da região a anulação da escritura da CITLA. Começou assim, conforme analisou a autora, uma briga partidária, da qual uma comissão de prefeitos da região foi organizada para expor ao Presidente da República a situação e pedir providências. Porém, não foram pedir para coibir os abusos das companhias e sim solicitar a extinção do Núcleo Agrícola “General Osório”, em defesa das companhias, afirmando que esta estava causando a desordem.

Conforme análise de Gomes (1987), ficou claro para o PSD, que os adversários políticos (PTB e UDN) junto ao Núcleo Agrícola “General Osório” estavam motivando os colonos a revoltar-se. O que o PSD queria era que a CANGO fosse extinta e permanecessem as companhias se apropriando das terras. Segundo autora,

É por isso que, contradizendo a versão de todos os que tinham ligações com as companhias, penso que o crescimento da resistência não foi mero resultado da intervenção da CANGO ou de elementos políticos que faziam oposição ao governo, mas acima de tudo foi o surgimento de uma consciência nos colono de que eles teriam de lutar se quisessem uma solução para seus problemas. E essa consciência não foi induzida de fora, mas foi se construindo no decorrer dos acontecimentos. É lógico que, à medida que vai se sedimentando nos colonos a disposição para a luta, o movimento vai se ampliando. As conversas não se restringem apenas aos colonos, mas entre os colonos e comerciantes, o médico, o advogado, enfim, entre colonos e os que se identificam com a sua luta. A aliança com essas categorias faz crescer o movimento (1987, p. 75).

O caso das companhias na região e os impasses com os colonos, tomou os noticiários nacionais e internacionais. Conforme destacou Gomes (1987), no campo político, acirrou-se a luta político-partidária, em nível Federal e Estadual, sendo que o

---

colocou-se a frente de um movimento de resistência que mobilizou milhares de pequenos agricultores [...]” (JORNAL PARANÁ ONLINE, 2004).

PSD tomou posição favorável às companhias nas duas instâncias, levando ao conhecimento da mídia e opinião pública, que a situação encontrada na região era normal e o que existia realmente era um plano da oposição para desestabilizar o governo estadual. A oposição PTB e UDN acusavam as companhias de praticarem violência, pediram então, a desapropriação das terras das companhias pela União, a intervenção da polícia federal e o “impeachment” do governador.

As características da estrutura produtiva regional implicavam uma separação muito tênue entre o rural e o urbano; havia uma relação bastante estreita entre os colonos e agentes urbanos principalmente os comerciantes. E, se no início da atuação das Companhias, a violência atingiu quase exclusivamente os colonos, com o passar do tempo estendeu-se também aos moradores urbanos (GOMES, 1987, p. 81).

A violência gerada pelas companhias, na região, possibilitou a construção de uma relação estreita entre colonos (rural) e comerciantes (urbano). Com o passar do tempo, estendeu-se a todos os moradores urbanos. “Com a violência se ampliando também para os moradores urbanos, a ação das companhias deixa de ser um problema apenas dos colonos. Torna-se um problema regional” (GOMES, 1987, p. 83).

Os colonos e os moradores urbanos se organizaram,

[...] não só as lideranças urbanas passaram a discutir entre si a situação, mas a discussão foi ampliada para o interior. Cada localidade tinha seus líderes e eram eles que vinham discutir com os líderes urbanos (GOMES, 1987, p. 83).

Com a organização e o surgimento de líderes, as companhias se sentiram ameaçadas pela população, por isso tentaram subornar os principais líderes. Muita terra foi oferecida para que os líderes desistissem da defesa dos interesses dos colonos. Com a recusa das propostas de suborno feitas pela CITLA aos líderes da organização, eles passam a ser ameaçados de morte pelos jagunços das companhias. Segundo Gomes:

O uso de ameaças por parte das companhias significava que havia uma certa organização da população e que, de certa forma, as companhias tinham consciência disso. Mas, mostrava também o desespero das mesmas ao perceber que o controle da situação lhes escapava das mãos (1987, p. 85).

A organização das lideranças e dos colonos fortaleceram o movimento de expulsão das companhias, não só em Francisco Beltrão, mas em toda a região Sudoeste, configurando-se a união dos líderes de toda a região. Conforme destacou Gomes,

Foi em Francisco Beltrão que o movimento adquiriu maior expressão, não só pelo número de colonos que participaram, como pelo fato de ali estarem localizados os escritórios da CITLA e da Comercial e de ser este o município para o qual os jagunços acorreram depois do movimento de Capanema, em setembro, e do fechamento dos escritórios em Pato Branco, no levante que iniciou em 9 de outubro (1987, p. 94).

Gomes destacou ainda que naquele momento, a luta já não era apenas pela questão de expropriação da terra, mas também contra a prática da violência das companhias na região. “A violência que passou a acompanhar esse processo extrapolou as questões meramente econômicas, atingindo tal dimensão, que lutar contra as companhias se tornou uma questão moral” (1987, p. 94).

No dia 10 de outubro, pela manhã, as lideranças de Francisco Beltrão se reuniram para estabelecerem um plano de ação para mobilizar os colonos. Conforme Gomes (1987), a convocação foi feita pela rádio Colmeia de última hora, no intuito de evitar que as companhias se mobilizassem. O medo era, de que os colonos não atendessem ao chamado ou que chovesse prejudicando a vinda deles.

Gomes relatou que após o anúncio no rádio começaram a chegar jagunços, armados, de jipes e em número bastante significativo. Os colonos só chegaram depois das 15 horas, vindos em caminhões de São Miguel, Jacutinga, Linha Gaúcha, Rio do Mato e onde não havia transporte vinham a pé, a cavalo, de carroça (1987, p. 96). Logo a cidade ficou tomada pelos colonos, em número de seis mil homens, devidamente armados. Quando os jagunços viram a mobilização, se acovardaram e se fecharam no escritório da CITLA.

A mediação entre funcionário da CITLA e colonos foi feita por Walter Pecoits, que assumiu a frente na organização dos colonos. Os jagunços se renderam e foram transportados para fora da cidade patrulhados pelo exército. Segundo Gomes (1987), toda a cidade ficou em festa, invadiram o escritório da CITLA atrás das notas promissórias, que foram rasgadas e jogadas na rua, como símbolo da vitória. Na ocasião arrancaram a placa que dava nome a cidade e também o obelisco comemorativo de sua fundação mesma, que se encontrava na praça, porque nele encontrava-se o nome da CITLA.

No mesmo dia, Pinheiro Júnior, chefe de polícia de Pato Branco, veio à cidade acompanhado por um observador do exército Cel. Rubens Barra e do Juiz de Pato Branco, José Meger, disposto a acalmar os ânimos da região. Uniram-se com a Comissão e, quando perguntaram o que queriam, a resposta dos colonos foi a seguinte:

“Substituir o delegado de polícia, exonerar o promotor, transferir o juiz, retirar imediatamente as companhias da região e que aqueles que tivessem participado do movimento não fossem vítimas de perseguição” (GOMES, 1987, p. 100). O governador aceitou todas as condições e nomeou Walter Pecóits como novo delegado da cidade, no lugar de Rubens Martins.

Assim, Rubens da Silva Martins (1986) fez parte de todo o processo de lutas e impasses entre colonos e as companhias, por isso é importante utilizá-lo para confrontar e diferenciar alguns interesses que estavam em jogo, principalmente no campo político. Em 1958, Rubens da Silva Martins foi acusado de fazer parte dos crimes cometidos nesse período de confronto. Segundo o Senador Othon Mader,

Todo esse grande número de vítimas e todos esses crimes horrorosos não teriam sido possíveis, se não houvesse quem os praticasse, se não houvesse criminosos ou autores intelectuais e materiais. Para se completar o libelo parlamentar que vem sendo feito, é necessário então que se mencione os responsáveis, certos ou prováveis, para que a Comissão de Inquérito e a Justiça façam as devidas apurações e punições. É o que a seguir será feito (1958, p. 29).

Mader em seus discursos em data de 6 e 9 de dezembro de 1957, no Senado, apresentou uma lista de “prováveis ou certos” – mandantes, mandatários, autores, co-autores, responsáveis ou cúmplices dos crimes e cenas de barbarismo ocorridos [...] de abril a outubro de 1957 (1958, p. 30). Ao fazer um balanço do conflito, afirmou que foram no total 59 pessoas, sendo estes: 14 mortos, 2 desaparecidos e 47 vítimas de espancamentos, mutilações, estupros, assaltos, incêndios etc.

Nas palavras de Orr (2005) diferencia o residente do habitante, enfatizando que o residente tem poucas raízes no lugar, investe pouco, conhece pouco e somente se importa com o lugar, na medida em que este oferece gratificações imediatas, assim era a CITLA, uma companhia “residente” nestas terras.

O habitante vive uma relação íntima, orgânica e recíproca com o lugar, percebendo-o enquanto totalidade e sentindo-se parte dele, os posseiros assumiram esta postura de habitantes deste lugar e lutaram até o fim. Pelo fato de conhecerem o lugar onde moravam há tanto tempo e que por responsabilidade e direito não o deixariam explorá-lo.

Os posseiros provaram que eram, de fato, habitantes destas terras e lutaram pela manutenção das mesmas. Foram contra formas socialmente construídas de poder hierárquico e subestimaram o Governo e a política, em prol de sua habitação e seu direito de ter um lugar para habitar. Enfrentaram as conturbações sociais e econômicas

presentes no ato de desapropriação e perceberam, que o valor empregado a terra valia muito mais que simples promissórias. O direito a vida era acima de tudo o que mais importava.

#### **2.4 A Construção das primeiras escolas rurais pela administração municipal de 1952 a 1960.**

No início de 1948, como vimos no capítulo anterior, a CANGO já havia construído as primeiras casas escolares, em prol da instrução elementar dos ingressantes na Colônia. A pequena Vila Marrecas localizada na margem direita do rio, crescia em ritmo pulsante até se tornar município. As contribuições educacionais efetuadas pela CANGO à Vila Marrecas foram extremamente significativas. Posteriormente enquanto município e em pleno processo de transição de vila à município utilizou-se da experiência enquanto mantenedora da educação rural, favorecendo a administração municipal. O quadro a seguir foi construído a partir de fontes da época, que expressam a educação de Francisco Beltrão no transcorrer da década de 1950.

**Quadro nº 10: Número de Escolas e seus Mantenedores entre 1950 e 1960.**

<b>Órgão mantenedor</b>	<b>Nº de escolas</b>	<b>Zona Rural/Urbana</b>
CANGO	27	25 Rural e 2 urbana
Estado	01	Urbana
Município	32	Rural

**Fonte:** Relatório da Educação Primária da CANGO, 1951 e 1957.

MARTINS, 1986, p. 193.

Decreto nº 365 de 1981.

No período houve a instalação de escolas particulares, que atendiam a demanda basicamente da cidade. Conforme registros, na década de 1950, instalou-se o Instituto Nossa Senhora da Glória (atendendo meninas em regime de internato e séries primárias para ambos os sexos) e também o Colégio La Salle (que atendia somente meninos em regime de internato), ambos instalados na zona urbana.

Schelbauer em análise as escolas rurais do Paraná, no período de 1930 a 1960, verifica por meio dos relatórios e das mensagens dos governadores, a compreensão da institucionalização e expansão das escolas rurais no Paraná. Já que esta expansão escolar rural, vista nessas décadas, resultou devido o aumento populacional e ocupação

territorial. Sendo que, “a urgência com a educação primária para a infância se tornava primordial diante do alto número de analfabetos” (2014, p. 86).

Em âmbito nacional, a década de 1950 teve pouca iniciativa referente à educação primária rural. Continuava em implantação, a Lei Orgânica de Ensino Primário de 1946, enquanto o Congresso Nacional debatia o projeto de LDB, em discussão desde 1948. As ações mais concretas para a educação rural estiveram mais voltadas à formação técnica.

Segundo Calazans (1993) merecem destaque dentre os programas propostos, o da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e do Serviço Social Rural (SSR), os quais guardam como tônica o desenvolvimento de comunidades. Enquanto o CNER preparava “técnicos” para atender as necessidades da educação de base, o SSR mantinha o sistema de conselhos regionais, sediados nas capitais dos Estados do território brasileiro.

Calazans pontuou que, para que se efetivasse a permanência do homem ao campo,

[...] a crítica ao urbanismo constituiu-se num dos argumentos maiores utilizados no combate ao êxodo rural pela educação – ideias-chave do “ruralismo pedagógico”. Por uma educação que “ruralizasse o rural, através de uma nova escola que, adaptada as exigências do campo, prendesse o camponês à terra, formando-o convencionalmente no amor a Pátria e em função da produção” (1993, p. 25, Grifos da autora).

Nesta forma de pensar a educação para o homem do campo, no final da década de 1940 e na posterior, na concepção do ruralismo pedagógico, Calazans destacou que,

Provavelmente os “ideais” do “ruralismo pedagógico” estavam embutidos nos conteúdos dos programas propostos por diferentes agências para desenvolver o meio rural brasileiro, mesmo que nem todas tivessem a escola como meta principal de seus programas educacionais. Iniciativas setoriais em âmbito nacional, e outras no nível das regiões, preconizavam, direta ou indiretamente, uma educação que reivindicasse a tarefa de se tornar o centro da vida da comunidade rural, apertando cada vez mais o vínculo que devem prender a escola e a família, a escola e as populações dos campos, estabelecendo o “ajustamento no ambiente regional” em que se desenvolvia o educando, buscando uma formação do sentimento de solidariedade humana (1993, p. 27).

Quanto ao papel do Estado do Paraná ao setor de educação, foi possível observar algumas características de organização do ensino primário, por meio das

mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto em 1951, Segundo o governador:

Um exame comparativo entre as estatísticas daquela Secretária e os resultados do último censo, nos autorizam a estimar que só um terço da população escolar do Paraná está sendo atendida, permanecendo cerca de 300.000 crianças sem assistência educacional [...]. Tal providência poderá ser solicitada simultaneamente com a elevação a “Grupo Escolar” de cerca de 140 escolas, que funcionam com centenas de matrículas sem que essa indispensável atualização tenha sido providenciada (PARANÁ, 1951, p. 112).

A organização das classes em grupos escolares, segundo o pensamento dos gestores da época, se fazia necessária para utilizar as mesmas estruturas a fim de atender mais crianças. Aos cofres públicos seria mais vantajoso adequar à estrutura da escola para que esta comportasse mais turmas, do que construir escolas isoladas com únicas turmas.

Na mesma mensagem, o governador defendeu,

[...] uma ligação mais estreita entre professores, inspetores, delegados e demais funcionários entre si e com a Secretária de Educação e Cultura, bem assim o imperativo de intensificar a divulgação de normas, resoluções, despachos, instruções (PARANÁ, 1951, p. 114).

Segundo dados do governador, em 1950, o total de alunos matriculados no interior do Estado era de 109.673, enquanto as aprovações estavam em 68.676, mas somente 10.012 concluíam o curso primário (PARANÁ, 1951, p. 115).

Nesta época Vila Marrecas, e posteriormente Francisco Beltrão (1952), contava apenas com as escolas da CANGO, que eram mantidas pela União. Como destacou Martins:

O município de Francisco Beltrão dispunha no início de 1953, de apenas uma casa escolar localizada na Sede do Municipal, construída pelo Governo do Estado, na primeira Gestão de Moisés Lupion, no terreno em que foi edificado, anos depois, o atual Grupo Escolar “Dr. Eduardo Virmond Suplicy” (1986, p. 193).

Em nível primário e mantido pelo Estado, apenas uma casa escolar funcionou, localizada na área urbana sede do município. As escolas rurais multisseriadas eram mantidas pela CANGO e se localizavam nas comunidades rurais. Martins (1986) destacou que Clevelândia nunca se preocupou, enquanto município, com a construção

de escolas na região, estava mais preocupada em resolver problemas propriamente administrativos de sua sede.

A fotografia a seguir ilustra o primeiro grupo escolar mantido pelo Estado no município. Observo a estrutura desenvolvida, diferente dos padrões escolares adotados para as escolas rurais multisseriadas. O grupo escolar continha diversas salas de aula, onde se distribuía os alunos em séries. Comportando mais de uma turma na mesma estrutura, era um dos meios que o Estado encontrou para resolver parcela dos problemas com a educação. Uma estrutura maior e com salas concentradas dava conta de atender uma demanda maior de crianças, os gastos com estrutura escolar também seriam concentrados.

**Fotografia nº 13: Grupo Escolar mantido pelo Estado no Município em 1952<sup>67</sup>**



**Fonte:** MARTINS, 1986, p. 193.

Assim que se emancipou, o município começou a se organizar quanto à educação prestada. No início de 1953, construiu e abriu suas primeiras classes escolares. Como a maioria da população se localizava na zona rural, foram abertas classes multisseriadas primárias, comportando do 1º ao 4º ano<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> A Escola Estadual construída pelo Estado em Francisco Beltrão, mais tarde se tornou Grupo Escolar Eduardo Virmond Suplicy.

<sup>68</sup> Em 28 de maio de 1953, a prefeitura lançou o edital nº 05 (Edital na íntegra, MARTINS, 1986, p. 195) que instituiu o curso noturno gratuito de alfabetização de adolescentes e adultos, tendo início previsto para o mês seguinte. As aulas seriam ministradas diariamente na sede municipal, com início às 19:30 horas e término às 21:00 horas, exceto nos sábados. A idade mínima dos alunos era de 14 anos. A matrícula e os materiais necessários para o aprendizado eram disponibilizados pela prefeitura. Os alunos que efetuassem

No ano de 1953, a prefeitura municipal admitiu 25 professores, para ministrarem aulas. As aulas nem sempre eram em uma construção específica para tal fim. Os professores geralmente começavam a lecionar em suas casas ou nas capelas das comunidades. O salário pago aos professores era de Cr\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros) mensais. Os primeiros professores municipais, conforme informou Martins (1986) foram os citados no quadro abaixo:

**Quadro nº 11: Relação dos primeiros professores efetivos contratados pelo município 1953.**

NOME	ESCOLA	ANO DE INICIO	PORTARIA nº
Fortunato Lídio de Almeida	Povoado de Jacaré	07/04/53	13
Guerino Siliprandi	Boa Esperança (Verê)	23/04/53	15
Orontina Paz dos Santos	Verê (Igreja do Verê)	23/04/53	16
Corina Tevês de Lima	Alto Verê	23/04/53	17
Maria de Lourdes Gonzatti	Sede Matheus (Rio do Mato)	23/04/53	18
Alba da Silva	Sede Otávio Rosa (Rio do Mato)	23/04/53	19
Sustene Liston	São Roque	24/04/53	20
Leonilde Caetano Hermes	Tatetos	23/05/53	23
Isolete Aguiar Simon	Sede Matheus (Rio do Mato)	25/05/53	25
Geronimo Fioravante Campanharo	Rio Quibebe	28/05/53	26
Maria Brame de Lima	Boa Vista (Urutago)	29/05/53	27
Ana Bochi Macagnan	Alto Boa Vista	29/05/53	28
Oralina Rufino Pinheiro	Rio do Mico	30/05/53	30
Antonio Enio Nunes	Costa do Lontra	05/06/53	33
Avelino Meia Costa	Empossado (Lageado grande)	06/06/53	37
Virgilio Bordim	Linha Gaucha	09/06/53	38
Francisco Xavier dos Santos	São Sebastião (Lageado Grande)	16/06/53	39
Maria Lucini Chiapetti	Barra Grande	22/06/53	41
Felix Jose dos Santos	Lageado Grande	27/06/53	46
Generosa Ribeiro Soares	Sede Matheus (Rio do Mato)	27/06/53	51
Carolina Ferreira Brandão	Marmeleiro	10/08/53	56
Isolete Aguiar Simom	Rio Santo Antônio	20/08/53	62

o curso e obtivessem o certificado, teriam preferência para o preenchimento das vagas ofertadas pela prefeitura.

Tereza Dalla Palma	Tatetos (no impedimento da titular)	07/10/53	69
Plácida Adria	Vista Alegre	04/11/53	75
Herta de Lima	Rio Três irmãos (Barra do Jaracatiá)	09/11/53	77

**Fonte:** MARTINS, 1986, p. 186-187.

Segundo Martins (1986), o salário ofertado, não atraía as professoras normalistas da Capital, tanto quanto, as precárias condições dos meios de comunicação e hospedagem, além, do alto índice de criminalidade registrado na região. Estes argumentos eram suficientes para desestimular qualquer moça normalista da cidade. Para enfrentar esse problema o prefeito Rubens Martins encontrou a seguinte alternativa:

Onde, então, conseguir o pessoal necessário ao início das atividades escolares no Município? A solução foi reunir os moradores de cada núcleo populacional para que os mesmos indicassem entre os presentes, o mais capacitado para assumir o encargo. Tais pessoas, por não dependerem de hospedagem e por não terem que se deslocar a locais distantes, aceitavam a baixa remuneração, dedicando-se com esmero à atividade educacional. A Inspeção Municipal de Ensino cumpria a difícil tarefa de ministrar treinamento adequado aos improvisados mestres, programando-lhes as aulas e sabatinando-os quando de seu comparecimento à Sede Municipal para recebimento de seus parcos vencimentos (MARTINS, 1986, p.195-196).

Os professores eram em sua maioria leigos, escolhidos pela própria comunidade, geralmente aqueles que tinham esmero e dedicação aos estudos ou simplesmente sabiam ler e escrever. As escolas aos poucos foram construídas e passaram a atender significativa parcela da população rural, até final da década de 1950.

Como uma tentativa de combate ao analfabetismo, em 31 de agosto de 1953, foi aprovado o projeto de Lei nº11<sup>69</sup>, que instituiu a matrícula compulsória de crianças em idade escolar e estabeleceu multa aos infratores (MARTINS, 1986, p.194).

O artigo 1º da Lei determinava obrigatoriedade de matrícula para todas as crianças com idade entre 7 a 12 anos, que estivessem localizadas até 3 km de distância da escola. Para efetivar o cadastro e a matrícula, os professores deveriam percorrer as comunidades onde lecionavam para matricular as crianças. Somente eram isentas da obrigatoriedade as crianças que apresentassem atestado de invalidez.

<sup>69</sup> Esta Lei encontra-se descrita por completo no livro “Entre Jagunços e Posseiros” de 1986 p. 194, do próprio prefeito em exercício Rubens da Silva Martins. Todos os registros de leis anteriores a 1966 não podem ser encontrados no Arquivo Municipal, pois naquele ano ocorreu um incêndio nas dependências da prefeitura e queimou os arquivos armazenados no local.

O artigo 2º, da mesma lei, estabeleceu multa aos infratores, pais ou responsáveis, que não matricularam seus filhos ou as crianças deixassem de frequentar as aulas. A penalidade prevista foi de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) anuais por criança. Muitos alunos foram matriculados “na marra” para o cumprimento da Lei (MARTINS, 1986, p. 199).

Martins descreveu em seu livro uma conversa que teve com um cidadão do município, e destacou o processo de contratação dos professores. Segundo ele várias pessoas o censuraram, acusando-lhe de confiar o ensino do município a “analfabetos”, como se referiam aos primeiros professores.

- O que o senhor está fazendo é um crime – desabafou, certa vez uma pessoa amiga - A criança que começa mal na escola, dificilmente se recupera.

Eu lhe alcancei uma carta que me fora endereçada por uma das professoras municipais, pedindo-lhe para que a lesse e interpretasse. Havia erros ortográficos grosseiros, frases incompletas e termos inadequados.

- É o que lhe dizia – comentou ele triunfante – A prova esta aqui. É uma barbaridade!

- Mas você entendeu o que ela quer? – insisti.

- claro que dá para entender. Ela esta pedindo material escolar e consulta se no próximo mês o senhor poderá mandar vacinar as crianças da escola e da vizinhança.

- E esta o que quer? – Perguntei, passando a suas mãos uma folha de papel em branco.

- Tá brincando – disse ele, olhando os dois lados da folha – não tem nada escrito...

- Pois entre a carta mal escrita que contem uma mensagem integralmente entendida por você e a que nada transmite, eu prefiro a primeira. Não tenho outra opção e muito menos o povo do Município (1986, p. 196).

O autor afirmou, que tal cidadão compreendeu as razões pela qual, o prefeito havia agido para a contratação dos professores.

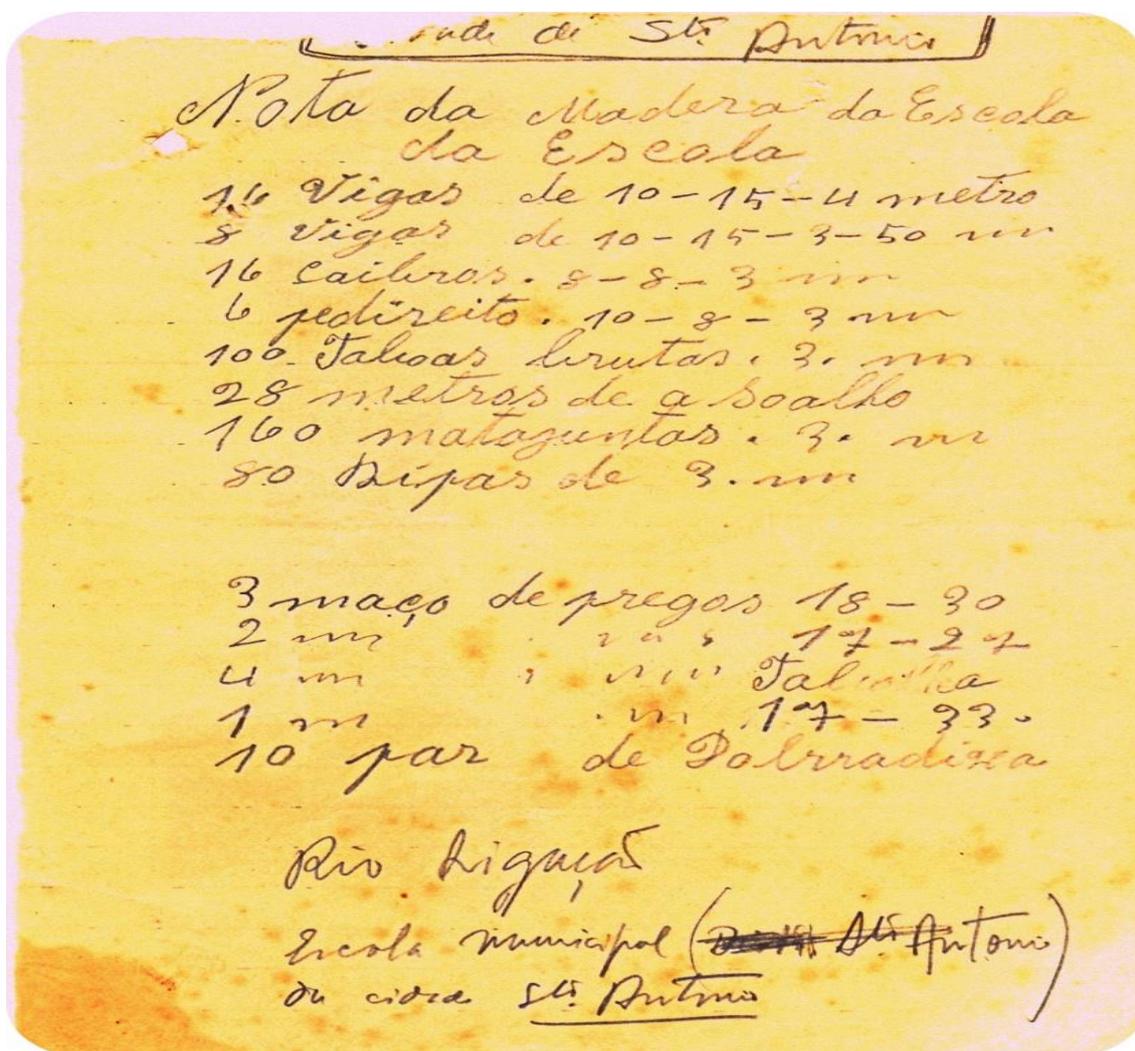
Ainda em 1953, segundo Martins, o município tinha baixa arrecadação e os materiais de construção estavam sendo comercializados a alto custo, este fato inviabilizou qualquer projeto de obra pública, forçando assim a prefeitura a,

Recorrer à comunidade para, num mutirão sem precedentes, edificar as primeiras casas escolares do município. Praticava-se, portanto, já naquela época, o que nos dias atuais se convencionou chamar de democracia participativa; só que a participação popular ultrapassava a prerrogativa de opinar e escolher consistindo também em trabalhar e contribuir materialmente para o bem comum. O povo escolhia em assembleias a céu aberto, os locais onde deveriam ser construídas as escolas públicas, e se organizava em grupos aos quais se atribuíam

incumbências específicas: fornecimento de cepos de madeira de lei<sup>70</sup> de tabuas e de caibros; mão-de-obra especializada e braçal. O comércio e a indústria forneciam, geralmente, a madeira beneficiada, as ferragens e asseguravam os fretes, o Município contribuía com o material de cobertura (telhas, vindas de longa distância), esquadrias e o “papo” do Prefeito (1986, p. 199).

A população rural, motivada pela difusão do ensino primário, ajudou a prefeitura na construção das escolas e na escolha dos professores. Os materiais, o terreno e até a mão de obra eram de responsabilidade da comunidade, e cabia ao prefeito fazer o pagamento do corpo docente. No documento abaixo foi possível identificar a listagem dos materiais utilizados na construção da escola do Rio Ligação.

**Documento nº 07: Relação de materiais para construção da Escola Municipal do Rio Ligação**



Fonte: Acervo Memorial Histórico de Francisco Beltrão, 2013.

<sup>70</sup>Lazier (1998) reproduz como anexo I, p. 99-111 um relatório feito por Francisco Fernandes Leite e Sylvano Alves da Rocha, a serviço do Ministério da Agricultura, que identificou várias madeiras da região e definiu as seguintes como madeira de lei: angico, cabriúva, imbuía, ipê, canela, louro, jaracandá, guajuvira, tarumã e cedro.

Nos locais onde os moradores estavam impossibilitados financeiramente de cooperar, as escolas públicas foram instaladas nas capelas. Onde não havia capelas, os encontros para oração aconteciam nas escolas. A educação por muito tempo foi aliada à igreja. Isso ficou explícito no depoimento do prefeito Rubens Martins ao Bispo de Palmas Dom Carlos Sabóia Bandeira de Mello.

Aqui em Francisco Beltrão, a colaboração recíproca se tem observado, quando o Município, em algumas localidades, cede suas casas escolares para celebração de cultos religiosos, e em outras, na falta de prédio próprio, ministra suas aulas nas capelas locais. Esse é um exemplo de irrestrita e recíproca cooperação: as escolas municipais sem exceção alguma, a par do ABC da cartilha, propiciam a seus alunos o conhecimento do ABC do catecismo (MARTINS, 1986, p. 199).

Martins destacou ainda que,

A construção de estradas e escolas constituíam o ponto alto da plataforma política da Aliança da Vitória, o que me levou a enfrentar obstáculos quase intransponíveis para honrar os compromissos assumidos com o eleitorado marrecoano (1986, p. 202).

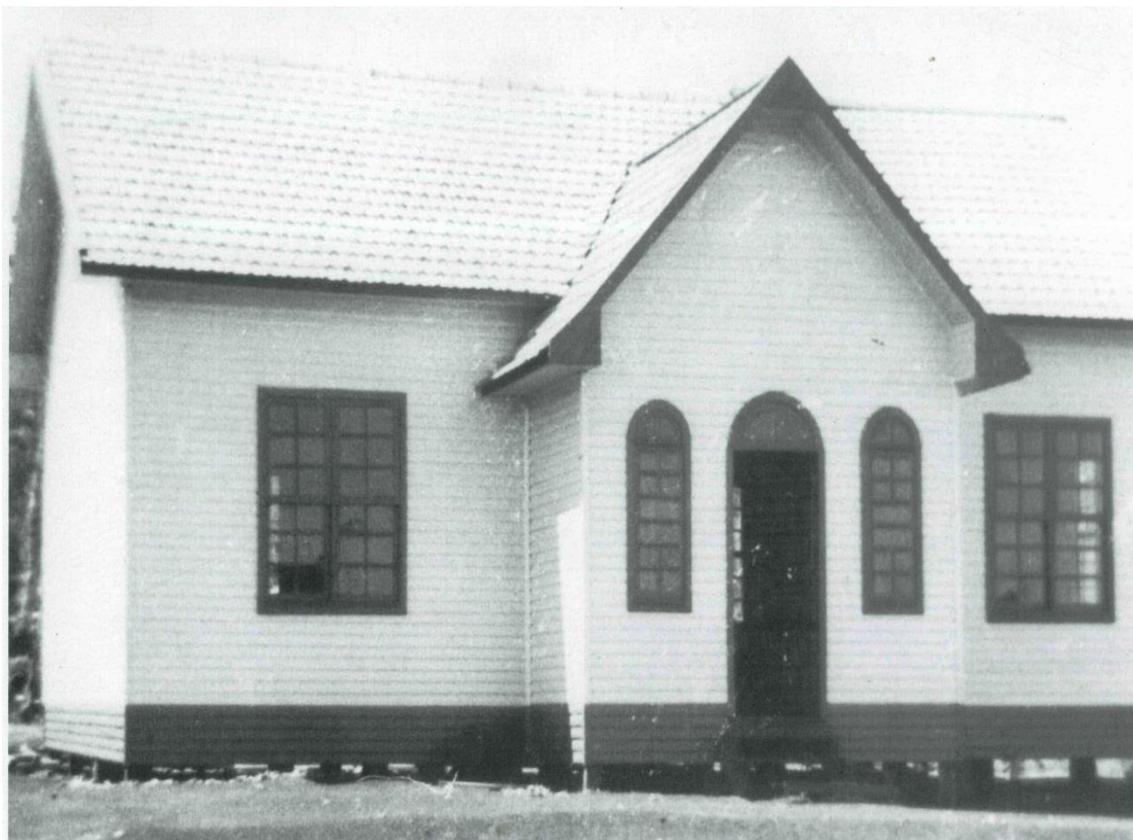
Desta forma para cumprimento das promessas de campanha, e como o município não dispunha de casa escolar própria, Martins tomou as devidas providências à construção das mesmas.

Conforme os Atos Oficiais nº 1, de 1954, o município edificou várias escolas, que estabeleceram padrões para a construção, adotados desde a instalação da Prefeitura: O padrão “A” era constituído por uma sala de aula 8x12 metros com tábuas beneficiadas, paredes duplas pintadas a óleo e cobertas de telhas francesas.

As casas padrão “A” são construídas nos centros residenciais nas Sedes Municipais, encontrando-se concluídas a de Água Branca e estando em construção as de Marmeleiro, Concórdia e Jaracatiá. As da classe “B” dispõem de residência para o professor, são edificadas nos locais mais distantes, o que facilita a manutenção do mesmo” (BELTRÃO. Atos Oficiais nº 1, 1954).

A fotografia a seguir exemplifica o dito anteriormente sobre este padrão de construção das escolas multisseriadas. A construção destas, em sedes com maior concentração de população, possibilitava que o professor morasse perto e não necessitasse de sua casa anexa a escola.

**Fotografia nº 14: “Escola Padrão “A””: construída nas Sedes das regiões Municipais, contendo apenas a sala de aula**



**Fonte:** MARTINS, 1986, p. 208.

No padrão “B”, a escola constituía-se de uma sala de 7x10 metros, paredes simples de tábuas brutas, pintadas a cal e dependências anexas destinadas ao professor, com dois quartos, sala e cozinha.

A fotografia nº 15 exemplifica o padrão “B” de escolas rurais multisseriadas. Nem sempre o professor morava na comunidade, e para chegar aos lugares mais distantes precisava percorrer extenso caminho. Então a casa era um atrativo para que este lecionasse na devida escola e ao mesmo tempo ficasse perto da sua família. De acordo com os Atos Oficiais nº 1, em 1954, estava concluída a escola de Barra grande (Rio Santana) e várias estavam em construção, obedecendo o padrão “B”.

Conforme análise da documentação disponível, o padrão de construção escolar rural mais utilizado na década de 1950 foi o “B”. Diferente das escolas construídas pela CANGO em regiões distantes, nas quais os professores eram acolhidos na casa de uma das famílias da comunidade, nas escolas municipais os professores poderiam se estabelecerem na comunidade e constituir sua família, apoiados pelo município.

**Fotografia nº 15: “Escola Padrão “B””: construída em regiões distantes dos núcleos populacionais, dispoendo de moradia anexa para o professor**



**Fonte:** MARTINS, 1986, p. 208.

Além dos padrões “A” e “B”, a prefeitura construía um terceiro tipo de casas escolares, contando com uma única sala de 24 metros quadrados, localizadas nas zonas de difícil acesso e onde não poderiam contar com salas fornecidas por habitantes locais. Duas destas “escolas provisórias” foram construídas até 1954, de acordo com os Atos oficiais nº 1, em Lageado Grande, nas Sedes Pinhal e São Sebastião.

As escolas multisseriadas rurais foram edificadas obedecendo as características culturais dos posseiros. Observo mediante as fotografias, que em algumas escolas, a madeira utilizada era na horizontal e também as formas arredondadas das janelas e paredes, como a fotografia nº 14. No interior delas, era basicamente: carteiras de estudo de dois lugares, trabalhadas em madeira, janelas grandes, que possibilitavam a iluminação e o arejo das salas.

A fotografia nº 16 apresenta a organização interna das escolas isoladas multisseriadas adotadas na época. A organização das carteiras em filas possibilitava ao professor uma melhor organização enquanto distribuição das 4 (quatro) séries no pequeno espaço da sala de aula. As quatro turmas primárias eram ensinadas simultaneamente, através de exercícios e explicações, porém cada qual com seu conteúdo específico.

**Fotografia nº 16: Escola Municipal de Água Branca – 1954 (Ambiente interno)**



**Fonte:** FRANCISCO BELTRÃO. Atos oficiais, nº 01, 1954.

Pela fotografia interna da Escola da Água Branca, foi possível perceber, uma sala com acabamento de excelente qualidade, com carteiras em número expressivo organizadas em fileiras. Todo este trabalho foi mérito não só da Prefeitura Municipal, mas de toda a comunidade que se envolveu.

As escolas foram construídas nas comunidades, para que todos tivessem a possibilidade de estudar sem depender de transporte. Eram escolas multisseriadas, contendo basicamente (4) quatro turmas de 1º grau primário (1º, 2º, 3º e 4º série), os professores geralmente eram da própria comunidade, ou se estabeleciam lá.

Em julho de 1954, a prefeitura municipal, conforme dados dos Atos Oficiais nº 1, criou 20 escolas e contratou respectivos professores, atendendo cerca de 1.400 alunos.

- 1- **Boa Esperança – Professor: Guerino Siliprandi**
- 2- **Verê – Professora: Orontina Paz dos Santos**
- 3- **Alto Verê – Professora: Corina Tives de Lima**
- 4- **Sede Otavio Rosa - Professora: Alba Paz da Silva**
- 5- **Alto Boa Vista – Professora: Ana Bocchi Macagnan**
- 6- **Secção Jacaré – Professor: Fortunato Lidio de Almeida**
- 7- **Empossado – Professor: Avelino Meiacasa**
- 8- **Linha Gaucha – Professor VirgilioBordin**
- 9- **Barra Grande – Professora: Maria Lucini Chiapetti**
- 10- **Lageado Grande – Professor: Felix José dos Santos**
- 11- **Séde Mateus – Professora: Generosa Ribeiro Soares**
- 12- **Rio Santo Antonio – Professora: Izolete Aguiar Simon**
- 13- **Vista Alegre – Professora: Placida Adrià**
- 14- Capetinga – Professora: Catarina Seger
- 15- Água Branca – Professora: Idalina Maria Grapeggia Matuizzi
- 16- Rio Bonito – Professora: Elizabete Grapiglia
- 17- **Sede pinhal – Professor: Franscisco Xavier dos Santos**
- 18- São Sebastião – Professora: Terezinha Xavier dos Santos
- 19- Barra grande – (Jacutinga) Professora: Maria Zipperer
- 20- Boa Vista – Professor: Ilbino Bocchi
- 21- Rio tuna – Professora: Ilvan Olm
- 22- Rio Tuna – Professora: Clidia Lorenzetti
- 23- Rio Gamela – Professora: Laura Rech
- 24- Rio Verde – Professora: Jacy Benedetti
- 25- Bandeiras – Professor: João de Jesus Rodrigues
- 26- Rio Lontra – Professora: Elza AgattiChechi
- 27- Rio Quibebe – Professora: Celestina Bocchi de Lima
- 28- Jacutinga – Professor: Alois Junkes
- 29- **Tatetos – Professora: Tereza Dalla Palma**  
(BELTRÃO, nº1 de 1954. Grifos meus).

Ao comparar a lista de professores contratados em 1953 (quadro nº 11) e esta de 1954, percebo que: além do número de professores ter aumentando, alguns não eram os mesmos (os grifados), nas regiões que foram indicados em 1953. Dos professores apresentados anteriormente somente 15 (quinze) foram preservados da lista de 1953, o

restante eram novos. Estes dados justificam a fala de Martins, “à medida que afluíram à região novas famílias e pessoas mais capacitadas, assumiam estas funções deixadas espontaneamente pelas professoras que não se sentiam capazes de prosseguir” (1986, p. 196).

Em entrevista, a professora Clídia Lorenzetti Klosinski<sup>71</sup> (contratada, conforme item 22 da lista anterior), contou como foi sua experiência, enquanto professora municipal, entre os anos de 1952 – 1982, no município de Francisco Beltrão.

A professora Clídia veio de Santa Catarina com sua família por volta de 1951 com 19 anos, motivada por parentes que haviam se estabelecido nestas terras um pouco antes. Em sua cidade natal frequentou um convento de religiosas, por 10 anos, onde obteve os estudos iniciais. Com sua chegada em 1951 em Vila Marrecas, logo foi sugerida para ministrar aula, o local de destino foi à comunidade do Rio Tuna, onde estabeleceu sua morada, juntamente com sua família.

A professora contou que foi contratada para lecionar em Vila Marrecas, no ano de 1952. Naquele ano a Vila se elevou a município de Francisco Beltrão, mas a posse do prefeito só ocorreu em dezembro. Por isso, a contratação de professores em 1952 ainda cabia ao município de Clevelândia. Por este motivo, Clídia na entrevista se referiu a Clevelândia:

No Rio Tuna precisava muito de professora [...] em 1952 falamos como o prefeito, que nem tinha prefeito, tinha que ir em Clevelândia, daí foram lá e me ajeitaram e me levaram pro Rio Tuna, para dar aula lá (KLOSINSKI, 2013).

Professora Clídia declarou que ficou um ano sem receber por lecionar. *Só que, naquela época a prefeitura não pagava e daí quase um ano eu dei aula sem receber, mas eu não parei, por que gostava [...] (KLOSINSKI, 2013).*

Com uma turma multisseriadas, de 90 alunos em um só turno, a professora destacou como eram suas aulas.

O primeiro dia de aula foi assim, foi uma festa. Vieram todos os pais [...] uns já me conheciam de Santa Catarina e outros não... Vieram os pais e os alunos para eles me conhecerem [...] para os pais falarem comigo [...] então foi assim, uma reunião... Imagina 90 alunos e mais os pais [...] Aquilo para mim me ergueu me deu um suporte grande (KLOSINSKI, 2013).

---

<sup>71</sup> Entrevista concebida a mim no dia 19 de Julho de 2013.

A professora Clídia descreveu como era o local onde inicialmente ministrava suas aulas:

Em um turno só, no começo uma Igrejinha, os bancos que eu dava aula eram os bancos da Igreja, os alunos se ajoelhavam para escrever naquela partezinha de cima. Em pouco tempo, dois meses, três meses [...] que eu estava dando aula daquele jeito, veio um inspetor escolar na porta com um facão “deste tamanho” (referindo-se ao tamanho do facão) e ele ficou na porta. [...] daí eu disse: – O senhor quer alguma coisa? Ele disse: – não. – O senhor quer entrar? – não. [...] O senhor quer alguma coisa? – Pode continuar a aula, vai cuidar do seu trabalho (KLOSINSKI, 2013).

Os inspetores eram responsáveis pela organização e observação das escolas nas comunidades, onde a eles ficava sob responsabilidade, Assim, era de sua rotina e competência cuidar do trabalho desenvolvido pelo professor na escola.

A professora Clídia ressaltou que dividia o quadro e destinava as atividades para as quatro turmas (1º, 2º, 3º e 4º), enquanto os demais tinham suas “tarefas” orientadas, ela destinava o tempo na explicação do conteúdo na lousa para outra turma, como explicou:

Você dava tarefa para o 4º ano, dava tarefa para o 3º ano, dava tarefa para o 2º ano, separava aqueles que liam e que não liam, e dava para o 1º e pegava mão por mão dos alunos para ensinar pegar o lápis na mão. Depois de uns dias, veio uma carta deste que era inspetor escolar, que era pra mim “duplá” a sala, metade de manhã e metade à tarde, foi onde eu controlei mais (KLOSINSKI, 2013).

A administração entendeu que para proporcionar um melhor aprendizado, era necessário dividir os estudantes em dois turnos de aula, já que a turma era composta por 90 alunos. A professora Clídia destacou que o trabalho do professor ia muito além da aula.

Eu não dava só aula, o meu serviço era dar aula, mas eu cuidava da Igreja, da catequese, tudo o que precisava na comunidade eu fazia, até aplicar injeção em crianças, que eu nunca tinha feito, eu fazia. Aprendi a costurar “guarda-pó”<sup>72</sup>, eu costurava “guarda-pó” branco para a piazada (KLOSINSKI, 2013).

---

<sup>72</sup> Espécie de colete comprido com bolsos grandes. Remete-nos a pensar em certa organização escolar quanto a “uniforme” para o trabalho escolar.

Quanto ao material escolar dos alunos, ela pontuou que era escasso no período. A prefeitura disponibilizava certos materiais e o restante os pais compravam. Quanto a sua prática pedagógica ela acrescentou:

Eu trabalhava com o meu conhecimento. Elaborando as atividades e fazendo [...] até que era, chamado de “brava”, até hoje os alunos me encontram e dizem: mas a senhora era “brava”, mas o que eu aprendi com a senhora [...] (KLOSINSKI, 2013).

A professora Clídia destacou que a prefeitura municipal fazia reuniões mensalmente com os professores. Estes tinham que participar, tendo que muitas vezes se deslocar a pé até o local da reunião.

Quanto às provas (exames finais), eram desenvolvidos pela prefeitura (Inspetoria de Ensino). Conforme informou a professora, os exames vinham lacrados e trazidos pelo aplicador:

Você não sabia o que tinha dentro daquela prova, por isso que tinha que, no início do ano, “bater, bater, bater” (se refere em ensinar de fato os conteúdos), para chegar no final do ano e não ter muita reprovação. Por que quando a gente elabora as provas tem base, mas quando você não elabora que base você tem? [...] (KLOSINSKI, 2013).

A professora Clídia lecionou nas escolas da comunidade do Rio Tuna, Jacaré, Pedreirinho, Km 04, até se efetivar em uma escola urbana do bairro Vila Nova, onde lecionou até se aposentar.

Martins (1986) afirmou que até 1955 o município instalou 32 escolas, matriculou 1.440 crianças, distribuiu 8.815 cadernos e 1.164 livros didáticos (1986, p. 246). De 1953 a 1955 foram edificadas em várias localidades mais de 15 prédios escolares e manteve em funcionamento 55 cursos primários, inclusive a escola noturna para alfabetização de adultos. Em 1955, um dos empreendimentos do prefeito no município, foi extinguir o Quadro de professores Mensalistas adotando,

[...] o regime hora – de - trabalho e compatibilização das férias escolares com os períodos de plantio e colheita, a fim de que os escolares não faltassem às aulas, quando solicitada sua presença nas atividades agrícolas (MARTINS, 1986, p. 271).

Segundo Martins (1986), no ano de 1956, as despesas do município foram de 1.650.000,00 Cr\$, os gastos com educação corresponderam a cerca de 18,75%. No

Estado do Paraná ano de 1956, a Secretaria de Educação e Cultura figurou no orçamento do Estado com cerca de, 15% na renda global e 21,57% da renda tributária, mantendo 226 grupos escolares e 1.712 escolas isoladas oficiais<sup>73</sup>, com uma matrícula aproximada de 154.286 alunos (PARANÁ, 1956, p.157). No mesmo ano o Estado firmou acordo com 116 municípios para a ampliação da rede de ensino Primário Rural, distribuindo a importância de CR\$ 5.194.420,00 (cruzeiros).

Foi a partir desses convênios com o Estado que o município fixou novas classes, pois o salário de vários professores era mantido pelo Estado, os chamados “professores primários Estaduais”, enquanto outros recebiam seus vencimentos do município eram os “professores primários municipais”, e esses se encontravam na maioria localizada na zona rural em escolas multisseriadas e unidocentes.

Entre escolas oficiais e particulares estavam assim discriminadas no Estado: 226 grupos escolares e 1.712 escolas isoladas do Estado; 2.614 escolas isoladas municipais e 168 escolas particulares. Isso resultava em um total de 16.614 professores com matrículas total aproximada de 206.146 mil alunos. Para organização de todo este processo educacional e inspeção do Ensino Primário, dispunha a Secretária de Educação e Cultura de: 17 delegados de Ensino e Inspectores regionais do Ensino (PARANÁ, 1956, p. 158).

A partir da década de 1950 e início da de 1960, as escolas foram tomando espaço no município, sobretudo na zona rural. Com a ajuda do Estado na manutenção das escolas urbanas, o município passou a investir consideravelmente na construção de escolas rurais e contratação de professores. O Estado contribuía com o município pagando o salário de alguns dos professores.

O quadro a seguir, mostra a lista de professores que lecionavam em escolas municipais rurais esperando para serem nomeados pelo Estado em 10 de julho de 1959.

**Quadro nº 12: Professores municipais a espera de nomeação pelo Estado em 1959**

<b>NOME</b>	<b>ESCOLA</b>	<b>Nº DE ALUNOS</b>
Áurea Bratti Michels	Grupo Escolar	Uma classe
Olmiria Maria Tiecher	Km 30	48
Genir Maria Tiecher	Rio Guarapuava	56
Antônio Marins	Maracajá	64
Adúlia Maria Wurtzel	Km 45	54
Genir Bastian	Rio ligação	38

<sup>73</sup> Cabe Ressaltar que as instituições oficiais eram as mantidas pelo Estado. Nestes dados não estão englobadas as casas escolares e nem os alunos da zona rural do município, pois como já ressaltado, as escolas foram construídas entre a comunidade e o município, e até então não estava oficializado pelo Estado.

Terezinha Castro Ferreira	Santa Rosa	49
José Bonin	Rio Bocó	59
Ana Bonin Toigo	Encruzilhada 14	60
Maria Bonin Fachinello	Linha Gaúcha	39
Dorvalina Valente Maraforst	Km 40	44
Teresa Adria	Vista Alegre	40
Plácida Adria	Cabeceira do Rio do Mato	38
Leni A. Viana	Marmeleiro	35
Alice Rubim Bernardi	Tatetos	64
Olivia Nienkotter	Serrinho de São Roque	66
Mafalda Vessler	Jaracatiá	49
Leopoldina Stormovski Casanova	Jaracatiá	38
Zeferina de Araujo	Nova Esperança	60
Celita Priamo	Altaneira	44
Amélia Colombo	Marmeleiro	36
Dedimes Chechinel	Barra Seca	72
Carlos Ribeiro	Encruzilhada Manfroi	41
Vicente Setembrino Balotin	Rio do Mato	50
Maria Celina Flach	Manduri	42
Nair Tartari	Quibebe	55
Paulo Pires	Mata Fome	48
Sebastião de Quadros	Cabeceira do Lontras	60
Alcides de Lucas	Rio 14	53
Adão Coman	São Miguel	50
Ana A. Paraná de Barros	Costa de Santa Rosa	48
Orlando Tabaroski	Três Barras	43
Iracema Paixão da Silva	Seção Jacaré	39
Bertino Schlickmann	Rio Canela	68
Paulo Lima	Boa Vista	35
Jaci C. Girardello	Km 26	44
Felix Padilha	Rio Vitória	64
Anatália Peron	Rio Gavião	35
Elvira m. Bortooto	Sede Progresso	82
Lucidoro Gonçalves de Candido	Encatilado	48
Albina Carlolina Busato	Sede Pinhal	56
Germano J. Dopfer	Água Vermelha	45
Suzana Blasius	Rio Canoas	60
Teresinha Rodrigues	Barra do Rio do Mato	43
România Rech	Rio Pedreiro	41
Rubi Amélio Bonato	Linha Jandira	38
Isolda Cibulski	Rio Serrinho	66
Alba Paz da Silva	Ponte de Santa Rosa	65
Lidia Lopatiuck	Rio Tuna	41
Olívio Vieira de Anunciação	Cruzeiro do Iguaçu	60
Marcos Rodrigues Nunes	Rio Saudade	62

**Fonte:** Jornal de Beltrão, 10 de Julho de 2013.

O quadro nº 12 destacou o nome de 51 (cinquenta e um) professores municipais, a espera para serem nomeados pelo Estado. O que se pode concluir que: havia 51 escolas rurais, das quais estes professores lecionavam. Porém, as escolas rurais não se limitavam a este número, havia ainda os professores que já eram contratados pelo Estado, e os que ainda eram professores municipais. A lista apresenta uma média de 60

alunos por escola, sendo que a quantidade destas 51 escolas era de 2.535 alunos. Talvez essa fosse uma tentativa de efetivar a responsabilidade do Estado com as escolas primárias do município, porém, esta contratação não foi efetivada.

Como a prefeitura não tinha muitas condições em termos financeiros pagava o corpo docente um humilde salário, o que instigava os professores municipais a quererem ser contratados pelo Estado, aumentando assim seus vencimentos. A professora Terezinha Dopfer<sup>74</sup> relata esta experiência na questão da diferença entre professor estadual e municipal. *O salário do municipal era menor [...] as turmas eram iguais e nós tínhamos o mesmo estudo [...] se fazia acerto com os políticos e daí eles te passavam para o Estado [...] eu não consegui, mas lutei* (DOPFER, 2013).

Conforme indicou o governador, em mensagem enviada a Assembleia Legislativa em 1958, o Estado sofreu efeitos do rápido crescimento populacional, em consequência de sua vitalidade econômica. Esse crescimento acelerado da população ampliou significativamente,

[...] a demanda de escolas, outras em locais onde já havia muitas e até então suficientes, novas em zonas ainda pouco desertas e inabitadas. Mas o funcionamento de uma unidade escolar exige um complexo de condições, entre as quais se sobressai a existência de professores capazes, a instalação predial adequada, o fornecimento do material didático, o pessoal subalterno, e tudo dependente dos recursos financeiros. Pode-se, pois aquilatar facilmente a ordem dos problemas, que a Secretaria de Educação e cultura vem enfrentando, já que lhe compete dar ao povo não algumas unidades, mas dezenas delas (PARANÁ, 1958, p. 147).

Como o processo de construção e manutenção das escolas primárias pelo Estado era complexo, burocrático e de cunho estritamente financeiro, coube aos municípios assumirem o papel de construtores e mantenedores das escolas primárias, que se localizavam na zona rural.

Em 1958, cabia ao Departamento de Educação, vinculada a Secretaria de Educação e Cultura do Estado manter em funcionamento os estabelecimentos de ensino, fiscalizá-los, dar-lhes o ânimo das técnicas pedagógicas, controlar as tarefas educacionais e planejar a abertura de novas unidades escolares. A mensagem de Governo trouxe que, naquele ano, 80% da população escolar primária estava nas escolas mantidas pelo Estado, totalizando cerca de 297.816 mil alunos (PARANÁ, Mensagem de Governo, 1958, p. 148).

---

<sup>74</sup>Em entrevista concedida a mim, no dia 17 de maio de 2013.

O relatório enfatizou que o Departamento de Educação prestava apoio pedagógico aos professores da Capital e também do interior do Estado. O Departamento de Educação atuava na organização de cursos de aperfeiçoamento, na elaboração de programa a ser desenvolvido, na orientação das matérias a serem ministradas, organizando provas finais para verificação do rendimento escolar. Articulava-se também, com as delegacias de Ensino, a fim de orientar os professores, em problemas individuais de aprendizagem, exercícios auxiliares para atingir a maturidade dos alunos dentro outros. Porém, estas orientações nem sempre chegavam aos professores interioranos, já que “os cursos de especialização eram sempre realizados na Capital e geralmente não chegavam ao conhecimento do professorado do interior” (PARANÁ, 1958, p. 148).

Em Francisco Beltrão a expansão do ensino se deu a partir de 1950. A partir de então, a maioria das crianças da zona rural passaram a ter acesso à educação, porém com limitações na qualidade, como ficou evidenciado no texto.

Pontuo até então que, a CANGO muito contribuiu para a iniciação da instrução primária na região, sobretudo em Francisco Beltrão, porém a construção das escolas ainda era feita com a ajuda da comunidade, que se reunia e a construía, escolhendo indivíduos da própria comunidade para lecionar. A prefeitura contribuía através do pagamento dos professores.

Fica evidente que a grande maioria das escolas rurais da época foram criadas e mantidas pelo município, ou seja, eram municipalizadas. Mediante as Atas de Criação das Escolas Rurais, disponíveis na Secretaria de Educação, as escolas criadas a partir da década de 1950, só foram legalizadas no início da década de 1980, e muitas delas nem chegaram a serem legalizadas e reconhecidas oficialmente e foram fechadas.

Certamente, as informações e instruções chegaram com bastante atraso às escolas interioranas, especialmente as escolas da zona rural que eram mantidas pelos municípios.

### CAPÍTULO III

## O PROCESSO DE “MODERNIZAÇÃO”<sup>75</sup> DA AGRICULTURA E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO RURAL: 1960 – 1980

[...] O que nem todos sabem  
Que abalou a região  
Foi um fluxo de gente  
Pela grande migração  
Dando origem as posses  
Que gerou enorme confusão

[...] vieram as tais companhias  
De arma contra os posseiros  
Que de foice, facão e espingarda  
Lutam com desespero  
Na defesa de seus bens  
Foram muitos que morreram

O povo se deu as mãos  
Revoltando-se em massa  
Contra companhias e governo  
Prometia muita fumaça  
Aí interferiu o exército  
E acabou com a trapaça

[...] só então voltou o sossego  
E acabou a ansiedade  
João Goulart, o presidente  
Legitimou as propriedades  
Onde foi um campo de batalha  
Surgiu uma linda cidade

Agora o progresso é pujante  
E o ambiente é de paz  
Porém, as matas de outrora  
Já não existem mais  
Tudo virou lavoura  
Milho, soja, arroz e trigais.  
(BEDENARSKI, 2013, p. 72 - 75).

---

<sup>75</sup> Para Fleischfresser, “modernização da agricultura tem sido um termo empregado na maioria dos estudos que têm por objetivo apreender as transformações ocorridas na agricultura brasileira, durante a última década. [...] o conceito de Modernização assume um caráter funcionalista, concebe as transformações agrícolas como uma passagem da agricultura tradicional (atrasada) para um estágio moderno (desenvolvido); processo este que seria inerente ao próprio desenvolvimento econômico. [...] as transformações agrícolas como consequências de alterações nos padrões de acumulação da economia com crescente subordinação da agricultura ao capital industrial, o que resulta em modernização através da introdução de um tipo particular de tecnologia – aquela proveniente do setor industrial” (1988, p. 11). O uso de “modernização da agricultura”, entre aspas, remete a um pensamento e marca, criados na época, para retratar o processo social de mecanização da agricultura.

O pioneiro Frederico Bednasky abordou, em seus versos, a história da luta do povo que aqui morou. O poema, intitulado “Luta”, resume um pouco do que já foi tratado nos capítulos I e II e o que será discutido no presente.

O capítulo está dividido em cinco pontos. O primeiro trata da criação do GETSOP e das medidas operacionais tomadas para efetivar o título da terra no Sudoeste do Paraná que, desde a década de 1950, foram questionadas pelas companhias imobiliárias.

O segundo traz dados demográficos populacionais do Paraná, da região Sudoeste e do município de Francisco Beltrão, que mostram a intensa migração populacional ocorrida entre as décadas de 1940 a 1960. Além disso, apontam considerável aumento da população da área rural em Francisco Beltrão e no Sudoeste do Paraná. Esse aumento populacional na área rural foi justificado pela grande migração sulista ocorrida nas décadas anteriores. Em contraposição, nas décadas posteriores - 1970 e 1980 - foi registrado um intenso êxodo rural ocasionado pela mudança no trabalho agrícola e pela entrada do capital no campo. Houve também influência da “modernização” da agricultura, dos créditos rurais e de outros fatores, já discutidos no terceiro ponto.

O quarto ponto retrata a organização da educação primária entre as décadas de 1960 e 1980, com base na legislação vigente, estabelecendo conexões com a educação desenvolvida no município de Francisco Beltrão.

O quinto ponto trata do decreto nº 365, de 1981, e da organização da educação nas escolas rurais multisseriadas até este ano. Tal contexto desencadeou, na década posterior, o processo de nuclearização das escolas rurais.

Procuró sintetizar e levantar questões pertinentes, que estabeleçam a compreensão deste movimento dialético ocorrido no Sudoeste do Paraná, bem como no Município de Francisco Beltrão. O movimento em questão diz respeito às migrações populacionais, à apropriação da terra e do trabalho, e às ligações e impasses que tiveram as escolas rurais daquele período.

### **3.1 A função do GETSOP na regulamentação fundiária**

Segundo Lazier, após a expulsão dos “grileiros” e jagunços da região, a luta continuou para transformar o posseiro em efetivo proprietário destas terras. “Esta bandeira de luta uniu todo o sudoeste” (1998, p. 69).

Como destacou o autor, em 1960, na campanha eleitoral para presidente da república, o quadro eleitoral englobava a candidatura de Marechal Lott, representante do PSD e PTB, e Jânio Quadros, representante da UDN e de pequenos partidos. Uma comissão de líderes da região foi organizada para, em visita à capital federal, conversar com os candidatos sobre a situação dos posseiros. Solicitar-se-iam providências para a regularização das terras. Segundo registros, não houve posicionamento de Marechal Lott. No entanto, sobre Jânio Quadros, registrou-se:

[...] Jânio Quadros prometeu que, caso fosse eleito, solucionaria o problema dos posseiros, desapropriando a área e titulando a terra aos mesmos. Diante da promessa de Jânio Quadros, todo o Sudoeste apoiou-o como candidato, até o PTB local (LAZIER, 1998, p. 69).

Após a definição do quadro político federal e do estadual, em 1960, algumas medidas foram tomadas para resolver a questão das terras do Sudoeste do Paraná. Em 1961, pouco depois de tomar posse, Jânio Quadros cumpriu sua promessa política. Sancionou o decreto nº 50.379, de 27 de março, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, a gleba “Missões” e parte da gleba “Chopim”, situadas na faixa da fronteira, no Estado do Paraná. O artigo 1º estabeleceu os limites da desapropriação e a incorporação dos bens ao Patrimônio Público, deixando a cargo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) promover a efetivação de desapropriação de que trata o Decreto, na forma do artigo 10º do Decreto - Lei nº 3.365<sup>76</sup>, de 21 de junho de 1941 (BRASIL. Decreto nº 50.379 de 1961).

Em 25 de abril de 1961, Jânio Quadros assinou outro Decreto, o de nº 50.494, que determinou regime de urgência na desapropriação das terras. Todavia, a solução para o problema das terras não se efetivou devido à renúncia de Jânio Quadros ao mandato presidencial, em agosto daquele ano. Com a renúncia de Jânio Quadros, quem assumiu o Poder Executivo foi o vice-presidente João Goulart, que tomou outras medidas para solucionar o problema das terras do Sudoeste. Em março de 1962, pelo decreto de nº 51.431, o presidente João Goulart criou a GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), que teve sua sede em Curitiba e o centro do seu serviço executivo na cidade de Francisco Beltrão. Segundo Gomes,

---

<sup>76</sup> O Decreto nº 3.365 dispõe sobre a Lei de Desapropriação por utilidade pública, e foi sancionado por Getúlio Vargas. O decreto possibilitou a União, aos Estados e Municípios a desapropriação no prazo de cinco anos de áreas a serem utilizadas para benfeitorias públicas. Segundo artigo 2º, “os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa” (BRASIL, Decreto nº 3.365 de 1941).

Tratava-se de um órgão subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República e sob a presidência de um representante do Conselho de Segurança Nacional. Tinha como objetivos programar e executar os trabalhos necessários à efetivação da desapropriação, bem como executar a colonização das glebas desapropriadas. [...] O primeiro trabalho da GETSOP foi medir, demarcar, dividir os lotes, respeitando a posse e a decisão dos ocupantes (1987, p. 114).

As medidas somente foram possíveis, como destaca Lazier (1998), devido às mudanças na configuração política do Estado e do País, respectivamente liderados por João Goulart e Ney Braga.

Desta forma, assinou-se um acordo, em 22 de junho 1962, envolvendo a União e o Estado do Paraná. O acordo, segundo Lazier, foi articulado em 10 (dez) pontos a serem seguidos, sendo eles: 1º - As terras públicas seriam colonizadas pelos órgãos da União e do Estado do Paraná, de forma conjunta. 2º - As partes acordantes constituiriam um órgão (pode estabelecer convênio com qualquer Órgão da Administração Federal ou Estadual) misto para a execução do acordo. 3º - A receita decorrente da colonização seria depositada em bancos oficiais, em nome do órgão misto. 4º - A União expropriaria a Gleba Chopim, sendo a colonização feita pelo Estado. 5º - A União expropriaria a Gleba Missões e, caso o Poder Judiciário reconhecesse o domínio, a colonização seria feita juntamente a este órgão. 6º - O Órgão misto expediria os títulos dos lotes demarcados. 7º - A União e o Estado consignariam verbas específicas em seus orçamentos, que seriam aplicadas no plano de colonização das glebas. 8º - Qualquer desfecho de ações judiciais seria respeitado, levando-se em conta as cláusulas do acordo descrito. 9º - O órgão misto estabeleceria regimes especiais para a venda e a exploração da existente reserva florestal. Firmar-se-iam convênios com o Instituto Nacional do Pinho e com o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. 10º - As partes acordantes, a partir desta data, efetivariam as medidas necessárias para a execução imediata da colonização (1998, p. 71-72).

Após a assinatura do acordo, foi baixado o Decreto de nº 51.514, de 25 de junho de 1962, o qual instituiu o órgão misto União Federal e Estado do Paraná, conservando assim a denominação de GETSOP, mantendo os representantes e designando outros a serem indicados pelo governador. “Desta forma, a partir de 1962, o problema da posse de terras na região passou a ter uma solução que seguia as determinações legais” (LAZIER, 1998, p. 72). Segundo Lazier, as propostas do GETSOP foram:

- Projetar e executar a colonização racional das glebas Missões e Chopim (parte).
- Medir, demarcar e dividir em lotes a gleba objeto da colonização, de acordo com os projetos aprovados.
- Vistoriar, estudar e decidir a situação dos efetivos ocupantes das terras.
- Estudar a situação das áreas em que se acham localizadas as sedes municipais e distritais para o fim de atribuí-las aos municípios, reservando as áreas necessárias aos serviços públicos federais e estaduais.
- Construção de estradas – troncos, para escoamento da produção, e estradas vicinais e de acesso às áreas coloniais, bem como a abertura de arruamento dos patrimônios.
- Construção e instalação de casas escolares e outros estabelecimentos de ensino de acordo com as necessidades da região.
- Instalação de postos de mecanização da lavoura com assistência técnica e agropecuária permanente.
- Financiamento para a produção agrícola.
- Requisitar de repartições públicas federais e estaduais os funcionários necessários ao atendimento dos serviços técnicos e administrativos.
- Incentivar o espírito associativo entre os colonos da região Sudoeste (1998, p. 72-73).

Gomes pontuou que, no princípio, o GETSOP enfrentou dificuldades em aceitação dos colonos e, por isso, seu trabalho foi acompanhado pelo Exército Nacional, que tinha uma boa aprovação na região. “O movimento de 57 tinha atingido seus objetivos: num primeiro momento, a expulsão das companhias de terra e, num segundo, a conquista do título de propriedade” (1987, p. 115).

O GETSOP atuou até o início de 1974, e só foi extinto quando concluiu sua “missão” de efetivar a desapropriação e a titulação aos respectivos donos, no caso, os posseiros. Segundo Lazier,

Sua atuação foi uma verdadeira medida de reforma agrária, no sentido não só de distribuir terras, mas também dar assistência ao colono e à região, o GETSOP programou e executou tais medidas. [...] as atribuições do órgão previstas nas normas de organização e funcionamento do GETSOP foram quase todas executadas. Pode-se afirmar que o GETSOP concluiu a obra iniciada pela CANGO e interrompida pela atuação da CITLA (1998, p. 74).

Lazier (1998) destacou a importância do GETSOP para o processo de desenvolvimento da região em diversos setores. Foram aplicadas, sob forma de transferência de capital para as prefeituras dos 15 municípios localizados na área de atuação do grupo, o valor de Cr\$ 4.289.840,19. O GETSOP construiu 221 casas escolares, sendo 51 de alvenaria e 170 de madeira, distribuídas nos 15 municípios.

Também atuou no controle da exploração florestal. Instalou nas proximidades de Francisco Beltrão um horto florestal para a produção e revenda de mudas a preço de custo. Mudas estas de diversas espécies, sobretudo de araucária e de *pinus eliotis*. Conforme o autor, no período, o horto produziu e distribuiu cerca de três milhões e quinhentas mil mudas.

Lazier (1998) destacou que Francisco Beltrão foi o município que mais recebeu títulos do GETSOP na região, até a extinção do Grupo, conforme o quadro a seguir.

**Quadro nº 13: Lotes titulados na região pelo GETSOP até 1974**

NÚMERO DE ORDEM	MUNICÍPIO	URBANOS E SUBURBANOS	RURALS
1	Ampère	979	1.431
2	Barracão	-x-	223
3	Capanema	50	2.439
4	Dois Vizinhos	2.408	4.084
5	Enéas Marques	384	1.911
6	Francisco Beltrão	4.305	3.245
7	Itapejara do Oeste	56	138
8	Pérola do Oeste	99	2.163
9	Planalto	117	2.258
10	Realeza	1.003	1.890
11	Salgado Filho	-x-	1.073
12	Salto do Lontra	1.077	3.823
13	Santa Izabel do Oeste	1.060	1.821
14	Santo Antonio do Sudoeste	495	2.770
15	Verê	352	1.651
	TOTAL	12.385	30.920
	Vias Públicas	28	-x-
	Títulos do Estado, Ratificados	-x-	50
	TOTAL	12.413	30.970

Fonte: LAZIER, 1998, p. 75

O Jornal Tribuna do Sudoeste veiculou a matéria sobre o GETSOP, intitulada “GETSOP: nota 10”.

As atribuições do GETSOP, não se restringem unicamente a execução da colonização racional das Glebas “Missões” e “Chopim”, esta em parte, com a conseqüente titulação das terras, mas também a construção de estradas, arruamentos dos patrimônios, construção e instalação de casas escolares e outros estabelecimentos de ensino, mecanização da lavoura e assistência agropecuária, estabelecimento de regimes especiais para a exploração florestal, reflorestamento e, também o auxílio direto as prefeituras da região (22 de Fev. de 1969).

Esse auxílio financeiro, prestado às prefeituras, possibilitou a construção e a conclusão de obras nos mais diversos setores. Conforme colocação do Jornal, o investimento foi revertido em: construção de escolas; mobiliário, construção de pontes, compra de cabos de aço para balsa; pagamento de professores e material escolar. (22 de Fev. de 1969).

Lazier (1998) destacou que o GETSOP incentivou a mecanização agrícola firmando convênio com o Ministério da Agricultura. Passou, então, a utilizar tratores e implementos agrícolas para demonstrar as vantagens da mecanização. Realizou, aproximadamente, 22.000 horas de serviço, nas quais se fizeram destoca, aração, gradagem e açudagem. O GETSOP também atuou na melhoria das estradas para o escoamento da produção. Segundo Lazier:

[...] preocupados com a qualidade e quantidade da produção agrícola, o GETSOP assinou convênio com a ACARPA e CIBRAZEM, e, através do sistema reembolsável, pagável após a colheita, revendeu aos agricultores sementes selecionadas de soja, milho, feijão, trigo e hortaliças, além de adubo e inseticida, tudo a preço de custo. Realizou, inclusive, trabalhos junto aos agricultores da região incentivando-os para a participação nas cooperativas (1998, p. 77).

Pelo Decreto de nº 73.292, de 11 de dezembro de 1973, o GETSOP foi extinto a partir do dia 31 de janeiro de 1974. O artigo 2º estabeleceu que os processos de titulação de terras fossem ultimados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), dentro da legislação vigente. Já, no artigo 3º, autorizou a cessão gratuita à Prefeitura de Francisco Beltrão de uma casa de alvenaria - dimensão de 20m x 8,5m - e uma casa de madeira - 8m x 9m. Os arquivos do GETSOP ficaram sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura.

Com a legitimação da propriedade da terra, os conflitos diminuíram significativamente na região, cessando, assim, a necessidade da luta. Os colonos

constituíram suas moradas e trabalharam na terra sem medo. Suas condições de vida melhoraram, possibilitando melhor aproveitamento do espaço e da terra. Isso motivou o colono/agricultor a lutar pela instrução elementar de seus filhos, motivados pela necessidade do conhecimento da agricultura e dos diferentes meios que a sociedade em desenvolvimento os impunha. O domínio do cálculo, da leitura e da escrita era de fundamental importância, mesmo que ainda não se falasse em uma educação voltada especificamente para o campo; haviam se tornado práticas do dia a dia. Foi neste período que a escola começou a tomar espaço e a se constituir como instrumento de capacitação do homem do campo.

O GETSOP, ao mesmo tempo em que deu estabilidade aos agricultores, mediante suas ações de titulação da terra, também deu bases e estimulou a mecanização das terras.

### **3.2 A Dinâmica populacional no Município de Francisco Beltrão: 1940 – 1980**

Segundo Wachowicz (1987), durante o período de 1900 até 1920, a população de Francisco Beltrão cresceu de 3.000 para 6.000 pessoas. Tal aumento populacional se deu pela entrada de peões das fazendas de Palmas, Clevelândia, Guarapuava e dos Campos Gerais, em busca de melhores condições de vida. Vários posseiros que viviam na região do Contestado, em razão da guerra (1912-1916), foram expulsos do local onde viviam e também vieram para a região, em busca de terra para assentar suas famílias. Percebeu-se, também, que Francisco Beltrão serviu de abrigo para foragidos da Justiça do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Segundo Mondardo: “Entre 1900 e 1940, o Estado apresentava uma população dispersa e rarefeita, que estava circunscrita em torno de uma economia de subsistência” (2011, p. 01). Segundo o autor, os dados indicam um crescimento do número de pessoas na região Sudoeste na década de 1940, chegando a 23.000 mil habitantes, basicamente caboclos. A migração cabocla proporcionou um deslocamento significativo de migrantes para este lugar.

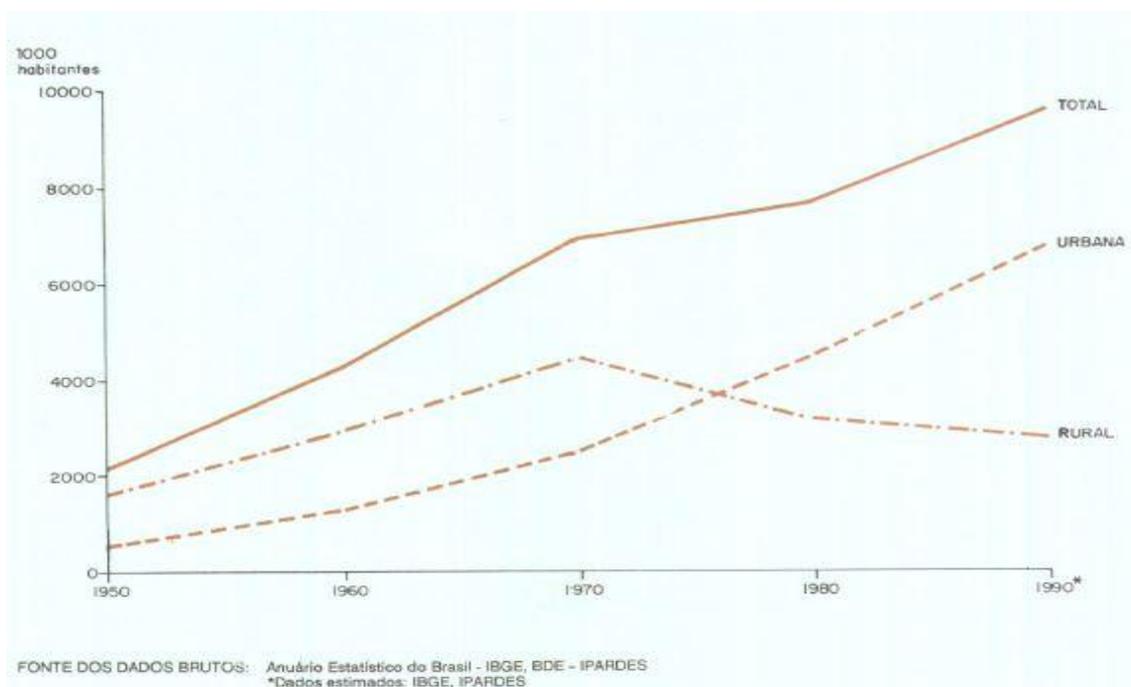
Este aumento do saldo migratório, segundo Mondardo (2011), deu-se pelo esgotamento das áreas de colonização no Rio grande do Sul, fazendo com que muitos colonos tivessem que vender suas terras e buscar abrigo em outras regiões.

Sobre o crescimento populacional, Martins (1956) destacou que o Estado teve uma taxa de crescimento anual de sua população em 5,62%, entre 1940 e 1950. No

intervalo de 1950 a 1960, a taxa era de 7,22%, e, entre 1960 e 1970, de 5,00%. Desta forma, ao final de cada década, teve assim resumido o total de habitantes: 685.711 na década de 1920, para a 1.236.276 em 1940. E, nas décadas posteriores, estes números só aumentaram, sendo em 1950 o total de 2.115.547 habitantes. Em 1960, o número já chegou a 4.296.375 habitantes, atingindo 6.997.662 em 1970 (MARTINS, 1986, p. 138).

Estes números de habitantes foram assim representados de acordo com o crescimento populacional na área urbana e na área rural entre as décadas de 1950 e 1990.

**Gráfico nº 03: População urbana, rural e total, no Paraná: 1950 – 1990**



**Fonte:** IparDES, 1990.

Ao observar os dados populacionais, foi possível perceber um aumento constante na população total de habitantes do Paraná. Porém, fica evidente uma diminuição acentuada de habitantes da área rural a partir da década de 1970, enquanto o urbano o crescimento é contínuo e gradativo. O homem passou a sair do campo em busca de novas alternativas para sua sobrevivência.

A zona urbana, a partir da década de 1970, passou a comportar indústrias e a desenvolver o comércio, enquanto a zona rural já não tinha mais atrativos e lucros para o pequeno agricultor. Esta diminuição populacional rural foi percebida mediante as transformações que vinham acontecendo na esfera produtiva, mais precisamente, a mecanização da agricultura. Pontualmente, conforme apresentou o gráfico, a partir da

década de 1970, houve uma oscilação entre população rural e a urbana, porém o total do crescimento populacional no estado foi contínuo. O que aconteceu foi a inversão do crescimento: a migração para a área rural diminuiu e o homem passou a sair do campo e a se manter com trabalho assalariado na cidade.

O Sudoeste do Paraná se constituiu em um espaço muito atrativo ao migrante. A região contava, em 1950, com 76.376 habitantes e, em 1960, esse número passou para 230.379. Desta população, 59 % vivia na área rural, cerca de 119.787 pessoas. O quadro a seguir representa a população do Sudoeste do Paraná quanto ao crescimento rural e urbano, entre as décadas de 1950 e 1980.

**Quadro nº 14: População do Sudoeste do Paraná**

<b>ANO</b>	<b>RURAL</b>	<b>URBANO</b>	<b>TOTAL</b>
1950	-----	-----	76.376
1960	119.787*	110.592*	230.379
1970	366.203*	80.157*	446.360
1980	354.343	176.906	531.249

**Fonte:**A partir dos dados do IBGE. Censo Demográfico de 1970 e 1980.

\*Os valores podem conter erro.

A partir da década de 1940, o cenário do Sudoeste do Paraná passou por grandes modificações. Uma delas foi o aumento populacional ocasionado por um movimento migratório intenso e acelerado de gaúchos e catarinenses. Como pontuou Mondarno (2011), houve ocupação e apropriação do território em um impressionante movimento de expansão pela consolidação da fronteira agrícola sudoestina. Paralelo à expansão rural, articulou-se a expansão de núcleos urbanos, que davam suporte às atividades agrícolas crescentes.

Um dos fatores de atração populacional foi a instalação da CANGO (visto no capítulo I). As ideias de terra fácil e gratuita, além dos auxílios prestados pela Colônia motivaram os migrantes sulistas a se instalarem na região. Conforme destacou Mondarno, “A CANGO constituiu, nesse sentido, uma ruptura com o período anterior denominado e apropriado pelos caboclos” (2011, p. 07), na forma de trabalho com a terra, e no assentamento das famílias.

Para caracterizar a Vila Marrecas, Matins (1986) pontuou que, em 1951, na área urbana, existiam aproximadamente 2.000 pessoas. Em 1952, a Vila Marrecas elevou-se ao nível de município, Francisco Beltrão, juntamente com outros cinco municípios da região.

O fluxo migratório também alterou de forma significativa a população municipal de Francisco Beltrão, entre as décadas de 1950 e 1970. No quadro a seguir, é possível comparar como foi esta dinâmica populacional.

**Quadro nº 15: População Município de Francisco Beltrão**

<b>ANO</b>	<b>RURAL</b>	<b>URBANO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1950</b>	7.147 (Colônia)	2.000	9.147*
<b>1960</b>	50.507	4.989	55.496
<b>1970</b>	23.394	13.413	36.807**
<b>1980</b>	20.473	28.289	48.762

**Fonte:** A partir de dados do IBGE – Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980.

\* Os dados resultaram dos Relatórios da Colônia e Martins (1986).

\*\* O Município de Francisco Beltrão perdeu população devido o desmembramento dos municípios de Marmeleiro (1960), Enéas Marques (1964) e Salto do Lontra (1964).

O quadro apresenta o crescimento populacional do município desde a década de 1950, ainda quando a CANGO fazia o assentamento das famílias na Colônia. Foi possível perceber, pelos dados levantados, que até a década de 1970 a população rural era superior à população urbana, em números. Este fato deveu-se à intensa migração ocorrida nestas décadas. Na década de 1980, este número já não era mais visível na área rural, e o aumento populacional se deu na área urbana, acentuando-se nas décadas posteriores.

### **3.3 Processo de “Modernização da Agricultura” e exôdo rural no Município de Francisco Beltrão**

De 1940 a 1970, o município de Francisco Beltrão atraía uma forte demanda populacional, advinda de diferentes regiões do país, principalmente do sul. A maioria dos migrantes buscavam aquisição de terra para o trabalho agrícola. Este período foi marcado pelo assentamento de famílias feito pela CANGO, por meio da doação gratuita de lotes de terras, sementes e ferramentas acrescidas de orientação para o trabalho agrícola.

Mesmo com a expulsão das companhias imobiliárias, os posseiros não estavam seguros quanto à propriedade da terra. Necessitavam, portanto, da regulamentação

fundiária. Esse trabalho foi desenvolvido pela GETSOP, como demonstrado no tópico anterior.

No final da década de 1960, os posseiros que já haviam recebido os títulos de suas terras passaram a enfrentar outros problemas ligados à forma com que estabeleciam relações com a terra e o trabalho agrícola. A agricultura entrou em outra dinâmica de produção, transformando as relações de trabalho, com a entrada do capital comercial e, posteriormente, com o capital industrial no campo. Segundo Mondardo,

[...] a década de 1970 marcou a crise territorial com o “fechamento” da fronteira colonial do Sudoeste paranaense pelo esgotamento das terras a serem ocupadas pelos migrantes gaúchos e catarinenses, pelo crescimento vegetativo da população que provoca o fracionamento excessivo das propriedades, pela valorização da terra e, fundamentalmente, devido ao avanço da “modernização da agricultura” no campo paranaense, expropriando, assim, muitos dos pequenos agricultores pelas mudanças implementadas: propostas e impostas (2009, p. 375).

Desde a década de 1960, desenhava-se um modelo produtivo, que rapidamente cristalizou. Segundo Mondardo, o padrão tradicional de ocupação, baseado na pequena propriedade de terra, implantado pelo Estado Novo, entrou em crise pelo aumento do fluxo de colonos. A organização territorial baseada na pequena propriedade de terra e na agricultura familiar se agravou ainda mais com o processo de “modernização da agricultura”.

Este movimento de inserção do capital, entre as décadas de 1960 e 1970, provocou o desenvolvimento de outro padrão de produção, diferente do desenvolvido nas décadas anteriores. Para Mondardo, o novo processo era extremamente conservador e excludente, fundamentado na política econômica de produção técnica, a qual desarticulou a pequena produção familiar, fortalecendo a agroindústria. No dizer do autor:

[...] surge um novo tipo de agricultura, subordinada diretamente à indústria e ao capital financeiro; em consequência, a agricultura familiar, da policultura e da suinocultura, em Francisco Beltrão, vai perdendo sua “independência” pelas definições externas de padronização do produto e pelo aumento que as exigências provocaram em maior custo para a produção. O resultado desse processo de “modernização” refletiu diretamente no aumento da produção com redução da população, o que modificou diretamente o território e a paisagem rural e urbana beltronense, bem como na transformação territorial de todo o Sudoeste paranaense e, em amplo sentido, do Paraná. Essas transformações operadas colocaram em crise

a produção territorial organizada em torno das pequenas propriedades rurais (2009, p. 378).

Mondardo enfatizou que um destes setores mais importantes, introduzido no Brasil para consolidar o vínculo e dependência entre a agricultura e a indústria, foi o “Pacote Tecnológico”<sup>77</sup>, conhecido como “Revolução Verde”<sup>78</sup>. Tinha como finalidade propor a combinação do uso intensivo de sementes melhoradas com o uso de máquinas e de inovações químicas, os adubos e agrotóxicos. Segundo Duarte:

A “Revolução Verde” foi um mecanismo determinante de inserção do campo brasileiro na lógica do capital industrial e bancário nacional e internacional, e acontece á medida em que o Estado Nacional cria condições para a mudança das bases tecnológicas da agricultura brasileira (propaganda, crédito, assistência técnica, armazenamento, comercialização e industrialização), forçando-a a inserir-se subalternamente na dinâmica do mercado, tanto quanto ao processo produtivo quanto em relação aos insumos industriais utilizados na produção (2003, p. 18).

O mesmo autor enfatizou que as modificações se deram na agricultura empresarial e seletiva, incluindo quem era capaz de consumir os insumos industriais (máquinas, equipamentos, fertilizantes e venenos). Os que não eram integrados ao mercado eram “compesados” com uma política excludente e um tratamento marginalizado.

Francisco Beltrão teve significativa expansão agrícola, apesar de utilizar técnicas “rudimentares” de trabalho (como machado, plantadeiras manuais, foice e uso da tração animal). A entrada de tecnologia alterou profundamente o campo beltronense. Este avanço tecnológico só foi possível mediante a aquisição de insumos e máquinas pelo “sistema de crédito”<sup>79</sup>, instituído para os agricultores.

<sup>77</sup> Como Abramovay destacou “[...] o financiamento bancário apresentava-se, via de regra, sob a forma de um “pacote tecnológico”: ele obedece a certo padrão de utilização de recursos, tido como o mais produtivo, como aquele capaz de melhor corresponder a certa expectativa de rentabilidade. Quem determina o que deve ser comprado e como devem ser utilizados os meios de produção, não é o próprio agricultor. Ao financiar a sua lavoura o camponês deve usar sementes selecionadas, deve empregar adubo químico, etc.” (1987, p. 143).

<sup>78</sup> Como Duarte pontuou, a “Revolução Verde consistiu na mudança das bases tecnológicas da produção agropecuária, que passou a sustentar-se na dependência de insumos industriais, constituindo-se num movimento que aliou propaganda, crédito, assistência técnica, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos. A estratégia era a integração do campo na lógica industrial, já estruturada no espaço urbano” (2003, p. 18).

<sup>79</sup> Segundo Mondardo, o crédito envolveu os pequenos agricultores em um novo circuito da política financeira “[...] as condições de concessão de crédito mudam. O financiamento vinha acompanhado de um *Pacote tecnológico*, relacionados a critérios de rentabilidade, por exemplo, a limitação da utilização do crédito em determinada cultura (milho, soja, etc), a obrigação de aquisição de sementes selecionadas, o emprego de insumos químicos, enfim, a padronização e a disciplinarização da produção a partir de um modelo fortemente controlado. Esses *pacotes tecnológicos* são *centralizadores* e refletem uma

A política de sistema de crédito foi estimulada pelo discurso de “Revolução Verde”, com o objetivo de intensificar a produção e comercialização agrícola. Em 1965, pela Lei nº 4.829, o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Crédito Agrícola (SNCR), a fim de financiar a agricultura por meio de bancos, como o do Brasil e os bancos privados.

Foi perceptível o aumento do uso de insumos agrícolas e de tratores no meio rural, no decorrer da década de 1970, na região. Segundo dados publicados na Revista CAMBOTA, 405 propriedades usavam adubos químicos, em 1970, e 177 usavam colagem. Em 1975, 6.565 propriedades passaram a usar adubos químicos, enquanto 2.402 usavam colagem. Em 1970, existiam 380 tratores na região. Em 1975, cinco anos depois, havia 2.606 tratores, um aumento de aproximadamente 685% (Set. de 1987, p. 09). Conforme informações da Revista CAMBOTA:

De posse dos títulos, os ex-posseiros foram aos bancos obter empréstimos para adquirir tratores, colheitadeiras, adubos, etc. com as dívidas, muitos se descapitalizaram e perderam suas terras. De 1970 a 1975 desapareceram quase 10 mil propriedades com menos de 50 hectares no Sudoeste do Paraná (Set. de 1987. p. 09).

Com o avanço da política de crédito rural e da “modernização da agricultura”, houve uma redução da população rural e um conseqüente aumento da população urbana em Francisco Beltrão. A causa disso é atribuída à instalação e o fortalecimento do comércio, além de algumas indústrias na área urbana. Como o Álbum Histórico apresentou:

O jovem município de Francisco Beltrão possui: 1730 prédios (na sede), 4 hospitais, 7 farmácias, **249 estabelecimentos comerciais**, 85 bares, 3 livrarias, 2 tipografias, **17 indústrias (com mais de 5 operários)**, 8 restaurantes e churrascarias, 8 hotéis, 5 pensões, 2 padarias, 5 postos de gasolina, 22 oficinas mecânicas, 4 estabelecimentos bancários, 1 rádio difusão, 1 cinema, 1 sindicato [...] (BELTRÃO, Álbum Histórico, 1967. Grifos meus).

A partir da década de 1980, outras indústrias – a Chapecó e, posteriormente, a Sadia - se instalaram na região, conforme Mondardo (2009) destacou. Os agricultores, endividados pela “modernização da agricultura”, foram para a área urbana e tornaram-se assalariados nas indústrias e no comércio, que estavam se desenvolvendo.

---

mentalidade racional e *estranha* à do pequeno produtor e não lhe permite muitas vezes um diálogo com o financiador, ou seja, os pacotes tecnológicos foram, sobretudo, impostos aos pequenos agricultores” (2009, p. 380).

Abramovay destacou a mudança estabelecida em relação ao trabalho.

[...] o que caracteriza basicamente este processo de transformações técnicas é que a intensificação agrícola baseia-se na participação cada vez maior no trabalho morto no processo produtivo. Até então, todo o longo desenvolvimento histórico das forças produtivas na agricultura [...] baseavam-se numa participação sempre maior do trabalho humano na terra e na criação animal. [...] A própria natureza desta tendência histórica da agricultura que é a passagem dos métodos extensivos para aos mais intensivos, altera-se nesta nova revolução agrícola: o uso de insumos de origem industrial, base da atual forma de intensificação dos métodos agrícolas, permite que uma quantidade cada vez maior de produtos seja obtida de uma quantidade cada vez menor de trabalho humano (1987, p. 118).

Os empréstimos pareciam constituir soluções para os pequenos agricultores, frente à “modernização da agricultura”. No entanto, configuravam grande problema, impedindo a permanência do homem no campo, pelo endividamento. Os agricultores financiavam maquinários e insumos nos bancos e acabavam por não conseguir pagá-los, tendo que vender suas propriedades para quitar suas dívidas. Como única alternativa, restava vender sua mão de obra na cidade como assalariado. No dizer de Mondardo,

A expropriação causada pelo endividamento rural desencadeou um fenômeno novo e surpreendente de migrações do campo e, por extensão, do aumento de pessoas morando na cidade de Francisco Beltrão [...]. Essa inversão de lugar de resistência da população foi resultante de desdobramentos gerais no Sudoeste paranaense, do próprio desenvolvimento agrícola que, pela incorporação do processo técnico, definiu ganhos na produtividade e transformou as relações de trabalho no campo através de uma *nova divisão social e territorial do trabalho* (2009, p. 384).

Com a “modernização da agricultura”, o tempo de trabalho agrícola para a produção foi reduzido. O que era feito, anteriormente, de forma braçal, agora era feito por máquinas e insumos em tempo mínimo. O homem, que antes capinava retirando as ervas daninhas, agora usava agrotóxicos que “protegiam” a lavoura. Onde antes era usada a tração animal e a terra era arada manualmente, agora os tratores trabalhavam em menor tempo. A mão de obra do agricultor na lavoura foi tornando-se dispensável a partir da introdução das máquinas e insumos.

Uma matéria publicada em Julho de 1969, no Jornal Tribuna do Sudoeste, retratou o trabalho da ACARPA (Associação de Crédito Rural do Paraná), desenvolvido na região. Segundo a matéria, a ACARPA foi criada em 1956, como órgão do Estado do Paraná, porém teve sua introdução na região a partir da década de 1960. Conforme

expressou o jornal, esta entidade foi uma das que mais se manifestou quanto à educação e ao atendimento educacional. Mostrou preocupação e passou a trabalhar junto com a população rural, articulando os objetivos e as finalidades da extensão rural.

A ACARPA, conforme o jornal, trabalhou diretamente na formação dos professores rurais, fez levantamentos educacionais quanto ao número de escolas, professores, evasão escolar, reuniões pedagógicas e articulação de pais e mestres.

Em 1968, a ACARPA realizou um diagnóstico sobre a da realidade de Francisco e levantou vários dados que estavam impossibilitando o desenvolvimento rural. O diagnóstico constou:

- 1- Fraqueza na estrutura fundiária pois 50% das propriedades rurais têm área inferior a 20 há, quando a grande maioria das famílias possui de 6 a 9 filhos;
- 2- Baixo conhecimento do povo rural no que se refere ao conhecimento de técnicas de cultivo e criação;
- 3- Condições negativas da comercialização pela baixa produtividade das lavouras (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, Jul. 1968, p. 06).

A Lei do executivo nº 279, de 1969, autorizou o município de Francisco Beltrão a firmar convênio com a ACARPA, com a finalidade de aumentar a produção agropecuária e melhorar as condições de vida da população rural. O convênio teve 10 cláusulas, sendo que a primeira objetivava:

- a) prestar assistência técnica aos agricultores e criadores, nos moldes de um serviço de Extensão Rural;
- b) auxiliaros agricultores no levantamento da ua situação, organizando planos para melhorar o aproveitamento dos seus recursos;
- c) orientá-los tecnicamente na execução desse plano;
- d) orientá-los na classificação e colocação dos seus produtos;
- e) executar e supervisionar o crédito rural em suas formas educativas;
- f) promover a organização de classes e atividades sociais;
- g) assitir a famílias dos agricultores em economia doméstica;
- h) promover a obtenção de informações que permitam a apuração das necessidades da agricultura municipal e dos processos conseguidos;
- i) executar outros trabalhos relacionados a Extensão Rural conjugada ao Crédito Rural educativo que forem julgados necessários ao desenvolvimento desse programa (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, Mar. 1969, p. 05).

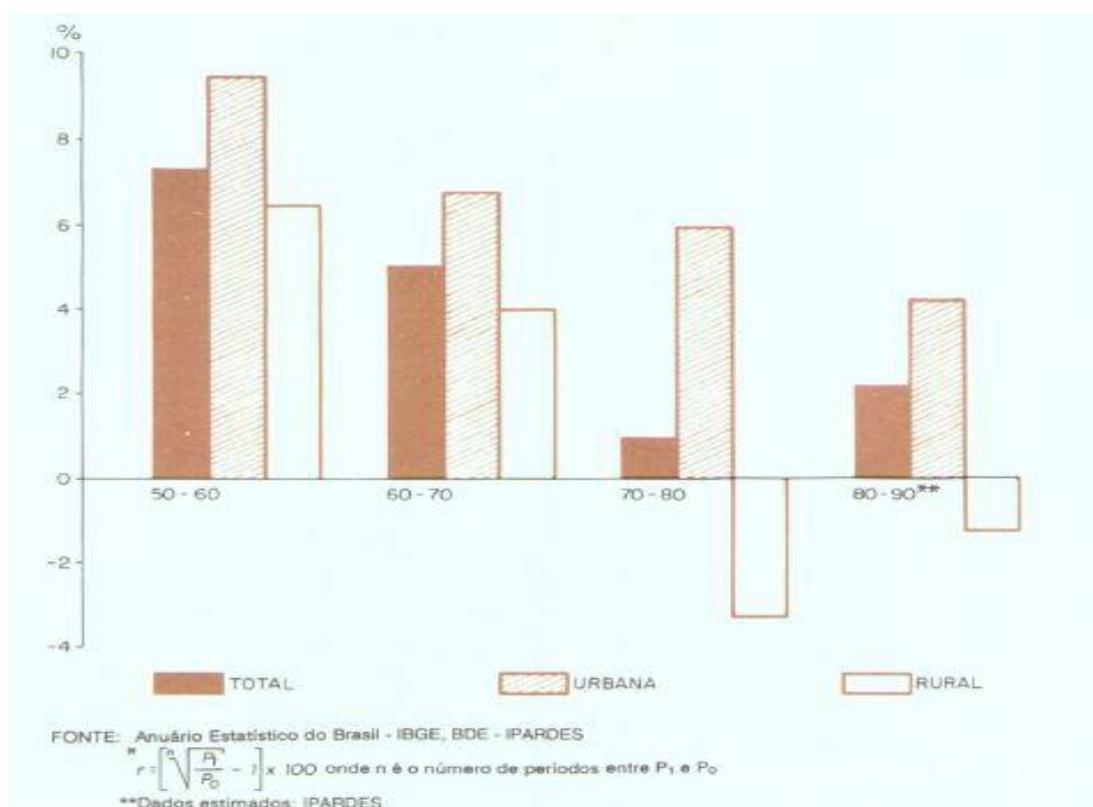
O convênio ainda firmou desempenho por parte da ACARPA quanto ao trabalho, sendo que o pessoal contratado e os técnicos eram de livre escolha da associação. O que competia ao município era somente fornecer mobilário para o trabalho e o pagamento de uma mensalidade de NCr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos

cruzeiros), sendo reajustado conforme o salário mínimo. O convênio foi firmado por tempo indeterminado.

A matéria ainda enfatizou que a ACARPA orientava os agricultores em espaço reservado, ou seja, diretamente nas suas propriedades. Para fortalecer as comunidades rurais e alicerçar a economia do município, era preciso enfrentar as seguintes questões: o baixo nível de conhecimento do colono; o esgotamento constante da terra; o enfraquecimento da produção, tanto agrícola como pecuária, o acelerado ritmo de crescimento populacional rural; a falta de calcário e o fraco abastecimento na cidade por produtos locais.

Observo que as famílias eram numerosas e estavam assentadas em pequenos lotes de terra, não estando adequadas ao novo modo de trabalho com a terra. Até então, o agricultor vivia de uma agricultura familiar de subsistência. A mudança drástica na forma de trabalho, aliada à política de Crédito rural, serviu como mecanismo ideológico de mudança na vida econômica e social dos agricultores. Porém, não foi isso que aconteceu, o gráfico a seguir aponta para uma diminuição da população do campo:

**Gráfico nº 04: Gráfico de crescimento geométrico\* da população total, urbana e rural, por década, no Paraná: 1950 – 1990**



Fonte: IparDES, 1990.

No entendimento de Santos:

*A modernização da agricultura teve uma relação direta no processo de diminuição da população rural, constituindo-se este processo um dos responsáveis pelo êxodo rural. Entretanto, parte significativa da população migrante não permanece no Sudoeste do Paraná. Isso se constata pela colonização recente, em decorrência do processo de migração, na década de 1950 e através dos dados das décadas de 1970 e 1980 que já apontam para um crescimento negativo da população rural. Assim, parte dos migrantes oriundos, especialmente, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em poucas décadas são condicionados a migrar, primeiramente para algumas cidades da região, como Francisco Beltrão [...]. Posteriormente, sobretudo a partir dos anos 1980, muitas pessoas migram para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia (2008, p. 160-161).*

Para Mondardo, as novas bases da política agrícola tiveram impactos diretos na distribuição populacional de Francisco Beltrão.

[...] entre o período de 1970 a 1980, houve uma redução do percentual e do número de habitantes que residiam no campo: em 1970, Francisco Beltrão tinha 23.394 habitantes vivendo no meio rural, que representavam 63,56% da população do município; em 1980, este número diminuiu para 20.473 habitantes, que equivaliam a 41,99% da população total. A população urbana, ao contrário do que ocorreu com a rural, aumentou nesse período, passando de 36,44% em 1970, para 58,01% em 1980, apontando rapidamente uma inversão do lugar de residência beltronense (MONDARDO, 2009, p. 385).

Com o êxodo rural, as pequenas comunidades rurais enfraqueceram e muitas até deixaram de existir. O pequeno agricultor não conseguiu pagar seus financiamentos e acabou por entregar sua propriedade ao banco, como forma de sanar a dívida adquirida. Com a saída do homem do campo, as escolas rurais multisseriadas foram enfraquecendo, perdendo a demanda de alunos, sendo fechadas ou nuclearizadas.

### **3.4 A legislação educacional primária da década de 1960 a 1981, e a organização da educação no município de Francisco Beltrão.**

No final de 1961, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), pela Lei nº 4.024, depois de um longo tempo em debate no parlamento (1948-1961). Segundo Leite (1999), o projeto aprovado refletiu nitidamente as contradições

existentes na educação brasileira, evidenciando o condicionamento da educação a intenções capitalistas.

A primeira LDB tinha como princípio a liberdade e solidariedade. A educação passou a ser um direito de todos, dada no lar e na escola. O artigo 11º estabeleceu que “A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com observância da presente Lei” (BRASIL, Lei nº 4024 de 1961). A Lei deu poder aos Estados para promover a organização e a ampliação do currículo, “sem perder de vista o currículo mínimo determinado pelo Conselho Federal e pelo próprio MEC.” (LEITE, 1999, p. 39). Porém, isso teve pouca efetividade, porque,

Na prática, as escolas acabaram compondo o seu currículo de acordo com os recursos materiais e humanos de que já dispunham, ou seja, continuaram mantendo o mesmo currículo de antes, quando não puderam improvisar professor e programa (ROMANELLI, 2012, p. 188)<sup>80</sup>.

Em sua essência, a Lei pouco mudou a educação primária. Segundo Romanelli (2012), uma de suas vantagens talvez tenha sido a de não ter prescrito um currículo fixo e rígido a nível nacional, para cada nível de ensino. Esta quebra de rigidez e certo grau de descentralização foi uma abertura que se fazia necessária naquele momento.

O Estado se tornou responsável pela organização, manutenção e funcionamento do ensino primário e médio. Tinha de garantir, também, a obrigatoriedade e o acesso escolar a crianças maiores de sete anos. Certamente, a propagação desta Lei estimulou a construção de tantas escolas no meio rural, já que a responsabilidade da organização educacional tornou-se, efetivamente, um compromisso do Estado. Mesmo assim, em Francisco Beltrão, a construção das escolas primárias rurais se deu basicamente pela comunidade em forma de cooperação mútua com o município.

Em nível Nacional, na década de 1960, estava em crise o modelo desenvolvimentista, que se caracterizou pelo desenvolvimento de ondas migratórias das populações carentes - problemas de ordens sócio-políticas que desordenavam a sociedade nacional. Por conseguinte, em 1964, o golpe militar cristalizou o modelo de dependência econômica do país em relação aos países do bloco capitalista, anulou o direito civil e da cidadania e concretizou a aproximação do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (LEITE, 1999). Segundo o mesmo autor,

---

<sup>80</sup> A primeira edição da obra de Romanelli é do final da década de 1970.

Neste contexto constatamos a penetração incisiva da Extensão Rural e sua ideologia no campo, substituindo a professora do ensino formal pelo técnico e pela extensionista, cujos vencimentos eram subsidiados por entidades como *Inter – American Foundation ou Fundação Rockefeller* (LEITE, 1999, p. 42).

No ano de 1967, o Presidente Castelo Branco criou o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, com vigência para o período de 1967/76, no qual,

O processo educativo tanto urbano quanto rural aparece como instrumento de capacitação mínima do cidadão para sua futura inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente elevação da sua qualidade de vida (LEITE, 1999, p. 43).

Cabe ressaltar que, no período entre 1960 e 1970, a educação apenas foi um indicador de subdesenvolvimento do país e não uma meta conjunta a ser alcançada contra o analfabetismo, com um projeto pedagógico estruturado. Infelizmente, ainda dentro desta lógica, a educação rural não tinha respaldo a nível nacional, ficando a cargo, geralmente dos municípios, com seus reduzidos investimentos para manter tais escolas. Isso ficou evidente em Francisco Beltrão.

Ao considerar a responsabilidade do município na organização do ensino fundamental, na LDB de 1961, Leite enfatizou:

Deixando a cargo das municipalidades a estruturação da escola fundamental na zona rural, a Lei 4.024 omitiu-se quanto à escola no campo, uma vez que a maioria das prefeituras municipais do interior é desprovida de recursos humanos e, principalmente, financeiros. Desta feita, com uma política educacional nem centralizada nem descentralizada, o sistema formal de educação rural sem condições de auto-sustentação – pedagógica, administrativa e financeira – entrou num processo de deterioração, submetendo-se aos interesses urbanos (1999, p. 39).

A LDB de 1961, no seu artigo 3º, assegurou o direito à educação pela obrigação do Estado em fornecer recursos indispensáveis para que fosse assegurada igualdade de oportunidade a todos.

O ensino primário, tratado no capítulo 2º, da Lei nº 4.024, tinha por finalidade o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança e sua integração no meio físico e social. A Lei estabeleceu como responsabilidade do Estado e da União fazer o levantamento anual do registro das crianças em idade escolar, fiscalizando e

incentivando a frequência às aulas. A Lei estabeleceu ainda a obrigatoriedade do ingresso das crianças com idade igual ou superior a sete anos.

Quanto à formação para os professores primários, a Lei previa que o ensino normal teria esta finalidade, desenvolvendo conhecimentos técnicos relativos à educação da infância. Tal formação era desenvolvida em escola normal, de grau ginásial, com no mínimo quatro séries anuais. Além das disciplinas obrigatórias, do curso secundário ginásial, seria ministrada a preparação pedagógica. Em escola normal de grau colegial, haveria três séries anuais. Assim, as escolas normais, de grau ginásial, expediriam diplomas de “Regente de Ensino Primário” e as de grau colegial o de “Professor Primário”.

Ao analisar a Lei 4.024/61 e o que dispõe sobre a educação rural, foi possível perceber, quanto ao ensino primário, que este não foi contemplado e discutido mediante suas peculiaridades e abrangência. Como as necessidades escolares do meio rural eram latentes, foi a partir dessa carência que, mais tarde, foi possível compreender as tentativas de,

[...] superação do descompasso das relações culturais, escolares e sociais para com as classes menos favorecidas do campo, o estatismo informal da educação rural possibilitou, indiretamente, a criação do espaço necessário para o aparecimento de movimentos populares como os Centros Populares de Cultura (CPC) e, mais tarde, o Movimento Educacional de Base (MEB) (LEITE, 1999, p. 40).

Os CPCs e o MEB tiveram como sustentação ideológica o trabalho desenvolvido pelas ligas camponesas, sindicatos de trabalhadores rurais e outras entidades em favor da zona rural. Assim, em dois de março de 1963, foi promulgada a Lei nº 4.214, que criou o Estatuto do Trabalhador Rural. A luta pela reforma agrária e a educação de base foi suscitada, abrindo assim caminhos para o aparecimento da educação popular<sup>81</sup> (LEITE, 1999, p. 41).

---

<sup>81</sup> Em Francisco Beltrão, no ano de 1966 foi criada a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR, que passou a realizar trabalhos comunitários de capacitação e orientação com os agricultores de Francisco Beltrão e Região. A Associação vislumbrava a construção de uma Educação Popular que pudesse incorporar conteúdos práticos (do dia-a-dia dos agricultores), com os conteúdos teóricos (científicos). Para Duarte, a ASSESOAR, “incorporou e ajudou a construir a Educação Popular, como crítica e alternativa às formas de encaminhar a educação para a população trabalhadora [...]” (2003, p. 11). Não fugindo do seu próprio estatuto: Art. 2º - [...] a) Educação e formação profissional; b) Orientação quanto à forma de se resolverem os problemas que individualmente ou coletivamente surgirem; c) Assistência técnica prestada na proporção que os recursos materiais possibilitarem. Art. 3º - A educação e a formação do homem do campo procurará atingir a todas as faces que dizem respeito à sua personalidade Moral, Religiosa e Social [...], por intermédio de: a) Cursos permanentes de alfabetização; b) Cursos e conferências sobre sindicalização, cooperativismo, técnicas de produção, crédito rural, economia [...] (ASSESOAR, 1966, p. 05). Entre as experiências e ações práticas de Educação Popular, a

Para efetivar o que foi disposto na Lei 4.024 de 1961, o Estado do Paraná desenvolveu programas de estudo para o ensino primário. Por meio do Decreto nº 10.290, de 13 de dezembro de 1962, organizou/reformou todo o ensino primário do estado, pontuando o disposto na LDB e criando bases para o desenvolvimento.

Pela portaria nº 110, de 1963, aprovaram-se Programas de Ensino para as escolas isoladas e orientaram-se os conteúdos nas disciplinas de Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais e Higiene. Ficava a cargo do professor a organização e a elaboração de programas para as demais disciplinas e práticas educativas como Desenho, Música, Educação Física, Educação Artística e outras. Os programas para estas disciplinas apresentavam uma organização de conteúdos de 1ª a 4ª série, bem como orientações em cada programa de disciplina, para o trabalho rotineiro.

Pela Lei nº 4.978, de cinco de dezembro de 1964, foi instituído o Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com a finalidade de assegurar a educação com bases formais e desenvolver orientações para cada modalidade. O ensino primário rural já estava garantido pela LDB de 1961, para crianças a partir de 7 (sete) anos de idade. Porém, existia uma ressalva, tanto na Lei nº 4.024 art. 32º e na Lei nº 4.978 art. 99º: aos proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas, facilitar-se-ia a frequência em escolas próximas ou propiciar-se-ia a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades, que seria feito mediante convênio com a Secretaria de Educação e Cultura.

Por meio das definições da Lei, foi possível pensar em algumas questões quanto à educação na zona rural: somente na impossibilidade do agricultor em criar e manter as escolas multisseriadas é que o Estado ou o município seriam responsáveis por esta modalidade?

Nas décadas de 1950 e 1960, esta questão foi visível na organização educacional do município de Francisco Beltrão. Segundo Martins (1986), os agricultores que verificavam a demanda educacional das comunidades doavam o terreno, os materiais e a mão de obra para a construção da escola e ainda indicavam o professor, geralmente o mais instruído da comunidade. O que competia à prefeitura era apenas o pagamento do salário a estes professores.

---

ASSESOAR, desenvolveu vários projetos, entre eles destaco as “Escolas Familiares rurais”, em Francisco Beltrão, no ano de 1972, as “Escolas Educativas Comunitárias de Agricultores – ECAs”, da década de 1970 e de 1990 em Francisco Beltrão; o trabalho com “Monitores e Monitoras Agrícolas” do ano de 1978 a 1985 (DANIELI, 2014, p. 27).

No período entre 1960 e 1970, o município de Francisco Beltrão teve um forte crescimento na área educacional, na construção das escolas e no acesso à instrução básica a uma escola próxima, principalmente no que diz respeito à educação rural.

O demonstrativo da situação educacional do Município, publicado pelo Jornal Tribuna do Sudoeste de 1969, apresentou dados que provam o crescimento das escolas rurais de Francisco Beltrão, até o final de 1968. Verifico, pelo documento a seguir, que o município mantinha 89 escolas. Em total, havia 96 salas de aula, o que foi possível concluir que algumas escolas tinham mais de uma sala, evidenciado no quadro nº 16.

#### Documento nº 08: Situação Escolar Municipal – 1968

DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO, NO SETOR ESCOLAR - (Sob a Dire- ção da Prefeitura)	
Número de Escolas do Município -	89
Número de salas de aulas -	96
Número de professôres -	93
Número de matrículas em 30/11/68 -	3.513
Número de aprovações em 1968 -	1.543,

**Fonte:** Jornal Tribuna do Sudoeste edição Especial, 31 de janeiro de 1969.

Observo que o número de professores era menor que o número total de turmas. Talvez alguns professores lecionavam em dois turnos, em escolas diferentes. O professor Luiz Bedin (2013) frisou essa questão dizendo que lecionava, pela manhã, na Linha Liston e, à tarde, na escola de Vila Guanabara.

O Jornal Tribuna do Sudoeste destacou que, devido ao “elevado número de alunos já matriculados, e visto o enorme crescimento demográfico nos últimos meses, prevê-se para o presente ano letivo um aumento nas matrículas, principalmente no município, de 30 a 40%” (31 de Jan. de 1969, p. 03).

Segundo Relatório da Inspeção Municipal de Ensino de 26/12/1968, de 1965 a 1968, foram construídas, pela administração municipal, 32 casas escolares. Destas, três

estavam localizadas na cidade, quatro foram reconstruídas e vinte e uma foram construídas totalmente. Os dados se encontram no quadro a seguir:

**Quadro nº 16: Relação das Escolas construídas no período de 1965 a 1968**

<b>Nome Escola</b>	<b>Localidade</b>	<b>Nº de salas</b>
São João Batista de La Salle	Jacutinga	3
Frei Leodato	Cango – Cidade	2
São Cristovão	Posto Fiscal – Cidade	2
Maurício de Nassau (Reconstrução)	Planalto D'Oeste	1
24 de Maio	Serrinho São Roque	1
Paulo Setubal	Cabeceira do Rio Douradinho	1
Afonso Pena	Cordilheira de São Rosa	1
Salgado Filho (reconstrução)	Cabeceira de Santa Rosa	1
Henrique Dias	Sede do Rio 14	1
Cristovão de Barros	Rio 14 Estrada Piracema	1
Pero Vaz de Caminha	Linha Piracema	1
Vereador Romeu Lauro Werlang	Linha Formiga	1
Santa Lúcia	Serra Bonita	1
Lima Barreto (reconstrução)	Linha Piedade São João	1
Deofino Moreira	Linha Piedade Km 12	1
Getúlio Vargas	Cabeceira do Palmeirinha	1
Santo Antônio	Linha Bela Vista	1
Gaspar de Lemos (reconstrução)	Volta do Rio Marrecas	1
14 de Dezembro	Encruzilhada do Artuzzi	1
Olavo Bilac	Cabeceira Rio do Mato	1
Nossa Senhora Aparecida	Linha União	1
Princesa Isabel	Linha Calegari	1
<b>Pero Lopes de Souza</b>	<b>Linha Liston</b>	<b>1</b>
Nossa Senhora do Carmo	Barra Escondida	1
Rui Barbosa	Rio Saltinho	1
Manoel Bandeira	Rio Pedreiro	2
Vasco da Gama	Ponte de Santa Rosa	1
Junqueira Freire	Barra do Rio Tuna	1
Martins Guimarães Bilac	Rio 14 Santa Barbara	1
São Miguel	D. E. R. KM 2	1
Campos Salles	Barra do Rio Ligação	1
Alvorada	Vila Alvorada – Cidade	4 (alvenaria)

**Fonte:** Relatório da Inspeção Municipal de Ensino – 26/12/1968 (grifos meus).

Por meio do quadro, foi possível perceber que somente três escolas foram construídas na cidade, sendo elas localizadas na Vila Alvorada, CANGO e no Posto Fiscal. As que foram reconstruídas se localizavam em Planalto D'Oeste, Cabeceira do Rio Santa Rosa, Linha Piedade São João e Volta do Rio Marrecas. Ainda mediante o quadro, as escolas do Jacutinga e do Rio Pedreiro receberam mais de uma sala de aula, mostrando que as escolas dos distritos e das sedes já estavam sendo pensadas para o ensino seriado.

A escola da fotografia que segue foi construída no final da década de 1960, e aparece destacada no quadro anterior nº 16. O professor Luiz Bedin, que ainda mora a poucos metros da escola, sempre lecionou na comunidade, até que esta foi efetivamente fechada.

O professor Luis Bedin, morador da comunidade Linha Liston, (interior do município de Francisco Beltrão), destacou a construção da escola na comunidade, na década de 1960. Este lecionou nessa escola desde sua instalação como escola multisseriada, que foi nuclearizada na década de 1990, ao distrito de Nova Concórdia.

**Fotografia nº 17: Escola Rural Multisseriada da comunidade Linha Liston, construída em 1963 (desativada).**



**Fonte:** Carla Cattelan, 2013.

A escola foi reformada posteriormente, porém a sua estrutura permaneceu a mesma. Esta comportava somente uma sala de aula. O professor morava a 50 metros do local. A escola ainda permanece no espaço em que foi construída, localizada na sede da comunidade de Linha Liston, ao lado da igreja e do centro social. Embora não esteja cheia de crianças, ainda se encontra preservada.

Os professores das escolas multisseriadas rurais, em todos os finais de ano letivo, entregavam à Secretaria de Educação e Cultura as Atas Escolares uma relação

dos alunos aprovados e reprovados de cada série, com suas respectivas notas. Foi a partir da década de 1960 que este modelo de organização/controlado nas escolas multisseriadas se efetivou, tomando organização parecida com os Resumos Mensais enviados pelos professores à CANGO.

O quadro a seguir apresenta o Resumo das Atas Escolares de 1968, disponíveis no acervo da Secretaria de Educação, as quais possibilitaram a construção de um panorama das escolas do período e de suas respectivas turmas. Nem todas as atas escolares daquele ano foram entregues à Secretaria. Há, também, a probabilidade de terem sido extraviadas.

**Quadro nº 17: Atas Escolares Finais, por turma, 1968.**

Nº	ESCOLA	LOCALIDADE	Nº de Alunos
01	24 de Maio	São Roque – Jacutinga	58
02	Mauricio de Nassau	Planalto do Este – Jacutinga	42
03	Gaspar Lemos	Volta Grande	36
04	Padre Antonio Tomazi	-----	36
05	São Sebastião	Rio Ligação	15
06	Osvaldo Cruz	-----	20
07	Duque de Caxias	-----	20
08	Salgado Filho	Cabeceira do Santa Rosa	15
09	Nossa Senhora de Quadalupes	Linha Gaúcha	53
10	Instituto Nossa Senhora de Fátima (Cartilha)	Nova Concórdia	13
11	João Ramalho	Rio Douradinho- Jacutinga	20
12	Duarte da Costa	Linha Guanabara	39
13	Rio Cerrinho	-----	30
14	José Bonifácio	-----	51
15	Santa Rita de Cássia	Cabeceira do Santa Rosa	17
16	Epitáfio Pessoa	Jacaré	32
17	Clóvis Bevilaque	-----	34
18	Gonçalves Sêdo	Km 14 – Linha Gaúcha	20
19	Henrique Dias	Jacutinga	67
20	Presidente Kennedy	Linha Jandira	13
21	Paulo Setubal	Cabeceira da Barra Bonita	16
22	Carlos Chagas	Km 12	14
23	Castro Alves	Divisor	46
24	Claudio Manuel da Costa	Rio Erval – são pio X	28
25	Carlos Gomes	Linha Soares	38
26	Bento Gonçalves	Linha Bom Principio	21
27	Vereador Romeu Lauro Werlang	Linha Formiga	22
28	Vasco da Gama	Ponte Santa Rosa	45
29	25 de agosto	Rio Ligação	38
30	Vila Lobos	Volta do Jacaré	20
31	João Azevedo	Rio Herval	26
32	Serra Bonita	-----	16
33	Basilio Tiecher	São Pio X	31
34	Basilio Tiecher	-----	29

35	São Roque	Rio Saltinho	20
36	Santa Cecília	Rio Serrinho	43
37	Independência	Lageado Grande	25
38	Princesa Isabel	-----	08
39	Nossa Senhora do Carmo	Barra Escondia – São Pio X	36
40	Santa Catarina	-----	38
41	Nossa Senhora Aparecida	Lina União	25
42	Lima Barreto	-----	26
43	Juqueira Freire	Rio Tuna	33
44	Santa Tereza	-----	24
45	Tiradentes	Rio Guarapuava	37
46	São José	-----	32
47	Luiz Alves Lima	Rio Quibebe	62
48	Pedro Ialmam	Volta Grande do Rio Santana	24
49	Pero Vaz Caminha	Piracema	23
50	Pero Vaz de Caminha	-----	26
51	Dom João II	-----	27
52	Pedro II	-----	42
53	Campo Sales	Rio Ligação	39
54	Escola Provisória Nª Sra. Aparecida	-----	23
55	Padre José de Anchieta	-----	28
56	Pedro Lopes de Souza	-----	64
57	São Francisco	Lageado Grande	30
58	Instituto Nª Sra. De Fatima	-----	25
59	Manoel Bandeira	Rio Pedreiro	66
60	Martins Guimarães Bilac	Rio 14	30
61	Francisco Manual da Silva	Km 04	24
62	Manoel Bandeira	-----	24
63	Getulio Vargas	-----	31
64	Professora Beatriz	-----	13
65	Sete de Setembro	Nova Secção	37
66	Instituto Nª Sra. De Fátima	-----	21
67	Dom Pedro II	-----	25
68	Rui Babosa	-----	30
69	Vicente de Carvalho	Rio Douradinho	24
70	Manuel Ribas	Km 23	39
71	Ubiram Rosa	Rio Ligação	19
72	15 de Novembro	Km 15	17
73	Nunes Prestes	Rio Palmeirinha	41
74	Santos Dumont	São Marcos	63
75	Dom João	-----	69
76	Gaspar Libero	Linha Bom Jesus	68
77	Paulo Afonso	Barra Bonita	66
78	São Mateus	Volta Alegre	42
79	Quintino Bocaiuva	Rio Pedreirinho	51
80	Coelho Neto	Linha São Paulo	58
81	Gregório Matos	São Roque	34
82	Barão do Rio Branco	Rio Saudade	49
83	Napoleão Bonaparte	São Sebastião	51
84	São Braz	São Pio X	41
85	Deofino Moreira	Linha Piedade	46
86	Guilherme de Almeida	São Rosa	23
87	Santo Antônio	Bela Vista	25
88	Rocha Pombo	-----	30

**Fonte:** Dados organizados a partir das Atas Escolares de 1968.

O quadro não apresenta todas as escolas rurais primárias que estavam em funcionamento no município em 1968, porém a partir destes dados foi possível perceber a grande quantidade de alunos provenientes de cada escola e suas respectivas turmas. Ao comparar com outras listas, foi possível perceber que muitas escolas foram construídas, porém algumas desapareceram. Outras, ainda, tiveram seus nomes alterados.

As Atas disponíveis na Secretaria de Educação são importantes documentos para se pensar na organização educacional do período. Enquanto a Colônia fez por bom tempo a organização por meio dos Resumos Mensais das escolas rurais multisseriadas, o município adotou a organização por Atas Escolares Finais, entregues ao final de cada ano, com a aprovação dos respectivos alunos, a quantidade e divisão por sexo, bem como a frequência e a nota nos exames.

A partir da documentação recolhida e analisada, foi possível perceber o significativo desenvolvimento educacional, com a construção e a abertura de novas escolas no município de Francisco Beltrão, na década de 1960. Os dados apresentados pelo Jornal Tribuna do Sudoeste de 31 de janeiro de 1969, os quais fizeram um balanço da administração de Antônio de Paiva Cantelmo (1965-1969), são expressão deste crescimento.

**Quadro nº 18: Número de Escolas em Francisco Beltrão – 1969**

<b>ESCOLA</b>	<b>Nº DE ESCOLAS</b>	<b>ALUNOS</b>
Municipal	89	4.013
Estadual	26*	3.018
Particulares	4	707
Normal secundária	1	62
Técnica do comércio	1	94
Ginásio	3	1.112

**Fonte:** Jornal Tribuna do Sudoeste, 1969, ed. especial.

\*No documento aparecem escolas, mas acredito que sejam salas de aulas.

Mediante os dados do quadro acima, pode constatar que, em 1969, o município mantinha a maioria das escolas, sendo, praticamente, todas localizadas na zona rural. O Estado, segundo os dados, também mantinha inúmeras escolas (salas de aula) no município, localizadas principalmente na cidade e nos distritos mais populosos.

Segundo dados obtidos no Álbum Histórico Municipal (1952-1967), o ensino “Ginásial” era ofertado pelo Estado em apenas três escolas localizadas na sede do município (Grupo Escolar Cristo Rei, Grupo Escolar Ney Braga e Grupo Escolar

Eduardo Virmond Suplicy). Também, por escolas particulares, em um total de quatro. Uma localizada no Distrito de Nova Concórdia (Instituto Nossa Senhora de Fátima) e, as demais, Ginásio La Salle, Seminário Júlio Chevalier e Colégio Nossa Senhora da Glória estavam localizadas na cidade. Estas escolas comportavam, em 1967, cerca de 6.337 alunos matriculados e 208 professores.

Assim se delineou a década de 1960, em Francisco Beltrão, amparada pelas questões educacionais legais, mas sem efetivação e compromisso por parte do governo do Estado em relação às escolas rurais primárias.

No início da década de 1970, em meio à fase áurea do regime militar, tanto como expressão econômica, como a dureza do regime, foi sancionada a Lei 5.692, de 1971, que reformou o ensino de 1º e 2º graus, dando a este último um caráter profissionalizante.

Segundo o estabelecido pelo artigo 3º, “os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos integrados, por uma base comum e, na mesma localidade” (BRASIL 5.692, 1971). A Lei estimulou

- a) A reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas;
- b) A entrosagem e a intercomplementariedade dos estabelecimentos de ensino entre si e com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros;
- c) A organização de centros interescolares que reúnam serviços e disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos (BRASIL. Lei 5.692, art. 3º, 1971).

Na década de 1970, Francisco Beltrão, já iniciava a experiência da reunião de escolas primárias rurais e o desenvolvimento do 2º grau, sobretudo nos distritos e sedes mais populosas da zona rural. As escolas nessas sedes já comportavam estrutura para o ensino seriado. Porém, ainda estavam sujeitas à organização da década anterior, quanto à manutenção e aos conteúdos. Segundo Leite,

A lei 5.692, a partir de seus objetivos – gerais e de caráter conservador, dada sua ênfase liberal -, não trouxe, de fato, novidades transformadoras. Pelo contrário, acentuou as divergências sócio-políticas existentes na escolaridade do povo brasileiro e consagrou o eletismo que sempre esteve presente no processo escolar nacional. [...] embora sem meios adequados para alcançar seus objetivos, a LDB pretendeu eliminar a seletividade social (com a ampliação do ensino fundamental até a 8ª série) e a dualidade entre ensino técnico-profissional e formação propedêutica (com a criação do ensino profissionalizante obrigatório no 2º grau) (1999, p. 46-47).

Leite ainda observou que houve certa “continuidade e terminalidade”. Tornou-se contínuo por conta do elenco de disciplinas que compunham a estrutura curricular e os programas de ensino. Uma terminalidade quanto à habilitação profissional e à organização social que o trabalho e a cidadania propiciavam (1999, p. 47). Segundo Romanelli, estas modificações foram consagradas em dois planos complementares:

a) No plano vertical, a modificação se fez com a junção do curso primário e do curso ginásial num só curso fundamental de 8 anos. Com isso, eliminou-se um dos pontos de estrangulamento do nosso antigo sistema representado pela passagem do primário ao ginásial, passagem que era feita mediante os chamados exames de admissão. Com a eliminação destes, que eram um dos agentes responsáveis pela seletividade, foi eliminado, legalmente, em consequência, um instrumento de marginalização de boa parte da população, que concluía o curso primário.

b) No plano horizontal, as mudanças ocorridas dizem respeito à eliminação do dualismo antes existente entre escola secundária e escola técnica, com criação de uma escola única de 1º e 2º graus – o primeiro grau com vistas, além da educação geral fundamental, à sondagem vocacional e iniciação para o trabalho, e o segundo grau, com vistas à habilitação profissional de grau médio (ROMANELLI, 2012, p. 248).

Segundo Leite (1999), a profissionalização do ensino era um dos caminhos necessários, quando se consideram questões entre economia e desenvolvimento. O profissionalizar voltou-se para uma lógica onde o processo produtivo necessitava de uma parcela da classe trabalhadora como exército de reserva. Mas, também, como uma exigência cada vez maior do mercado por qualificação de mão-de-obra. Conforme o mesmo autor:

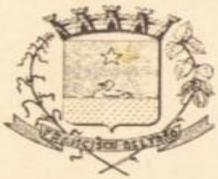
A LDB teoricamente abriu espaço para a educação rural, porém restrita em seu próprio meio e sem contar com recursos humanos e materiais satisfatórios, na maioria das vezes não conseguiu atingir os objetivos preconizados pela legislação. Isso por que a Lei 5.692 distanciada da realidade sócio-cultural do campesinato brasileiro, não incorporou as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais nem mesmo cogitou possíveis direcionamentos para uma política educacional destina, exclusivamente, aos grupos camponeses (LEITE, 1999, p. 47-48).

A Lei 5.692 estruturou a educação fundamental brasileira, estabelecendo, para o ensino de 1º grau, oito anos de duração, destinado a crianças e pré-adolescentes, entre as faixas etárias de sete e quatorze anos. Porém, esta ampliação não ocorreu efetivamente em toda a educação rural beltronense até a década de 1980.

As mudanças ocorridas na esfera social das décadas de 1970 e 1980 reestruturaram o campo educacional e impulsionaram uma visão mais técnica, sendo que os modos de produção na agricultura também estavam em processo de mudança.

Em 1972, houve alteração na confecção dos boletins, passando a ser expedidos não mais pela Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, mas sim pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Esse dado indica maior responsabilidade por parte do Município com a escola primária rural. O boletim trazia dados dos alunos, professores e inspetores que acompanhavam a avaliação nas escolas.

**Documento nº 09: Boletim Escolar de 1972.**

  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**DE**  
**FRANCISCO BELTRÃO**  
 ESTADO DO PARANÁ

**BOLETIM**

Escola : *Duarte da Costa*

Aluno : *Gilberto Cattelan*

Professora : *Eva Bednarski*

Inspetora : *Amália Marafon*

Série *3.º*

*1972*

**Fonte:** Arquivo Particular, Gilberto Cattelan.

Os dados apresentados possibilitam que se pense em um “esquivar” quanto à educação, pelo Estado. Isso ocorre em vista de uma transferência do compromisso com a educação primária para os municípios. Em Francisco Beltrão, o Estado pouco contribuiu na construção e implementação das escolas rurais entre as décadas de 1950 e 1980. Ficou a cargo do município e da comunidade suprir a demanda educacional na

construção de casas escolares. Somente em 1981, pelo Decreto nº 365, que o Município, de fato, normatizou as escolas rurais multisseriadas.

Para exemplificar a construção das escolas rurais primárias no município, entre as décadas de 1952 e 1981, construo o quadro a seguir, a partir dos dados coletados.

**Quadro nº 19: Escolas rurais no Município de Francisco Beltrão, por período: 1952 e 1981**

Ano	Nº de Escolas
1952* - 1960	59
1961 – 1970	89
1971 – 1981	92

**Fonte:** A partir da documentação disponível, 2013 e Martins (1986, p. 246).

Jornal Tribuna do Sudoeste, 1969.

Decreto nº 365 de 1981.

\* Ano de criação do município de Francisco Beltrão.

Entre os anos de 1952 e 1960, o município contava com 59 escolas rurais. Destas, 27 eram provenientes da Colônia e 32 construídas pelo município, conforme apontou Martins (1986). Já entre os anos de 1961 e 1970, estavam em funcionamento 89 escolas, de acordo com o Jornal Tribuna do Sudoeste de 1969. Para os anos de 1971 e 1981, estavam em funcionamento e foram devidamente reconhecidas, oficialmente, pelo município 92 escolas rurais.

### **3.5 O Decreto nº 365 de 1981 e a regulamentação das escolas rurais de Francisco Beltrão.**

O decreto nº 365, promulgado no ano de 1981, oficializou a nomenclatura de 92 (noventa e duas) escolas rurais multisseriadas, reorganizando os registros escolares, conforme a Deliberação nº 030/80 do Conselho Estadual de Educação.

O Decreto ratificou os atos de criação dos estabelecimentos escolares e suas respectivas denominações e reorganizou os registros escolares, oficializando os estabelecimentos escolares na rede municipal de ensino, conforme a legislação vigente. Não que antes as escolas não fossem vinculadas ao município, pois, visivelmente, desde a década de 1950, as escolas permaneceram mantidas pelo município.

O quadro a seguir apresenta as 92 (noventa e duas) escolas que compuseram o decreto de nº 365 de 1981, com a indicação do nome, ano de criação e sua respectiva localização.

**Quadro nº 20: Nome, ano de criação e localização das escolas rurais de Francisco Beltrão em atividade até 1981**

<b>ESCOLA RURAL</b>	<b>ANO DE INSTALAÇÃO:</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Anita Garibaldi	1972	Cabeceira do Rio Saltinho
Afonso Pena	1966	Cordilheira do Santa Rosa
Barão do Rio Branco	1960	Rio Saudade
Bento Gonçalves	1961	Linha Bom Principio
Bento Munhoz da Rocha Neto	1962	Linha São Sebastião
Campos Sales	1967	Rio Ligação
Candido Portinari	1978	Barra do Santa Rosa
Carlos Chagas	1973	Km 11
Carlos Gomes	1964	Linha Soares
Casemiro de Abreu	1972	Pinheirinho
Casemiro Givulski	1970	Barra do Rio Tuna
Casper Libero	1962	Linha Bom Jesus
Castelo Branco	1962	Santa Rosa
Castro Alves	1962	Divisor
Cecília Meireles	1971	Fazendinha
Claudio Manoel da Costa	1963	Costa do Rio Herval
Clovis Bevilacqua	1965	Encruzilhada dos Coqueiros
Coelho Neto	1959	São Paulo
Delfim Moreira	1960	Linha Piedade
Di Cavalcanti	1968	Cabeceira do Rio do Mato
Dom Bosco	1967	Barra do Jacutinga
Dom Pedro I	1958	Barra do Cerne
Dom Pedro II	1963	Cabeceira do Rio do Mato
Duarte da Costa*	1952	Vila Guanabara
Emilio de Meneses	1972	Km 06
Érico Veríssimo	1976	Linha Volpato
Francisco Gutierrez Beltrão	1971	Km 23
Francisco Manoel da Silva	1959	Km 04
Gaspar de Lemos	1965	Volta Grande do Marrecas
General Eurico Gaspar Dutra	1968	Barra do Cerne
General Osório	1969	Linha Gaucha
Gregório de Matos	1962	Linha São Roque
Guilherme de Almeida	1963	Km8
Heitor Villa Lobos	1971	Volta do Jacaré
Henrique Dias	1954	Rio Quatorze
Henrique Engracio Noetzold	1977	Linha Fabrin
Infância Feliz	1971	Cabeceira do Rio Pedreirinho

João Azevedo	1967	Volta Alegre
João Fernandes Vieira	1963	Rio Serrinho
Jose de Alencar	1978	Rio Ligação
Jose Bonifacio	1963	Vargem Alegre
Jose Leandro Lopes	1978	Rio Gaiola
Julia da Costa	1959	Alto Jacutinga
Laudelino Mamede de lima	1977	Linha Triton
Lima Barreto	1962	Linha Piedade
Luiz Alves de Lima e Silva	1963	Rio Quibebe
Manoel Bandeira	1959	Rio Pedreiro
Manoel Ribas	1974	Rio Herval
Marcilio Dias	1963	Linha Quibebe
Mauricio de Nassau	1962	Planalto d'Oeste
Monteiro Lobato*	1952	Rio Ligação
Nossa Senhora Aparecida	1968	Linha União
Nossa Senhora do Carmo	1968	Barra Escondida
Nossa Senhora da Gloria	1957	Sede Galdino
Nossa Senhora do Guadalupe	1955	Linha Gaucha
Nunes Prestes	1964	Palmeirinha
Olavo Bilac	1965	Santa Barbara
Osvaldo Cruz	1966	Cabeceira do Rio Quatorze
Padre Antonio Tomazi	1960	Cabeceira do Rio Quatorze
Padre Jose de Anchieta	1963	Água Vermelha
Paulo Afonso	1961	Barra Bonita
Paulo Setúbal	1962	Barra Bonita
Pedro Calmon	1963	Volta Grande do Santana
Pedro Granzotto	1955	Nova Secção
Pero Lopes de Souza	1955	Linha Liston
Pero Vaz de Caminha	1966	Linha Piracema
Presidente Kennedy	1971	Linha Jandira
Princesa Isabel	1965	Linha Calegari
Quatorze de Dezembro	1969	Encruzilhada do Artuzo
Quintino Bocaiuva	1963	Rio Pedreirinho
Rocha Pombo	1954	Secção São Miguel
Rui Barbosa	1968	Rio Saltinho
Salgado Filho	1973	Cabeceira do Rio Tuna
Santa Lucia	1966	Serra Bonita
Santa Luzia	1967	Rio Macaco
Santa Rita de Cássia	1968	Santo Isidoro
Santa Tereza	1967	Linha Tome
Santo Antonio	1968	Bela Vista
Santos Dumont	1962	São Marcos
São Braz	1965	Linha São Braz
São Francisco	1966	Lageado Grande
São Pedro	1953	Rio do Mato
Souza Naves	1962	Secção Progresso

São Roque	1978	Linha Rama
Tiradentes	1956	Rio Guarapuava
Tome de Souza	1965	Linha Flores
Valdomiro Domingos flores	1976	Linha Hobold
Vasco da Gama	1958	Km 26
Vereador Romeu Lauro Werlang	1968	Linha Formiga
Visconde de Mauá	1969	Cabeceira do Rio do Mato
Vitor Meireles	1974	Alto Boa Vista
Wenceslau Braz	1954	Linha Boa Vista

**Fonte:** Francisco Beltrão, Decreto n° 365 de 1981

\*As escolas rurais mais antigas que consta nos registros

Estas escolas foram criadas entre 1952 e 1978 e sobreviveram até a data do decreto. Muitas outras escolas foram criadas nestas décadas, porém acabaram sendo fechadas com o decorrer do tempo, principalmente pela falta de alunos.

As 92 (noventa e duas) escolas sobreviveram ao tempo, às condições estruturais, pedagógicas e às questões de legislação. Contribuíram efetivamente na formação e na visão das pessoas das comunidades rurais, graças ao trabalho dos professores, que, durante todos os anos deram vida a estas escolas por meio de atividades pedagógicas, administrativas e recreativas.

A municipalização das escolas rurais foi visível em todo o estudo. O Decreto n° 365/1981 ganhou relevância ao regulamentar as escolas, mas principalmente por permitir a comparação com outros documentos levantados na pesquisa. Tudo aconteceu a fim de mediar e contrapor as questões referentes à educação primária rural, desenvolvida no município de Francisco Beltrão.

Percebe-se, a partir deste decreto, que a realidade escolar foi definitivamente controlada e organizada. E, posteriormente, um novo ato, mediante a administração e a Secretaria de Educação, foi tomado: Nuclearizar as escolas rurais multisseriadas a centros unisseriados.

## CAPÍTULO IV

### **POR DENTRO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS RURAIS MULTISSERIADAS DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO: 1948 - 1981**

[...] tinha quarta série, ninguém orientava, não tinha curso, a gente tinha que se virar então eu ensinava conforme aprendi. [...] as vogais [...] eu incluía com o ABC e daí a gente demorava pra alfabetizar e os alunos eram grandões, maior que eu, tinha uns alunos que tinham 16, 17 anos e eu tinha 52 alunos no Lageado Grande, em uma turma só, uma turma só [...] E daí como que eu ia me virar? Sem saber como que alfabetizava, e era todos de alfabetização (DOPFER, 2013).

Neste capítulo, procuro analisar as escolas rurais multisseriadas (1948 – 1981), a partir da prática pedagógica dos professores que lecionaram naquele período no ensino primário. Articular-se-ão relatos, com a legislação da época e os documentos disponíveis, a fim de analisar, questionar e suscitar o debate acerca da escola rural primária que se desenvolveu.

Proponho a investigação e a análise, por meio dos relatos orais<sup>82</sup>. Somente desta forma foi possível comparar e aprofundar questões que não se apresentavam claras nos documentos. Através desse estudo, mediou-se a compreensão de forma mais ampla dos fatores históricos, a fim de desvendar o real e reconstituir a história da educação rural no município de Francisco Beltrão.

Entrevistei nove professores primários, que contaram suas experiências de forma clara para a compreensão e a mediação das informações. Somente uma professora não atuou em escola rural, a professora Ana Gracik. Ela formou-se na escola normal e logo foi lecionar no Grupo Escolar Suplicy (mantido pelo Estado), que se localizava na área urbana do município de Francisco Beltrão.

---

<sup>82</sup> O autor Gaskell destacou pontos importantes para o início das entrevistas, visto que elas foram feitas de forma individual e com perguntas semiestruturadas. “A entrevista começa com alguns comentários introdutórios sobre a pesquisa, uma palavra de agradecimento ao entrevistado por ter concordado em falar, e um pedido para gravar a sessão. O entrevistado deve ser aberto e descontraído com respeito a gravação que pode ser justificada como uma ajuda à memória ou um registro útil da conversação para uma análise posterior [...] Para fazer com que a entrevista deslanche é útil começar com algumas perguntas bem simples, interessantes e que não assustem [...] À medida que a entrevista avança, o entrevistador necessita ter as perguntas na memória, conferindo ocasionalmente o tópico guia, mas o foco da atenção deve estar na escuta e entendimento do que está sendo dito. [...] Ao finalizar a entrevista, procure terminar com uma nota positiva. Agradeça ao entrevistado [...] pergunte se gostaria de fazer mais algum comentário agora que o gravador esta desligado. Finalmente explique como a informação será usada e talvez o andamento de sua pesquisa” (2002, p. 82- 84).

Os professores entrevistados foram selecionados de forma aleatória, visto o período em que lecionaram. Optou-se por professores de diferentes períodos e pelos três órgãos que os mantinham (União, Estado e Município). O quadro a seguir apresenta os professores entrevistados, o período que desenvolveram a docência e por qual órgão foram mantidos.

**Quadro nº 21: Professores entrevistados**

<b>PROFESSOR (A)</b>	<b>PERÍODO DE TRABALHO</b>	<b>ORGÃO MANTENEDOR</b>
Alba da Paz Silva	1945 – 2004	Comunidade/CANGO/Município
Italina Zancan Scotti	1948 – 1980	CANGO/ Estado
Felix Padilha <sup>83</sup>	1950 – 2003	CANGO/Município/ Estado
Clídia Klosinsk <sup>84</sup>	1952 – 1982	Município/ Estado

<sup>83</sup> Professor Felix Padilha: “Então, em 1948 eu vim morar em Beltrão, no tempo do Marrecas, fui morar lá no jardim Seminário, na casa dos pais da Italina Zancan. Aquele morro onde tem... a casa do Bispo, nós plantamos trigo e eu tenho lembrança que um dia nós fomos em 34 enxadas capinando e 2 semeando na frente, era uma festa. Aí depois, fui estudar com a dona Irene, já morando na casa da Italina ali na CANGO e estudava com a professora Dona Irene de Freitas. Pra mim poder estudar, fazer o primária ainda na época, com 8 anos eu fui morar com meu tio, que era daqueles que a criança com 8 anos podia com o peso da enxada tinha que estar lá na roça, então eu passei por tudo isso, eu capinei, eu rocei, eu arei terra, pra mim estudar era isso, e houve uma época ainda que o meu professor lá, não tinha dois turnos, ele fez outra forma, não como eu fiz, ele não tinha os 60 pra fazer dois turnos, mas ele dividiu, bom era no Rio Grande, era diferente também, ele dividiu assim, de manhã das 7:30 até as 9:15, ele dava aula pra primeira e segunda série, das 10:00 horas, porque tinha os 15 minutos, não tinha recreio, chamava-se descanso do professor, daí da onde a gente estava na roça do meu falecido tio a gente enxergava a escola lá na baixada, daí o tio dizia assim: - Tá na hora, [...] E nós se largava correndo, eu e o meu primo da mesma idade, atravessando banhado, passando o terreno de um outro pra chegar na escola, daí tinha um tanque lá fora, a gente se lavava e entrava para dentro com a roupinha que veio da roça e sentava lá, só que as mãos e os pés tinha que estar bem limpinho. [...] mais tarde também eu fui progredindo, eu fui pra lá eu comecei dar aula só pra quarta série do primário depois eu ajudei construir um ginásio pagando os professores em forma de cooperativa em Nova Concórdia pra mim poder fazer o antigo ginásio, primeira a quarta série que é o ensino fundamental hoje, as séries finais e depois fiz o magistério também, vindo de Nova Concórdia pra cidade até quem me pagava a lotação era o falecido Vitório Pesente, foi grande meu amigo também, ele me ajudou muito, aí depois eu fui fazer faculdade em Palmas, fiz um ano e meio de letras, depois transferi para Ponta Grossa, mudei de curso e fui pra Ponta Grossa fazer, terminar minha faculdade lá. Aí eu fiz curso de artes, então já tinha feito concurso pelo Estado, daí eu já era professor estadual. Então eu comecei pela CANGO, passou o município, passei pelo município, depois concurso pelo Estado e me aposentei com 42 anos de magistério, todo mundo dizia, trabalhar pra quê? Era porque eu gostava, eu não achava como largar aquilo, aí depois eu fiz um novo concurso para um segundo padrão do Estado e aquele eu me aposentei pela aposentadoria compulsória dada a minha idade, eu completei 70 anos eu estava tranquilo, cheio de emoção e de vontade de trabalhar não sei mais quantos anos e quando eu vi a Paraná previdência me comunicou que a partir do dia 23 de abril eu estaria completando os meus 70 anos e então eu teria a minha aposentadoria compulsória, eu era obrigado. Eu fiquei dali até o fim do ano trabalhado a mesma coisa sendo o primeiro a chegar na escola, o último a sair, sem interrupção nenhuma, sabe, aí eu me aposentei só que eu continuei trabalhando com criança, dando aula de musica ali no São Miguel” (PADILHA, 2013).

<sup>84</sup> Professora Clídia Klosinsk: Nascida em 07/12/1934. Contou que sua formação inicial era a 4ª série primária. Trabalhou “[...] no Rio Tuna precisava muito de professora, ele veio me buscar pra dar aula lá, ele veio me buscar, nós chegamos aqui em 51, dia 17 de setembro de 51, daí já em 52, ele falou com o prefeito, que nem tinha prefeito, tinha que ir lá em Clevelândia, e daí foram lá e me ajeitaram e me levaram já em 52 me levaram lá pro Rio Tuna pra dar aula lá, daí eu já comecei dar aula lá [...] eu comecei

Ana Gracick <sup>85</sup>	1957 – 1977	Estado
Terezinha Dopfer <sup>86</sup>	1961 – 1989	Município
Luiz Bedin <sup>87</sup>	1961 – 1990	Município
Irene Vacari de Souza Vieira <sup>88</sup>	1975 - 1979	Município
Lourdes de Fátima Martins Lemos de Lara <sup>89</sup>	1977 - 2010	Município

**Fonte:** Carla Cattelan, 2013 – 2014.

Os professores entrevistados e listados acima contribuíram significativamente para a compreensão de alguns aspectos históricos que estavam turvos na história da educação da Colônia e do município de Francisco Beltrão. A seguir apresento a fotografia dos professores que no decorrer do texto não foram devidamente apresentados.

---

dar aula com 90 alunos de 1ª a 4ª série (KLOSINSKI, 2013). Depois “eu comecei trabalhar na Vila Nova, vou falar onde bem certo, numa casa bem velha que tinha um porão, morava gente no porão e eles não tinham cano que saia pra fora então deixavam na janela, quando era pra atender os alunos eu tinha que fechar a janela pra eu poder dar aula por causa da fumaça” (KLOSINSKI, 2013).

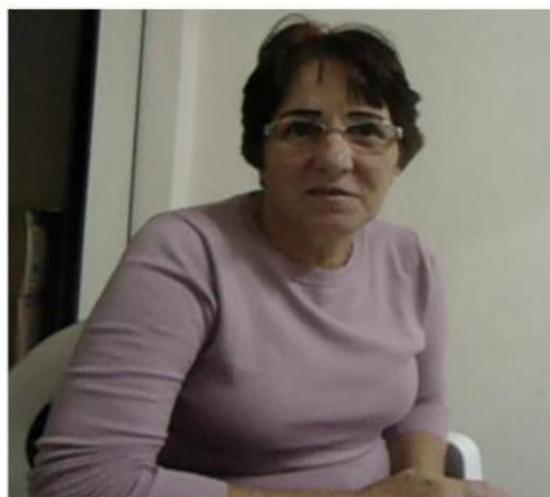
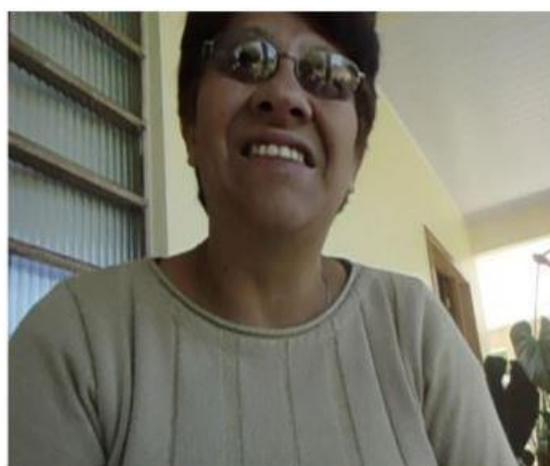
<sup>85</sup> Professora Ana Gracick: “Eu nasci no Rio Grande do Sul, no município de Guaporé, lá foi aonde eu estudei. Quando eu comecei a ir na escola, eu não sabia falar nenhuma palavra em português, só polaco e russo. O meu avô era da Rússia e a minha avó da Polônia. Eu tinha 8 anos e nem sabia dizer “bom dia”. [...] depois que eu comecei a estudar com o professor italiano, daí a minha mãe me mandou estudar em Guaporé no colégio das freiras para fazer o ginásio. Daí comecei a fazer o ginásio. Depois de lá nós viemos morar em Santa Catarina no município de Chapecó. Foi lá que comecei a lecionar. Eu já tinha feito um curso assim preparatório, eu tinha feito no começo o ginásio lá no Rio Grande, então já com aquele lá já dava. Depois, então claro lecionei em 1950, por 6 anos lecionei no município de Chapecó. A vida da gente não foi fácil” (GRACIK, 2014).

<sup>86</sup> Professora Terezinha de Jesus Dopfer: “A primeira escola foi São Francisco, no Lageado Grande. Depois do Lageado Grande eu dei aula aqui onde que tinha uma bodega, daí fizeram uma escola lá na Serraria 2 que era do Muller, do Telmo Muller, daí eu dei aula lá 2 anos, daí passei pra cá de novo pro Lageado, daí fizeram outra escola, daí eu comecei dar aula em casa, particulares” (DOPFER, 2013). Daí fizeram uma escola aqui no Lageado, aqui em baixo, era São Francisco... Foi dado o nome. Depois dali eu achei namorado, casei e ele também era professor, daí vim morar na água vermelha. Me casei em 64. E naquele tempo a gente tinha que dar aula conforme a gente sabia que a gente estudou, não tinha orientação (DOPFER, 2013).

<sup>87</sup> Professor Luiz Bedin: O professor contou que iniciou a docência com 15 (quinze) anos. “Comecei aqui na localidade da linha Liston, dentro da Igreja. Daí eu lecionei quando faltava professor na *Vila Guanabara*, lecionei vários anos na *Vila Guanabara*. Lecionava meio dia na linha *Liston* e meio dia na *Vila Guanabara*” (BEDIN, 2013). Se deslocava de uma comunidade a outra utilizando o cavalo. Tinha turmas mistas de 40 a 60 anos por turno em classes multisseriadas.

<sup>88</sup> Professora Irene Vacari de Souza Vieira: Eu comecei a trabalhar nas escolinhas do interior. A escolinha se chamava Carlos Chagas do KM 11 no município de Francisco Beltrão. Eu comecei a trabalhar lá, no ano de 1975. Então eu trabalhei de 1975 até 1979, que foram cinco (5) anos que eu trabalhei então nesta escola. Esta escola era uma escola multisseriada, com alunos de pré, vamos dizer assim, até a quarta série. Repedindo, era de pré até a quarta série. Era multisseriada, que queria dizer todos juntos. Então, tinha, por exemplo, três série num período e duas em outro período, então a gente tinha de manhã terceira e quarta série que eram os maiores, e no período da tarde então tinha o pré, primeiro e segundo (VIEIRA, 2013).

<sup>89</sup> Professora Lourdes de Fátima Martins Lemos de Lara: Professora a 30 anos. “Bom, eu comecei em 77, aí eu parei [...]. Dei aula 4 (quatro) anos, fiquei 3 (três) anos sem trabalhar, aí voltei trabalhar e trabalhei até [...] 2010” (LARA, 2012).

**Fotografia nº 18: Professores entrevistados****Profº Felix Padilha****Profª Clidia Lorenzetti Klosinski****Profª Terezinha Dopfer****Profª Irene Vacari Vieira****Profª Ana Gracik****Profª Lourdes de Lara**

**Fonte:** Carla Cattelan, 2013.

A partir das entrevistas, organizei o texto com os seguintes tópicos: contratação e formação de professores, Escola Normal Estadual, currículo e conteúdos, materiais

didáticos e metodologia, avaliação, matrícula escolar, família e a disciplina em sala de aula, merenda escolar, limpeza e organização da escola.

#### **4.1 Contratação e Formação dos professores**

Na década de 1940 e início da década de 1950, os professores, em sua maioria, eram leigos, ou seja, não apresentavam nenhuma titulação superior ao ensino primário convencional. Com o passar dos anos e o progressivo aumento da escolarização, houve a necessidade de capacitar os profissionais da educação, para que desenvolvessem um trabalho com melhores resultados.

A CANGO, desde sua instalação no município (1948), proporcionou aos colonos o acesso à educação. Construiu escolas primárias rurais que se localizavam especialmente na zona rural. O administrador da Colônia contratou professores para que desenvolvessem esta função. Os alfabetizados eram poucos, porém este não foi um fator que definisse a criação ou não de escolas primárias na zona rural. Conforme os migrantes chegavam, vinham também pessoas com o primário ou com o ginásio. Muitas destas passaram a lecionar nas escolas mantidas pela Colônia. A CANGO orientava os professores, dentro de uma disciplina rígida de trabalho. A escola não era alheia à Colônia e os resultados deveriam ser diagnosticados e informados ao administrador e ao responsável pelo ensino.

Em entrevista, a professora Italina contou que saiu do Rio Grande do Sul já com o intuito de lecionar, porque no Rio Grande já tinha experiência com a educação. O administrador da CANGO, Eduardo Virmond Suplicy, procurava uma professora para ministrar aula na primeira escola construída, que se localizava na sede da CANGO (1948). Como a professora Italina já tinha experiência na docência, foi indicada e iniciou seu trabalho na escola. Na época, a instituição recebeu o nome de General Osório.

Outras escolas foram criadas posteriormente e outros professores selecionados através do exame de conhecimento, feito para a admissão docente. O professor Félix relatou que morava com a professora Italina e, em certos momentos, ajudava-a nas aulas. Não demorou muito para que o contratassem para lecionar em uma das escolas da CANGO. Félix ainda pontuou que o responsável pelo ensino na Colônia, [...] *era este José Emanuel que foi quem me motivou, que achou que eu tinha capacidade pra ser professor, foi ele (PADILHA, 2013).*

Quanto ao Município, desde sua criação, em 1952, recebeu total ajuda das comunidades para a construção e instalação de escolas primárias. Como o município ainda não tinha uma arrecadação e aplicação direta na educação, a comunidade geralmente construía as escolas, doando o terreno, o material e a mão de obra. O que competia ao município era pagar o salário dos professores, que, geralmente, eram escolhidos pela comunidade, designados pelo maior grau de instrução.

A professora Clídia contou como foi sua contratação e os critérios utilizados pelo Município,

Essa contratação foi assim, nós morávamos em Santa Catarina e nós tínhamos parente lá e eles vieram antes de nós um pouco, pra cá, e no Rio Tuna não tinha, foi depois, foi um pouco depois disso aí já, antes daqui... E dai como eles souberam que eu vim de Santa Catarina e tinha um bom começo de estudo, fiquei num convento, num colégio quase 10 anos, colégio das irmãs [...] (KLOSINSKI, 2013).

Os professores lecionavam em turmas de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries da forma como haviam aprendido no primário [...] *Eu trabalhava com o meu conhecimento. Elaborando as atividades, e fazendo [...] (KLOSINSKI, 2013).* Com o tempo as questões organizacionais e pedagógicas tomaram forma e se constituíram como instrumento primordial para a construção da prática pedagógica nas escolas rurais multisseriadas.

A professora Terezinha Dopfer também contou como eram selecionados os professores municipais, quando ingressou no magistério, no início da década de 1960:

[...] sabe que prova o professor fazia naquele tempo? Fazia um ditado de umas 20 palavras e quatro contas, uma de mais, uma de menos, uma de dividir e uma de vezes. Você acertando estas quatro contas e fazendo certo o ditado já era professor. Não tinha orientação nenhuma: Oh! você chega na escola e tem que fazer assim, assim, e assim, como ensinar os alunos, não tinha (2013).

Para destacar a escola primária da zona urbana, a professora Ana Gracik relatou que, em 1957, começou a dar aula no Grupo Escolar Suplicy, para uma turma de alfabetização composta por 60 alunos. Em meio às dificuldades do período e à preocupação com a educação, ela retratou a educação desenvolvida na escola.

Acontece que quando eu cheguei aqui eu não era só útil era necessária, porque quando eu cheguei aqui, ai não tinha, por exemplo, professores; tinha alunos com 10 anos, 11 anos que nunca foram na escola. Ai eu pequei 60 e trabalhava no Suplicy, mas quando eu cheguei aqui, então eles nomearam para eu dar aula lá nem sei aonde, para lá do Vila Nova, mas já não fui lá eu fui direto para o Suplicy e

comecei a trabalhar e era para a prefeitura pagar para mim, mas a prefeitura não pagou. Nós tínhamos tudo no programa do Estado. O programa do Estado estava tudo ali, então, assim tinha diretor e eu tinha que ficar dando aula o dia inteiro por que tinha falta de professor. Imagina que eu tinha 60 alunos só na minha sala. Desses 60 só um que eu não consegui ensinar durante o ano, se não o resto todos aprenderam a ler [...] agora que nem esses meus alunos nunca foram na escola eram primário, primeiro ano de alfabetização. Aquela turma de 60 eles ninguém sabia ler e nem conheciam letras. [...] não tinha cartilha. Aí então o Salvati, ele foi para União da Vitória e eu pedi para ele trazer e ele trouxe 40 cartilhas, mas tinha 60 alunos. Era para a alfabetização [...]. Não era fácil não, imagina que eu pequei 60 crianças que nunca foram na escola. Numa sala. Tinha outras professoras, mas elas faltavam muito, era aquela coisa, nós éramos em 7 ou 8 professores na época, tanto assim que nós tínhamos todo guardado, toda a documentação, toda essa coisa. Aí chegou uma diretora e pegou e jogou tudo fora, podia tá tudo arquivado no dia de hoje, todo o nosso trabalho, ela acho que não era importante [...] (GRACIK, 2014).

A precariedade da formação de professores foi percebida no relatório de 1968, que apresentou dados sobre os professores distribuídos pelo Estado do Paraná. Dentre os professores, 71% eram estaduais, 27% municipais e 2% particulares. Considerando apenas os docentes do interior, 68% são professores estaduais, 31% municipais e 1% particular, num total de 35.046 professores. Quanto à formação pedagógica,

35% são normalistas, 12% regionalistas, 37% sem habilitação e 17% sem informação. Das normalistas, 73% estão na Capital e 28% no interior; das regionalistas, 10% estão na Capital e 28% no interior; das regionalistas, 10% estão na Capital e 2% no interior; das sem habilitação 10% estão na capital e 41% no interior, estando o restante sem informação (PARANÁ, 1968, p. 93).

Os dados deixam claro que a grande deficiência na formação e habilitação dos professores estava no ensino primário e, principalmente, no interior. Certamente, os 17% que não constam nas informações estavam alocados nas zonas rurais mais distantes, sem receber qualquer acompanhamento específico. Outra certeza é que a grande maioria dos professores rurais se enquadrava entre os que apareceram nas estatísticas, como sem habitação.

É certo que as inovações propostas pela legislação não chegaram à educação rural ao mesmo tempo em que foram publicadas. Porém, já naquele período, o município de Francisco Beltrão ofertava cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional para seus professores. Segundo informações colhidas nas entrevistas com professores, o município disponibilizava acompanhamento pedagógico aos eles, mesmo

que de forma precária. A fotografia a seguir retrata um curso de formação pedagógica para os professores municipais de Francisco Beltrão, no ano de 1964.

**Fotografia nº 19: Formação de professores Municipais – 1964**



**Fonte:** Acervo pessoal. Professor Luiz Bedin.

Quanto à formação pedagógica aos professores Municipais de 1ª a 4ª séries de Francisco Beltrão, o professor Luiz Bedin destacou como se organizaram:

A gente fazia curso em Beltrão, em 1963/1964, curso de quarenta e poucos dias. Os orientadores visitavam as escolas e traziam material para a gente. Faziam reunião com os professores, para planejar as aulas. Nós tínhamos um diário onde constava tudo que a gente passava para os alunos [...] estes encontros grandes, de quarenta dias, eram para todos os professores, da cidade e do interior [...] nós fazíamos reuniões com os professores, do interior de Nova Concórdia, uma vez por mês, e traçávamos experiências para ir praticando nas aulas (BEDIN, 2013).

A partir do relato, foi possível perceber que os “orientadores” estavam dispostos a mudar certa realidade das escolas primárias rurais mantendo os professores a planejar, a usar os materiais e a fortalecer este vínculo com a educação. Os professores rurais se reuniam nos distritos para desenvolver um planejamento específico para suas

localidades, apesar de se submeterem à mesma formação de “quarenta dias” que os professores da cidade recebiam.

Quanto à formação pedagógica, criou-se a Inspeção de Ensino - municipal e estadual - que acompanhava o trabalho dos professores e dava-lhes formação pedagógica adequada. Todavia, as dificuldades para visitar todas as escolas rurais multisseriadas naquela época eram imensas, devido ao fato do difícil acesso a certas áreas rurais.

O Jornal Tribuna do Sudoeste, de março de 1968, publicou uma matéria sobre a formação de professores que aconteceu no município, por meio do Plano Municipal de Educação. Este plano foi autorizado pela Secretária de Educação e Cultura do Paraná (SEC) e contou com o auxílio e subsídio financeiros da FUNDEPAR e da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

Reuniram-se nas instalações da FENAFE, aproximadamente 50 professores não titulados da 48ª Inspeção Regional de Ensino, a fim de participarem da 2ª etapa da Pesquisa Piloto – Treinamento de professores não titulados. O plano teve início no ano passado, quando estes professores leigos, após levantamento de suas condições pedagógicas-didáticas, receberam orientação de estudo, visando primordialmente a sua auto promoção e melhoria de escolaridade. Passados sete meses estão agora concentrados desde o dia 21 para a etapa de avaliação e continuidade de orientação. Durante 10 dias, em regime de internato, em período integral, os trabalhos funcionaram de atividades decorrentes do Plano (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 24 de março de 1968).

Em maio de 1968, o Jornal ainda pontuou o curso de matemática moderna oferecido para os professores primários, visando a continuidade dos estudos dos alunos. O curso foi ministrado pelo IBEP (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas), organizado pelo diretor do Ginásio La Salle, colégio privado que atendia meninos em regime de internato. O diretor do Colégio também era do Conselho Municipal de Desenvolvimento, na área do ensino. Os professores pagavam valores entre NCr\$ 50,00 a NCr\$ 70,00 pelo curso.

Em junho do mesmo ano, o Jornal Tribuna do Sudoeste trouxe outra matéria, na qual Maria Oliveira relatou de forma geral como os cursos de capacitação de professores eram ofertados pelas Supervisoras do PAMP (Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário) e pelas Inspetoras de Ensino Estadual e Municipal. Segundo ela, nas reuniões,

São abordados assuntos de real importância para a classe, pois em cada reunião adquirem novas técnicas, novos métodos, a fim de melhor educar a juventude. Para o êxito das reuniões, as Extencionistas Domésticas da ACARPA, vem colaborando com palestras e demonstrações práticas, sobre problemas debatidos pelos professores. São entidades do município que trabalham em interação com as responsáveis pelo Ensino procurando aperfeiçoamento técnico-pedagógico do magistério (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 8 de Jul. de 1968).

Pontuou ainda que o objetivo das Inspetoras e Supervisoras de Ensino era fazer com que a criança encontrasse, na escola, meios para o desenvolvimento integral de sua educação e de sua personalidade. Na mensagem de 1968, apresentada à Assembleia Legislativa, foi destacado este entrosamento com a ACARPA, não só nesse campo de formação de professores, mas em todo o processo escolar.

A ACARPA realizou diagnóstico educacional e familiar no município, a fim de identificar os problemas que entravavam o desenvolvimento rural, (trabalhados no capítulo III), e promoveu ações para a superação dos problemas encontrados. Um deles era o baixo nível de conhecimento do povo rural. Duarte (2003) apontou que foi perceptível, em relação à “educação rural”, que esta era tratada pelo governo estadual e federal, a partir de organismos vinculados à agricultura.

Ficou evidente, no ano de 1968,

Uma maior gama de atividades envolvendo professores municipais, que traçam seu plano para reuniões pedagógicas. Há referências de que os professores trabalhavam em grupos de estudo para levantar os problemas e as prioridades de solução dos mesmos, constituindo assim a pauta das reuniões pedagógicas, acompanhadas por membros da instância estadual de educação (DUARTE, 2003, p. 46).

Pela análise da documentação levantada do período, bem como pelas entrevistas, pude perceber que a formação pedagógica para os professores primários só se tornou uma preocupação da municipalidade e dos órgãos competentes Estaduais a partir do final da década de 1960, quando os diferentes órgãos se uniram, mapearam as escolas, professores, alunos e passaram a incidir mais diretamente nessas instituições. Anterior a este período, os professores municipais praticamente não tiveram acesso a cursos de formação, apenas “transferiam” o que aprenderam em seus próprios cursos primários.

Estas evidências se fundamentam pelo acesso escolar e pela organização dos sistemas garantidos pelos instrumentos legais, como a LDB nº 4.024, de 1961, a Lei nº 4.978 do Sistema Estadual de Ensino, de 1964 e os Programas para o Ensino Primário do Paraná nº 10.290 de 1962. Na fala introdutória do documento do Sistema Estadual de

Ensino, apresentada pelo presidente do Conselho Estadual de Educação Véspero Mendes, fica clara esta fase, instaurada na década de 1960: “inaugura-se uma nova fase na história educacional do Paraná” (PARANÁ, 1964, p. 2).

Com os cursos de formação pedagógica, os professores puderam ensinar um currículo comum, aprender técnicas e didática, confeccionar materiais e utilizá-los na escola em prol da aprendizagem, aproveitar melhor os recursos disponíveis, que eram poucos, e construir de fato o planejamento de suas aulas.

Conforme destacou a professora Irene Vieira, a partir de 1975, os cursos de formação eram feitos periodicamente e os professores primários ingressantes eram logo submetidos aos cursos.

O pessoal que deu o curso, logo que eu comecei em 1975 – já na metade de julho fizeram curso – então a gente confeccionou vários materiais, fichas de leituras e outros. Porque tinha sempre uma turma que terminava antes a atividade – e a escola na verdade era pequenininha, o quadro era pequeno, era em torno de 1,20 m o quadro que tinha – então você precisava ter umas atividades extras para os alunos, aqueles que iam terminando. A gente montou na sala de aula o cantinho da leitura, cantinho da matemática e tinha a fichinha. Então quando eles terminavam a atividades, então eles iam num destes locais e pegavam a fichinhas e eles faziam a atividade sozinha, se era de leitura eles liam, se era uma atividade de matemática eles escreviam no caderno, e resolviam a questão (VIEIRA, 2013).

A professora também se referiu à participação e ao acompanhamento da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação nas escolas.

A gente sempre teve o apoio da prefeitura, que era a Secretária de Educação, bem diferente, bem menos pessoas, mas eles acompanhavam a gente em tudo, faziam estes cursos para a gente confeccionar material, e também para o nosso conhecimento, e eles faziam visitas periódicas nas escolas. Por exemplo, a cada dois meses eles davam uma passada em cada uma das escolas, eles ficavam meio dia com a gente, as dificuldades a gente anotava, depois procurava os profissionais, para os problemas da gente (VIEIRA, 2013).

Quanto à forma de organização dos cursos de formação ofertados para os professores rurais e urbanos de ensino primário municipal, a Professora Irene fez o seguinte comentário:

No começo era mais separado. Por que aqui na cidade era uma outra realidade. Aqui eles trabalhavam, cada professor tinha sua turma sua série, e nós não. Lá no interior a gente tinha todas. Então sempre era diferenciado, por que não tinha como ser igual. Dependendo as vezes,

cursos a gente fazia todo mundo juntos. Mas, quando era planejamento mesmo, então cada um ficava mais com sua área específica. Por que a multisseriada era bem diferente do pessoal aqui, então os planejamentos daí eram diferenciados, a gente fazia um e o pessoal daqui faziam outro. Só a maneira de você trabalhar que diferenciava um pouco. Por que na verdade a gente lá era mais sintetizado, por que aqui você tem uma turma e você trabalha só com aquela turma, é diferente. Agora, quando você tem três turmas, por exemplo juntas, nem que você tivesse 5 alunos numa turma, mas você tinha que dar o conteúdo daquela turma, então eu acho que aquela época, era mais sintetizado, mais resumido que a gente dava. Mas, não quer dizer, que os alunos, tinham uma formação, por exemplo, como a gente vai dizer, que não era tão igual da cidade, por que, eu lembro até hoje tem aluno, que eram meus alunos, e que hoje, são doutores, dentistas, tudo que estudaram lá nas escolinhas do interior, então a gente fazia o máximo, tudo que agente podia fazer por eles, em questão de aprendizagem, de valorização da vida, deles, dos costumes, tudo isso a gente fazia (VIEIRA, 2013).

A professora Irene Vieira ainda destacou sua experiência como professora de classe multisseriada rural e as dificuldades encontradas naquele período.

[...] quando eu cheguei lá na escola não tinha nada, tinha uma caixinha de papelão em cima de uma prateleirinha, que eu lembro até hoje, assim, e tinha uns três livros, nem lembro bem direito do que era, mas assim não tinha como nem reaproveitar o que tinha, era uns três livrinhos que estavam numa caixinha, então a gente começou a comprar (VIEIRA, 2013).

A professora Lourdes encontrou as mesmas dificuldades quando começou a lecionar na escola multisseriada, pois tinha poucos materiais, e o que se tinha era voltado à orientação e ao planejamento do professor. Somente mais tarde, ela observou que vieram à escola materiais para os alunos e para o professor.

Pelos depoimentos, fica visível a dicotomia entre o rural e o urbano, bastante acentuados naquele período. Enquanto na cidade o ensino primário estava organizado em classes inteiramente unisseriadas e unidocentes, devidamente adequadas e com número específico de alunos por turma, o ensino rural organizava-se em classes multisseriadas, com número exacerbado de alunos: cerca de 60, 70 e até 90 para um único professor. A professora Clídia contou que posteriormente a prefeitura organizou as turmas autorizando a divisão em dois períodos.

Daí uns dias veio uma carta desse que era o delegado escolar, que era pra mim “dupla” a sala, metade manhã e metade a tarde. Foi onde eu controlei mais. Antigamente era tudo escrito no quadro a giz, então não era que nem hoje que cada um tinha seu caderno pra estudar, fazer a sua tarefa, eu escrevia tudo os pontos no quadro, tudo a giz, eles

copiavam, eles tinham os cadernos, um caderninho [...] muitos anos depois a prefeitura começou mandar, mas era o mínimo, mas a família comprava porque naquela época era caderno, caderno, folha, não era que nem hoje essa abundância (KLOSINSKI, 2013).

Cada professor fazia o que podia, uma vez que a grande maioria era leiga. Com o passar dos anos, os cursos de capacitação em nível de magistério foram aprimorados, estabelecendo bases para o ensino primário rural nas classes multisseriadas. O atendimento às instituições ficou mais frequente e as crianças, com o passar dos anos, passaram a migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Em busca de alternativas para suprir a necessidade de qualificação profissional e resolver problemas relacionados à formação de professores de 1º grau, foi implantado o projeto Logos II. Foram diagnosticados, neste período, cerca de 150 a 200 mil professores leigos em todo o território nacional, sendo que a escolaridade estava entre 4ª e 8ª séries. Estes dados foram levantados pelo Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação e Cultura (DSU/MEC) (COSTA, 2012, p. 4.803).

O curso ofertado aos professores leigos, nos anos de 1978, 1979 e 1980 atendeu, na sua maioria, os professores que se encontravam nas escolas do interior do município. Por módulos, o curso aconteceu. Os professores levavam os cadernos para casa e estudavam o conteúdo. Uma vez por mês, iam até a cidade e prestavam as provas de tantos livros/módulos que conseguiam estudar. Se conseguissem nota superior a 60, eliminavam os cadernos e, conseqüentemente, os módulos.

O conteúdo com maior relevância possuía mais livros para serem estudados, ou mais módulos de ensino. O quadro abaixo expressa a relação de conteúdos estudados pelos professores no Projeto Logos II, para o ano de 1978, em Francisco Beltrão.

**Quadro nº 22: Logos II - Conteúdos estudados em módulos de ensino no curso de Formação de Professores (1978)**

NOME DA SÉRIE	NÚMERO DE MÓDULO
Informações Pedagógicas	06
Técnica de Estudo	08
Língua Portuguesa	20
OSPB	04
Educação Moral e Cívica	04
Ciências Físicas e Biológicas	15
Matemática	15
Literatura Brasileira	08

História	08
Educação Artística	08
Geografia	08
Programas de Saúde	06
História da Educação	06
Organização do Trabalho Intelectual	02
Didática Geral	06
Sociologia Educacional	06
Psicologia Educacional	06
Estrutura e Funcionamento do 1º grau	06
Orientação Educacional	03
Didática da Linguagem	08
Didática da Matemática	08
Didática dos Estudos Sociais	08
Didática das Ciências Físicas e Biológicas	08
Currículo do 1º grau	02
Didática da Educação Física	02
Técnicas de Preparação de Material Didático	02
Didática da Educação Artística	06
Recreação e Jogos	06
Língua Estrangeira Moderna	06
Educação Física	03
Microensino	05

**Fonte:** Acervo pessoal Terezinha Dopfer, 2013.

Pelo quadro, foi possível perceber que os conteúdos dispostos para estudos e formação profissional focavam a prática escolar, contemplando praticamente todas as disciplinas, não somente do conteúdo teórico, mas também das práticas cotidianas como o de didática. Ao término do curso, os professores, de posse dos certificados de conclusão, poderiam exigir o aumento de salário por parte da administração.

A fotografia abaixo retrata os professores municipais em um curso de formação pedagógica no ano de 1978. O encontro formativo era um dos encontros do projeto Logos II.

**Fotografia nº 20: Formação Pedagógica Municipal Logos II – 1978**

**Fonte:** Acervo pessoal de Terezinha Dopfer.

É possível perceber a presença mista de professores e professoras, demonstrando que a presença masculina na docência ainda era acentuada no final da década de 1970.

Segundo Costa (2012), a metodologia utilizada no Logos II obedeceu as mesmas características do Logos I, a modalidade a distância em um processo de 12 meses para a qualificação dos professores nível de 1º grau. O caráter técnico esteve presente no processo de ensino/aprendizagem. Para os fundamentos, foram propostas atividades diversificadas e possibilidade de ritmo para o estudo pessoal. Os encontros com o orientador da aprendizagem aconteciam uma vez por mês, para esclarecer dúvidas, aplicar testes e discutir os conteúdos para crescimento pessoal.

O projeto Logos II foi promovido pelo CETEPAR (Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Paraná), responsável pela formação do professor paranaense. Habilitava professores leigos a desenvolverem o magistério de 1ª a 4ª séries. O projeto Logos II, segundo dados do CETEPAR (1982), formou 3.165 professores em todo o Paraná. Além deste projeto, foram desenvolvidos outros na área de formação do magistério, como o HAPRONT, que também habilitava professores

leigos para o exercício do magistério. Este projeto formou cerca de 1.530 professores (PARANÁ, 1983, p.147).

#### **4.2 Escola Normal Regional Estadual (1959) e Escola Normal Colegial Regina Mundi (1966)**

Com o aumento de escolas primárias rurais na década de 1950 e o crescimento da demanda educacional no Município de Francisco Beltrão, ocasionado pela migração intensa, houve a necessidade de se criar um curso que atendesse a demanda profissional e preparasse professores para lecionar. Segundo a revista “Beltrão Ontem e Hoje” (1980), no dia 02 de março de 1959 foi inaugurada em Francisco Beltrão a Escola Normal Regional Estadual, com 34 alunas, das quais, 13 formaram-se em 1962.

Em 1959, o curso era normatizado pela Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, que tinha como finalidade promover a formação do pessoal docente e habilitar administradores, necessários para as escolas primárias, e também desenvolver e programar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Segundo a Lei, este ensino seria ministrado em dois ciclos. O primeiro era o de Regentes de Ensino Primário, em quatro anos, e o segundo, o de Formação de Professores Primários, em três anos. Os dois cursos foram ministrados em Francisco Beltrão. As Irmãs do Colégio Nossa Senhora da Glória foram as responsáveis pela instalação do Curso Normal Regional Estadual, possibilitando às suas alunas a formação necessária, segundo a legislação e o currículo estabelecido para esta modalidade de formação.

Em relato oral, a professora Ana Gracik, que foi uma das primeiras a se formar na Escola Normal Regional Estadual, em Francisco Beltrão, no ano de 1962 (1959 – 1962), relatou que, no início do curso, apresentaram-se 34 meninas dispostas a fazerem o curso. No entanto, somente 13 o concluíram.

A Professora Ana Gracik disponibilizou o documento a seguir, que contém os nomes das ingressantes na primeira turma da Escola Normal. Ao lado, os nomes das concluintes, de 1962.

## Documento nº 10: Nomes das professoras normalistas – 1959/1962

Inicial - 1959-	Formatura- 1962
1- Ana Gracik	1- Ana Gracik
2-Ana Jussara Polanski	2-Carmen Cardinal
3-Ana Possebon	3-Cilene Aparecida de Liz
4-Ana Vanir Ghedin	4-Hadyr de Freitas
5-Anilde Vandresen	5-Judite Alves
6-Cilene Aparecida de Liz	6-Laci da Silva
7-Clemência Lúcia Araujo	7-Lilian Cardinal
8-Dalair Gemelli	8-Maria Burigo Miranda
9-Dulce Viegas Lazarini	9-Maria Crestani
10-Edite Coloniese	10-Marilu Varela
11-Elsa Soares Martins de Mello	11-Renata Pickler
12-Hadyr de Freitas	12-Tânia Maria Botton
13-Jandira Luiza Parsianello	13-Terezinha Traiano
14-Joanita Ratier	
15-Judith Alves	
16-Laci da Silva	
17-Leni Viana ( Alcinda)	
18-Lidia Kosik	
19-Maria Burigo Miranda	
20-Maria Crestani	
21-Maria Ines Traina	
22- Marilene Pierucini	
23-Marilu Varela	
24- Marlene Terezinha Justen	
25-Nadir Massotti	
26-Nair Antunes dos Santos	
27-Olga Buzacaro	
28-Qadelise Lurdes Capra	
29-Renata Pickler	
30-Tania Maria Botton	
31-Terezinha Traiano	
32-Tony Kuntze Soares	
33-Vanilde Ghedin	
34Zelir Bigaton	

**Fonte:** Acervo pessoal professora Ana Gracik.

A professora Ana comentou sobre o exame de admissão na escola Normal Estadual “[...] quando nós fizemos a nossa preparação para podermos fazer, como diziam, preparar as professoras para trabalhar, ai entrou todo esse grupo, mas depois

*fizeram o teste ai ficou só essas [...]” (GRACIK, 2014). A foto a seguir destacou a turma de formandas da Escola Normalista Estadual, de 1962.*

**Fotografia nº 21: Primeira Turma de Normalistas formadas em 1962**



**Fonte:** Acervo pessoal da professora Ana Gracik. 1962.

A professora Ana destacou como era a forma de ensino na escola Normal “[...] lá nas irmãs, nos aprendíamos como um professor tem que aprender a trabalhar, depois o programa começou a vir do Estado, começou a Inspeção do Ensino e a controlar tudo, ai entrou ai as coisas de como ter que ler [...]” (GRACIK, 2014).

O currículo para esta formação era baseado em disciplinas que contemplariam a educação primária e o ensino/aprendizagem dos alunos. O curso Normal Regional Estadual tinha duração de quatro anos e o currículo estabelecido para o período previa a seguinte organização das disciplinas:

**Quadro nº 23: Currículo Escola Normal Regional Estadual 1959 – 1962**

<b>CURRÍCULO – Regente de Ensino (1962)</b>
Religião
Português
Matemática
História
Geografia
Iniciação à Ciência

Ciências
Francês
Inglês
Desenho
Didática e Prática
Psicologia
Organização Social e Política Brasileira
História e Filosofia da Educação
Educação Doméstica
Educação Física
Educação Artística
Educação Técnica Manual
Música e Canto Orfeônico

**Fonte:** Histórico do Curso normal, 1962. Acervo pessoal da professora Ana Gracik.

Pelo histórico, observamos que currículo compunha-se das matérias básicas para o ensino primário, bem como a aprendizagem de duas línguas estrangeiras. Chama a atenção a oferta das disciplinas de “História e Filosofia da educação” e “Organização Social e Política Brasileira”. A primeira mais voltada para a compreensão da História da Educação, certamente mais focada na organização e a segunda, dedicada à compreensão social e a política no contexto brasileiro. Cabe ressaltar as disciplinas práticas que são descritas na ordem final do currículo.

Segundo a revista “Beltrão Ontem e Hoje” (1980) e os documentos pessoais da professora Ana Gracik, as irmãs ainda criaram a Escola Normal Colegial Regina Mundi, em 1965 e, em 1967, assumiram a direção do Ginásio Estadual, transformando-o no Colégio Mário de Andrade. O Colégio Mário de Andrade passou a comportar o curso Normal Regional e Colegial.

O quadro a seguir apresenta o currículo da Escola Normal Colegial Regina Mundi.

**Quadro nº 24: Currículo Escola Normal Colegial – 1968**

<b>CURRÍCULO</b>	
<b>a)</b>	<b>OBRIGATÓRIAS</b>
1-	Português
2-	Matemática
3-	Ciências
4-	História
5-	Geografia
<b>b)</b>	<b>COMPLEMENTARES</b>
1-	Fundamentos da Educação
2-	Teoria e Prática da Educação Primária
<b>c)</b>	<b>OPTATIVAS</b>
1-	Desenho
2-	Administração Escolar
<b>d)</b>	<b>PRÁTICAS EDUCACIONAIS</b>

- |    |                        |
|----|------------------------|
| 1- | Educação Física        |
| 2- | Artes na Educação      |
| 3- | Música                 |
| 4- | Canto Orfeônico        |
| 5- | Recursos Áudio Visuais |

**Fonte:** Histórico Escolar do Curso Normal Colegial, 1968. Acervo pessoal da professora Ana Gracik.

Ao compararmos os dois currículos, o de grau Normal Estadual (1962) e o de grau Normal Colegial (1968), verificamos que o de grau Colegial apresentou disciplinas voltadas a campos específicos da educação, como os Fundamentos da Educação, Teoria e Prática da Educação Primária e Administração Escolar, vistas como disciplinas complementares no processo de ensino/aprendizagem. Conforme os certificados da professora Ana, o Curso Normal Estadual formava o “Regente de Ensino”, enquanto o de Grau normal colegial formava o “Professor Primário”.

Pelo quadro de formatura e certificado da professora Ana Gracik, foi possível identificar a relação de formandos da escola Normal de grau Colegial, descritas abaixo:

**Quadro nº 25: Formadas da Escola Normal Colegial Regina Mundi – 1968**

<b>Alunas</b>	<b>Homenageados</b>
Nelci Meurer	Arnaldo Busato
Laudelina Savegnago	Irmã Maria Alix
Maria P. Mocelin	Irmã Aldemara Zilmerman
Nilva M. de Matos Ferreira	Elair Schuort
Lenir Kosik	Vanda Cavalheiro
Ana Gracik	Julieta Elsa Busatto
Geni Ferronato	
Olga da Silva	
Cleci M. Bussato	
Iria Zanoni	
Lindomar da Silva	
Marleni M. Vandrezon	
Marlene da Silva Castanha	
Cleonice da G. Sales	
Marta Camiloti	
Dianete Costa	
Elizangela M. Bortolini	
Adilce Colombo	

Neuza Polli	
Alvina Dalmarco	
Marilda Sass	

**Fonte:** Acervo pessoal da professora Ana Gracik.

Conforme destacado pela professora Ana, em 1968, as alunas do Colegial faziam estágio para complementação das aulas e aprendizagem da prática escolar. A formação específica na escola normal possibilitou um melhor aperfeiçoamento dos professores da época, contribuindo para a melhoria da educação primária que estava se desenvolvendo em toda a região.

### 4.3 Currículo e Conteúdos

Na CANGO, conforme documentos analisados, as disciplinas contempladas eram: Aritmética, História, Geografia e Português. A língua utilizada para lecionar as disciplinas era o português. Ainda ministravam atividades recreativas nas escolas rurais multisseriadas, como cinema, esporte, jogos de salão e música. Os documentos ainda apresentam que os assuntos que mais despertava interesse dos alunos eram os voltados para a área agrícola. Esta organização permaneceu até 1957, quando a Colônia definitivamente se extinguiu.

A partir da aprovação da LDB, de 1961, o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, baixou o decreto nº 10.290, no final de 1962, implantando o programa de estudos/regimento para o ensino pré-primário e primário (grupos escolares e casas isoladas). Para os grupos escolares primários, foi organizado um currículo com seis anos (1ª a 6ª série). Já, para as casas escolares isoladas, o currículo contemplava apenas quatro anos (1ª a 4ª série). No texto introdutório do programa, o Secretário da Educação e Cultura Jacundino da Silva Furtado sustentou que

As disciplinas apresentadas no presente programa obedecem a uma sistematização. Elas se completam, no entanto, com atividades outras e se correlacionam intimamente, no intuito de aperfeiçoamento individual dos educandos, em consonância com as aspirações e possibilidades pessoais (PARANÁ, 1963, p. 4).

O regimento tomou como base para a organização do ensino primário do Paraná a Lei Federal nº 4.024/61 (LDB de 1961), o Plano Nacional de Educação e os resultados de estudos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. A Secretaria de Educação e

Cultura consultou professores, diretores e inspetores do ensino primário sobre a necessidade de ampliar a duração do curso primário e torná-lo mais eficiente em prol da população paranaense. Via-se que o Paraná já havia atingido certo grau de desenvolvimento, o que lhe permitia ampliar o período da escolaridade e melhor prepará-lo para o crescimento econômico (PARANÁ, 1963).

O documento estabeleceu que o ensino primário aconteceria em seis séries anuais nos grupos escolares, em cinco séries nas casas escolares e, nas escolas isoladas, seria ampliado de três para quatro séries anuais. Ficou estabelecido que o aluno ingressaria na 1ª série a partir dos 6 (seis) anos<sup>90</sup>. A portaria nº 110 de 1963 aprovou os programas de ensino para as escolas isoladas do ensino primário do Estado, entrando em vigor a partir do mesmo ano.

Para atender a nova seriação proposta, o governo organizou programas curriculares *para os grupos escolares e casas escolares e escolas isoladas*. O conteúdo previsto para as disciplinas ensinadas de 1ª a 4ª séries, tanto nos grupos escolares como nas escolas isoladas, eram iguais, conforme o quadro apresentado abaixo. Somente para as casas escolares ou grupos escolares em que havia duas séries a mais, a 5ª e a 6ª séries, seriam ensinadas matérias base para o ingresso ao ensino médio.

**Quadro nº 26: Ensino primário, Programa para os grupos e casas escolares e casas isoladas.**

<b>Disciplinas</b>	<b>Conteúdos por Série</b>
Linguagem	1º Domínio de técnica de leitura oral; apontar palavras; ler e escrever legível; expressão oral e escrita: ortografia; gramática aplicada; ordenação de palavras e formação de frases. 2º Expressão oral e escrita; composição de frases; narração; vocabulário; gramática aplicada e caligrafia. 3º Expressão oral e escrita; palestras espontâneas; histórias; redação de frases; narração; descrição; reprodução e interpretação. 4º Leitura expressiva; expressão oral e escrita; substantivos; adjetivos; numerais; pronomes; preposições; canções folclóricas; redação de textos; sentença; sujeito; substantivos; adjetivos; artigos; numerais; pronomes, verbos; preposições; conjunções; interjeições; pontuação; acentuação entre outros.
Matemática	1º Quantidade; tamanho; posição; distância; tempo; medidas; números; adição; subtração; geometria prática; etc. 2º Noção de quantidade; tamanho; volume; numeração até 100; operações; contagens; frações; numeração romana; números pares e ímpares; composições; decomposição; unidade, dezena e centena; moedas e cédulas;

<sup>90</sup> Amparado pela Lei 4.024, no Art. 26, onde provia que, “o ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais. Parágrafo único. Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade” (BRASIL, 1961, p. 6).

	<p>multiplicação e divisão; linhas; problemas; cálculos; etc.</p> <p>3º Milhões; operações; situação problema; cálculo; número decimais; números ordinais; resolução de problemas; frações; números mistos; equivalência de frações; sistema de unidade e medida; etc.</p> <p>4º Retomar os conteúdos da 3ª série; ampliar as operações e situações problemas; cálculo da área e do perímetro; cálculo mental, unidade e medida; etc.</p>
Estudos sociais	<p>1º Nome e sobrenome; cidade e estado; família; escola; datas nacionais; hino e bandeira nacional; sociedade; etc.</p> <p>2º Escola; a localidade; município; datas nacionais; símbolos nacionais e estaduais; direitos e deveres; higiene; etc.</p> <p>3º O Paraná; história do Brasil; relevo paranaense; expedições; planaltos; clima; produção agrícola; proclamação da república; extrativismo; divisão política brasileira; rodovias; ferrovias; aerovias; governos; estados; etc.</p> <p>4º O Brasil; divisão do globo terrestre; países dos continentes; noção geral do mundo; período colonial; bandeiras; Brasil império, reino, república; etc.</p>
Ciências naturais e Higiene	<p>1º Animais; vegetais; água; ar; tempo; firmamento; saúde e vestuário; zelar pelos materiais; etc.</p> <p>2º Animais; vegetais; água; tempo; etc.</p> <p>3º Animais; vegetais; água; astro; etc.</p> <p>4º Homem; calor; som; eletricidade; gravidade; máquinas; ar; etc.</p>

**Fonte:** A partir de PARANÁ, 1962, p. 14 - 57.

Além dos conteúdos especificados no quadro, o programa trazia, em cada disciplina apresentada, os objetivos de cada série para o ensino dos conteúdos. Enfatizava os hábitos que deviam ser criados nos alunos com os conteúdos ensinados, o mínimo essencial que o aluno deveria aprender em cada série e algumas observações a respeito do trabalho com os conteúdos dispostos. Também trazia orientações ao professor de como elaborar as atividades e explicar o conteúdo.

Foi possível observar que, por anos, as escolas isoladas estabeleceram sua organização de ensino em quatro séries. A partir das análises já feitas nos documentos disponíveis em Francisco Beltrão, percebemos que a prática já ocorria desde antes da década de 1950, ainda quando as escolas eram administradas pela CANGO. Esta prática multisseriada prevaleceu e se fortaleceu principalmente nas comunidades da zona rural, já que em contraposição, no período, as escolas urbanas eram organizadas na forma de grupos escolares com classes seriadas.

Em 1964, a educação do Paraná entrou numa nova fase, pois, em dezembro de 1964, foi sancionada a Lei nº 4.978<sup>91</sup> que estabeleceu o Sistema Estadual de Ensino,

<sup>91</sup> A lei 4.978 de 1964, no artigo 2º apresentou a seguinte informação:

a) Numa concepção de ser humano que considere os homens, seres racionais, sociais e livres, com uma vocação a um destino que transcenda o mero processo histórico no qual estão inseridos sendo a razão e o fim de todas as instituições iguais e sujeitos de direitos naturais que definem a área própria do seu direito à vida, à liberdade pessoal, no uso dos bens materiais, ao trabalho, à participação na vida social e política;

b) Na ideia do bem comum, entendido como o conjunto de condições e meios concretos e necessários às comunidades para que possam viver e oferecer a todos os seus membros a possibilidade de se realizarem material e espiritualmente;

complementando os documentos elaborados nos anos anteriores. O art. 107 expressou as bases da nova legislação nos seguintes termos:

A organização geral de curso primário e dos seus currículos, a fixação e seriação de disciplinas obrigatórias e das práticas educativas, a amplitude e o desenvolvimento dos planos e programas de ensino, a duração dos períodos anuais de aprendizagem, a forma de ingresso e as condições de matrícula, o regime de promoções e as formas de avaliação do aproveitamento dos alunos e da apuração do rendimento escolar ficaram sujeitos os estabelecimentos de ensino primário [...] (PARANÁ, 1964, p. 24).

O parágrafo único do mesmo artigo complementou:

Além do cumprimento dos planos e programas de ensino e das demais exigências do Regulamento de Ensino Primário, constituirão deveres de cada estabelecimento sujeito a legislação estadual do ensino:

- a) Assegurar a formação moral e cívica dos educandos;
- b) Realizar atividades complementares de iniciação artística e profissional;
- c) Instituir orientação educativa e vocacional dos alunos, em cooperação com a família;
- d) Estimular a assistência social escolar e colaborar com os serviços de merenda escolar, de saúde e higiene escolar (PARANÁ, 1964, p. 25).

O artigo 55º determinava que todos os estabelecimentos de ensino autorizados pelo Estado para o funcionamento ficavam sujeitos à inspeção do poder público. Já, o artigo 62º estabelecia que as Inspetorias Auxiliares de Ensino e as Inspetorias Regionais

c) Num conceito de liberdade, pelo qual liberdade é, simultaneamente, a capacidade de cada um fazer o que deseja, dentro dos limites da área específica dos seus direitos naturais, sem praticar nem sofrer coerção no plano espiritual, social, político ou econômico, subordinada ao bem comum;

d) Na realidade e importância das comunidades humanas, em que os homens, por condições de sua natureza e exigência de sua vida, acham-se dispostos em comunidades naturais, de diversos níveis como familiar, o de trabalho, o religioso, da vizinhança, do município, da região, do Estado, da nação e do mundo, nas quais exercitam as suas características de pessoas humanas e, através dos quais, devem, solidários, realizar seu destino pessoal;

e) Num conceito sobre a instituição familiar, pelo qual a família é uma comunidade e instituição primordial, anterior e superior a sociedade civil, que tem por finalidade a procriação, a educação da prole e ajuda mútua entre todos os seus membros;

f) Numa concepção sobre propriedade, que reconhece, como direito fundamental da pessoa humana, o direito ao uso dos bens materiais e que a propriedade desses bens é condicionada a sua função social;

g) Num conceito sobre o trabalho humano, entendido como expressão da pessoa humana como força criadora e transformadora das riquezas e como valor primordial de toda a economia, necessário a manutenção, ao desenvolvimento e a realização pessoal de cada homem, e a manutenção da vida social e comunitária, especialmente a familiar;

h) Na ideia de justiça social, entendida como dever de cada cidadão de concorrer para o bem comum da sociedade, e desta receber o que lhe é necessário para o desenvolvimento de sua personalidade e cumprimento de suas funções sociais;

i) Numa concepção de Estado, entendido como a própria sociedade politicamente organizada, tendo por objetivo a garantia dos direitos humanos, a promoção e guarda do bem comum e o incremento do progresso, da unidade e da paz (PARANÁ, 1964, p. 4).

de Ensino vinculadas às Inspetorias de Ensino Primário exerceriam suas atribuições de inspeção nas escolas isoladas de grau primário, mantidas pelos municípios.

As escolas daquele período seguiam uma organização padrão, determinada pela Secretaria de Educação Municipal. Todavia, ao analisar a documentação, percebi que dos anos de 1968 a 1970, não traziam os conteúdos trabalhados, porém, apontavam que existia um currículo básico ao ensino primário, que era seguido.

Ao analisar um boletim de 1970, oficializado pela portaria nº 12.087, de 23 de novembro de 1967 da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, destinado à organização da 1ª à 4ª série do ensino primário, verifiquei que a avaliação dos alunos era feita a partir de conceitos, conforme explicitado no documento abaixo:

### Documento nº 11: Boletim escolar de 1970

APRECIÇÃO DE HÁBITOS, ATITUDES E HABILIDADES DO ALUNO				
	MARÇO E ABRIL	MAIO E JUNHO	AGOSTO E SETEMBRO	OUTUBRO E NOVEMBRO
Enquadra-se em atividades de grupo	S	S	S	S
Amplia seus conhecimentos recorrendo a fontes de informações	S	S	R	S
Aceita sugestões	S	S	S	S
Trabalha independentemente	R	R	R	R
Age com franqueza	R	R	S	R
É asseado e ordeiro	S	S	S	S
Respeita e cuida da propriedade escolar	S	S	S	S
Enquadra-se em atividades sociais	R	R	R	R
Mostra consideração para com outras crianças e adultos	S	S	S	S
Demonstra senso de responsabilidade	R	R	S	S
Sistema de valorização: S — Satisfatório R — Regular I — Insuficiente				
DÍAS LETIVOS	MARÇO E ABRIL	MAIO E JUNHO	AGOSTO E SETEMBRO	OUTUBRO E NOVEMBRO
COMPARECIMENTOS				
FALTAS				

AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS							
(Valorização do aproveitamento: de 0 a 10)							
	março e abril	maio e junho	agosto e setembro	outubro e novembro	MÉDIA ANUAL	NOTA DE EXAME	MÉDIA FINAL
Português		7,0		7,3			
Matemática		7,0		8,0			
C. Gerais		7,5		9,0			8,1
Média		7,8		8,1			

Média de Aprovação **8,1**

NOTA: — O espaço destinado à Média de Aprovação será preenchido com um X, quando o aluno não alcançar média final, 4, por disciplina ou 4,5 no conjunto das médias finais.

**CLASSIFICAÇÃO**  
Os alunos são classificados pelas seguintes

**NOTAS**  
de 0,0 a 4,4 — fracas  
de 4,5 a 6,9 — médios  
de 7,0 a 10 — fortes

INDICAÇÃO DE RECURSOS QUE LEVARÃO A CRIANÇA A PROGREDIR				
	março e abril	maio e junho	agosto e setembro	outubro e novembro
Realizar os trabalhos escolares	X	X	X	X
Ter ordem com o material	X	X	X	X
Melhorar a caligrafia	X	X	X	X
Procurar melhorar a ortografia	X	X	X	X
Chegar à escola pontualmente	X	X	X	X
Procurar ser mais assíduo	X	X	X	X

Os itens marcados com um X indicam o recurso pelo qual o aluno poderá alcançar maior aproveitamento

Fonte: Acervo pessoal de Gilberto Cattelan.

Em Francisco Beltrão, a estrutura curricular que apareceu nos boletins de 1970 contemplou as disciplinas de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais. Divididas por bimestre, o boletim mostrou a nota semestral. O professor talvez tivesse certa autonomia em relação à nota, podendo atribuí-la por bimestre ou semestre. Além das disciplinas, o boletim ainda apresentava outros itens que poderiam ajudar na avaliação das crianças. Alguns exemplos: realiza os trabalhos escolares; tem ordem no material; tem boa caligrafia; chegar à escola pontualmente; procura ser assíduo, etc.

O boletim de 1972 compreendeu as seguintes matérias: Português, Aritmética, Conhecimentos Gerais e, como complemento de nota, o Comportamento e a Aplicação. Nas turmas de 4ª séries, faziam-se os exames finais para o ingresso no Ginásial.

**Documento nº 12: Parte interna do Boletim Escolar de 1972**

Exames Finais			Médias			Classificação dos alunos pelas médias:		
Aritmética :	5,0	.....	Anual :	6,1	.....	De 0 a 4,4 . . . . .	Fracos	
Português :	6,5	.....	De Exame:	5,0	.....	De 4,5 a 7,4 . . . . .	Médios	
C. Gerais :	6,0	.....				De 7,5 a 10 . . . . .	Fortes	

Meses	Português	Aritmética	C. Gerais	Média	Comp	Aplicação	Faltas		Assinatura do pai ou tutor
							Just.	Injust.	
Abril	5,5	8,0	4,0	5,8	B	B			<i>Albino Cattelan</i>
Junho	6,0	5,5	5,0	5,8					<i>Albino Cattelan</i>
Setembro	7,0	6,8	5,7	6,5					<i>Albino Cattelan</i>
Média Anual	6,1	6,7	4,9	6,1					

OBS.: À vista das notas obtidas nas provas e exames finais, fica o aluno com o direito de matricular-se na 4ª série do Curso Primário.

Média de Aprovação: 5,0

**Fonte:** Acervo pessoal de Gilberto Cattelan.

Observo, pelo boletim apresentado, certa autonomia do professor em relação às notas dos alunos, já que estas estavam representadas em “anual” e “de exame”, subtendendo que o professor destinava uma nota anual e, mesmo assim, o aluno, ao final do ano, fazia os exames finais. Foi possível perceber o acompanhamento da família, quanto às notas escolares, mediante assinatura do responsável.

De 1975 a 1978, de acordo com análises feitas na documentação encontrada no arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Francisco Beltrão, pude organizar um quadro que contempla as disciplinas ensinadas nas escolas primárias do período.

**Quadro nº 27: Disciplinas constantes no currículo das escolas primárias de Francisco Beltrão - 1975 a 1978.**

Disciplinas	Amplitude
Comunicação e Expressão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Português</li> <li>• Leitura</li> </ul>
Ciências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciação a ciência</li> <li>• Matemática</li> </ul>
Integração social	

**Fonte:** Dados Atas Escolares, 1975 – 1978.

Ao analisar as Atas Escolares do período entre 1975 e 1978, identificamos que as disciplinas contempladas no ensino primário do município eram as mesmas que foram fixadas pelo Conselho Federal de Educação como núcleo comum: Comunicação e Expressão, Ciências e Integração Social. Isso fica evidenciado em um boletim de 1975.

### Documento nº 13: Boletim Escolar de 1975

	Com. e Exp.		Ciências		Integração Social	Média	Faltas
	Port.	Leit.	Mat.	I.C.			
1.º Bimestre	90	95	72	85	90	86	3
2.º Bimestre	75	90	55	60	80	70	5
3.º Bimestre	80	90	80	80	90	84	4
4.º Bimestre	80	80	65	90	80	78	5
Média Anual	83		73	85		79	4
Recuperação							
Média Final							
<b>Média Geral 77</b>							
<b>CONCEITO COMPORTAMENTAL</b>							
	1.º Bimestre	2.º Bimestre	3.º Bimestre	4.º Bimestre			
Assiduidade	A	B	A	A			
Sociabilidade	B	B	B	A			
Participação	A	A	A	A			
Criatividade	B	B	A	A			
Observação	A	B	A	A			
Organização	B	C	A	A			

**OBSERVAÇÕES:**

- 1 — Este boletim é veículo informativo do desempenho do educando, devendo ser devolvido à Secretaria da Escola, devidamente assinado, no prazo máximo de três dias após o recebimento.
- 2 — As informações são bimestrais, emitidas através de notas e conceitos:  
 Conceito A desempenho acima de 80%  
 Conceito B desempenho acima de 50%  
 Conceito C desempenho inferior a 50%
- 3 — Para fins de aprovação, a avaliação será bimestral e anual (quando houver Conselho de Classe, este, terá poder decisório).
- 4 — Será aprovado o aluno cujo desempenho for considerado no mínimo de conceito B.
- 5 — O aluno julgado recuperável em uma ou mais abrangências, terá a oportunidade de recuperação.
- 6 — É condição indispensável, a frequência mínima de 75% a todas as atividades programadas no currículo. Será considerado reprovado o aluno com frequência inferior a 50%, qualquer seja seu aproveitamento.
- 7 — É obrigatória a frequência dos alunos matriculados na Escola:  
 - cabe aos pais ou responsáveis notificar à Direção da Escola o afastamento do aluno por qualquer motivo.
- 8 — A avaliação em Educação Física e Educação Artística terá Conceito Comportamental.

**Fonte:** Acervo pessoal de Noeli Nogueira.

O boletim apresenta as disciplinas da base comum: Comunicação e Expressão, incorporando Português e Literatura; a área de Ciência contemplava Matemática e Iniciação Científica e a Integração Social. Ao observarmos o item oitavo das observações que constam no boletim, verifiquei que a avaliação “Educação Física e Educação Artística” foi efetuada no conceito comportamental.

Em 1979, segundo os registros das Atas Escolares do período (disponíveis no acervo da Secretaria de Educação), as disciplinas eram: Português, Estudos Sociais, Matemática e Ciências. O documento já indicava a valorização das disciplinas de Português e Matemática, em detrimento de outras áreas.

Quanto aos conteúdos ensinados nas escolas, bem como a prática pedagógica utilizada pelos professores, foi possível constatar a ausência de indícios da contemplação de outras áreas do conhecimento nas escolas rurais multisseriadas, além das previstas. Todavia, ao entrevistar os professores e ao observar as fotos, ficou claro que as aulas iam além da matemática, do português e das ciências aplicadas. Os professores contemplavam as áreas de motricidade, artes e outras disciplinas não previstas nos boletins.

Conforme indica a fotografia apresentada a seguir, os alunos faziam aulas de Educação Física. A fotografia deixa claro que as condições para a efetivação desta disciplina não eram as melhores, porém os professores adaptavam lugares e materiais para que esta prática fosse incluída nos conteúdos e nas disciplinas trabalhadas.

**Fotografia nº 22: Alunos fazendo educação física no potreiro – 1975**



**Fonte:** Acervo pessoal de Irene Vieira.

Foi possível perceber, pela fotografia, um campo de futebol improvisado. Ao fundo, uma trave construída em madeira e o chão com pouca grama, sugerindo o uso daquele espaço para a prática esportiva. A turma mista composta por 21 alunos com idades diferenciadas não apresentava roupa apropriada para a prática esportiva, nem mesmo o calçado, já que muitos podem ser vistos usando chinelo ou estando descalços. Mas isso não era motivo para que as professoras não trabalhassem a educação física e muito menos para que os alunos não tivessem a prática do esporte. A professora

Lourdes apontou: “precisava ter muita criatividade, a gente criava em cima do conteúdo” (2012).

O professor Luiz Bedin contou suas experiências frente aos conteúdos, realizando experiências significativas para a aprendizagem das crianças, unindo a teoria à prática. Em um dos conteúdos trabalhados, conta que uniu família, alunos, escola e comunidade através da explicação sobre a plantação de pinhões.

Aqui a gente fez uma plantação de pinheiros. Reunimos os pais e os alunos e foi plantado o pinhão. Todos em linha. E hoje faz 10 anos que estamos comendo pinhão dos pinheiros que foram plantados pelos alunos (BEDIN, 2013).

O tema que foi abordado, juntamente com as devidas explicações, referia-se à árvore e à semente, ambos símbolos do Paraná. O professor Luiz Bedin exhibe a plantação de pinheiros, fruto de seu trabalho na escola.

**Fotografia nº 23: Luiz Bedin na plantação de pinheiros – feito de 40 anos atrás**



**Fonte:** Carla Cattelan, 2013.

O projeto foi desenvolvido pelo professor, com ajuda da comunidade e dos alunos. Na época, foram plantados cerca de 140 pinheiros, que resultaram em uma

exuberante plantação, localizada em frente à casa do professor Luiz, próxima à escola da Linha Liston,

O professor Luiz ainda relatou outras experiências, como metodologia e organização dos conteúdos, buscando a aproximação dos conteúdos com a vida dos alunos.

[...] fazia experiências em sala de aula. Na comparação com a plantação de feijões, a gente fazia duas caixas, uma deixava inclinada, plantava o feijão e outra para ver o progresso que a água fazia nas roças. Então a gente e o aluno já saía aprendendo trabalhar na roça, cuidando do terreno para não ter erosão [...]. Depois a gente tirava um tempo na hora do recreio para brincar com eles, então era uma família muito unida (BEDIN, 2013).

O professor Luiz ainda acrescentou que a escola, na época, participava das Feiras Escolares promovidas pela prefeitura. A foto abaixo mostra a primeira Feira Escolar.

**Fotografia n° 24: Abertura da 1ª Feira das Escolas do município de Francisco Beltrão, 1977. Luiz Bedin com o Prefeito João Arruda cortando a faixa.**



**Fonte:** Acervo pessoal de Luiz Bedin.

Na ocasião, Luiz Bedin com o Prefeito João Arruda cortando a faixa e dando abertura à feira. A comunidade, as famílias e os alunos eram convidados a prestigiar o evento.

Uma época em que a gente plantava verdura tinha uma horta escolar com verdura e com remédios. Quase todos os tipos de remédios caseiro tinha na escola. Então os pais se reuniam ajudar o grupo a preparar a horta, a preparar o terreno. Ai ficava a tarefa para os alunos. A gente ia na casa da família tomar chimarrão e visitar para ver se o aluno tinha feito a tarefa e se ele tinha dado para preparar a horta em casa. Ai tinha um incentivo da prefeitura no tempo do prefeito do João Arruda, tinha as feiras escolares em Beltrão, daí a gente participava, levava todo o tipo de verdura e pacotinhos de remédios, para vender na cidade. Ai este lucro era benefício da escola (BEDIN, 2013).

Nas feiras escolares, promovidas pela Prefeitura, as escolas compartilhavam o que haviam ensinado, confeccionado e produzido. Era um espaço de troca de experiências.

Toda esta prática pedagógica e disciplinar nos remete a pensar que a educação rural multisseriada foi alicerçada em fatores que não aparecem explicitamente na documentação disponível. Apesar da pouca formação dos professores, estes desenvolveram e organizaram as disciplinas de forma com que o conteúdo atendesse de fato as necessidades dos alunos, não somente burocraticamente. Frente às condições de que dispunham, temos que considerar que os professores realmente ensinaram bem mais do que estava previsto nos currículos.

#### **4.4 Materiais Didáticos e Metodologia**

Ao expor a sua experiência docente, enquanto professor do período da Colônia (1948), o professor Felix Padilha falou sobre os materiais disponibilizados para professores e alunos, bem como a organização interna das salas de aula,

[...] na sala eram carteiras com quatro alunos, de madeira, que tinha dois buraquinhos para por o tinteiro de tinta e usava muito uma pedra, era tipo uma canetinha com uma pedra que escrevia. Depois de uns 2 ou 3 anos que eu estava dando aula que dai veio cadernos, o caderno sim a CANGO dava [...] a cada mês a gente vinha receber, tinha instrução pra gente levar, como trabalhar, tínhamos orientação dos conteúdos, mas não era assim programado mesmo, era mais a situação do dia. Você saía de casa, bom então hoje eu vou ensinar isso para os meus alunos, você lia antes, sabia que um aluno de primeira, segunda,

terceira e quarta séria precisava aprender e pelo que aprendi eu também ensinava o que aprendi (PADILHA, 2013).

Os materiais eram solicitados a partir da necessidade de cada escola. O documento a seguir é um “Guia de Materiais Escolares”, o qual exemplifica os tipos de materiais dispostos para as escolas.

**Documento nº 14: Guia para solicitação de materiais para a CANGO de 1956, da escola nº 27**

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO VEGETAL**  
 Divisão de Terras e Colonização  
 Colônia Agrícola Nacional "General Ozório"

Autorizo o fornecimento  
 Administrador N.º \_\_\_\_\_

N.º 130 **GUIA**

Preciso para suprimento desta Serviço de ensino primario  
 (Escola Nº 27)  
 que o Snr. Assistente de Material  
 \_\_\_\_\_ me forneça

o seguinte :

40	-	Cadernos de caligrafia .....	CR\$
20	-	Cadernos de linguagem .....	CR\$
20	-	Cadernos de aritmetica .....	CR\$
30	-	Lapis .....	CR\$
15	-	Cartilhas do povo .....	CR\$
1	-	Caixade Giz .....	CR\$
10	-	Taboadas .....	CR\$
1	-	Livro de Matricula .....	CR\$
1	-	Livro de Chamada .....	CR\$
5	-	Cartilha do povo .....	CR\$

O material acima destina-se a Escola nº 27, em  
Nova Esperança (Lontra) Professor, Gregorio Helmann.

Em, 10 de Abril de 19 56

Aux-administrativo  
Otavio de Araujo  
 Otavio de Araujo

Recebi os objetos constantes da presente guia

Professor  
Gregorio Helmann  
 Gregorio Helmann

MODELO N. VII

Conforme destacado pelo professor Felix e pela professora Alba, havia abundância e diversidade de materiais disponibilizados pela CANGO para as escolas multisseriadas primárias. A Colônia doava aos alunos cadernos de Caligrafia, Gramática e Aritmética, bem como a “Cartilha do Povo”<sup>92</sup>, usada na época para orientação dos estudos e da alfabetização.

A “Cartilha do Povo” apresentava a capa – expressa na foto abaixo - no final da década de 1940. Foi projetada pelo professor Lourenço Filho a fim de atingir uma camada social que estava emergindo, visto que a educação primária já estava garantida como direito.

#### Documento nº 15: Capa da Cartilha do Povo – 1949



Fonte: Site Plataforma do Letramento, 2014.

<sup>92</sup> “A Cartilha do Povo, do educador Manoel Lourenço Filho (um dos difusores do movimento da Escola Nova no Brasil), foi editada pela primeira vez em 1928. Teve ampla adoção nas escolas, como prova o número de edições (a última, 2.204ª edição, data de 1994). No prefácio da 116ª edição (1939), o autor explicita que sua cartilha é destinada à alfabetização de crianças e adultos de forma mais simples, ou seja, não adotada metodologia específica para o público adulto”. Referência: <http://www.plataformadoletramento.org.br/hotsite/infografico-letramento/>. Acesso: 26/04/2014.

O professor Felix relatou como ensinava, naquele período, a leitura com as cartilhas, através do método silábico, juntando as letras. Destacou uma história ocorrida no período, evidenciando a dificuldade do aluno e o contato com uma língua diferente da utilizada em sua casa, uma vez que famílias de descendência italiana, em certos casos, resistiam a usar o português.

[...] tinha a lição D+A= DA, D+O= DO, DADO, então tudo a letra D, daí quando chegou na letra S, tinha um menininho que ele era de origem italiana então eles falavam muito italiano e a gente corrigia e tentava pra ele pegar alguma coisa, mas quando via ele já estava falando italiano e no meio da aula eu tomando a lição dele do Sapo, então eu ensinava S+A =SA, P+O= PO, juntamos SAPO, aí ele custava pegar, eu repetindo, daí eu disse: -Diga agora. Ele disse: -S+A= SA, P+O= PO, “ROSPO”<sup>93</sup> (PADILHA, 2013).

Os exercícios disponíveis na cartilha remetiam a uma aprendizagem de forma silábica, disponível em atividades de memorização da palavra e da sílaba. Os textos funcionavam como exercício de prática. A seguir, reproduzo uma página da Cartilha do Povo, com os exercícios propostos.

#### Documento nº 16: Exercícios da Cartilha do Povo

The image shows two pages from a 'Cartilha do Povo' (People's Primer). The left page contains syllable exercises for the letters 'b', 'c', 'f', 'g', and 'p'. Each letter is followed by its combinations with 'a' and 'o', and then examples of words formed. Below the exercises are five numbered instructions for a classroom activity, including writing names, drawing a clover, and writing a short story. A small clover illustration is placed next to the instructions. The right page features a woodcut illustration of a boy sitting on the ground, looking bored, with the title 'O preguiçoso' (The Lazy One) above it. Below the illustration is a seven-point numbered list of a story about a boy named Frederico who is lazy and doesn't go to school.

bia	ble	bli	blo	blu
	blo-co		blu-sa	
cia	cle	cli	cio	clu
	cla-ro	cli-ma	Cle-men-te	
fla	fle	fli	flo	flu
	flau-ta	flo-res	fla-ne-la	
gla	gle	gli	glo	glu
	Gló-ria	glo-bo	glu-tão	
pla	ple	pli	plo	plu
	plan-ta		plu-ma	

- Clarice tem duas irmãs: Gláucia e Glória.
- Plínio tem dois irmãos: Flávio e Flaminio.
- Escreva esses nomes no bloco de papel.
- Desenhe depois um trevo no livro do Pedrinho.
- E escreva também: Nasci no Brasil, sou brasileiro. Viva o Brasil!

**O preguiçoso**

- Frederico era um bom menino, mas um tanto preguiçoso.
- Certo dia não foi à escola para ficar brincando.
- Brincando sozinho, logo se abotreceu.
- Procurou então um companheiro para brincar.
- Mas todos os meninos da vizinhança tinham ido à aula.
- Frederico pediu às formiguinhas que brincassem com ele.
- Mas as formigas lhe disseram que estavam trabalhando e não podiam brincar.

Fonte: Site Plataforma do Letramento, 2014.

<sup>93</sup> A palavra *rospo* é de origem italiana e significa sapo em português.

Pela documentação disponível, todas as escolas recebiam a cartilha do povo, que era retirada juntamente com o restante dos materiais na sede da CANGO, os quais eram encaminhados pelo Governo Federal, gratuitamente. A Colônia ainda disponibilizava livros de Matrícula e Chamada, bem como outros materiais para os alunos, como a tabuada e lápis. Em outros guias analisados, ainda foi possível registrar materiais como borracha, caneta, régua, pena e tinta.

A CANGO, ao adotar a cartilha como suporte para a alfabetização, sugeria que seus alunos, distribuídos em 27 escolas, fossem ensinados a partir de uma mesma metodologia. Os relatórios de ensino, resumos mensais, exames e relatos orais possibilitaram compreender a organização sistemática e acompanhada das escolas primárias rurais.

O Município também adotou metodologias de ensino e material didático para o trabalho nas escolas primárias. A professora Terezinha Dopfer destacou que, após as orientações pedagógicas propiciadas pela Secretaria de Educação, após a década de 1960, alfabetizar tinha se tornado uma prática fácil. Isso porque

[...] foi dividido o turno, os pequenos até gostaram. Com os pais a gente fez reunião [...] porque os pequenos é ruim de vir de manhã no inverno. [...] depois teve orientação, teve métodos para alfabetizar, nossa foi muito bom. Agora, o do “*Caminho Suave*”<sup>94</sup> primeiro, né que a gente aprendeu? Depois veio o método da abelhinha<sup>95</sup>, aquele foi fantástico, aquele foi de mais. Não teve reprovação naquele ano, na 1ª série (DOPFER, 2013).

<sup>94</sup> Cartilha com a primeira edição no ano de 1948. Calcula-se que até 1990 tenha-se vendido 40 milhões de exemplares em todo o Brasil. O método empregado na cartilha *Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima (1ª edição de 1948), une o processo analítico ao sintético. O ensino começa pelas vogais, forma encontros vocálicos e parte para a silabação. Sua peculiaridade era associar imagens e letras, com o objetivo de facilitar o aprendizado (a letra A é escrita no corpo de uma abelha, a letra B, na barriga de um bebê, V compõe os chifres de uma vaca...). Em razão dessa estratégia, criada pela própria autora, tornou-se conhecida como "alfabetização pela imagem". Segundo o Centro de Referência Mário Covas, calcula-se que, até a década de 1990, a cartilha vendeu 40 milhões de exemplares. Referência: <http://www.plataformadoletramento.org.br/hotsite/infografico-letramento/>. Acesso: 26/04/2014.

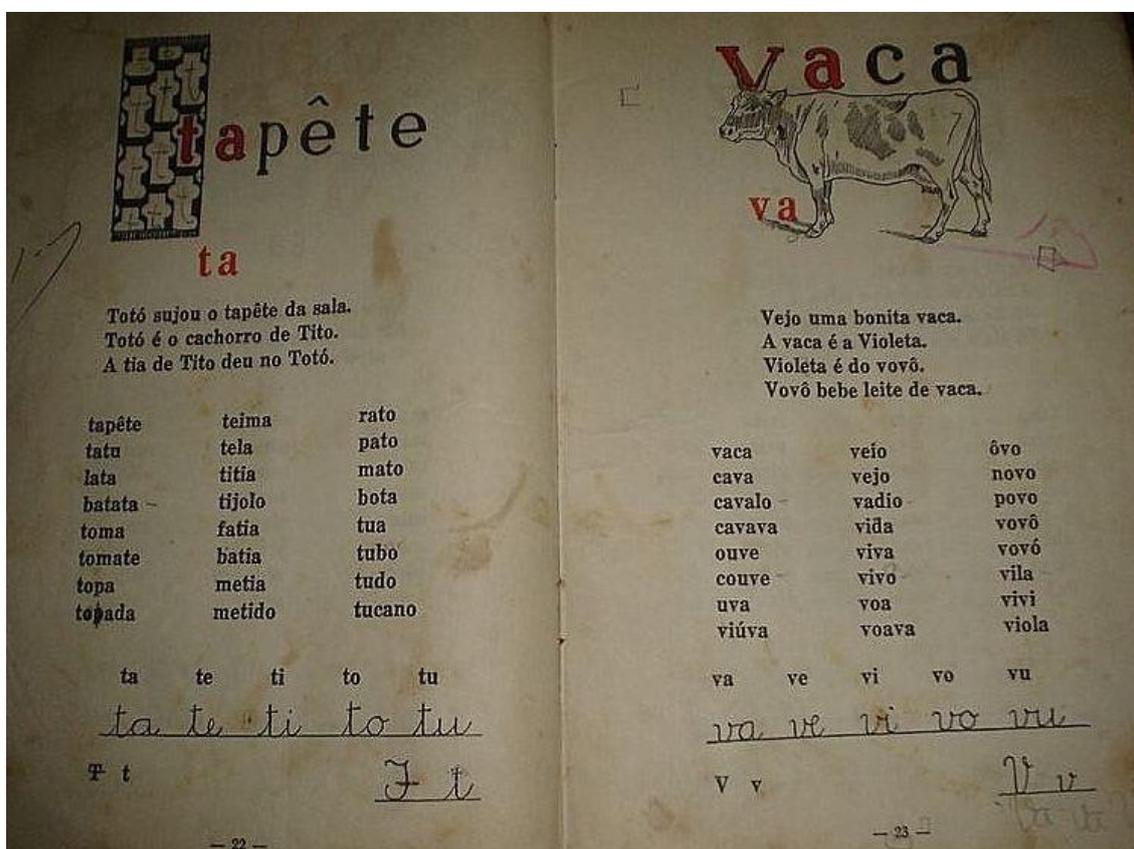
<sup>95</sup> Segundo Lapuente (2008) o “Método da Abelhinha” é de autoria de Alzira Sampaio Brasil da Silva, Lúcia marques Pinheiro e Risoleta Ferreira Cardoso. As características essenciais do método é a memorização de sons e a preocupação com a leitura. A atividade principal deste método é a “História da Abelhinha”, organizada de forma continuada e dividida em sete capítulos, cujos personagens são associados a sons e letras, criando assim um universo de imaginação e fantasia. “A personagem Abelhinha, que dá nome ao método, tem uma grande importância no enredo da história, pois através das situações que são criadas pelas autoras a partir da perda de uma de suas asinhas, os demais personagens são apresentados, criando um clima de magia e envolvimento através do enredo e narração. [...] o “Método da Abelhinha” apresenta três etapas seguidas de objetivos, duração, recomendações e sugestões de atividades. De acordo com o Guia do Mestre e do Guia de Aplicação elaborado pelas autoras do método, as etapas são as seguintes: Período Preparatório ou Integração da Criança, História ou Início da Alfabetização e Completando a Alfabetização” (p. 3 – 4).

Os professores aprovaram a ideia de se trabalhar com a cartilha, uma vez que os exercícios já estavam prontos. Mesmo assim, as dificuldades em relação ao ensino e à aprendizagem não desapareceram. Naquele momento, tinha-se material didático. Porém, anterior à década de 1960, os professores municipais rurais ensinavam a partir da sua prática e experiência primária.

A cartilha foi um suporte para a alfabetização e para o ensino. Não que só esta cartilha foi adotada nos períodos posteriores, mas a elevação do entendimento a respeito da educação sugeria novos olhares para seus materiais didáticos.

A Cartilha Caminho Suave foi elaborada por Branca Alves de Lima e contava exercícios e volumes voltados aos vários níveis de escolaridade, ajudando o professor em sua prática pedagógica e ao ensino dos alunos dentro de sua série. Era ilustrada e apresentava as sílabas relacionando-as com figuras. Os exercícios eram próprios para a memorização, sujeitos a atividades repetitivas de palavras e sílabas. Como a professora Terezinha relatou, as sílabas eram aproximadas com as palavras. Para exemplificar, reproduzo uma página da Cartilha com as atividades propostas.

#### Documento nº 17: Exercícios da Cartilha Caminho Suave - 1960



Fonte: Site Plataforma do Letramento, 2014.

Os exercícios expressos na Cartilha exploravam exclusivamente o trabalho com as sílabas na construção das palavras. O uso da imagem para representar a palavra, bem como uma sequência de palavras soltas, reforçava a aprendizagem pela memorização.

Terezinha Dopfer ainda pontuou que a prefeitura disponibilizava materiais para o estudo e que, mais tarde, também disponibilizou livros para as crianças, que ajudavam na escrita e no trabalho do professor.

Então tinha uns alunos que eu dizia, que eu levava no quadro, a gente levava no quadro para ensinar o ABA, EBE. [...] Mas aquilo é um progresso bem grande fazer isso. O que que começa com B, o que que você tem na tua casa, por exemplo, eu vou ensinar hoje o B e o A ou o B e o D, daí eles já dizem antes que você pergunte, o que que tem lá que começa com B e o que que começa com D, quando a gente já está mais adiantado, então eles já diziam assim, lá em casa tem bule, tem bacia, tem “bassora”, eles diziam “bassora”[...]. Não aquele começa com V, Vassoura. Nossa, eles ficavam bem contente, daí no outro dia o que que vai ser, o que que eu vou perguntar pra eles, que letra, eles gostavam muito disso [...] (DOPFER, 2013).

A foto a seguir mostra as turmas de 1ª a 4ª séries da escola multisseriada Carlos Chagas (1975), onde lecionava a professora Irene Vacari Vieira.

**Fotografia nº 25: Escola Carlos Chagas Km 11 – alunos de 1ª a 4ª séries (1975)**



**Fonte:** Acervo pessoal de Irene Vacari Vieira. 1975.

Fica evidente a quantidade de alunos existentes na comunidade, vindos exclusivamente do meio rural. Eram cerca de 60 alunos, todos educados pelo mesmo professor. Somente mais tarde é que a turma foi dividida em dois turnos. Pela foto, é possível observar as características da construção da escola em madeira, com janelas pequenas.

Irene Vieira caracterizou a organização interna das escolas multisseriadas rurais, estabelecendo relações com sua prática metodológica:

Se era um assunto que geral a gente falava para todos eles. Mas assim, quando era específico, então a gente, tinha dividido por exemplo as salas, então as carteiras naquele tempo, eram carteirinhas de dois, que sentavam de dois, então assim, era separado. Então, primeiro ano uma fileira, segundo na outra e terceiro na outra. Então, quando você ia trabalhar conteúdo específico deles, então dava uma atividade diferenciada para os outros, e daí você se dirigia a eles ali para falar específico para eles. Falava mais baixo, fazia explicação, e as atividades diferentes para aquela turma, enquanto os outros estavam fazendo outras atividades (VIEIRA, 2013).

O professor Felix destacou a organização quanto ao número de alunos nas classes multisseriadas:

Ah sim, eles chamavam de desdobre, ou seja, uma jornada ampliada hoje que se chama. Então, tinha que ter 60 alunos pra você fazer dois turnos e eu tinha 59 alunos em um ano, lembro bem que tive 59 alunos e eu tive todos eles num turno só. Eu não tinha nem a malícia, pra você ver como era a época, de muita seriedade, a gente cumpria exatamente com as normas, nossa era lindo de ver, e então eu não tive nem a malícia de inventar o “Joazinho sem braço” pra no final do ano dizer: - Ele foi embora, ele foi transferido (PADILHA, 2013).

Para o trabalho com o material didático, o professor desenvolveu certa metodologia para suas aulas. Mediante a existência de turmas grandes, e as dificuldades de alguns professores no processo de alfabetização, atribuiu-se relevância ao uso dos materiais didáticos. Nesse sentido, temos que admitir que a cartilha foi um instrumento fundamental no período, independente do método utilizado em cada livro didático. O fato concreto é que as crianças foram alfabetizadas.

Frente à baixa arrecadação do município e à dificuldade que a escola encontrava para se manter, a comunidade ajudava no que podia. Mesmo assim, a escola não tinha dinheiro para comprar móveis e materiais didáticos. Para resolver isso, passaram a fazer promoções envolvendo a comunidade. A professora Irene destacou como eram as necessidades da escola.

E assim mais tarde foi melhorando tudo, a gente foi fazendo promoções na escola, colocando cortinas por que não tinha cortina, pegava o sol da manhã, da tarde nas crianças e tudo a gente foi equipando a escola. Compramos o fogão melhor e depois colocamos cortina, daí começamos a comprar o material também, outros materiais para as crianças, coleção de livros pra leituras, e assim a gente foi incrementando as coisas na escola (VIEIRA, 2013).

As comunidades e as famílias ajudavam nas promoções que eram organizadas pela escola no intuito de arrecadar dinheiro. Somente assim poderiam comprar equipamentos e móveis para a escola. A foto mostra um evento na escola rural multisseriada de Linha Liston, a “Festa Escolar com a Candidata a Rainha” (1970), organizada pelo professor Luiz Bedin para a arrecadação de dinheiro em benefício da escola.

**Fotografia nº 26: Festa Escolar com candidata a Rainha. Escola Linha Liston – 1970**



**Fonte:** Acervo pessoal de Luiz Bedin.

As escolas precisaram encontrar alternativas para complementar os recursos recebidos da prefeitura e para poder dar melhores condições de ensino aos seus alunos. Com esforço dos professores, dos alunos e da própria comunidade, aos poucos, as questões essenciais das escolas foram sendo resolvidas.

Nos dias atuais, as escolas rurais e as urbanas, tanto municipais, como estaduais ainda utilizam dessa alternativa para arrecadar algum dinheiro extra para manter as escolas.

#### 4.5 Avaliação

A Colônia organizava minuciosamente os seus exames finais, ou a avaliação de cada série, a partir do conteúdo estudado. Foi possível observar, através dos registros de Exames Finais disponíveis no Memorial Histórico de Francisco Beltrão, as características das provas, como as destacadas pelo professor Felix.

Nós tínhamos assim, todo mês você avaliava num modo de dizer, porque não se falava em avaliação mensal ou bimestral como hoje, mas a gente assim, eu vou ver se os meus alunos de primeira série aprenderam ler mesmo, então eu tomava uma leitura assim meio em conjunto pra ver, eu ia avaliando assim, mas aquilo não valia nada pra controle de secretaria, então no fim do ano você fazia um exame final daí, e era tudo escrito, dava uma folha de alçaço, era pautada, então você passava as questões no quadro, eles copiavam e daí faziam, daí a gente se trocava, eu ia na escola de “fulana” aplicar o exame, eu sempre trocava com a Dona Ana Mercedes Fraport, era lá do [...] Rio Pedreiro, eu ia na escola dela a cavalo, com uma mulinha, daí no outro dia ou dali dois dias, três ela vinha na minha escola também. Então, era interessante a gente se trocava, trocava informações, trocava ideias, um ajudava o outro, ela também era uma pessoa muito querida, hoje ela é até escritora, hoje ela escreve livros (PADILHA, 2013).

Conforme relatou o professor Félix, os professores trocavam de escolas para aplicar o exame e corrigi-lo, ao final de cada ano. Durante o ano, o professor tomava leitura e fazia a avaliação individual de cada aluno, porém, o que interessava à Secretaria de Educação era, de fato, o Exame Final. O professor Felix explicou melhor como se dava o processo:

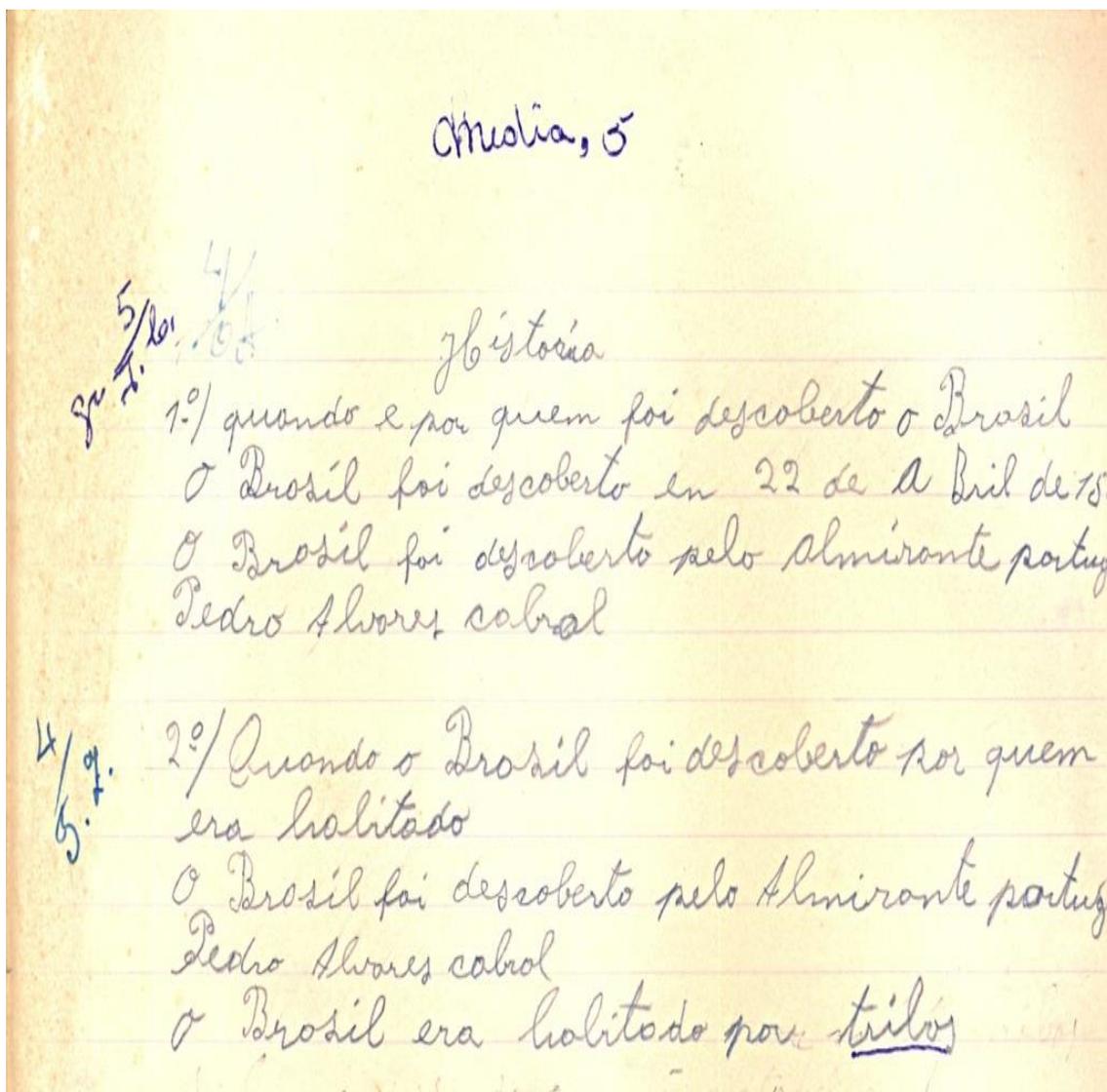
Nós fazíamos juntos a correção, tinha que ficar ali até terminar tudo. Ela que tinha que dizer se passou ou se não passou e na escola dela era eu que dizia também, esse aqui vai, esse aqui não vai. E naquela época na verdade, se tinha muita dificuldade pra se alfabetizar, era o problema mais sério na verdade porque o aluno vinha com 7 anos pra escola, porque hoje a criança com 3, 4 anos eles já sabem ler, porque vem muito da criação de casa, e também que hoje existe as creches, as crianças vão pra creche, lá eles ensinam brincando, quando ele vê eles aprenderam ler, agora vale muito também da forma como ele foi educado em casa [...] (PADILHA, 2013).



Ao observar o exame anterior, percebo que a avaliação de linguagem era feita através de ditado e este método foi comum nos exames de 2º, 3º, e 4º anos para esta disciplina. Talvez o aplicador, neste exame apresentado, solicitou em voz alta que a turma escrevesse algumas sílabas (ba, be, bi, bo, bu – ca, ce, ci, co, cu – da, de, di do, du...) Poderia, também, ser um texto ou uma frase. Como o aluno não conseguia ainda escrever texto, escreveu o que sabia: somente as sílabas. O fato é que a questão foi zerada. Quanto à disciplina de aritmética, o aluno escreveu corretamente os algarismos até 50, apesar de ter invertido alguns números, totalizando nota “um”. Este Exame correspondia a uma avaliação escrita. Não encontrei registros ou outras notas complementares.

O documento retrata um exame final da disciplina de História.

#### Documento nº 19: Exame Final – História



Fonte: Acervo Memorial Histórico Francisco Beltrão.

Mediante análise de diversos exames finais da época, foi possível concluir que os conteúdos exigidos nos exames eram os provenientes das disciplinas de Aritmética e Linguagem, no início de 1950. Mais tarde, as disciplinas de História, Geografia e Ciências passaram a ser contempladas nos exames finais.

Estes Exames Finais (teóricos ou práticos), feitos pela Colônia, eram os únicos instrumentos de aprovação ou reprovação do aluno em determinada série. Se aprovado no exame final, com uma nota justa dada pelos três corretores, o aluno estava apto a ingressar na série posterior. Se reprovado - média inferior a cinco – seria retido na mesma série, submetendo-se a um novo exame no final do ano seguinte.

A professora Clídia descreveu como as escolas do município, a partir de 1952, faziam as suas avaliações:

Vinha um aplicador, abria a prova na hora de aplicar, só que eu não fazia na minha sala, vinha de outro lugar e fazia prova na minha sala e eu em uns dias ia em outra escola aplicar pra outra sala. As vezes tinha aquelas que aplicavam que me davam uma mão, se não era tudo a gente que... as vezes quando elas viam... uma vez eu tinha nenê pequeno elas levavam pra corrigir, eu tive muita colaboração também dos pais e muita coisa assim né. Uma vez por mês não podia faltar, antigamente era né, e outra coisa, as provas que nós tinha que aplicar para os alunos vinha das [...] prefeituras, sei lá o que que era, vinha tudo lacrado, 1, 2, 3, 4. Você não sabia o que tinha dentro daquela prova, por isso que você tinha do início do ano bater, bater, bater, pra chegar no final do ano não ter muita reprovação. Porque quando a gente elabora as provas tem uma base, mas quando você não elabora que base você tem? Vai saber o que tem, então daí era assim [...] (KLOSINSKI, 2013).

Quanto à forma de avaliação utilizada, o professor Luiz Bedin pontuou:

A gente era bem preparado. Logo no início a gente teve dificuldades, mas depois dava para trabalhar muito bem. Depois o próprio exame final nas escolas, então era trocado de professor. Eu ia lá para o Cabeceira do Rio do Mato, ia para a linha São Sebastião, Nova Concórdia, fazia o exame para aqueles alunos, e o colega daquela comunidade vinha fazer o exame aqui na Linha Liston (2013).

Esta prática de trocar de professores para a aplicação e correção dos exames finais foi iniciada ainda no período em que a CANGO atuava no município de Francisco Beltrão. Talvez fosse a forma encontrada pela Secretaria de Educação para controlar a verossimilhança dos resultados. É possível que o professor regente auxiliasse o aluno na resolução da prova.

Ao analisar o boletim de 1970 - documento nº11 - percebo uma padronização na avaliação da época. O boletim trazia um quadro de “apreciação de hábitos, atitudes e habilidades do aluno”, organizado de modo avaliativo progressivo de dois em dois meses, contemplando atividades próprias e subjetivas do aluno observadas e assinadas pelo professor regente. Alguns exemplos: o aluno enquadra-se em atividades de grupo, amplia seus conhecimentos recorrendo a fontes de informação, aceita sugestões, trabalha independentemente, age com franqueza, é aseado e ordeiro, respeita e cuida da propriedade escolar, enquadra-se em atividades sociais, mostra consideração para com outras crianças e adultos e demonstra senso de responsabilidade. Os pontos destacados eram avaliados segundo o “**Sistema de valorização**”, no qual se atribuía: **S**- Satisfatório, **R** – Regular, **I** – insuficiente. O boletim ainda trazia um quadro denominado “indicações de recursos que levarão a criança a progredir”.

Ao analisar os boletins de 1970 e 1975, percebo que o professor regente de turma começava a ter relevância no processo de avaliação e a ser o responsável pela aprovação ou reprovação dos alunos, ou seja, os exames finais aplicados por um professor externo começaram a perder forças, possibilitando mais autonomia ao professor regente.

Esta forma de avaliação permitiu aos pais um acompanhamento mais próximo das atividades e do comportamento do filho na escola. O aluno também era visto mediante suas ações e comportamentos, não somente através de sua média final.

Quanto à disciplina dos alunos em sala de aula, a professora Italina recordou que, no tempo da Colônia, não se tinha do que reclamar, pois tanto ela como os alunos sabiam que deveriam ocupar o máximo do tempo com o ensino/aprendizagem. Eram “[...] *tudo quietos, pois sabiam que tinha que aproveitar o tempo que a professora tinha para dar aula. Então eles faziam perguntas e estudavam o material.*” (SCOTTI, 2013).

Quanto à disciplina e ao comportamento em sala de aula a professora Terezinha Dopfer pontuou,

Em relação aos alunos, no começo, os alunos eles era mais obedientes, então como os pais mandavam que podia bater, né, puxar a orelha, agora a orelha as vezes a gente puxava, mas você ia, você chegava, com todas aquelas crianças dentro da sala e você podia para lá na estrada, você não via um “piu”. Todos escrevendo, só perguntava o que que tem que fazer, como que faz aqui, ninguém conversava. Depois quando já foi no final, que eu terminei, já terminando, já o meu trabalho, o meu tempo de serviço, daí já foi mudando, já era conversa, já era tagarela, eu tinha que ta sempre chamando a atenção, daí eu tinha um sininho, chacoalhava o sininho, ó aquele que conversa

mais vai sentar aqui na frente, ou aquele que conversa mais vai ficar sem recreio (DOPFER, 2013).

O comportamento e a disciplina dos alunos em sala de aula foi um ponto observado pelos professores entrevistados, comparando com o comportamento e disciplina nos anos posteriores de sua docência, que saiu de controle. Os depoimentos expressam a perda da autoridade do professor em sala de aula com o passar dos anos.

#### **4.6 Matrícula Escolar**

Como a população era crescente no final da década de 1940 e no início de 1950, a demanda educacional também aumentava no decorrer dos meses. A CANGO utilizava da prática de a comunidade solicitar a construção e instalação de escolas primárias, desde que tivesse demanda e que a população da comunidade estivesse organizada. A comunidade, então, foi responsável por fazer levantamento dos alunos existentes e cadastrá-los.

As listas eram organizadas com o nome da família e quantos filhos possuíam para solicitar a abertura de uma escola no local. O documento nº 20 caracteriza como era feito este levantamento da demanda educacional na Colônia. Geralmente, era feito a punho pelo professor indicado ou por um integrante da comunidade enviado a CANGO. No levantamento da documentação analisei diversas listas de alunos, de diferentes comunidades, o que foi possível identificar as famílias e sua localização. Das listas disponíveis, o número de alunos não passava de 40 por comunidade, os pais geralmente tinham 2 a 5 filhos em idade escolar.

Também foi possível observar, pela análise das listas disponíveis, que estas apresentavam características semelhantes, como as vistas no documento nº 20. Basicamente, contêm a quantidade de crianças com seus respectivos nomes, idades e sexos, justificando a demanda da comunidade para a abertura da escola. Além dos dados dos alunos, a lista trazia o nome do pai como respectivo responsável pela criança. Abaixo, a comunidade indicava a localização da escola e a necessidade de construção da mesma. No documento, a comunidade poderia indicar o nome do professor ou professora.

**Documento nº 20: Lista de crianças para abertura de uma escola rural  
encaminhada para a CANGO – 1950**

RELAÇÃO DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR NA "COSTA DO RIO SANTA ROSA"					
NÚMERO	NOME DA CRIANÇA	NACIONALIDADE	IDADE	SEXO	NOME DO PAI
1	Ceni Cena Tavares	brasileira	13 anos	fem.	Lindolfo Joao Tavares
2	Jandira Tavares	"	11 "	"	" " "
3	Dejanira Maria Tavares	"	9 "	"	" " "
4	Onira da Silveira	"	13 "	"	Miguel Bento da Silveira
5	Reinel da Silveira	"	11 "	masc.	" " "
6	Silvo da Silveira	"	9 "	"	" " "
7	Pracilina da Silveira	"	7 "	femin.	" " "
8	Eva Doroti de Lima	"	11 "	"	Laudelino Mamede de Lima
9	Adão Alceri de Lima	"	9 "	masc.	" " "
10	Martim Bento da Silveira Neto	"	10 "	"	Pedro Bento da Silveira
11	Valira Bento da Silveira	"	8 "	femin.	" " "
12	Onira " "	"	7 "	"	" " "
13	Olandolina Gabriel dos Santos	"	12 "	"	João Francisco Dias
14	Sebastião Francisco Dias	"	13 "	masc.	" " "
15	Lauro Antonio da Silva Faria	"	14 "	"	Antonio Sergio de Faria
16	Francisco Antonio da Silva Faria	"	11 "	"	" " "
17	Olivia Maria da Silva Faria	"	10 "	femin.	" " "
18	Artidor Antonio da Silva Faria	"	9 "	masc.	" " "
19	Alvina Maria da Silva Faria	"	7 "	femin.	" " "
20	Adão Luiz Correia de Carvalho	"	7 "	masc.	João Francisco Correia de Carvalho
21	Marli Terezinha Soares	"	7 "	femin.	Alfredo Soares
22	Emone Antônio Stopassoli	"	12 "	masc.	Luiz Stopassoli
23	Valdir Stopassoli	"	7 "	"	" " "
24	Daniel Iess	"	9 "	"	Paulo Paitac Iess
25	Elena Iess	"	7 "	femin.	" " "
26	Cristina Richtheik	"	9 "	"	Antonio Richtheik
27	Onofre " "	"	7 "	masc.	" " "
28	Antonio Biesseqi	"	13 "	"	João Biesseqi
29	José " "	"	10 "	"	" " "
30	Mercedes " "	"	8 "	femin.	" " "
31	Maria " "	"	7 "	"	" " "

*- fica na estrada para Catagipe -  
- Lindolfo Joao Tavares -  
necessita de casa - a professora poderá ser  
a D.<sup>a</sup>*

**Fonte:** Acervo memorial Histórico de Francisco Beltrão.

O professor Felix enfatizou que, depois que a escola era instalada, todo o processo de (re) matrícula era de responsabilidade dos professores.

Era tudo, tudo a gente que fazia, matrículas, tudo, tudo. Tinha, aquele tempo tinha se chamava. [...] Não era a APM da escola [...], que era como hoje essa APM, que formava uma diretoria também, eu não

lembro [...] Então eles eram prestativos, toda semana eles vinham lá trazer, o presidente chegava: - Tá faltando alguma coisa? Tudo assim, eles observavam e cuidavam muito da vida da escola também (PADILHA, 2013).

Nas escolas mantidas pelo município adotava-se a mesma prática. Até a década de 1990, eram os professores que faziam a matrícula, geralmente utilizando-se das celebrações nas igrejas para dar os avisos, ou percorrendo as famílias para que nenhum aluno ficasse de fora do processo. Irene Vacari Vieira destacou como eram feitas:

[...] chegava o final do ano, quando encerrava o ano letivo a gente já marcava. Então eu ficava por exemplo dois dias ou três lá depois que tinha encerrado as aulas, fazendo matrículas. Então os pais vinham. Daí já era todas as famílias que tinham os alunos e tem os outros que iam chegando na idade certa, a gente já fazia a matrícula delas lá também, e, daí as outras famílias que moravam ali ao redor, quando a gente avisava que era matrícula, todo mundo já ficava sabendo, então aqueles que não tinham seus filhos na escola, também já procuravam neste período, não ficava ninguém fora da escola. Então todos eles, desde a idade já vinham para escola, os pais procuravam matricular e era a gente mesmo que fazia lá, era nós os professores. A gente na verdade só trazia para a Secretária de Educação, então por bimestre, que a gente fazia as avaliações, com as notas numa ficha que a gente preenchia a gente trazia para a Secretária de Educação. E no final do ano também trazia esta ficha com os aprovados, os reprovados, e tudo já das matricula do ano seguinte (VIEIRA, 2013).

A professora Terezinha Dopfer contou que visitava as famílias para averiguar as crianças que estavam em idade escolar e os pais que precisavam matricular seus filhos, orientando-os quanto à série. A prefeitura orientou a matrícula de crianças a partir dos sete anos como sendo obrigatória. Luiz Bedin acrescentou que fazia a matrícula na própria escola e que “[...] no encerramento das aulas a gente convidava os pais para o encerramento e daí já aproveitava e fazia a matrícula do ano seguinte” (BEDIN, 2013).

A nível estadual, segundo o relatório de 1968, o Estado do Paraná construiu 2.862 novas salas de aula, nomeou 3.600 novos professores e já fazia avaliações quanto às mudanças introduzidas no curso primário da extensão do ensino para mais duas séries anuais, além das quatro já estabelecidas. Dentre os dados apresentados, é possível observar um grande aumento no número de crianças com matrículas na 1ª série. Porém, as que chegavam à 5ª série representavam um número bem reduzido, correspondendo a 4% do total de alunos matriculados, como fica expresso no quadro abaixo.

**Quadro nº 28: Dados sobre a escola primária no Paraná em 1968.**

Série	Capital	%	Interior	%	Total	%
1ª	22.840	31	352.955	47	375.795	46
2ª	15.262	20	152.028	21	167.210	21
3ª	14.803	20	116.964	16	131.767	16
4ª	14.869	20	77.573	10	92.442	11
5ª	7.096	9	23.449	03	30.545	04
6ª (sem inf.)	-	-	-	-	-	-

Fonte: PARANÁ, 1968, p. 92.

Pelo quadro foi possível perceber uma situação que não fugia da realidade nacional e local na qual havia uma,

[...] grande concentração de crianças na 1ª série, decrescendo a medida que avança as séries. A pouca frequência de crianças na 5ª série é devido ao ingresso diretamente na 4ª série do curso ginasial, enquanto que, o aumento da matrícula na 1ª série se deve, em parte, ao ingresso de crianças com seis anos de idade, dentro da nova sistemática que aumenta as séries de quatro para seis (PARANÁ, 1968, p. 92).

Conforme os professores relataram, as matrículas e o levantamento dos alunos em idade escolar eram feitos por eles, todos os anos. O vínculo com a igreja permitia que toda a comunidade ficasse sabendo dos dias e dos horários da matrícula, bem como sobre o início das atividades na escola. O quadro a seguir apresenta a quantidade de alunos matriculados entre os anos de 1951 – 1986.

**Quadro nº 29: Quantidade de alunos matriculados na CANGO e no município: 1951 – 1986**

Ano	Nº de alunos
1951 - CANGO	461
1954 - Município	1.400
1955 - Município	1.440
1957 – CANGO	1.010
1959 - Município	2.535
1968 - Município	2.939
1969 – Município	7.214* – <b>urbanos:</b> 3.513 <b>rurais:</b> 3.380
1986 - Município	7.080**

Fonte: A partir dos Relatórios de Ensino da CANGO, 1951 e 1957.

Jornal Tribuna do Sudoeste, 1968 e 1969.

Martins, 1986, p. 55

Atos Oficiais nº 01

\*Contando as escolas particulares

\*\* Não contando escolas particulares

#### 4.7 A família e a disciplina em sala

A função exercida pela família na escola era primordial para o desenvolvimento da educação. A CANGO possibilitava um acompanhamento paralelo entre família e alunos, descrevendo, em fichas, os pareceres referentes aos alunos.

A professora Italina destacou o papel desenvolvido pela família na educação dos filhos naquele período, porque “[...] *eles estudavam em casa, com as famílias também. Muitas coisas eles sabiam*” (SCOTTI, 2013). O papel da família era fundamental no processo ensino/aprendizado. Essa prática permitia a socialização dos conteúdos entre o processo escolar e as experiências significativas vividas pela família neste período. Isso fica evidente no depoimento do professor Felix Padilha:

Era gostoso. Você sabe que eu dava aula assim que chegava no fim do ano eu não sentia cansaço porque existia aquela amizade sabe? Os pais quando iam na Igreja, então eles contavam, o meu filho disse que aprendeu isso, que bom que o senhor está ensinando ele aquilo, porque eu queria que o meu filho aprendesse matemática e não é que ele tá aprendendo mesmo, porque eu gostava de matemática, e daí eu ensinava eles, porque o que os pais queriam? Que um alunos desde a terceira série pelo menos soubesse, eles diziam assim, fazer conta de roça, era o [...] uma área, porque eu fiz uma empreitada, deu tantos metros assim, assim, assim, daí queria medir pra saber quantos metros quadrados dava e eu ensinava aquilo pra eles e eles aprendiam porque eles gostavam. – Eu tinha um pedacinho lá e meu filho fez a conta e deu isso e isso. E daí perguntavam pra mim se era verdade. – É verdade, deu isso mesmo (PADILHA, 2013).

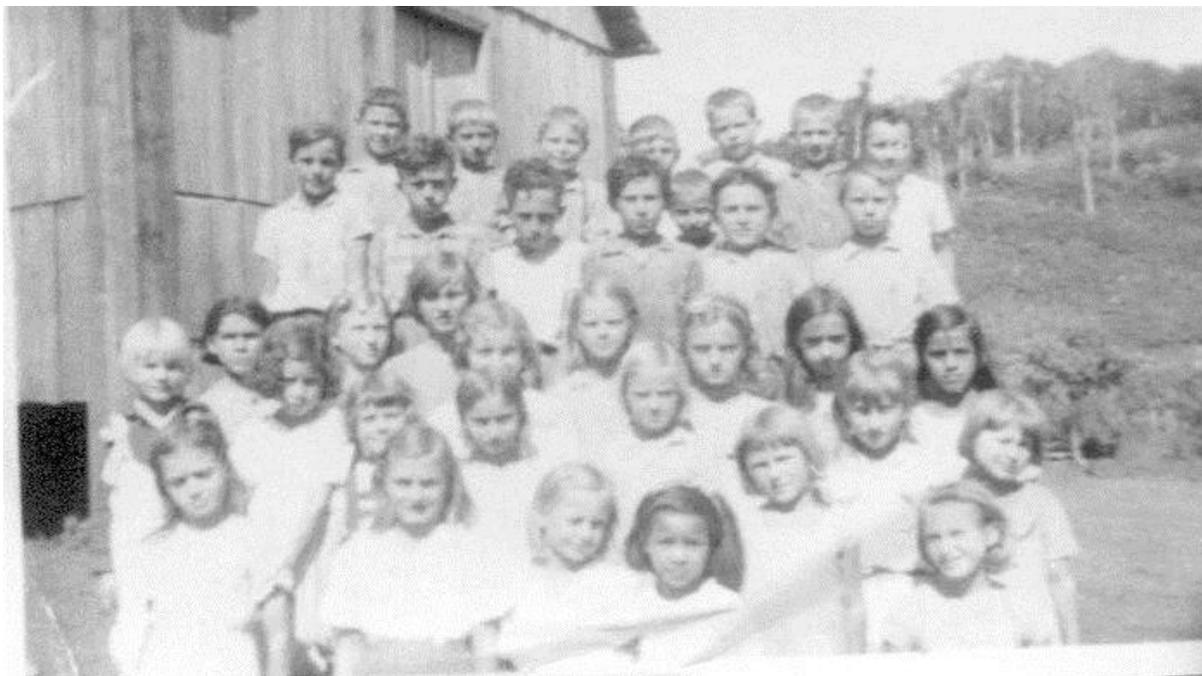
Quanto à disciplina e à organização das salas de aulas, o professor Felix descreveu:

[...] você colocava os alunos em fila lá fora, eles entravam em fila, você chegava rezava com eles uma oração. Puxa! Aquilo era tão bom. Dai você dividia as meninas para um lado, os meninos para outro, as séries também eram separadas nas primeiras cadeiras vinham as primeiras séries, depois as segundas, as terceiras e a quarta série (PADILHA, 2013).

Quanto à disciplina dos alunos em sala de aula, a professora Italina recordou que, não tinha do que reclamar, pois tanto ela como os alunos sabiam que deveriam ocupar o máximo do tempo no ensino/aprendizagem. Eram “[...] *tudo quietos, pois sabiam que tinha que aproveitar o tempo que a professora tinha para dar aula. Então eles faziam perguntas e estudavam o material*” (SCOTTI, 2013).

A fotografia a seguir representa uma turma escolar rural multisseriadas, da comunidade da Barra Bonita do Jacutinga, no início da década de 1950.

**Fotografia nº 27: Escola Barra Bonita – Jacutinga (década de 1950)**



**Fonte:** Acervo Jornal de Beltrão.

Mediante a fotografia, foi possível observar uma turma de escola multisseriada rural, com 34 alunos, e uma clara divisão entre os sexos. Apesar de o ensino não ser diferenciado para meninos e meninas, o professor Felix explicou o porquê desta divisão,

É que na época era assim, era assim na Igreja, em todo lugar era assim, na Igreja também quando você ia, “Deus o Livre” um homem estar misturado com mulher, ou mulher com homem, era pecado, daí então na escola também era assim, não recebia uma instrução que tinha que ser, mas a cultura da época era assim, era essa (PADILHA, 2013).

Por meio dos relatos, foi possível observar esta clara aproximação de valores e culturas instaurados no próprio viver em comunidade. A educação, mesmo com limitações, contribuía para a formação do cidadão (na religião) e o instruía para exercer lideranças na comunidade. As escolas rurais tornaram-se atrativos para os colonos que vinham para a região, pois seus filhos já dispunham de uma escola para a instrução elementar.

Quanto à participação da família na vida escolar dos filhos, o professor Felix pontuou que todos os alunos da comunidade frequentavam a escola, porém, de alguns pais, não havia incentivo.

[...] não havia muito incentivo, porque muitos diziam assim, porque eu fui “burro” também e hoje trabalho na roça, aquela era a história que eles contavam. Mas eles iam, não sei se por indução, ou por compromisso, porque a gente falava muito na Igreja, quando a gente rezava lá com eles, a gente falava assim que os pais tem que mandar os filhos na escola, então eles mandavam (PADILHA, 2013).

O professor Félix ainda destacou a sua relação com as famílias:

Eu gostava muito de ir visitar as famílias, por isso que eu tinha essa amizade, e depois relacionada com a Igreja também, todo mundo ia, se encontrava na Igreja, então brincava e contava histórias juntos, eu ia visitar, ia na casa deles, eles vinham na minha, então havia essa socialização muito boa, era muito bom a gente dar aula, porque não tinha aquela criança de hoje, que é complicado né. Eu já peguei um finalzinho ali de 2003, 2004, 2005, já vi que a coisa era mais... Mas mesmo assim... Eu fui me aposentar aqui no colégio Cristo Rei, porque eu sou do Estado, mas aqui, eu por exemplo, quando eu vim eu trabalhava como supervisor, orientador, esse trabalho assim, não era bem dividido, era uma espécie assim, como dava aula também, mas eu ia buscar criança em casa, eu ia na casa ver o que aconteceu que não veio? Eu cansei de ir na casa deles, conversar com os pais, então eu sempre tive essa relação de companheirismo e amizade com as pessoas (PADILHA, 2013).

Conforme o professor Luiz pontuou, a participação da família era fundamental no processo ensino/aprendizagem. Irene Vieira também destaca o papel da família:

Então na ora de meio dia a gente ia almoçar na casa das famílias. Então eles, entre eles, fizeram uma reunião e combinaram assim, uma semana numa família, na outra semana outra família, então eu conheci todas elas, e a realidade de cada uma. Então assim ficou bem mais fácil você trabalhar com as crianças, por que você sabia, naquela família eles tem essa dificuldade, na outra tem essa, daí naquele período que a gente ficava na hora do almoço, eles iam contando a vida deles para a gente e tal. Daí foi adquirindo esse conhecimento aí ficou mais fácil de trabalhar. E creio assim que foi, eu só saí mesmo por que, claro, daí eu casei, também ficava mais difícil por que tinha a casa, e para você sair e deixar, e, eu morava do lado da escola aqui, daí não tinha sentido sair daqui e ir lá (VIEIRA, 2013).

A fotografia abaixo evidencia o acompanhamento da família na vida escolar dos alunos. Muitos pais, mesmo sem ter a instrução básica, valorizavam os estudos e a aprendizagem dos filhos.

**Fotografia nº 28: Reunião com as mães dos alunos – 1976**

**Fonte:** Acervo pessoal de Irene Vacari.

Alguns pais resistiam em mandar seus filhos para a escola, pois poderiam estar trabalhando na lavoura.

Às vezes faltavam bastante, né, conforme o serviço que eles tinham, as vezes tinha colheita, começava chover ou muito frio, daí eles seguravam os filhos pra cuidar dos irmãozinhos, a gente fazia reunião e colocava né, você tem que mandar, pelo menos 2 horas, depois de 2 horas a gente manda eles fazer o que precisa [...]. Mas daí eles concordavam em mandar o dia todo porque precisa, precisava aprender (VIEIRA, 2013).

A participação da família nas atividades escolares foi de fundamental importância para a instrução recebida nas escolas rurais, tanto na Colônia quanto nas escolas criadas pelo município. Certamente, o apoio dos pais e da comunidade serviu para fortalecer a escola rural, tornando-a acessível a todos e constituindo-se, com o passar do tempo, como parte da comunidade.

A resistência de alguns pais ainda existia. Embora a educação fosse um direito, o filho era o único meio de ajuda na produção agrícola e estudar meio período defasava o trabalho das roças.

#### 4.8 Merenda escolar, limpeza e organização da escola

A merenda escolar foi um dos fatores que mereceu destaque na pesquisa, pois nem sempre os alunos das escolas rurais multisseriadas tiveram o acesso à alimentação na escola. A professora Italina lembrou que, em 1948, quando começou a lecionar, o lanche “[...] *eles traziam, cada um trazia de casa, um pedaço de pão, um pãozinho, o que podia. Muitas vezes eu pedia ou trazia por conta. Então quem às vezes não tinha em casa outros davam, repartiam.*” (SCOTTI, 2013).

Com o passar dos anos, a CANGO passou a ofertar a merenda escolar, conforme relatou o professor Félix:

[...] também vinha o boletim da merenda, que a merenda na época, era assim, era só aquele leite em pó de soja, que eles importavam dos Estados Unidos ainda, que a gente fazia [...], era a CANGO que distribuía, mas a gente tinha que fazer, a escola, então... Era leite em pó, só que era de soja. As crianças não gostavam muito porque eles até traziam de casa uma batatinha assada, um pedaço de pão com mel, com queijo, daí eles misturavam com aquele leite, no fim eles acostumavam, tomavam um pouco, mas não era muito não (PADILHA, 2013).

O leite de soja era ofertado pela Colônia às escolas por ela mantidas. Os alunos nem sempre gostavam do leite, como retratou o professor Félix. O professor também fazia boletins, juntamente com os resumos mensais, descrevendo a quantidade de leite utilizada e quantos alunos foram contemplados com a merenda.

Não, vinha em pacotes, pacotinhos, tipo assim um pacote de dois quilos, daí você lá fazia a medida certa, daí você sabia quantos tomavam a merenda, quantos não tomavam. Tinha que fechar o mês também certinho, eu gastei X de pó de leite e tinha que comprovar que foram X de alunos que tomaram então era muito cuidado assim, nossa a gente tinha um cuidado pra fazer isso. A cada fim de mês, por exemplo, a gente vinha receber, trazia todo aquele movimento, chegava e explicava (PADILHA, 2013).

O professor Félix ainda destacou que ouvia dizer que o leite de soja disponibilizado pela Colônia era importado dos Estados Unidos.

Diziam que vinha dos Estados Unidos. Eu creio que sim, porque eu não tinha lembrança assim de ter no Brasil, não se falava em soja ainda naquela época. A soja apareceu, muito, muito depois mais, hoje o Brasil é um grande exportador de soja (PADILHA, 2013).

Talvez a influência dos Estados Unidos, bem como, de outras empresas norte-americanas, pudesse ter contribuído para se pensar na educação rural que aqui estava se desenvolvendo. Nenhum registro sobre o leite de soja foi encontrado no acervo da CANGO. Não obstante, sabe-se que este leite não foi comprado nas regiões vizinhas, mas sim importado de algum país que tivesse uma alta produção de soja, bem como uma indústria específica para a fabricação de leite deste grão.

As escolas do município também recebiam merenda escolar. Com o tempo, as merendas foram padronizadas, com alimentos não perecíveis, pois existiam muitas escolas sem um lugar adequado para guardá-las. Geralmente, a merenda era distribuída mensalmente ou a cada dois meses.

Em relato, a professora Irene contou como era a organização do professor quanto à merenda escolar e às demais funções desenvolvidas na escola.

Naquele tempo a professora fazia tudo, ela fazia merenda, a gente fazia a merenda na escola, a merenda assim era, a escola como era muito pobre também naquele tempo a gente não, quando eu cheguei lá não tinha fogão não tinha nada na escola, é, tinha uma parte um quartinho que era para ter a cozinha, e o que a gente fez comprou primeiro então um “liquinho”, aquele liquinho que usavam, aquele pequenininho, nem sei como a gente diz, mas aquele só uma boca e tinha uma panela então a gente fazia, tempo que vinha o leite, a gente fazia o leite para eles toma, e outras vezes fazia sopa, ai colocava os legumes e também vinha e depois começou a vir assim uma sopa pronta que a gente fazia também. Então era aquela correria, você entrava na sala, dava atividade para as crianças e tudo, voltava correndo lá dava uma olhadinha na sopa se não estava queimando lá e tal (VIEIRA, 2013).

Pelo relato da professora Irene, fica evidente que os professores preparavam a merenda enquanto davam aula. Não havia outra pessoa que fizesse este trabalho, bem como as funções gerais da escola.

Com o passar dos anos, pelo apoio efetivo do Município, a questão da merenda foi resolvida e melhorada. Hoje, o município tem um acompanhamento nutricional, substituíram-se os enlatados por frutas e verduras frescas, que são distribuídas nas escolas diariamente.

Na mesma perspectiva da merenda escolar, a limpeza e organização da escola também dependiam dos serviços dos professores. Quanto à questão de limpeza, o professor Félix explicou como distribuía o serviço da limpeza e organização na sua escola:

[...] a gente tinha aula no sábado antes do meio dia, daí a gente dava aula até a hora do recreio, depois nos fazíamos a limpeza e eles faziam com tanto gosto sabe, você dizia: - Vamos varrer o pátio. Então achava as vassouras no mato, tinha umas vassouras perto lá, daí eles cortavam e uma turma varria e uns maiores e as meninas maiores vinham esfregar a sala de aula, era de tábua bruta ainda, mas elas esfregavam tanto que no fim deixavam branquinho. Quando chegou o fim do ano, sai de lá estava lisinha aquelas madeiras de tanto elas esfregarem, as carteiras também. E eu orientava eles que eu queria fazer concurso de quem teria no final do ano a carteira mais limpa, então cada um cuidava, eles traziam até uma lixinha de casa e lixavam a carteira, se derramava um pinguinho de tinta eles limpavam (PADILHA, 2013).

Os alunos também ajudavam nos afazeres da escola, principalmente com a limpeza e a organização, conforme a professora Italina destacou:

Eles faziam limpeza. Eles ajudavam quando viam que não tinha outra. - Não podemos dar uma mão? - Pode, por que não? Eu agradecia e tudo. Imagina só se a gente não precisava de uma pessoa que vinha se oferecer. Fazer isso todo dia não é tudo que fazem isso, e teve umas quantas que fez isso, faziam, pediam pra ajudar, daí a gente mandava, faça isso, faça aquilo, que ta bom, todo dia vocês dão uma mão aqui outra ali ou lá, já é uma boa, mas foi uma beleza (SCOTTI, 2013).

É certo que os serviços de limpeza e organização do espaço escolar se constituíam, também, de momentos educativos, visto que o trabalho é um dos principais elementos socializantes e é necessário para que a educação de fato se efetive. Além disso, as crianças na época realizavam os serviços caseiros desde cedo, ou seja, eram acostumadas a fazer em casa. Para os alunos, provavelmente, a atividade se constituía em momento de recreação. Essa característica do trabalho praticado pelos alunos em prol da sua escola apareceu em praticamente todas as entrevistas. Não havia uma discriminação entre meninos e meninas, todos ajudavam.

Luiz Bedin destacou: “[...] *na limpeza a gente tirava um ou dois alunos [...] nós mesmos fazíamos a limpeza da escola.*” A professora Irene ainda pontuou que “os alunos ajudavam na limpeza na sala também eram os professores e os alunos a gente faziam tudo junto, que não tinha outra pessoa” (VIEIRA, 2013).

Ressalto que esta prática era desenvolvida nas escolas rurais multisseriadas primárias, visto que os professores precisavam distribuir e organizar os trabalhos escolares, ao mesmo tempo em que davam conta dos conteúdos organizados para cada série. Com o processo de nuclearização das escolas multisseriadas, esta prática foi extinta, já que as funções dentro da escola foram separadas e hierarquizadas, sendo o

professor responsável apenas pelo trabalho em sala de aula. Passou a ficar isento das funções de secretaria, merenda e limpeza.

A professora Irene Vieira acrescentou: “[...] *eu fui professora, catequista, médica, dentista... eles tinham dentes para arrancar, a mãe não podia, a professora arrancava. E cabeleireira ainda, cortar o cabelo dos alunos e matar os piolhos. E se machucavam a gente tinha que fazer curativos*” (VIEIRA, 2013). Está claro que os professores das escolas rurais fizeram bem mais que um trabalho pedagógico nas escolas que lecionaram. Exerceram funções para as quais não haviam sido contratados. Nas entrevistas, deixaram transparecer que desempenhavam o trabalho com vontade e gosto. A escola era parte integrante de suas vidas.

## CONSIDERAÇÕES

Ao longo do trabalho, pude perceber as relações estabelecidas entre os fatores sociais, históricos, políticos, econômicos e a educação desenvolvida no período de 1948 a 1981, em Francisco Beltrão. As fontes primárias e os relatos orais foram de suma importância para entender todo este processo histórico educacional, pelo qual o município de Francisco Beltrão viveu.

Na região poucas pesquisas foram desenvolvidas na área de educação primária rural no Paraná, a escola ainda possui seus mistérios quanto sua constituição, manutenção e desenvolvimento. Estudar a história da educação regional e suas peculiaridades é contribuir com uma parcela significativa, para o entendimento da história da educação geral. Desta forma, procurei compreender a educação primária rural desenvolvida em Vila Marrecas e posterior em Francisco Beltrão, através de suas características próprias, articuladas ao desenvolvimento social, econômico e político. Porém não alheia ao contexto geral, concebido a nível nacional e estadual da escola rural no período delimitado.

A intenção da pesquisa foi compreender as peculiaridades da constituição destas escolas, as necessidades pujantes do povo, que aqui estabeleceu sua morada, as dificuldades encontradas, tanto estruturais como pedagógicas em cada período estudado. Compreender primordialmente o conceito de terra estabelecido no Sudoeste do Paraná, por meio da remota ocupação feita pelo caboclo e o índio, anterior a década de 1940, quando ocuparam a terra por meio da posse, trabalhando-a de acordo com suas técnicas de produção agrícola. Ficou evidente que a terra e os recursos que aqui dispunha se constituíram nas primeiras razões para que se efetivasse a colonização. Quando os migrantes, principalmente os sulistas, começaram a chegar, trouxeram outras técnicas de produção, desenvolvidas e conhecidas na região sul.

O “choque” cultural com os sulistas afastou o caboclo ainda mais para o interior. Naquele período, a instrução não era um elemento importante para o caboclo e também não era difundida no interior do Brasil. Por quê? Ainda não se tinha a educação rural como um fator que corrobora para “hegemonizar” políticas e defender interesses, e ainda, as discussões e políticas sobre este ensino não conseguiam chegar até o interior do Brasil.

O mérito para o início da instrução primária na região estudada foi da CANGO, que construiu, a partir de 1948, na Colônia, escolas primárias rurais multisseriada, que passaram a instruir os filhos dos posseiros. O papel da CANGO foi primordial na acolhida, fixação e formação deste migrante, que vinha de diferentes regiões do Brasil. O auxílio no preparo e cuidado com a terra, a doação dos lotes de terras, as ferramentas, sementes e orientações sobre a produção e o preparo da terra, foram fundamentais para assentar estes posseiros dando-lhes as primeiras condições para se desenvolverem a partir do uso da terra, por meio do seu trabalho.

A pesquisa revelou que a CANGO havia estruturado sua organização de ensino primário, por meio de normas rígidas para professores e alunos. Os relatos dos professores que lecionaram nas escolas primárias da CANGO, Prof.<sup>a</sup> Italina, Prof.<sup>a</sup> Alba e Prof. Felix, foram de suma importância para compreender e articular as fontes documentais encontradas, desvendando o real. As aproximações feitas, em relação as escolas mantidas e construídas pela CANGO, e o ensino prestado naquele momento histórico, desconstróem algumas informações que foram sustentadas historicamente em Francisco Beltrão, como a quantidade de escolas criadas pela Colônia e a primeira professora a lecionar nessas terras. Ainda: como eram feitas as construções destas escolas primárias pela Colônia, a metodologia e o material didático utilizados, os auxílios escolares prestados aos filhos dos colonos, a avaliação, a merenda, a formação dos professores, o ensino multisseriado ofertado nas escolas dentre outros, que ainda não se tinha conhecimento ou ninguém havia articulado a pesquisa.

Até então, era o Estado, com o apoio dos municípios responsável para organização da educação primária, inclusive a rural, fato que não era visível no município, enquanto era Vila no município de Clevelândia. O fato da CANGO abrir as primeiras escolas, contratar professores e organizar seu próprio “sistema de ensino”, permitiu a diminuição do analfabetismo na região. Na época as construções escolares não eram precárias, pois eram feitas de madeira nobres serradas nas serrarias da própria Colônia, e os materiais disponibilizados segundo os relatos dos professores e documentação consultada, eram os de melhor qualidade para a época. E a CANGO foi precursora da educação rural no município, possibilitando aos filhos dos colonos o acesso a educação, que a até então lhes era “negado”, mesmo que fosse garantido na Constituição. Foi mediante ao assentar da Colônia e o usufruir dos benefícios prestados, que o colono percebeu sua importância, enquanto sujeito social.

Contudo, a reviravolta na questão fundiária, gerada a partir da instalação das companhias imobiliárias na região (1951), a fim de conseguir lucros com a venda das terras causou um estranhamento e embaraços políticos e econômicos que estavam em jogo, de um lado posseiros assentados pela CANGO, trabalhando a terra para sua subsistência e de outro as companhias questionando o direito sobre da terra, que já tinha sido distribuída.

Desta forma, entraram em choque, o Governo Federal através de seus órgãos de colonização (CANGO) e o Estado do Paraná, questionando a posse das terras “devolutas” pertencentes ao Estado. Todos os autores estudados frisam a participação do governador Moisés Lupion veiculado ao Grupo Lupion na organização e delineação dos objetivos das companhias, principalmente a CITLA. Os impasses e conflitos gerados em torno da luta pela posse da terra só foram cessados mediante o levante armada dos próprios posseiros, tanto os pertencentes a Colônia, quanto os moradores que estavam na zona urbana de Francisco Beltrão. Este movimento social organizado motivou a expulsão das companhias da região.

Quanto aos interesses educacionais provenientes do município a partir de sua emancipação (1952) enfatizo que, para delinear e aprofundar as questões documentais levantadas, os relatos dos professores que lecionaram no período foram fundamentais. As articulações feitas na pesquisa em relação ao ensino primário efetivado pelo município a partir de sua emancipação revelaram questões primordiais para o entendimento da educação até o início da década de 1980, onde se delimitou a pesquisa.

O município de Francisco Beltrão, com sua baixa arrecadação nos anos iniciais de sua fundação estava impossibilitado de implantar escolas primárias, as que existiam era mantidas pela Colônia. Para que as escolas primárias fossem construídas e atendessem a demanda escolar existente, que a Colônia não conseguia suprir, o prefeito pediu auxílio às comunidades, por meio da doação do trabalho e do material, competindo a prefeitura o pagamento dos professores. Com a ajuda das comunidades a educação primária se tornou realidade em praticamente todas as comunidades.

No período, a maioria dos professores rurais eram membros das próprias comunidades, leigos, sem materiais didáticos para o ensino, sem método e didática de ensino e muito menos se tinha um currículo elaborado. Mesmo assim, eles fizeram o possível para que a educação se efetivasse em cada sala de aula. Na década de 1950, o município construiu 32 escolas com a ajuda da comunidade. Com as 27 escolas

transferidas pela Colônia, ao final da década de 1950, o total de escolas mantidas pelo município de Francisco Beltrão era de 59 escolas.

A partir da década de 1960, o município já estava organizado e passou a prestar serviços educacionais nas escolas rurais e aos professores, como: a formação dos professores, orientações da prática pedagógica, organização do currículo mínimo, já com as orientações propostas pelo Estado; distribuição de material didático, como cartilha, cadernos, lápis, oferta da merenda escolar, enfim tomando a iniciativa na manutenção das escolas rurais multisseriadas.

Naquela década, o homem do campo tornou-se instrumento efetivo de luta e buscou conquistar espaços que até então à cidade o negava. As escolas rurais, entre as décadas de 1960 a 1980, estavam em funcionamento em todas as comunidades do interior de Francisco Beltrão, e eram em número maior que da cidade. A zona urbana possuía escolas seriadas, os chamados “grupos escolares”, na zona rural alguns distritos faziam a experiência de classes seriadas, porém as distribuídas nas comunidades eram todas multisseriadas e unidocentes.

O GETSOP teve papel fundamental no processo de regularização da propriedade fundiária tornando os posseiros donos efetivos das terras onde moravam. O GETSOP também deu início a uma nova fase na organização agrícola, ao garantir a posse da terra, permitiu a fixação do homem no campo e fatores que se destacavam no cenário rural de Francisco Beltrão, o que o levou a mudar alguns hábitos de produção e trabalho com a terra, assim se iniciou o processo de mecanização agrícola.

Com a legítima posse da terra, a partir da década de 1960, o homem do campo se viu instigado socialmente a mudar suas técnicas de produção, a produzir mais, para vender o excedente. Essa nova fase marca a efetiva entrada do capital no campo, mudando a estrutura econômica e agrícola dos pequenos agricultores, o chamado “modernização da agricultura”.

A “modernização da agricultura” era uma das metas do GETSOP, para a região se desenvolver era necessário superar as técnicas rudimentares de trabalho com a terra, ainda presentes nas práticas dos pequenos agricultores. Era preciso estimular financiamentos visando adquirir “pacotes agrícolas”, tudo elaborado para que o agricultor plantasse, o que era necessário para a economia, e não o que ele tivesse vontade. As sementes não poderiam ser mais crioulas e a mão de obra na lavoura precisava ser substituída pelas máquinas agrícolas. Nesse cenário grande contingente de agricultores não conseguiram mais se manter no campo, ocasionando um exacerbado

êxodo rural na região. Sem condições de pagar seus financiamentos, feitos junto aos bancos via crédito agrícola, o homem do campo vendeu suas terras e foi para a cidade exercer o trabalho assalariado.

Frente essa nova realidade, o que aconteceu com as escolas rurais multisseriadas? Elas sofreram drasticamente com essa mudança social e econômica do campo. Com a redução das famílias, comunidades desapareceram e, conseqüentemente as escolas foram fechando por falta de alunos, ou por pressões dos gestores, argumentando economia dos gastos públicos.

Em 1981, com o decreto nº 365, o prefeito legitimou 92 escolas pertencentes ao meio rural, criadas entre os anos de 1952 a 1978, como sendo responsabilidade do Município. A nuclearização<sup>96</sup> foi a fusão de diversas escolas multisseriadas, em um núcleo escolar pré-estabelecido mais próximo, a prefeitura disponibilizou transporte aos alunos. Os alunos das escolas nuclearizadas foram alocados em escolas mais próximas.

A escola rural sofreu influência significativa desta política de “modernização” da agricultura e da entrada efetiva do capital industrial no campo. Com isso, as pessoas começaram a sair do campo em busca de alternativas rentáveis no trabalho assalariado, pois não conseguiriam se manter em suas pequenas propriedades. As famílias que antes eram de número expressivo, se reduziram, antes se necessitava de mão-de-obra para o trabalho na lavoura, com a “modernização” o trabalho humano foi reduzido. As pequenas comunidades desapareceram e conseqüentemente as escolas também. Com a redução de famílias e comunidades, houve a redução de alunos das escolas rurais multisseriadas, a partir da década de 1980, em Francisco Beltrão e em toda a região.

Percebo a existência desses três períodos distintos dentro do recorte temporal estudado. O primeiro com a organização cabocla e suas técnicas de trabalho com a terra, manejo e produção, baseada em uma produção de subsistência; O segundo a migração intensa sulista ocorrida no fim da década de 1940 até início da década de 1960, junto deles vieram técnicas próprias de trabalho com a terra, agricultura, costumes e cultura, mudando significativamente a configuração dessas terras, firmadas pela Colônia; e um terceiro momento, pautado em políticas de crédito agrícola, que visavam melhorias as

---

<sup>96</sup> O processo de Nuclearização, observado mediante a documentação em Francisco Beltrão, não aconteceu de forma harmônica, as comunidades, os pais e os professores lutaram para que a escola não saísse da comunidade. Porém o mantimento estrutural e pedagógico de uma escola rural multisseriada de 5 a 10 alunos não era viável para o modelo social educacional construído no período. A sociedade e os cofres públicos exigiam uma escola seriada, com professores capacitados para ensinar o que a sociedade necessitava no momento.

técnicas agrícolas, a “modernização” da agricultura, “Revolução Verde” e “Pacotes Tecnológicos”.

A educação primária, que aqui se instituiu primeiramente com a CANGO e depois com o município revelou que, apesar de Francisco Beltrão ser uma pequena cidade, com dificuldades financeiras, priorizou a educação, construiu escolas, mesmo que os professores não tivessem a melhor formação - como os professores que se encontravam na capital do estado – tais professores foram contratados para atender às comunidades (cuja maioria deles pertencia), para que efetivassem a instrução básica, que minimizassem o analfabetismo do município, concentrado na zona rural. Os alunos não foram até a escola, mas a escola foi até os alunos.

Os professores primários tiveram papel fundamental na estruturação das escolas rurais. Foi a partir dos relatos, que foi possível compreender as escolas dentro de suas especificidades de funcionamento. Com o passar dos anos, o município pode investir em formação pedagógica, materiais didáticos, merenda escolar, estruturar o currículo e a forma de organizar a avaliação a partir da legislação.

Esta pesquisa se propôs a contribuir para a história da educação regional. Algumas lacunas permanecem abertas, carecendo de novos estudos para elucidá-las, tais como: o trabalho desenvolvido pelo GETSOP, no que se refere o auxílio educacional prestado na região; sobre a Escola Normal Regional e Estadual que aqui se instalou formando professores; sobre a Educação Popular, efetivada por movimentos sociais e a ASSESSOAR – ECAS (Escolas Comunitárias de Agricultores) e EFAS (Escolas Familiares de Agricultores) dentre outros.

Enfim, cabe aqui salientar, que posterior a década de 1980 as escolas rurais primárias seguiram o movimento oposto, ou seja, entraram em uma fase de extinção, não somente em Francisco Beltrão, mas em todo Sudoeste do Paraná. Enquanto nas décadas anteriores houve um aumento significativo na construção e disseminação das escolas rurais multisseriadas, a partir desta década as escolas passaram a ser fechadas e “nuclearizadas”, nos quais foram agrupadas as escolas próximas. Tenho a pretensão de investigar o processo de nuclearização das escolas rurais futuramente.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIAS

ABROMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.

ALVES, Fabio Lopes e GUARNIERI, Ivanor Luiz. **A utilização da Imprensa escrita para a escrita da história**. Diálogos contemporâneos, Maringá, S/A.

BEDNASKY, Casimiro. **Frederico Bednasky: vereador e pioneiro de Francisco Beltrão**. Cantorias do Casimiro. 1ª edição. Francisco Beltrão: JdeB, 2013.

BOF, Alvana Maria (org). **A educação Rural no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural: Traços e trajetórias. In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria N. (Coords). **Educação e Escola do Campo**. Papirus. São Paulo: 1993.

CASTANHA, André Paulo. **Edição Crítica da Legislação Educacional Primária do Brasil Imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Francisco Beltrão: UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013a.

\_\_\_\_\_. Retornar às Fontes: desafios aos estudos históricos-educativos. In: SILVA, João Carlos da. **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013b.

COSTA, Reginaldo Rodrigues. **A capacitação e aperfeiçoamento de professores que ensinam matemática no estado do Paraná 1971 – 1982**. Universidade Federal da Paraíba – IX Seminário de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil” – Anais Eletrônicos, 31/07 à 03/08/2012. Paraíba, 2012.

CURY, Carlos R. J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo, SP: Cortez, 1985.

DAMASCENO, Maria Nobre e BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre a educação rural no Brasil: estado da arte e perspectiva**. Universidade Federal do Ceará. Educação e pesquisa. V. 30, n.1, p. 73-89, jan./abr. São Paulo, 2004.

DANIELI, João Paulo. **Educação do campo e movimentos sociais no Sudoeste do Paraná: lutas, redes e alguns apontamentos históricos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2014. 219p.

DUARTE, Valdir P. **Escolas Públicas no campo: problemáticas e perspectivas**. Grafit. Francisco Beltrão, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Editora Chain. Curitiba, 1988.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho A Guareschi, Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba – PR. Criar, 1987.

IBGE. **Censo Agrícola 1960: Paraná e Santa Catarina**. Rio de Janeiro. IBGE, 1967.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico – Paraná – 1970**. Rio de Janeiro. IBGE, 1967.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico – Paraná – 1980**. Rio de Janeiro. IBGE, 1983.

IPARDES. **Imagens Estatísticas do Paraná**. Fundação Edilson Vieira. Curitiba, 1990.

JÚNIOR, Alvaro F. de Britto e JÚNIOR, Nazer Feres. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos**. Evidência. Araxá. Vol. 07, n 07, p. 237-250, 2011.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25 ed. Editora Brasiliense, 2005.

LAPUENTE, Janaína Soares Martins. **Cadernos de aula: o “método da abelhinha” nas linhas e entrelinhas da história da alfabetização em pelotas/RS**. Artigo Publicado na ANPED SUL, UNIVALI – Itajaí/SC, 22 a 25 de Junho de 2008.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense**. 2ª ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo, Cortez, 1999.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho A Guareschi, Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

MACHADO, Gilnei. **Implicações paisagística do Progresso de Evolução urbana em Francisco Beltrão/PR**. In: Revista faz ciência – Unioeste. Volume 15, nº 21 jan/jun. Francisco Beltrão, 2013.

MACHIO, Elaine C. Falcade. **A Escolarização dos Imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba: entre táticas e estratégias (1875-1930)** (Tese de doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MADER, Othon. **A Rebelião agrária do Sudoeste do Paraná: Separata de dois discursos pronunciados no Senado Federal em 6 e 9 de dezembro de 1957 pelo Senador Othon Mader**. Rio de Janeiro, 1958.

MARTINS, Rubens S. **Entre Jagunços e Posseiros**. 1ª ed. Curitiba: 1986.

MARX, Karl. **Contribuição á critica da economia política**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas Ltda. 1979.

MAIA, Eny Marisa. **Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 anos**. Em Aberto. Brasília, INEP, p. 27 – 33, 1982.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região sudoeste ao longo do século XX**. Revista Brasileira de Estudos de População. Vol. 28. Ano 01, p. 103-131. São Paulo Jan./Jun. de 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982011000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982011000100006&script=sci_arttext). Acesso: 15/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão – Paraná**. (Dissertação de Mestrado). Dourados, Mato Grosso do Sul, 2009.

NETTO, Jose P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORR, David W. **Lugar e pedagogia**. São Paulo: Cultrix, 2005.

PEGORARO, Ivo. **Sudoeste Político**. Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e deputados do Sudoeste do Paraná, de 1879 a 2010. Sudoeste em Livros nº 04. Francisco Beltrão, PR: Jornal de Beltrão, 2010.

POLI, Jaci. **Da posse para a Propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962 – 1973)**. Dissertação Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

PREFEITURA Municipal de Francisco Beltrão. **Álbum histórico: 1951 a 1967**. Pato Branco: Gráfica Razão, 1967.

\_\_\_\_\_. **Integração social 3ª série: o município**. Administração Guiomar Jesus Lopes, Departamento de Educação e Cultura. Francisco Beltrão: Grafisul, 1986.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira de. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Prefacio Prof. Francisco Iglésias, 37ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Roseli A. **O processo de Modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Tese de Doutorado em Geografia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930 – 1960)**. História Educação (online), v.18, n° 43, maio/ago. p. 71-91. Porto Alegre, 2014.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. 2ª ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

## FONTES DOCUMENTAIS

ASSESOAR. **Estatuto**. Curitiba 17 de outubro de 1966.

BELTRÃO, Francisco. **Relação de Escolas rurais municipais de Francisco Beltrão**. Secretária Municipal de Educação. Francisco Beltrão, 10 de dezembro de 1997.

\_\_\_\_\_. Lei n° 279. **Autoriza o executivo a firmar convênio com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA)**. Francisco Beltrão, 13 de março de 1969.

\_\_\_\_\_. **Atas Escolares finais de 1968**. Secretaria de Educação. 2013.

\_\_\_\_\_. **Atas Escolares finais de 1969**. Secretaria de Educação. 2013.

\_\_\_\_\_. **Atas Escolares finais de 1975**. Secretaria de Educação. 2013.

\_\_\_\_\_. **História do Município**. Site Oficial da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Disponível em: <http://franciscobeltrao.pr.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso: 18/11/2012.

BOLETIM, Escolar. **Gilberto Cattelan**. Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Escola Duarte da Costa, Professora Elena Bednaski, Francisco Beltrão, 1ª série, 1970,

\_\_\_\_\_. **Gilberto Cattelan**. Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Escola Duarte da Costa, Professora Eva Bednaski, Inspetora: Amália Marafon. Francisco Beltrão. 3ª série, 1972.

\_\_\_\_\_. **Gilberto Cattelan**. Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Escola Duarte da Costa, Professora Zofia Gomes Biuaski. Inspetora: Neiva T. Barbieri. Francisco Beltrão, 4ª série, 1973.

\_\_\_\_\_. **Noeli Nogueira**. Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Escola Carlos Gomes, Professora Carolina Teles Lemos, Francisco Beltrão, 3ª série, 1975.

BRASIL. Decreto n.º 35.519 de 19 de maio de 1954. **Aprova o regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35519-19-maio-1954-327426-retificacao-58855-pe.html>. Acesso: 03/06/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 51.431 de março de 1962. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pela Assembleia Constituinte**. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 02/04/2014

\_\_\_\_\_. Decreto – Lei Nº 5.941 de 28 de outubro de 1943. **Cria a Colônia Agrícola Nacional “Dourados”, no território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 03/06/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto – Lei Nº 6.882 de 19 de junho de 1941. **Cria a Colônia Agrícola Nacional de Goiás.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declet/1940-1949/decreto-6882-19-fevereiro-1941-333219-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 03/06/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 51.431 de março de 1962. **Cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declet/1960-1969/decreto-51431-19-marco-1962-391358-norma-pe.html>. Acesso: 11/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto – Lei Nº 2.009 de 09 de Fevereiro de 1940. **Dá nova organização aos núcleos coloniais.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2009-9-fevereiro-1940-411911-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 03/06/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de Janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 07/04/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de Janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Normal.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 07/04/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de Agosto de 1946. **Lei Orgânica do Ensino agrícola.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 07/04/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 50.379. **Desapropriação a gleba “Missões” e parte da gleba “Chopim” situadas na faixa da fronteira, no Estado do Paraná.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declet/1960-1969/decreto-50379-27-marco-1961-389943-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 11/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 50.494 de 25 de abril de 1961. **Determina regime de urgência para a desapropriação por utilidade pública, decorrente do Decreto nº 50.379, de 27 de março de 1961, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declet/1960-1969/decreto-50494-25-abril-1961-390330-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 03/06/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto – Lei Nº 3.059 de 14 de Fevereiro de 1941. **Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais.** Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 03/06/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 3.365 de junho de 1941. **Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3365-21-junho-1941-413383-norma-pe.html>. Acesso: 11/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 51.548 de 25 de junho de 1962. **Dispõe sobre o exercício por militares, da função de membro do Grupo Executivo de que trata o Decreto n. 51514, de 25 de junho de 1962.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51548-6-setembro-1962-390986-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 03/06/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 73.292 de dezembro de 1973. **Extingue o Grupo Executivo Para as Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73292-11-dezembro-1973-422108-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 11/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 39.364 de 13 de Junho de 1956. **Regulamenta o art. 7º da Lei nº 2.163 de 5 de janeiro de 1954 e dá outras providências.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39364-13-junho-1956-332130-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 03/06/2014.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial da União. Seção 1. 13 de novembro de 1945 (p. 55). Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2558862/pg-55-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-13-11-1945>. Acesso: 03/06/2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.417 de 12 de maio de 1943. **Cria a Colônia Agrícola Nacional “General Osório”, no Estado do Paraná.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12417-12-maio-1943-450906-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 11/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.163 de 5 de Janeiro de 1954. **Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1954/2163.htm>. Acesso: 03/06/2014.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 488 de 15 de novembro de 1948. **Dispõe sobre o pagamento de vencimento, remuneração ou salário do pessoal civil e militar da União.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/L0488.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0488.htm). Acesso: 03/06/2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes de bases da Educação Nacional.** Rio de Janeiro, 1961.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>. Acesso: 11/07/2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937:** decretada pelo Presidente da República em 10.11.1937. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pe.html>. Acesso: 07/04/2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 07/04/2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-norma-pl.html>. Acesso: 07/04/2014.

CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório). **Relatório dos custos para a construção do Grupo Escolar.** S/N.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Ensino Primário.** Ministério da Agricultura. Marrecas, 15 de janeiro de 1951.

FRANCISCO BELTRÃO. **Antropologia Visual de Francisco Beltrão: Resgate Histórico Fotográfico 1940 – 1970.** Calgan Editora Gráfica. Francisco Beltrão, 2012.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Atos oficiais n° 1. **Noticiário: Escolas Municipais, Cemitério Municipal, lei n° 31 que aprova o Capítulo 1° do Código Municipal de Posturas e respectivas tabelas.** Francisco Beltrão: Tipoart, Julho de 1954.

\_\_\_\_\_. Decreto n° 365 de 27 de outubro de 1981. **Ratifica os atos de criação de estabelecimentos escolares e sua respectiva denominação.** Francisco Beltrão, 1981.

FUNDEPAR (Fundação Educacional do Estado do Paraná). **E os recursos Humanos para o desenvolvimento.** O Ensino Normal no Paraná. Curitiba, 1969.

BRASIL. Ministério Da Agricultura. **Comunica designação. Ofício n° 99.** Cango, 1950.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Ficha n° 1, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia.** CANGO, 1948.

\_\_\_\_\_. Ficha n° 2, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia.** CANGO, 1948.

\_\_\_\_\_. Ficha n° 3, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia.** CANGO, 1948.

\_\_\_\_\_. Ficha n° 13, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia.** CANGO, 1948.

\_\_\_\_\_. Ficha n° 14, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia.** CANGO, 1948.

\_\_\_\_\_. Ficha n° 19, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia.** CANGO, 1948.

\_\_\_\_\_. Ficha n° 20, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia.** CANGO, 1948.

\_\_\_\_\_. Ficha n° 22, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia.** CANGO, 1948.

\_\_\_\_\_. Ficha n° 23, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia.** CANGO, 1948.

\_\_\_\_\_. Ficha n° 24, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia.** CANGO, 1948.

- \_\_\_\_\_. Ficha nº 29, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 31, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 33, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 34, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 36, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 37, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 41, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 42, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 47, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 48, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 50, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 53, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 54, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 55, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 59, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 60, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 61, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 62, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 63, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 68, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 69, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 70, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 74, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 75, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. Ficha nº 79, **cadastro dos alunos ingressos na Colônia**. CANGO, 1948.
- \_\_\_\_\_. **Resumo mensal das escolas**. CANGO, 1951.

\_\_\_\_\_. **Convite de encerramento do ano letivo.** CANGO, 1951.

\_\_\_\_\_. **NÚCLEO COLONIAL GENERAL OSÓRIO. Guia nº 46. Escola nº 03. Professora Maria Basso Delani.** Francisco Beltrão, 27 de fevereiro de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 58. Escola nº 14. Professora Neley Viera Pacheco.** Francisco Beltrão, 27 de fevereiro de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 62. Escola nº 12. Professora Erides Amalia Tiecher.** Francisco Beltrão, 29 de fevereiro de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 63. Escola nº 01. Irene de Freitas.** Francisco Beltrão, 01 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 64. Escola nº 02. Professora Olga Batista.** Francisco Beltrão, 01 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 65. Escola nº 19. Professora Clotilde Tolomioti Claudio.** Francisco Beltrão, 01 de março 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 73. Escola nº 09. Professor Felisberto Silveira.** Francisco Beltrão, 05 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 75. Escola nº 06. Professora Ana Alzira Paraná de Barros.** Francisco Beltrão, 05 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 76. Escola nº 16. Professor Palotino Honorato Teixeira.** Francisco Beltrão, 05 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 80. Escola nº 10. Professora Teresa Zaleski Zilli.** Francisco Beltrão, 06 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 82. Escola nº 25. Professora Maria de Lourdes Jansson.** Francisco Beltrão, 07 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 85. Escola nº 11. Professora Ana Bonin.** Francisco Beltrão, 07 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 86. Escola nº 26. Professora Olmira Maria Tiecher.** Francisco Beltrão, 8 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 87. Escola nº 13. Professora Julia Cheis da Silveira.** Francisco Beltrão, 08 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 93. Escola nº 24. Professora Adulia Maria Mertsel.** Francisco Beltrão, 16 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 94. Escola nº 04. Professora Teresinha de Jesus Castro Pereira.** Francisco Beltrão, 16 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 95. Escola nº 05. Professora Sibila Barreto Om.** Francisco Beltrão, 16 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 96. Escola nº 22. Professora Teresinha Paganin Cella.** Francisco Beltrão, 16 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 103. Escola nº 13. Professora Julia Cheis da Silveira.** Francisco Beltrão, 26 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 104. Escola nº 15. Professor Gregorio Junkes.** Francisco Beltrão, 27 de março de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 108. Escola nº 20. Professor Ilvan Olm.** Francisco Beltrão, 02 de abril de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 113. Escola nº 14. Professora Nelay Viana Pacheco.** Francisco Beltrão, 03 de abril de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 130. Escola nº 27. Professor Gregorio Helman.** Francisco Beltrão, 10 de abril de 1956.

\_\_\_\_\_. **Guia nº 179. Escola nº 15. Professo Felix Padilha.** Francisco Beltrão, 16 de maio de 1956.

\_\_\_\_\_. **Seleção nominal e numérica do pessoal do Núcleo Colonial, para o exercício de 1956.** 14 de abril de 1956.

\_\_\_\_\_. **Seleção nominal e numérica do pessoal do Núcleo Colonial, para o exercício de 1955.** 02 de setembro de 1955.

\_\_\_\_\_. **Assistência escolar: Boletim do primeiro trimestre de 1956.**

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 06. Exonera por medida de compressão de despesa, as professoras e professores abaixo mencionados.** Administrador: Odavi Alves. 4 de janeiro de 1957.

\_\_\_\_\_. **Questionário Escolar.** 1956.

\_\_\_\_\_. **Orçamento para a construção de grupo Escolar – Padrão “A”.** Administrador: Glauco Olinger. S/A.

PARANÁ, Assembleia Legislativa do. **Lei nº 790. Dispõe sobre a Divisão administrativa do estado no quinquênio de 1.952 á 1.956.** Curitiba: Palácio do Governo, 14 de novembro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Secretária de Educação e Cultura. A educação no Paraná: 1964: Relatório apresentado ao excelentíssimo Senhor Governador do Estado, pelo Secretário de Educação e Cultura.** Professor Vespero Mendes, Curitiba, 1964.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial do Estado do Paraná. Atos Oficiais nº 217. Regulamenta a Lei nº 790, 14 de novembro de 1951.** Curitiba de 27 de novembro de 1951, p. 09.

\_\_\_\_\_. Estado. Sistema Estadual de ensino. Lei Nº 4.978 de 05/12/64. **Estabelece o sistema estadual de ensino**. Palácio do Governo: Curitiba, 1964.

\_\_\_\_\_. Estado. **O ensino primário no Paraná**: Nova Seriação e programas para os grupos e casas escolares. Decreto nº 10.290 de 13/12/1962, que dispõe sobre o ensino primário no estado. Portaria nº 109/63, que aprova os programas de ensino para os grupos e casas escolares. Nº 09 Sec. Da Educação e Cultura. 1963.

\_\_\_\_\_. Estado. **O ensino primário no Paraná**: Nova Seriação e programas para as escolas isoladas. Decreto nº 10.290 de 13/12/1962, que dispõe sobre o ensino primário no estado. Portaria nº 110/63, que aprova os programas de ensino para as escolas isoladas. Nº09 Sec. Da Educação e Cultura, 1963.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. Por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura. **Governador Bento Munhoz da Rocha Neto**. Curitiba – Paraná, 1951

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. Por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1956. **Governador Moysés Lupion**. Curitiba – Paraná, 1956.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. Por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1958. **Governador Moysés Lupion**. Curitiba – Paraná, 1958.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. Por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura. **Governador Paulo Cruz Pimentel**. Curitiba – Paraná, 1968.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Governador José Hosken de Novais**. Curitiba – Paraná, 1983.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PARANÁ. **Documento do Sudoeste**: Os agricultores reivindicam. Francisco Beltrão, 23 de agosto de 1968.

## JORNAIS E REVISTAS

JORNAL DE BELTRÃO. **Professores a serem contratados pelo Estado**. 10 de julho de 2013. Francisco Beltrão, 2013.

JORNAL PARANÁ ONLINE. **Walter Pecóits referencia de idealismo**. Publicação: 10/08/2004. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/pais/news/89890/>. Acesso 02/04/2014.

JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE. **ACARPA Realizou Entrevistas**. Ano I, nº 07, 30 de março de 1968, Francisco Beltrão, 1968.

\_\_\_\_\_. **ACARPA levanta infra-estrutura**. Ano I, nº 06, 23 de março de 1968, Francisco Beltrão, 1968.

\_\_\_\_\_. **Administração Cantelmo.** Edição Especial, 31 de janeiro de 1969. Francisco Beltrão, Ano I, p. 01 – 13. Arquivo Biblioteca Pública Francisco Beltrão.

\_\_\_\_\_. **Auxílios prestados pelo GETSOP.** Ano, I, nº 53, 22 de Fevereiro de 1969, Francisco Beltrão, 1969.

\_\_\_\_\_. **BANESTADO incrementa a Agropecuária da Região.** Ano, I, nº 49, 18 de Janeiro de 1969, Francisco Beltrão, 1969.

\_\_\_\_\_. **Concentração Monstro.** Ano, I, nº 29, 31 de Agosto de 1968, Francisco Beltrão, 1968.

\_\_\_\_\_. **Reuniões Pedagógicas.** Ano I, nº 17, 08 Julho de 1968, Francisco Beltrão, 1968.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 279/69.** Ano II, nº 53, 22 de fevereiro de 1969, Francisco Beltrão, 1969.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Complementar da Educação Primária.** Ano I, nº 13, 11 de maio de 1968, Francisco Beltrão, 1968.

\_\_\_\_\_. **Os agricultores trabalharão pelo Meio Rural.** Ano I, nº 04, 09 de março de 1968, Francisco Beltrão, 1968.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão: lei 279/69.** Ano II, nº 57, 23 de março de 1969, Francisco Beltrão, 1969.

REVISTA CAMBOTA. **A evolução agrícola e tecnológica no sudoeste paranaense: 1960 a 1985.** Francisco Beltrão/PR, ano XV, nº 139, Setembro de 1987.

REVISTA ONTEM E HOJE. **Ensino: a CANGO e as Irmãs.** Ano 4. P. 34. Francisco Beltrão, 1980.

#### **RELATOS ORAIS E MANUSCRITOS:**

BEDIN, Luiz. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 30 de Junho de 2013 á Carla Cattelan.

BEDENASKI, Casimiro. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 08 de abril de 2014 á Carla Cattelan.

CATTELAN. Davida. Cattelan. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 13 de novembro de 2012 á Carla Cattelan.

DOPFER, Terezinha. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 17 de maio de 2013 á Carla Cattelan.

GRACIK, Ana. Francisco Beltrão, **entrevista concebida no dia:** 24 de abril de 2014 à Carla Cattelan.

KLOSINSKI, Clídia. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 19 de julho de 2013 à Carla Cattelan.

LARA, Lourdes de F. M. L. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 14 de abril de 2013 à Carla Cattelan.

PADILHA, Félix. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 19 de novembro de 2013 à Carla Cattelan.

SILVA, Alba da Paz. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 03 de dezembro de 2013 à Carla Cattelan.

SILVA, Alba da Paz. Francisco Beltrão, **manuscritos do dia:** 18 de janeiro de 2014.

SCOTTI, Italina, Z. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 10 de junho de 2013 à Carla Cattelan.

VIEIRA, Irene Vacari de Souza. Francisco Beltrão, **entrevista concedida no dia:** 19 de setembro de 2013 à Carla Cattelan.

**ANEXO I: DOCUMENTOS**  
**Questionário sobre a educação na Colônia**

NÚCLEO: GENERAL OSÓRIO  
 NOME DA ESCOLA: C.A.N.G.O.  
 DATA:  
 Nº DE MATRÍCULAS 1.010  
 DIRETOR OU RESPONSÁVEL: Administrador  
 HORÁRIO DE AULAS: das 8 às 12  
 QUESTIONÁRIO:

- 1) Quantos Professores em exercício? 27
- 2) Há professores afastados? Não  
 Porque?
- 3) Quais as matérias lecionadas? Aritmética, História, Geografia e Português
- 4) Em que línguas são dadas as matérias? Português
- 5) Quantos maiores escolares?
- 6) Quantos menores escolares? 1.010 - menores de 14 anos
- 7) Há distribuição de impressos: jornais, revistas, livros folhetos etc. Livros escolares
- 8) Que estilo de impressos? - - - -
- 9) Qual a sua procedência? - - - -
- 10) Há interesse pela Rádio difusão?
- 11) Promovem palestras ou conferências nas escolas? Sim
- 12) Qual assunto que desperta maior interesse entre os colonos? Agrícolas
- 13) As conferências ou palestras realizadas é iniciativa da própria Escola ou de outros órgãos? Escola
- 14) Há atividades recreativas?  
 - Esporte +  
 - Cinema  
 - Jogos de salão  
 - Música
- 15) Há material didático suficiente? Sim
- 16) Há material escolar? Sim
- 17) Aproveitamento dos alunos. sim
- 18) Frequência média mensal. 29 - média por escola
- 19) Ensina-se economia doméstica. Não
- 20) Há alguma organização que promove entendimentos entre pais e mestres? Não
- 21) Há distribuição de material didático ou impressos em geral na língua dos imigrantes? Não
- 22) Quem promove tal distribuição?
- 23) Há ligação de ~~XXXXXXXXXXXX~~ correspondência ou de visitação periódica entre os imigrantes e as representações diplomáticas dos Governos de seus países de origem, sediadas no Brasil? Não

## II

- 24) Há ligações de mesmo tipo com entidades oficiais daqueles Governos sediados no exterior? Não
- 25) Há iniciativas da Administração do Núcleo para estimular as crianças imigrantes a se dedicarem a atividades recreativas típicas e tradicionais de Brasil, e para desarraigar os hábitos exóticos trazidos de país de origem? Não

## SUGESTÕES :

É de grande utilidade a criação do cargo de Assistente Social, neste Núcleo colonial, o qual se incumbirá de promover em moldes mais eficientes a parte educacional e de higiene, pois é humanamente impossível o Administrador tratar de tais assuntos, pois apesar de <sup>de trabalho</sup> de 7 as 7, não nos sobra tempo para tanto, mesmo assim, a parte educacional deste Núcleo Colonial é mantida sob rigorosa fiscalização, daí, obtermos resultados satisfatórios no fim dos períodos letivos.

Também fazemos o que podemos na parte de higiene e saúde das crianças, assim é, que, fazemos a inspeção dentária anualmente, combatemos o bócio e quando ao departamento de saúde nos fornece vacinas, promovemos a vacinação anti-variólica, anti-tífica e anti-~~poliomielite~~ <sup>poliomielite</sup>.

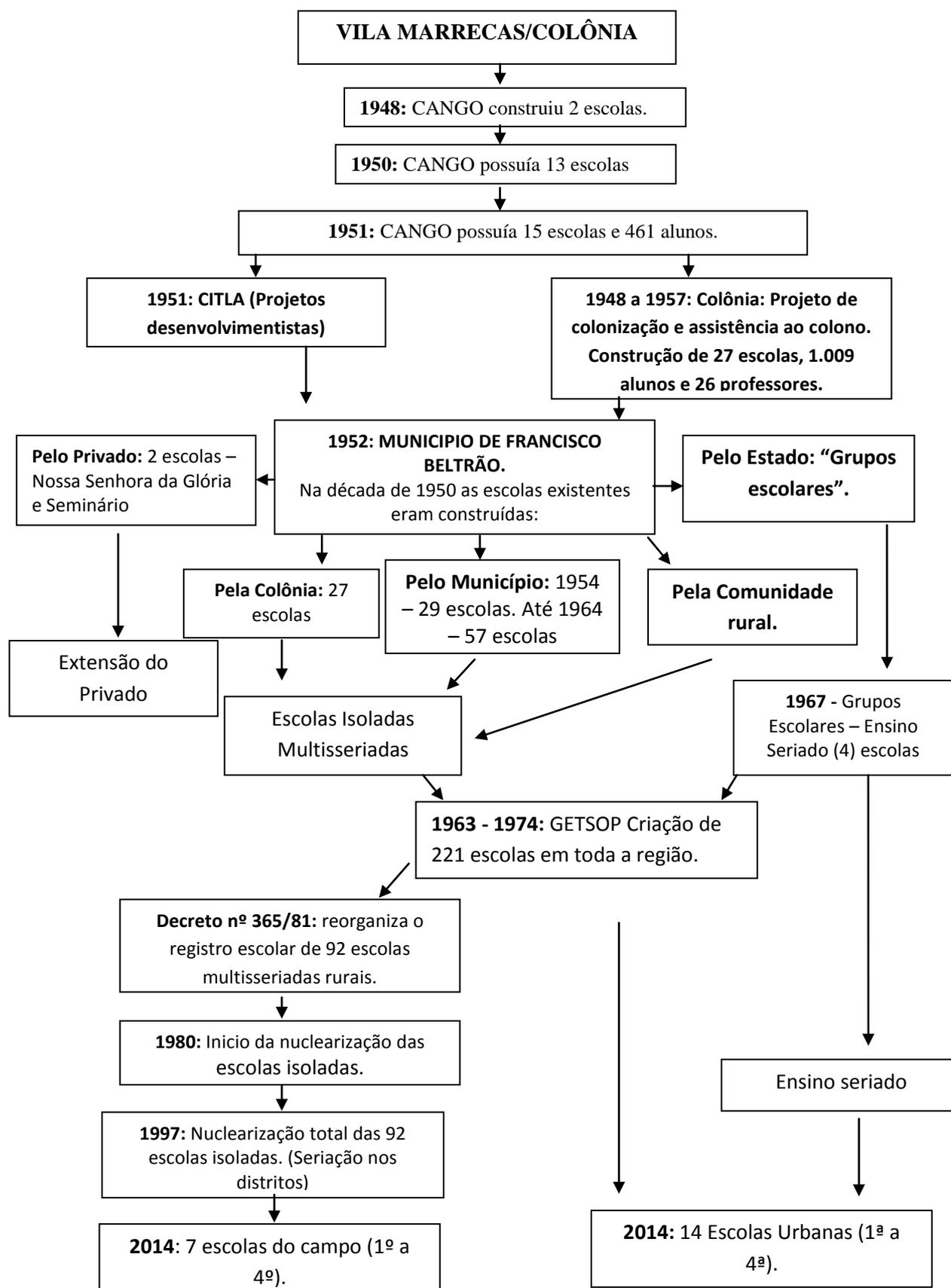
É obrigatório o festejo de todas as datas cívicas, ficando a cargo dos professores, fazer uma palestra alusiva ao fato.

Aguardamos autorização para adquirirmos um aparelho de projeção, a fim de projetar filmes educativos semanalmente nas sub-sedes e distritos.

OBSERVAÇÕES : No item 14, assinalar com uma + as atividades recreativas existentes :

Fonte: Acervo Memorial Histórico de Francisco Beltrão.

**ANEXO II: Organograma**  
**Nº 01: Panorama histórico educacional de Francisco Beltrão 1948 a 2013.**



Fonte: Carla Cattelan, 2013.